



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
Faculdade de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Alessandra Rodrigues da Silva

**A DIMENSÃO DISCURSIVA DA ORGANIZAÇÃO DO
CONHECIMENTO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
BRASILEIRA**

Brasília, DF

2017

ALESSANDRA RODRIGUES DA SILVA

**A DIMENSÃO DISCURSIVA DA ORGANIZAÇÃO DO
CONHECIMENTO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
BRASILEIRA**

Tese apresentada à banca examinadora como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Área de concentração: Gestão da Informação.

Linha de pesquisa: Organização da Informação.

Orientadora: Prof. Dra. Dulce Maria Baptista.

Brasília, DF

2017

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586d Silva, Alessandra Rodrigues da
A dimensão discursiva da organização do conhecimento na
Ciência da Informação brasileira / Alessandra Rodrigues da
Silva; orientador Dulce Maria Baptista. -- Brasília, 2017.
239 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Ciência da Informação) --
Universidade de Brasília, 2017.

1. Organização do conhecimento. 2. Discurso. 3.
Representação. 4. Análise de Discurso Crítica. 5. Programas
de pós-graduação em Ciência da Informação. I. Baptista, Dulce
Maria, orient. II. Título.

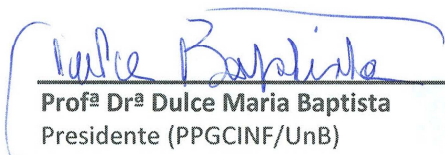
FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: "A dimensão discursiva da Organização do Conhecimento na Ciência da Informação brasileira"

Autor (a): Alessandra Rodrigues da Silva
Área de concentração: Gestão da Informação
Linha de pesquisa: Organização da Informação

Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor** em Ciência da Informação.

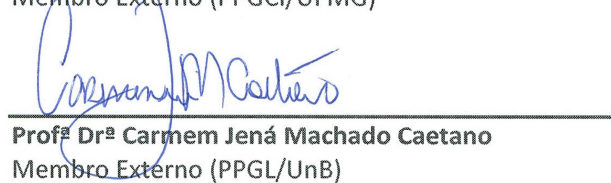
Tese aprovada em: 28 de novembro de 2017.



Prof^ª Dr^ª Dulce Maria Baptista
Presidente (PPGCINF/UnB)



Prof^º Dr^º Carlos Alberto Ávila Araújo
Membro Externo (PPGCI/UFMG)



Prof^ª Dr^ª Carmem Jená Machado Caetano
Membro Externo (PPGL/UnB)



Prof^º Dr^º Cláudio Gottschalg Duque
Membro Interno (PPGCINF/UnB)

Prof^º Dr^º Renato Tarciso Barbosa de Sousa
Suplente (PPGCINF/UnB)

Com muito amor e gratidão, dedico este trabalho a minha mãe, Juracy e,
a meu pai, Francisco.

∞

AGRADECIMENTOS

Organizar conhecimentos é compromisso complexo, recoberto de posicionamentos e sempre implica algum tipo de perda – se assim organizo, de outra maneira deixo de fazê-lo. Organizar sentimentos e afetos, reconhecê-los por meio da gratidão é também afazer multifacetado, dadas as lacunas da memória e os desvarios da afetividade.

Conhecimentos e sentimentos requerem escolhas, conquistas e perdas... Algumas pessoas estiveram presentes desde o início de minha trajetória, outras nos meados e, algumas no final. Há ainda aquelas que passaram muito breve. Independente do tempo, essa invenção a que nos submetemos para organizar nossa estadia nesse mundo, acredito que “o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia...”¹

Gratidão:

- A Deus, ao Infinito, ao Universo e à mãe Terra;
- A toda minha família: a minha mãe, Juracy – que em meio a tantos percalços jamais deixou de me apoiar e fortalecer; a meu pai, Francisco, pelo carinho e pela benção; a minha irmã, Aline, por estar sempre presente, ainda que a quilômetros de distância; ao meu irmão, Allan, por me ajudar a compreender a força do autoamor e da autoaceitação; às minhas meninas – queridas sobrinhas Isabela e Sofia, por colorirem o coração da titia; aos demais membros da família, e me desculpo pelas inúmeras ausências: avó, tios e tias, primos e primas;
- À Universidade de Brasília, por me possibilitar a oportunidade de pesquisar;
- À professora Dulce Baptista, pela orientação afável, cortês e segura, por compreender os difíceis tempos da escrita e por confiar em mim. Muitíssimo obrigada;
- Aos professores e às professoras que compuseram a banca de qualificação e de defesa desta tese: à professora Carmem Jená Machado Caetano, do Instituto de Letras, por contribuir para que eu visse o mundo de maneira mais crítica e analítica; ao professor Cláudio Gottschalg Duque, FCI, pela leitura, apontamentos da qualificação e presença na banca de defesa; ao professor Carlos Alberto Ávila Araújo, UFMG, por ser amparo teórico para essa pesquisa e por aceitar tão prontamente participar da banca de defesa.
- À Faculdade de Ciência da Informação da UnB, em especial à secretária do PPGCI, Vivian Miatelo, sempre solícita e atenciosa;

¹ Frase do escritor mineiro, João Guimarães Rosa, extraída da obra *Grande Sertão: Veredas*.

- À professora Viviane Resende, do Instituto de Letras, por me apresentar a Análise de Discurso Crítica;
- Aos amigos e às amigas com os/as quais fui presenteada na minha travessia. Um abraço muito especial: à Dirlene Barros – Diva (uma irmã que São Luís me enviou), ao Thiago Pires (por me ajudar a traduzir uma cidade e muitos sentimentos), ao Carlos Juvêncio (pela acolhida, presença e carinho constantes) e à Aluf Elias (pelas conversas, discussões e risadas);
- Aos amigos e às amigas da Embrapa, um abraço especial à equipe da Biblioteca Edmundo da Fontoura Gastal (*todos e todas, muitíssimo obrigada por tudo!*), à equipe da Embrapa Informação Tecnológica e aos/às profissionais de informação do Sistema Embrapa de Bibliotecas;
- Ao Roger de Miranda Guedes, por sempre estar (e ser) presente;
- Aos amigos e amigas da UFMG, onde tudo começou, muito carinho e afeto;
- Ao Pablo, por me ajudar a conviver com as diferenças;
- A algumas pessoas que jamais terão acesso a estes agradecimentos, mas que muito contribuíram para que isso acontecesse: Professora Marisa, Professora Josminda, Professora Cleuza, Suzana Ruella, Professor José Alberto, Samira, Paula Félix, Dona Terezinha, Olga Maria e Tia Cota;
- Àqueles e àquelas que minha organização de afetos olvidou, ou, que por algum motivo consciente e proposital, eu não os/as inseri nesta lista: saibam que o “silêncio é a linguagem de Deus²”.

² Frase do escritor mineiro Fernando Sabino, extraída da obra *O encontro marcado*.

Foi Aureliano quem concebeu a fórmula que havia de defendê-los, durante vários meses, das evasões da memória. Descobriu-a por acaso. Insone experimentado, por ter sido um dos primeiros, tinha aprendido com perfeição a arte da ourivesaria. Um dia, estava procurando a pequena bigorna que utilizava para lapidar os metais, e não se lembrou do seu nome. Seu pai lhe disse: “tás”. Aureliano escreveu o nome em um papel que pregou com cola na base da bigorninha: “tás”. Assim, ficou certo de não esquecê-lo no futuro. Não lhe ocorreu que fosse aquela a primeira manifestação do esquecimento, porque o objeto tinha um nome difícil de lembrar. Mas poucos dias depois, descobriu que tinha dificuldade de se lembrar de quase todas as coisas do laboratório. Então, marcou-as com o nome respectivo, de modo que bastava ler a inscrição para identificá-las. Quando o seu pai lhe comunicou o seu pavor por ter-se esquecido até dos fatos mais impressionantes de sua infância, Aureliano lhe explicou o seu método, e José Arcadio Buendía o pôs em prática para toda a casa e mais tarde o pôs para todo o povoado. Com um pincel cheio de tinta, marcou cada coisa com seu nome: mesa, cadeira, relógio, porta, parede, cama, panela. Foi ao curral e marcou os animais e as plantas: vaca, cabrito, porco, galinha, aipim, taioba, bananeira. Pouco a pouco, estudando as infinitas possibilidades do esquecimento, percebeu que podia chegar um dia em que se reconhecessem as coisas por suas inscrições, mas não se recordasse a sua utilidade. Então foi mais explícito. O letreiro que pendurou no cachaço da vaca era uma amostra exemplar da forma pela qual os habitantes de Macondo estavam dispostos a lutar contra o esquecimento: esta é a vaca, tem-se que ordenhá-la todas as manhãs para que produza leite e o leite é preciso ferver para misturá-lo com o café e fazer café com leite. Assim, continuaram vivendo numa realidade escorregadia, momentaneamente capturada pelas palavras, mas que haveria de fugir sem remédio quando esquecessem os valores da escrita.

(GARCÍA MARQUEZ, G. *Cem anos de solidão*, p. 50-51).

RESUMO

O conhecimento que desde a Antiguidade Clássica é objeto de discussões e teorias diversas, torna-se, a partir de meados do século XX, fator determinante na constituição socioeconômica da sociedade. Isso se deve, em parte, às mudanças na base material – de economia de capital para economia da informação e do conhecimento. São mudanças relacionadas à nova configuração do capitalismo na qual a linguagem torna-se elemento saliente nas práticas sociais contemporâneas (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), caracterizada pela circulação de formas simbólicas. A Organização do Conhecimento (OC) é a área que se ocupa, primordialmente, das representações do conhecimento, sendo abordada em diversos campos do saber, como a Filosofia, Linguística, Computação, Lógica, Biologia, Sociologia, entre outros, mas que possui forte desenvolvimento na Biblioteconomia e na Ciência da Informação (CI). Neste cenário, a pesquisa possui como temática central a dimensão discursiva da OC, que consiste na análise crítica, por meio de questões linguísticas e sociais, de como as representações em torno da OC têm sido construídas na CI brasileira. Para tanto se vale dos aspectos teóricos da CI, em especial aqueles relacionados à OC e suas frentes de estudo, com destaque para a abordagem de Hjørland. Também se deu ênfase à Análise de Discurso Crítica (ADC), de linha britânica, abordada, em especial pelo pesquisador Norman Fairclough. A ADC compreende a linguagem como parte irredutível da vida social e considera que “as práticas discursivas em mudança contribuem para mudar o conhecimento” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 27) que, por sua vez, também modifica e é modificado pelas práticas sociais. O que resulta no objetivo geral de analisar as relações representadas pelas articulações sociodiscursivas presentes na OC enquanto área de pesquisa, ensino e atividades práticas relacionadas à CI no Brasil. Para realização do estudo, em nível empírico, o foco centrou-se nas representações referentes à OC presentes nas áreas de concentração e linhas de pesquisa de quatro programas de pós-graduação em CI (PPGCI) brasileiros e em onze grupos de pesquisa (GP) a eles vinculados. A fonte de informações consistiu em textos disponíveis nas páginas da internet dos programas e em informações do Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Para análise dos textos foi privilegiado o significado representacional da linguagem proposto na ADC, que se refere aos discursos. Estes correspondem a diferentes formas de representar aspectos do mundo – processos, relações e estruturas do mundo material; pensamentos, sentimentos e crenças do mundo mental; e identidades e relações do mundo social. Três categorias sociodiscursivas foram percebidas como de fundamental importância aos propósitos da pesquisa: vocabulário e significado da palavra, interdiscursividade e representação de eventos e atores sociais. As representações dos PPGCI e dos GP descritas, analisadas e discutidas contribuíram para a compreensão da existência de relações sociodiscursivas variadas e heterogêneas na OC, bem como para o entendimento de como as representações em torno da área têm sido construídas na CI brasileira. Existe considerável imprecisão terminológica na área, inclusive na designação do que é a OC, bem como nos termos e expressões utilizados para expressá-la e, também, a ela relacionados. Encontrou-se como alternativa abordar a OC como uma instância que discorre sobre as reivindicações do conhecimento apresentadas em registros potencialmente informativos (documentos), com base na visão social e pragmática da informação e do conhecimento. Percebeu-se que não apenas informação e conhecimento são elementos fundamentais para a OC, dada a relação que guardam, mas também os saberes de maneira plural e inclusiva, já que se observou que estes também são representados como objetos da OC. Nesse segmento, a OC contempla não só reivindicações de conhecimentos, mas também reivindicações de saberes de âmbito plural, individual e coletivamente construídos, em diferentes ambientes. Além disso, observou-se que o contexto digital atua como a cena contemporânea da OC em vários sentidos, e no qual grande parcela das práticas e ações relacionadas à área tem sido exercidas. Os principais resultados alcançados indicam que a OC está representada por meio de entidades heterogêneas, o que não nos permite falar em um discurso da área de modo absoluto e homogêneo, mas em diferentes discursos que emanam do próprio caráter interdisciplinar que lhe subjaz. Além disso, as práticas de mediação circunscritas nos estudos, processos e práticas relacionados à Organização do Conhecimento são compreendidas como relações de controle que a área exerce em relação aos domínios do conhecimento que se propõe a organizar. Nesse sentido, quanto mais dialógicas e colaborativas essas práticas venham a ser exercidas, mais flexíveis e inclusivas tendem a ser as relações sociodiscursivas que promovem.

Palavras-chave: Organização do conhecimento. Conhecimento. Representação. Discurso. Programas de pós-graduação em Ciência da Informação. Análise de Discurso Crítica.

ABSTRACT

Knowledge, which has been the object of diverse discussions and theories since Classical antiquity, becomes a key factor in the socioeconomic constitution of society, in the middle of the 20th century. This is due, in part, to changes in the material basis - from manufacturing economy to information and knowledge economy. Those are changes related to the new configuration of capitalism in which language becomes a prominent element in contemporary social practices (CHOULIARAKI, FAIRCLOUGH, 1999), characterized by the circulation of symbolic forms. Knowledge Organization (KO) is the area of study primarily concerned with the representation of knowledge; which is addressed in several academic fields, such as Philosophy, Linguistics, Computation, Logic, Biology, Sociology, among others, but it has a strong development in Librarianship and Information Science (IS). Within this context, this research focuses on the discursive dimension of KO, which consists of the critical analysis, through linguistic and social issues, of how the representations of KO have been constructed in Brazilian IS. In order to do so, it draws on the theoretical aspects of IS, especially those related to KO and its study fronts, with emphasis on Hjørland's approach. This research also emphasized the British Critical Discourse Analysis (CDA), which was addressed in particular by researcher Norman Fairclough. CDA understands language as an irreducible part of social life and considers that "changes in discursive practices contribute to changing knowledge" (FAIRCLOUGH, 2001), which, in its turn, also modifies and is modified by social practices. This approach results in the general objective of analyzing the relations represented by the sociodiscursive articulations in KO as an area of research, teaching and practical activities related to IS in Brazil. In order to carry out this study, at an empirical level, the focus was on the representations related to KO in the areas of concentration and lines of research in four Brazilian graduate programs related to the area of Information Science and in eleven research groups linked to them. The source of information consisted of texts available on the websites of the programs and data from the Directory of Research Groups of the National Council for Scientific and Technological Development [CNPq]. The text analysis favoured the representational meaning of language proposed by CDA, in what concern discourses. These discourses correspond to different ways of representing aspects of the world - processes, relations and structures of the material world; thoughts, feelings and beliefs of the mental world; and identities and relations of the social world. Three crucial sociodiscursive categories of analysis emerged: vocabulary and word meaning, interdiscursivity and representation of social events and actors. The representations of KO by the graduate programs and by the research groups, described, analyzed and discussed here, contributed to the understanding of the existence of varied and heterogeneous sociodiscursive relations in KO, as well as to the understanding of how the representations around the area have been constructed in Brazilian IS. There is considerable terminological imprecision in the area, including the definition of KO, as well as the terms and expressions used to express it or related to it. As an alternative solution, we opted for approaching KO as an instance that deals with the claims of knowledge presented in potentially informative records (documents), based on the social and pragmatic vision of information and knowledge. We noticed that not only information and knowledge are fundamental elements for the KO, given the interrelation they hold, but also knowledge in a plural and inclusive way, since it has been observed that these are also represented as objects of KO. In this segment, KO contemplates not only demands for knowledge, but also demands for knowledge of plural scope, individually and collectively constructed, in different environments. In addition, it has been observed that the digital context acts as the contemporary scene of KO in several ways, and in which a large part of the practices and actions related to the area have been exercised. The main results indicate that KO is represented by heterogeneous entities, which does not allow us to classify their discourse as absolute or homogeneous, but as different discourses that emanate from the very interdisciplinary character that underlies it. In addition, the mediation practices circumscribed in the studies, processes and practices related to Knowledge Organization are understood as control relations that the area exercises towards the domains of knowledge that it proposes to organize. Thus, the more dialogical and collaborative these practices will be exercised, the more flexible and inclusive tend to be the sociodiscursive relations they promote.

Keywords: Knowledge Organization. Knowledge. Representation. Speech. Graduate programs in Information Science. Critical Discourse Analysis.

RESUMEN

El conocimiento que desde la Antigüedad Clásica es objeto de discusiones y teorías diversas, se convierte, a partir de mediados del siglo XX, en factor determinante en la constitución socioeconómica de la sociedad. Eso se debe, en parte, a los cambios en la base material – de economía de capital a economía de la información y del conocimiento. Son cambios relacionados con la nueva configuración del capitalismo en la que el lenguaje se convierte en elemento sobresaliente en las prácticas sociales contemporáneas (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), caracterizada por la circulación de formas simbólicas. La Organización del Conocimiento (OC) es el área que se ocupa, fundamentalmente, de las representaciones del conocimiento, abordada en diversos campos del saber, como la Filosofía, Lingüística, Computación, Lógica, Biología, Sociología, entre otros, pero con fuerte desarrollo en la Biblioteconomía y en la Ciencia de la Información (CI). En este contexto, la investigación tiene como temática central la dimensión discursiva de la OC, que consiste en el análisis crítico, a través de cuestiones lingüísticas y sociales, de cómo las representaciones alrededor de la OC han sido construidas en la CI brasileña. Para ello se vale de los aspectos teóricos de la CI, en particular los relacionados con la OC y sus distintos frentes de estudio, con especial atención para el abordaje de Hjørland. También se ha enfatizado el Análisis Crítico del Discurso (ACD), de línea británica, abordado, en particular por el investigador, Norman Fairclough. El ACD abarca el lenguaje como parte irreducible de la vida social y considera que “las prácticas discursivas en transformación contribuyen a cambiar el conocimiento” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 27) que, por su parte, también modifica y es modificado por las prácticas sociales. Lo que resulta en el objetivo general de analizar las relaciones representadas por las articulaciones sociodiscursivas presentes en la OC como área de investigación, enseñanza y actividades prácticas relacionadas a la CI en Brasil. Para que el estudio se realice, a nivel empírico, el enfoque se ha centrado en las representaciones que se refieren a las OC presentes en las áreas de concentración y líneas de investigación de cuatro programas de postgrado en CI (PPGCI) brasileños y en once grupos de investigación (GP) a ellos vinculados. La fuente de informaciones radica en textos disponibles en páginas de internet de los programas y en informaciones del Directorio de los Grupos de Investigación del Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico. Para análisis de los textos se ha favorecido, el significado representacional del lenguaje propuesto en el ACD, que se refiere a los discursos. Estos corresponden a diferentes formas de representar aspectos del mundo – procesos, relaciones y estructuras del mundo material; pensamientos, sentimientos y creencias del mundo mental; e identidades y relaciones del mundo social. Se ha tenido en cuenta tres categorías sociodiscursivas como de fundamental importancia a los propósitos de la investigación: vocabulario y significado de la palabra, interdiscursividad y representación de actores sociales. Las representaciones de los PPGCI y de los GP descriptas, analizadas y discutidas han contribuido a la comprensión de la existencia de relaciones sociodiscursivas variadas y heterogéneas en la OC, así como para la comprensión de cómo las representaciones en torno del área han sido construidas en la CI brasileña. Existe considerable inexactitud terminológica en el área, incluso en la designación de lo que es la OC, así como en los términos y expresiones utilizados para expresarla y, también, a ella relacionados. Se determinó como alternativa abordar la OC como una instancia que discurre sobre las reivindicaciones del conocimiento presentadas en registros potencialmente informativos (documentos), con base en la visión social y pragmática de la información y del conocimiento. Se observó que no solo información y conocimiento son elementos fundamentales para la OC, dada la relación que guardan, sino también los saberes de forma plural e inclusiva, una vez que se notó que estos también son representados como objetos de la OC. En ese segmento, la OC contempla no solo reivindicaciones de conocimientos, sino también reivindicaciones de saberes de ámbito plural, individual y colectivamente construidos, en distintos ambientes. Además, se ha observado que el contexto digital actúa como el escenario contemporáneo de la OC en varios sentidos, y donde gran parte de las prácticas y acciones relacionadas con el área han sido realizadas. Los principales resultados alcanzados indican que la OC está representada por medio de entidades heterogéneas, lo que no nos permite hablar en un discurso del área de modo absoluto y homogéneo, sino en diferentes discursos que afluyen del propio carácter interdisciplinario que le subyace. Además, las prácticas de mediación circunscritas en los estudios, procesos y prácticas relacionados con la OC se conciben como relaciones de control que el área ejerce en relación con los dominios del conocimiento que se propone a organizar. En ese sentido, mientras más dialógicas y colaborativas se vengán a ejercer esas prácticas, más flexibles e inclusivas tienden a ser las relaciones sociodiscursivas que promueven.

Palabras-clave: Conocimiento. Representación. Discurso. Programas de postgrado en Ciencia de la Información. Análisis Crítico del Discurso.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Área(s) de concentração
AD	Análise do Discurso
ADC	Análise de Discurso Crítica
ADTO	Análise de Discurso Textualmente Orientada
ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
CAPES	Coordenação de Pessoal de Nível Superior
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CI	Ciência da Informação
CC	Ciência da Computação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DGP	Diretório dos Grupos de Pesquisa (CNPq)
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
GSF	Gramática Sistemico-Funcional
GT	Grupo(s) de trabalho
IBBD	Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
ISKO	<i>International Society for Knowledge Organization</i>
LP	Linha(s) de pesquisa
LSF	Linguística Sistemico-Funcional
OC	Organização do Conhecimento
OI	Organização da Informação
PPGCI	Programa(s) de Pós-Graduação em Ciência da Informação
RI	Recuperação da informação
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação (Capes)
SOC	Sistema(s) de organização do conhecimento
TIC	Tecnologia(s) de informação e comunicação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
Unesp	Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Filtros iniciais para a seleção dos grupos de pesquisa	42
Figura 2	Síntese da escala qualitativa aplicada na seleção dos grupos de pesquisa	45
Figura 3	Processo de captura de informações dos grupos de pesquisa	48
Figura 4	Esquema dos principais elementos relacionados à OC	67
Figura 5	Os três estratos da realidade segundo o realismo crítico	85
Figura 6	Momentos das práticas sociais	88
Figura 7	Construção de um tesouro como prática social	89
Figura 8	Síntese das concepções centrais da Análise de Discurso Crítica	93
Figura 9	Aspectos do texto enquanto instância real da linguagem em uso	95
Figura 10	As três metafunções e os sistemas léxico-gramaticais que realizam	97
Figura 11	A perspectiva plurifuncional da oração na Linguística Sistemico-Funcional	98
Figura 12	Tipos de figura em relação ao sistema da transitividade	99
Figura 13	Tipos de processos nas orações (sistema da transitividade)	100
Figura 14	Possíveis elementos da categoria da interdiscursividade	111
Figura 15	Áreas de concentração dos PPGCI selecionados para estudo	120
Figura 16	Linhas de pesquisa dos PPGCI selecionados para estudo	121
Figura 17	Excerto da Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq	123
Figura 18	Grupos de pesquisa estudados em relação aos PPGCI	158
Figura 19	Principais objetos relacionados à OC identificados nos GP	160
Figura 20	Diferentes formas de se nomear os ambientes digitais	163
Figura 21	Pluralidade de termos e expressões relacionados à OC	166
Figura 22	Principais termos e expressões adotados na descrição do GP – “Fundamentos teóricos...”	172
Figura 23	Relações interdisciplinares da OC em nível abrangente	179
Figura 24	Relações interdisciplinares entre a Organização do Conhecimento e áreas próximas à Ciência da Informação	184
Figura 25	Representação de atores sociais: forma dos GP se colocarem no discurso	193
Figura 26	Formas empregadas para designar atores relacionados às práticas informacionais	200

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Caracterização dos PPGCI selecionados para estudo	39
Quadro 2	Elementos considerados na análise dos campos dos grupos de pesquisa	45
Quadro 3	Grupos de pesquisa selecionados	46
Quadro 4	Conceitos de informação e principais autores conforme a subárea da CI	57
Quadro 5	Eventos internacionais da ISKO (1990-2016)	74
Quadro 6	Tipos de processos e participantes	101
Quadro 7	Aspectos relacionados à representação de atores sociais	115
Quadro 8	Título das linhas de pesquisa dos programas estudados	131
Quadro 9	Fragmentos que abordam a relação da CI com outras disciplinas	137
Quadro 10	Formas empregadas para designar atores relacionados às práticas informacionais	151
Quadro 11	Excerto da descrição do GP – “Fundamentos teóricos, metodológicos e históricos ...”	171
Quadro 12	Excerto da descrição do GP – “Fundamentos teóricos da Informação”	173
Quadro 13	Como os grupos de pesquisa se colocaram no discurso de suas descrições	189

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Dados quantitativos dos programas recomendados e reconhecidos em CI pela Capes	37
----------	--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	PROBLEMA	24
1.2	PRESSUPOSTOS	24
1.3	OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS	25
1.4	JUSTIFICATIVA	26
1.5	INTERESSE DA AUTORA PELA TEMÁTICA	28
1.6	ESTRUTURA CAPITULAR	31
2	PERCURSO METODOLÓGICO	33
2.1	UNIVERSO DE PESQUISA	36
2.1.1	Programas de pós-graduação em Ciência da Informação	37
2.1.1.1	<i>Crítérios de seleção</i>	38
2.1.1.2	<i>Programas selecionados</i>	39
2.1.1.3	<i>Fontes das informações analisadas</i>	40
2.1.2	Grupos de pesquisa relacionados à organização do conhecimento	41
2.1.2.1	<i>Crítérios de seleção</i>	44
2.1.2.2	<i>Grupos de pesquisa selecionados</i>	46
2.1.2.3	<i>Fontes das informações analisadas</i>	47
3	ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	49
3.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO	50
3.2	CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA E INSTITUCIONAL	59
3.2.1	Definição	60
3.2.2	Classificação e organização do conhecimento	68
3.2.3	International Society for Knowledge Organization	71
3.2.4	Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação	76
3.3	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	78
4	ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA, DISCURSO(S) E REPRESENTAÇÃO	80
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO	81
4.2	CONCEPÇÕES CENTRAIS	83
4.2.1	Vida social como um sistema aberto	84
4.2.2	Práticas sociais, poder hegemônico e ideologia	87
4.2.3	O texto e a Linguística Sistêmico-Funcional	92
4.2.4	Os significados da linguagem	96
4.3	O MOMENTO DISCURSIVO DAS PRÁTICAS SOCIAIS	102

4.3.1	Vocabulário e significado da palavra	107
4.3.2	Interdiscursividade	109
4.3.3	Representação de eventos e atores sociais	114
4.4	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	116
5	DISCURSO E REPRESENTAÇÃO NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO	118
5.1	REPRESENTAÇÕES DAS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA	119
5.1.1	Vocabulário e significado da palavra	122
5.1.2	Interdiscursividade	135
5.1.3	Representação de eventos e atores sociais	148
5.2	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	153
6	DISCURSO E REPRESENTAÇÃO NOS GRUPOS DE PESQUISA	155
6.1	VOCABULÁRIO E SIGNIFICADO DA PALAVRA	159
6.2	INTERDISCURSIVIDADE	175
6.3	REPRESENTAÇÃO DE EVENTOS E ATORES SOCIAIS	188
6.4	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	202
7	CONSIDERAÇÕES	204
7.1	PERSPECTIVAS FUTURAS DE PESQUISA	209
	REFERÊNCIAS	211
	APÊNDICE A – DESENHO CONCEITUAL E METODOLÓGICO DA PESQUISA	219
	APÊNDICE B – UNIVERSO GERAL DE GRUPOS DE PESQUISA	220
	APÊNDICE C – RANQUEAMENTO DO UNIVERSO DE GRUPOS DE PESQUISA	221
	ANEXO A – DESCRIÇÃO DAS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DE LINHAS DE PESQUISA	222
	ANEXO B – DESCRIÇÃO DOS GRUPOS DE PESQUISA SELECIONADOS PARA ESTUDO	229

1 INTRODUÇÃO

Todo conhecimento implica poder.

(NIETZSCHE, F. *Humano, demasiado humano*)

O século XX assistiu ao desenvolvimento de inovações científicas e tecnológicas como nenhum outro período da história da humanidade: da teoria da relatividade à invenção da penicilina; dos aparelhos televisores ao mapeamento do DNA; dos anticoncepcionais aos computadores; do avião à Internet.

Inovações que foram primordiais para diversos eventos históricos, como as duas grandes guerras mundiais e o fenômeno contemporâneo das invasões virtuais e, que refletiram em significativas repercussões políticas e sociais, dos movimentos feministas à queda do Muro de Berlim, bem como na reestruturação das relações de tempo/espço). Informação, conhecimento e linguagem são aspectos fundamentais que permeiam esses fatos.

O conhecimento que desde a Antiguidade Clássica é objeto de discussões e teorias diversas e, em meados do século XVII, passa a ser visto como objeto da ciência enquanto referencial de sua busca pela verdade, torna-se, a partir de meados do século XX, fator determinante na constituição socioeconômica da sociedade.

Isso se deve, em parte, às transformações sumariamente descritas acima e, também, às mudanças na base material da sociedade – de economia de capital para economia da informação e do conhecimento. São mudanças relacionadas à nova configuração do capitalismo na qual a linguagem torna-se elemento saliente nas práticas sociais contemporâneas (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), caracterizada pela circulação de formas simbólicas. Para Thompson (2011) essas formas vêm adquirindo valor econômico, social, político e cultural, já que os bens produzidos e que circulam na sociedade possuem fortes características linguísticas e semióticas.

Dessa forma, sendo a informação e o conhecimento os principais ativos econômicos contemporâneos e, indiscutivelmente, elementos sociais mediados pela linguagem, recebem tratamento privilegiado por diferentes setores da sociedade como governos, empresas, indústrias, universidades, setores de serviços, entretenimento e, também, pelos cidadãos e cidadãs³ em geral. Informação e conhecimento tornaram-se elementos supervalorizados, bem como as práticas a eles relacionadas.

³ Optou-se por utilizar a flexão de gênero nesta pesquisa nas partes referentes à atuação de indivíduos na sociedade, já que se propõe um estudo discursivo e parte-se da perspectiva de que as práticas do discurso contribuem para a mudança nas práticas sociais, o que está intrinsecamente relacionado a um uso não sexista da linguagem. Sugere-se, para mais informações

Gracioso e Saldanha (2011) descrevem essas mudanças em âmbito epistêmico-social por meio da afirmação de que a informação e, conseqüentemente, o conhecimento, tornou-se um fetiche, ao ponto de os indivíduos acreditarem que a habilidade informacional que adquirissem os colocaria na interação cultural da globalização.

Nesse sentido, afirmam que “é necessário compreender que o fenômeno da informação não responde pelo mundo, mas apenas por parte dele” (GRACIOSO; SALDANHA, 2011, p. 32). Sobretudo, ao se considerar que em muitos aspectos a tentativa de valorização da informação e do conhecimento fizeram com que estes fossem percebidos como elementos coisificados, diminuindo o caráter de formação social e discursiva que possuem.

Qualquer entendimento que se queira construir e motivar sobre a informação e o conhecimento reclama que estes sejam considerados como elementos sociais, aos quais não se tem acesso imediato, mas que requerem a mediação da linguagem e, conseqüentemente, de algum tipo de semiose, para que possam ser compartilhados entre os indivíduos.

Por terem essa constituição, informação e conhecimento envolvem relações de poder, de dominação e de disputa, já que não são elementos ingênuos, fruto de simples configurações técnicas e de escolhas neutras. São antes formas que os indivíduos utilizam para defender determinadas ideias em detrimento de outras; formas de ocultar interesses, ou, ainda, de dar-lhes uma abordagem diferenciada em prol de determinado grupo. Como apontado na epígrafe acima: “todo conhecimento implica poder⁴”.

sobre o tema, a consulta ao *Manual para uso não sexista da linguagem*, disponível em: <http://www.spm.rs.gov.br/upload/1407514791_Manual_para_uso_nao_sexista_da_linguagem.pdf>. A seguir, excerto do documento citado: “Uma das formas mais sutis de transmitir essa discriminação [sexista] é através da língua, pois esta nada mais é que o reflexo de valores, do pensamento, da sociedade que a cria e utiliza. Nada do que dizemos em cada momento de nossa vida é neutro: todas as palavras têm uma leitura de gênero. Assim, a língua não só reflete, mas também transmite e reforça os estereótipos e papéis considerados adequados para mulheres e homens em uma sociedade”.

⁴ Há que se considerar também que se informação e conhecimento são elementos vinculados a relações de competição, estes também podem implicar relações de cooperação, ou seja, a postura posicionada que se mencionou pode também ser empregada em prol da construção de um ambiente em que informação e conhecimento contribuam para uma sociedade mais democrática e menos desigual.

As representações do conhecimento abrangem elementos como a provisoriedade das teorias científicas – questões relativas à falseabilidade, por exemplo, aquelas apontadas por Karl Popper⁵ e, também, a mudanças paradigmáticas, conforme abordado por Thomas Kuhn⁶; ao fato de o conhecimento ser um processo, simultaneamente mental e social; à questão de envolver escolhas quanto ao uso deste ou daquele termo, as quais podem resultar também em perda considerável de significado.

A Organização do Conhecimento (OC) é a área que se ocupa, primordialmente, das representações do conhecimento; abordada em diversos campos do saber, como a Filosofia, Linguística, Computação, Lógica, Biologia, Sociologia, entre outros, mas que possui forte desenvolvimento na Biblioteconomia e na Ciência da Informação (CI).

Na Biblioteconomia, os processos relacionados à OC surgiram de necessidades práticas e se vinculam “a duas funções básicas: a de acesso a documentos em bibliotecas e a de recuperação do conteúdo intelectual dos documentos pelos catálogos através do índice de assuntos” (SOUZA, 2007, p. 104). Ambas as ações estão vinculadas, mas procuram atender a diferentes objetivos.

A necessidade de acesso a documentos, conforme Souza (2007), se relaciona ao entendimento destes como objetos físicos e é exemplificada pelas classificações de livros e sua ordenação em estantes que, com a evolução da área, ampliou-se para outros tipos de materiais. Remontam do final do século XIX e início/meados do século XX importantes classificações bibliográficas como a Classificação Decimal de Dewey (CDD), a Classificação Decimal Universal (CDU), a Classificação de Dois Pontos de Ranganathan (CC - *Colon Classificação*) e a Classificação de Bliss, entre outras.

Já a recuperação do conteúdo intelectual percebe os documentos como objetos portadores de conhecimento (SOUZA, 2007). Inicialmente, esta ação era realizada em fichas impressas, mas já com o suporte de códigos e normas internacionais, teve

⁵ Popper questionou a lógica indutiva como metodologia para construção científica e propôs que, inevitavelmente, todo conhecimento é falível, passível de erro.

⁶ Em especial, na obra: *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectivas, 2006. (Debates; 115). Edição original publicada em 1962.

ascensão com o surgimento dos catálogos on-line⁷ e das bases de dados eletrônicas. Nesse sentido, a OC na Biblioteconomia promove uma convergência entre os estudos da classificação e da indexação, uma vez que a última se evidencia como uma atividade intrinsecamente relacionada à primeira (DAHLBERG, 2014; GUIMARÃES, 2014; LANCASTER, 2004).

A Ciência da Informação, área que surge em meados do século XX, influenciada pelos estudos da Biblioteconomia, Documentação, Bibliografia e pelo fenômeno da explosão informacional do pós-Segunda Guerra Mundial, toma as ações e práticas informacionais em suas diferentes materialidades como seu objeto principal e, dada a vinculação existente entre informação e conhecimento, acaba por também abordar questões relacionadas a este, sobretudo no âmbito representacional.

Durante alguns anos, no desenvolvimento da CI, a relação informação – conhecimento foi identificada apenas por meio de modelo piramidal no qual a primeira constitui insumo para o último, ao mesmo tempo em que, para muitos/as estudiosos/as a informação era compreendida como suporte ou substituto ('*surrogate*') do conhecimento (BUCKLAND, 1991; FARRADANE, 1979; 1981; VICKERY, 1980) – visão que ainda persiste em alguns estudos.

Entretanto, conforme apontado por diversos/as autores/as (ARAÚJO, 2014; 2010; CAPURRO, 2007; GRACIOSO; SALDANHA, 2011; GUEDES, 2016; HJØRLAND, 2012b), tem-se assistido, nos últimos anos, a uma reorientação epistemológica da CI, na qual tem emergido e prevalecido a compreensão da informação sob perspectiva social e pragmática. Com isso, a visão de informação como um pacote pronto para ser utilizado e transferido, coisificada, é alterada pelo:

Conceito de informação baseado na noção de sentido enquanto um fenômeno que nasce da interconsciência, isto é, dos valores compartilhados entre os sujeitos imersos numa realidade concreta, estruturados mediante sistemas semióticos e, mais precisamente, no sistema linguístico. (GUEDES, 2016, p. 14).

Essa reorientação está vinculada com a OC, já que a organização promovida pela CI se refere aos rastros ou às reivindicações de conhecimento (HJØRLAND, 2008) presentes na linguagem por meio dos termos e conceitos e, conseqüentemente, da percepção destes nos signos. Isto é, estes indícios são lexicalizados para que se

⁷ Conhecidos, em inglês, pela sigla OPAC: *Online Public Access Catalog*.

possa recuperar parcela daquilo apreendido na mente humana ou em um conjunto de indivíduos, com o objetivo de que sejam percebidos como elementos informacionais, o que está intrinsecamente vinculado à interação, ao uso que se faz destes registros. Logo, mudanças na base epistemológica da informação relacionam-se a mudanças na compreensão e no desenvolvimento da OC.

Reside aqui um dos aspectos mais controversos e debatidos da CI (e em toda e qualquer área que se dedique aos estudos da linguagem): o ato de representar. Inicialmente, pode-se afirmar que toda representação implica perda de significado, já que tanto o conhecimento quanto a informação não podem ser plasmados em códigos e transferidos a outrem. Contudo, refletindo-se sobre esse mesmo aspecto, tem-se que se a representação implica perda do significado original pode ela também representar acréscimo de novos sentidos, já que no processo interacional de construção de significados outros componentes são considerados

Vários/as pesquisadores/as consideram a OC como o núcleo dos estudos da CI (DAHLBERG, 2006, 1995; GUIMARÃES, 2014; HJØRLAND, 2012b; SMIRAGLIA, 2014; SOUZA, 2007), o que se acredita estar relacionado ao fato de que por meio da ação de organizar se possibilita a recuperação e, conseqüentemente, o acesso à informação. Por conseguinte, se a CI surge em um momento de supervalorização da informação e do conhecimento, a OC vem a constituir-se como um dos itinerários para o acesso (ainda que parcial) a esses elementos.

Gracioso e Saldanha (2011, p. 26) enunciam que “atualmente o termo ‘Ciência da Informação’, institucionalizado no Brasil, passou a representar o complexo da pós-graduação na área de organização do conhecimento, envolvendo os estudos biblioteconômicos-informacionais”. Conseqüentemente, a OC se desenvolveu ao longo dos anos como relevante área de ensino, pesquisa e de atividades práticas na CI. Ressalta-se que na literatura a OC é designada como uma nova disciplina (‘new discipline’ – por exemplo, por DAHLBERG, 1993; 2006), como um subcampo (‘subfield’ – HJØRLAND, 2012b) e como área da CI (SOUZA, 2007).

Enquanto área de ensino e pesquisa, a OC envolve diferentes elementos como as atividades de docência, os periódicos da área, as conferências realizadas, os programas educacionais, entre outros (PATTUELLI, 2010). Como atividade prática, percebe-se que a OC envolve representações do que é a informação e o conhecimento, de como aquilo que se considera conhecimento é expresso, quais

tecnologias são empregadas para a recuperação desse conhecimento e quem é(são) o(s) indivíduo(s) foco da representação elaborada.

No Brasil, a CI é desenvolvida enquanto área de ensino e pesquisa em nível de pós-graduação *stricto sensu* – mestrado e doutorado, já que não há uma graduação^{8 9} específica na área. Dessa forma, várias universidades do país oferecem os cursos citados por meio dos programas de pós-graduação, nos quais a OC, dada a centralidade que ocupa na CI, é abordada.

Nesse contexto, observa-se o surgimento de estudos com enfoque na OC enquanto área de pesquisa e ensino, os quais, por exemplo, buscaram compreender o processo de institucionalização sociocognitiva da área (ARBOIT, 2014; MARTINS, 2014). Martins (2014) mesclou metodologias da análise de domínio com análises bibliométricas, estudos históricos e epistemológicos. Já Arboit (2014), o fez por meio de análise da linguagem utilizada pela comunidade científica e se valendo de aporte teórico relacionado ao Círculo de Bakhtin.

Arboit (2014) se debruçou na Análise do Discurso (AD) da OC por meio dos temas e trabalhos publicados nos eventos da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO) – principal instituição de pesquisa, em nível internacional, relacionada à área. Arboit (2014, p. 239) concluiu, entre outros apontamentos, que “se não há neutralidade na organização e representação, tampouco há neutralidade no processo de produção do conhecimento” e sugeriu que se realizem pesquisas sob essa orientação.

Observa-se, ainda, que a CI, enquanto área integrante das ciências sociais, com elementos oriundos das ciências humanas, as quais são caracterizadas por Bakhtin (2003)¹⁰ como ‘ciências do texto’, já há algum tempo tem se valido de propostas

⁸ Ressalta-se que, conforme a classificação das áreas do conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a CI é uma área ‘guarda-chuva’ que contempla a Biblioteconomia e Arquivologia, áreas estas que possuem cursos oferecidos em nível de graduação.

⁹ A Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais implementou, no ano 2000, o curso de graduação em Ciência da Informação, que foi descontinuado alguns anos depois. Acredita-se que uma das razões seja o fato de que os/as profissionais dele egressos enfrentaram dificuldades no mercado de trabalho da área, já que não podiam atuar enquanto bibliotecários/as, devido a Lei que regulamenta esta profissão e, a CI, enquanto curso de graduação, não possuía, até então, mercado bem delineado.

¹⁰ “Estamos interessados na especificidade do pensamento das ciências humanas, voltado para pensamentos, sentidos e significados dos outros, etc., realizados e dados ao pesquisador apenas

teóricas e metodológicas da AD para a realização de estudos nacionais e internacionais (FREITAS, 2010), como se observa em análise realizada por Silva e Baptista (2015) da produção científica da área.

Isso se deve, em grande parcela, ao fato de que a AD possibilita uma visão ampla de ‘texto’ o que converge para melhor compreensão dos registros informacionais e, conseqüentemente, para o entendimento da informação como um elemento social. Contudo, como Freitas (2010) esclarece:

[...] apesar da vigorosa e crescente utilização da Análise do Discurso [...] pelo campo informacional, [...] tanto do Brasil quanto internacionalmente, verificamos lacunas com relação à sua visibilidade e quanto à sistematização das contribuições e desafios que a AD efetiva e potencialmente oferece a este campo do saber. (FREITAS, 2010, p. 33).

Acredita-se que os estudos de cunho linguístico e discursivo na CI podem ser ampliados e aprofundados por meio da utilização de outras abordagens relacionadas à AD, sobretudo aquelas caracterizadas como críticas (FAIRCLOUGH, 2001, 2003), as quais se apropriam tanto dos aspectos linguísticos quanto daqueles relacionados à análise e crítica social.

Nesse contexto, parte-se da consideração de que o discurso não é uma atividade puramente individual ou o simples reflexo de variáveis situacionais (FAIRCLOUGH, 2001), mas que é uma instância com forte dimensão linguística e, que não se esgota nessa, uma vez que também é “um dos momentos das práticas sociais” (FAIRCLOUGH, 2001) e, portanto, socialmente construído e socialmente constitutivo.

Uma abordagem de AD que possibilita essa leitura é a Análise de Discurso Crítica (ADC), de linha britânica, abordada, em especial pelo pesquisador, Norman Fairclough¹¹. A ADC compreende a linguagem como parte irredutível da vida social e considera que “as práticas discursivas em mudança contribuem para mudar o

sob a forma de texto. Independentemente de quais sejam os objetivos de uma pesquisa, só o texto pode ser o ponto de partida” (BAKHTIN, 2003, p. 308).

¹¹ Norman Fairclough, linguista e professor emérito da Universidade de Lancaster na Inglaterra, atualmente aposentado, mas contribuindo em grupos de pesquisa e como docente convidado, é um dos criadores da análise de discurso crítica. Em seu perfil no site da Universidade de Lancaster, o autor se afirma como: “I no longer have a formal teaching programme, but I contribute to a course in Critical Discourse Analysis on the MA in British Cultural Studies in Bucharest, and teach intensive courses in CDA at doctoral level (most recently in Denmark) which are adapted to interdisciplinary social research, and are suitable for research students in a variety of social science disciplines and areas” LANCASTER UNIVERSITY. Institute for Advanced Studies. 2014. Disponível em: <<http://www.lancaster.ac.uk/ias/profiles/norman-fairclough>>. Acesso em: 16 set. 2017.

conhecimento” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 27) que, por sua vez, também modifica e é modificado pelas práticas sociais.

Nesse sentido, a ADC compreende o discurso sob ótica dialética, a partir de duas acepções: uma de cunho mais abstrato, relacionado a um dos momentos das práticas sociais (ao momento semiótico) e, a outra, de cunho mais específico, relacionada a formas particulares de representação de aspectos do mundo. A primeira é normalmente descrita como Discurso, com inicial em letra maiúscula, e, a segunda, como discurso(s)¹², ora no singular, ora no plural, mas com a inicial em letra minúscula. A partir dessa parte da tese, se realiza uso dessa diferenciação para caracterizar o uso do termo.

Essa diferenciação é de fundamental importância para compreensão da teoria crítica do discurso prevista na ADC, uma vez que implica distintas formas de se olhar o(s) D(d)iscurso(s), mas converge no sentido de que em ambas ele é considerado tanto linguística, quanto socialmente construído. Uma forma simples de assimilar esses sentidos é por meio do entendimento de que o(s) discurso(s) constituem um dos momentos internos do Discurso.

Assim a relação entre conhecimento, Discurso e práticas sociais faz com que se aproxime o estudo da OC ao da ADC, já que a OC, enquanto prática social, possui uma vertente potencialmente discursiva, sobretudo na abordagem a ela conferida na CI – cujo enfoque baseia-se na representação para posterior recuperação e acesso.

Considerado esse cenário, apresenta-se como temática central dessa pesquisa a possibilidade de se compreender aspectos relacionados à dimensão discursiva da OC, isto é, uma análise crítica, orientada por questões linguísticas e sociais, de como as representações em torno da OC têm sido construídas na CI brasileira.

Para tanto se buscou aportes na literatura da CI, em especial trabalhos voltados para a OC e suas diversas frentes de estudo e, também, na ADC¹³. Esta se trata

¹² Para essa segunda acepção de discursos, sob ótica mais concreta, são encontrados alguns exemplos nas obras de Fairclough: discurso do novo capitalismo (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 2003); discurso do Thatcherismo – referindo-se ao período de governo de Margaret Thatcher na Inglaterra (FAIRCLOUGH, 2003); discurso feminista (FAIRCLOUGH, 2003).

¹³ A sigla ADC é utilizada para uma série de estudos que possuem em comum a análise de questões discursivas conjugada com análises sociais críticas. Entretanto, não há uma só forma de fazer ADC, isto é, não se trata de um método a ser aplicado uniformemente a toda e qualquer análise. Dessa

provavelmente de uma abordagem inédita no âmbito da CI, já que, conforme mencionado, outras formas de AD são utilizadas na área – com destaque, em âmbito nacional, para os trabalhos de Freitas¹⁴ (2010, 2001), mas não foram recuperados trabalhos nos quais tenham sido empregadas abordagens da ADC, seja de linha britânica ou de outras linhas existentes (SILVA; BAPTISTA, 2015).

Para realização do estudo, objeto desta tese, em nível empírico, o foco centrou-se nas representações referentes à OC presentes nos programas de pós-graduação brasileiros vinculados à área da Ciência da Informação e nos grupos de pesquisa a eles vinculados, conforme recorte descrito mais à frente (ver capítulo 2). Dá-se prosseguimento a esta introdução com a apresentação do problema que motivou a pesquisa.

1.1 PROBLEMA

Dado que a Organização do Conhecimento é uma área de pesquisa, ensino e de atividades práticas relacionadas à Ciência da Informação, bem como por ser intrinsecamente vinculada aos estudos linguísticos, filosóficos e sociais, apresenta-se como questão norteadora desta pesquisa:

- De que maneira se estabelecem as relações na dimensão discursiva da Organização do Conhecimento abordada nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação brasileiros?

1.2 PRESSUPOSTOS

Sob a problemática apresentada, as asserções, a seguir, configuram-se como pressupostos desta pesquisa:

forma, esclarece-se que este estudo se baseia, em especial nos textos de Chouliaraki e Fairclough, (1999), Fairclough, 2001 e Fairclough, 2003.

¹⁴ Lídia Sílvia de Freitas é professora associada do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Informações disponíveis na Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1168388763137714>. Acesso em: 19 jan. 2017.

- A Organização do Conhecimento é uma área de ensino e pesquisa, bem como de atividades práticas, constituindo-se como uma prática social que possui o Discurso como um de seus momentos.
- O desenvolvimento histórico-conceitual da Organização do Conhecimento no Brasil contempla diferentes relações, o que tem efeito nas formas de se perceber e de se realizar a representação da área.
- A tendência da Organização do Conhecimento em se desenvolver com predomínio de abordagens orientadas para as tecnologias de informação e comunicação (TIC) em detrimento das abordagens orientadas para as bases teóricas do processo classificatório, derivadas da Biblioteconomia e dos estudos filosóficos.

1.3 OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Considerando a problemática e os pressupostos apresentados, tem-se como objetivo geral da pesquisa:

- Analisar as relações representadas pelas articulações sociodiscursivas presentes na OC enquanto área de pesquisa, ensino e atividades práticas relacionadas à CI no Brasil.

A partir do qual se estabelecem os seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever os principais aspectos do quadro teórico da Organização do Conhecimento enquanto área de ensino, pesquisa e atividades práticas relacionadas à CI;
- b) Descrever a proposta teórico-metodológica da Análise de Discurso Crítica com ênfase no significado representacional;
- c) Descrever como a OC está representada, enquanto área de pesquisa, ensino e atividades práticas, nos PPGCI brasileiros vinculados à CI sob a ótica da Análise de Discurso Crítica.

- d) Analisar as relações presentes na representação discursiva da OC nos PPGCI brasileiros sob a ótica da Análise de Discurso Crítica.

1.4 JUSTIFICATIVA

Em complemento aos argumentos apresentados nas seções anteriores, este estudo que se volta para a análise dos aspectos relacionados à dimensão discursiva da OC, se legitima pelo papel atribuído à linguagem na sociedade contemporânea, o que, conseqüentemente, também está relacionado com o desenvolvimento da CI e da OC, dada a centralidade que esta ocupa na área.

A OC atua como conexão entre domínios do conhecimento e, também, entre comunidades discursivas, de acordo com o conceito elaborado por Hjørland e Albrechtsen (1995), que as percebem relacionadas às relações de trabalho vigentes na sociedade.

Se no ambiente informacional predominante até o final do século XX os suportes informacionais físicos já demandavam técnicas e instrumentos de recuperação da informação integrados, com o advento da Internet e das novas formas de interação tornaram-se prementes, já que a escrita digital potencializa as relações entre os indivíduos que lidam com os objetos informacionais, tanto em número, quanto em complexidade.

A compreensão da mediação que os sistemas de informação computacionais exercem nas diversas práticas sociais contemporâneas tem se tornado de fundamental importância, já que estão presentes, desde a validação de um tíquete de metrô ao funcionamento de um automóvel, isto é, os sistemas de informação nos circundam:

Os computadores estão transformando a forma como as pessoas se comunicam, fazem negócios, gostam de se entreter e se educam sobre a própria Tecnologia da Informação. Esta evolução tecnológica não só teve um profundo impacto na comunidade empresarial, mas também na vida privada e profissional.¹⁵

¹⁵ In: Information Technology, *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*, p. 7473-7474. Texto original: "Computers are transforming the way people communicate, do business, like to entertain, and educate Information Technology themselves. This technological evolution has

Isso implica considerar que os métodos e instrumentos que fundamentam a OC estão conjugados com as necessidades sociais dos indivíduos, mas também com aquelas de setores da sociedade que objetivam se beneficiar daquilo que vier a ser recuperado como potencial elemento informativo.

Nesse sentido, investigar a OC implica refletir sobre as perspectivas e escolhas, muitas vezes despercebidas pelo caráter técnico que a elas é atribuído, sobre as quais o acesso a informações se dá, isto é, o que se recupera na interação com um sistema de informação representa uma escolha já parcialmente realizada, seja no âmbito daquilo que o compõe, seja na representação empregada para a informação.

Citam-se, como exemplo cotidiano, as pesquisas realizadas em grandes motores de busca¹⁶ da Internet. Estas, em sua maioria, se valem de instrumentos de OC como ontologias e taxonomias e, nada possuem de neutras, já que para estruturação do resultado analisam, em muitos casos, não apenas o termo usado pelo indivíduo, mas todo o comportamento deste na rede e, também, aspectos georeferenciais, entre outros, aliados a questões mercadológicas, comercialização de dados e ao financiamento de anúncios.

Dessa forma, pode-se afirmar que a dimensão discursiva da OC é fortemente influenciada pelo desenho socioeconômico atual, uma vez que a forma como a linguagem é utilizada constitui um elemento de destaque das práticas sociais contemporâneas.

Não se pode pensar que exista uma relação de equivalência e imparcialidade na maneira como a área é representada, mas sim que existam assimetrias nas relações que transitem entre esta ou aquela representação.

Trazidos esses aspectos para a CI e compreendendo-se esta como uma Ciência Social Aplicada que objetiva possibilitar a recuperação da informação e, assim, dar acesso aos conteúdos informacionais, sobretudo em um momento em que se privilegia a promoção da cidadania e, a consequente emancipação dos indivíduos, estudar a OC enquanto área central da CI, também implica contribuir para o desenvolvimento da área.

not only had a profound impact on the business community, but also on private and professional lives”.

¹⁶ Ferramentas computacionais que auxiliam na recuperação de informações na Internet. O Google representa um dos exemplos contemporâneos mais conhecidos de motores de busca.

Hjørland (2012b, p. 309, tradução livre) afirma que “uma das mais importantes funções das bibliotecas – e da OC, é possibilitar que diferentes vozes sejam ouvidas”. Para que isso ocorra, não basta que se promova o desenvolvimento de novos instrumentos e tecnologias, tal como se tem assistido nos últimos anos, em nível acadêmico e profissional em diversas áreas.

Considera-se necessário e premente a promoção de análises de como a OC tem se constituído enquanto área de ensino, de pesquisa e de atividades práticas, uma vez que a forma como os/as pesquisadores/as que nela atuam a representam discursivamente, sejam docentes, discentes ou profissionais, interage com as pesquisas que promovem e com as práticas de ensino que adotam.

E qual a justificativa para a escolha do ambiente de pós-graduação? A CI no Brasil é apresentada como área de estudo formal apenas em nível de pós-graduação *stricto sensu*. Conforme mencionado, as bases teóricas do processo classificatório estudadas na Biblioteconomia – curso oferecido no Brasil em nível de graduação (bacharelado), serviram de fundamento aos estudos da OC.

Dessa forma, para que se pudesse conhecer a representação contemporânea da OC enquanto prática social, um dos caminhos percebidos foi o ambiente de pós-graduação, já que neste são desenvolvidos elementos de ensino, de pesquisa e de atividades práticas que refletem a estruturação da área em nível nacional e, mesmo, a influência recebida de programas e instituições internacionais.

1.5 INTERESSE DA AUTORA PELA TEMÁTICA

O interesse pelos estudos relacionados àquilo designado como Organização do Conhecimento no âmbito da CI me¹⁷ acompanha desde o bacharelado em

¹⁷ Na escrita científica é recorrente a orientação de se evitar o uso de linguagem na primeira pessoa do singular e, se privilegiar a redação na terceira pessoa do singular, já que por meio dessa ação demonstra-se neutralidade/impessoalidade sobre o conteúdo apresentado. Entretanto, esse fato tem sido fortemente questionado, inclusive por autoridades no assunto, como a *American Psychology Association* (APA), já que o texto foi escrito por um indivíduo e representa não só o levantamento teórico por ele realizado, mas também seu posicionamento sobre a questão. Essa pesquisa foi escrita na terceira pessoa, uma vez que essa é a forma na qual os trabalhos em CI são, em sua maioria, apresentados, mas por se tratar de um relato baseado estritamente na experiência de vida da autora, nessa seção se manteve a primeira pessoa do singular. Sugere-se

Biblioteconomia, concluído em 2005, na Universidade Federal de Minas Gerais. À época tive a oportunidade de participar do Programa de Iniciação à Docência (PID) como monitora na disciplina de Classificações Bibliográficas, o que me permitiu conhecer possibilidades de estudos e de atividades relacionados à OC para as práticas desenvolvidas na Biblioteconomia e na CI e, também, na interface destas com outras áreas do conhecimento.

Em função dessa trajetória, comecei a me questionar sobre o conceito, surgimento e desenvolvimento da OC. Essa provocação resultou em pesquisa sobre categorias e facetas que desenvolvi em nível de mestrado, estudo que contribuiu para que eu compreendesse melhor as bases teóricas dos modelos categoriais na OC.

Contudo, por meio da pesquisa de dissertação também pude perceber que, em muitos casos, como no estudo realizado das categorias de Ranganathan¹⁸, os modelos categoriais são descritos como soluções aplicáveis a todo e qualquer domínio, o que me trouxe inquietudes sobre o caráter sociodiscursivo da OC.

Em continuidade a esses questionamentos e, com a presença nesse ambiente dinâmico e incerto por meio do qual a OC tem se desenvolvido – inovações tecnológicas, instabilidade de suportes, questões sobre o acesso à informação, entre outras – procurei me aprofundar no entendimento da relação existente entre esta área e a linguagem. Nesse sentido, realizei disciplinas vinculadas à temática na Faculdade de Ciência da Informação (FCI), durante a fase inicial do doutorado em Ciência da Informação, na Universidade de Brasília.

Desses estudos, pude perceber que a vinculação tradicional entre a OC e as questões linguísticas tem sido construída por meio de aportes morfológicos, sintáticos, semânticos, terminológicos, sociolinguísticos e, também, vinculados à análise do discurso (AD), com predominância daquela, por alguns/as designada, como AD de linha francesa (FREITAS, 2010; SILVA; BAPTISTA, 2015).

A AD respondia a muitas de minhas inquietações e encontrei trabalhos nos quais ela foi abordada com grande maestria, como os de Freitas (2010, 2001), mas ainda

que o tema seja retomado na CI, pois, como defendido nesse trabalho, a mudança discursiva é uma das formas de transformação das práticas sociais e de empoderamento dos indivíduos.

¹⁸ Shiyali Ramamritam Ranganathan: Bibliotecário e matemático indiano considerado o pai dos fundamentos teóricos da classificação, em especial pela publicação da obra *Prolegomena to library classification*, em 1937.

assim não me senti satisfeita. Acredito que essa insatisfação se deva ao fato de que a relação existente entre conhecimento – linguagem – representação tem se tornado cada dia mais complexa e desafiante, em especial para os profissionais da informação – classe em que me situo, na medida em que trabalhamos com sistemas e acervos bastante demandados pela sociedade. Não nos basta organizar, é preciso organizar para promover o acesso – ações, incondicionalmente, vinculadas à OC.

Com o propósito de maior entendimento das relações existentes entre a OC e a linguagem, busquei assimilar conteúdos relacionados à temática, ainda que externos ao programa da FCI. Nesse sentido, tive acesso ao Centro de Estudos Multidisciplinares (CEAM) e ao Instituto de Letras da UnB, ambientes nos quais cursei disciplinas em que linguagem, discurso, conhecimento e pesquisa social constituíam a temática central.

Entre os conteúdos apreendidos situa-se a Análise de Discurso Crítica (ADC) que me pareceu muito interessante devido a forma com que, em nível teórico, considera o caráter dinâmico da linguagem, bem como pelas aplicações analíticas percebidas na literatura, na interação com as professoras e, também com os/as colegas de classe. Nesse momento, junto com a orientadora, decidimos expandir os estudos linguísticos da OC, baseados na AD, por meio do emprego da ADC de linha britânica.

Uma vez que não foram recuperados trabalhos no âmbito da Biblioteconomia e da CI que tivessem utilizado a ADC como método, o desafio se fez grande, inclusive pela complexidade envolvida na aplicação de categorias linguísticas e sociais, por uma não linguista.

Nesse aspecto, o problema foi amenizado pelas leituras realizadas, já que o próprio estudioso pioneiro na estruturação da ADC a aponta como uma possibilidade teórico-metodológica para linguistas e não linguistas (FAIRCLOUGH, 2003), e que pode ser adaptada às necessidades de cada estudo.

Assim, o desafio foi assumido e tal como a Organização do Conhecimento é parte hoje da minha vida profissional e pessoal, a ADC assim tem se tornado, já que acredito que ambas me possibilitam ter uma postura mais cidadã, crítica e posicionada em relação à complexidade da vida contemporânea.

Acrescento ainda como motivação e ganho pessoais desse estudo o entendimento de que tanto a OC, quanto a ADC são amplamente exploráveis, pois informação, conhecimento, linguagem e discursos medeiam nossa existência.

1.6 ESTRUTURA CAPITULAR

Além dessa contextualização inicial da pesquisa – 1 Introdução, a tese está organizada em outros 6 capítulos e nas seções pós-textuais. Estrutura construída com a finalidade de facilitar a leitura do trabalho a partir da visão da autora quanto à temática tratada.

O capítulo 2, Percurso metodológico, objetiva apresentar as escolhas metodológicas da pesquisa. Nele são descritos os elementos considerados para seleção dos programas de pós-graduação e, dos grupos de pesquisa estudados, bem como as fontes dos textos selecionados para análise.

Com o objetivo de subsidiar o estudo e a análise da OC, a área é descrita e caracterizada no capítulo 3. Nele são apresentadas considerações primárias sobre o conhecimento e a informação, com o intuito de situar o/a leitor/a sobre diferentes visões presentes nos estudos da Biblioteconomia e da CI e, demonstrar aquela selecionada como norte neste estudo. Após essas considerações é apresentada a contextualização teórica e institucional que possibilita compreender como surge a OC enquanto área de pesquisa e ensino na CI, as principais abordagens pelas quais é estudada e, ainda, instituições de destaque no desenvolvimento de sua história.

No capítulo 4 é apresentada a Análise de Discurso Crítica (ADC). Inicialmente, é descrita a contextualização de como surgiram os estudos da área, quem foram os/as principais teóricos/as nesse processo e as concepções básicas que a norteiam. Destas dá-se destaque a descrição dos significados da linguagem, em especial ao de cunho representacional – considerado de especial interesse para essa pesquisa. Por fim, são apresentadas as categorias analíticas percebidas como de fundamental importância aos propósitos dessa pesquisa: a) vocabulário e significado da palavra, b) interdiscursividade e c) representação de eventos e de atores sociais.

Contextualizada a proposta de pesquisa e expostos os aportes teóricos que a subsidiam, são apresentados os capítulos de descrição, análise e discussão: 5 e 6. No primeiro, as categorias citadas no parágrafo anterior são aplicadas à realidade mais abrangente dos programas de pós-graduação: as áreas de concentração e linhas de pesquisa. Já no capítulo 6, a análise se volta para as descrições dos grupos de pesquisa dos PPGCI selecionados para estudo e identificados como aqueles mais próximos da OC.

As considerações apresentadas no capítulo 7 objetivam trazer à tona reflexões que se destacaram ao longo da pesquisa e que tenham proximidade com os objetivos e pressupostos descritos nessa Introdução. Em lugar de constituírem apontamentos finais do trabalho, se mostram como uma fotografia provisória que pode possibilitar a construção de novos olhares e, conseqüentemente, a ampliação dos estudos discursivos na OC.

Por fim, são apresentados os elementos pós-textuais: referências, apêndices e anexos, que apresentam informações complementares para a compreensão da trajetória da pesquisa.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

O

*contexto institucional do
conhecimento é parte essencial de
sua história.*

(BURKE, 2003, p. 44).

O percurso metodológico de uma pesquisa é o momento no qual o/a pesquisador/a apresenta o conjunto de escolhas, reflexões e apropriações realizadas tendo em vista a forma como a problemática, os pressupostos e os objetivos foram considerados. Não se constitui como uma parte distinta, pois a partir da seleção da revisão de literatura e do referencial teórico se realizam escolhas por meio de algum método.

Desde o surgimento da ciência, reivindica-se uma postura imparcial e neutra dos/as pesquisadores/as, o distanciamento do objeto de pesquisa, como se, ao selecionar temas, métodos e técnicas o indivíduo se desvinculasse de sua identidade. Essa neutralidade não é percebida na realidade, o que também não resulta em arbitrariedade, mas sim, na consideração de que as escolhas são realizadas por indivíduos sociohistoricamente situados, isto é, de acordo com o lugar que ocupam no mundo.

Nesse sentido, por se abordar informação, conhecimento e linguagem a partir das ciências sociais aplicadas e das ciências da linguagem e, por se ter como autora do trabalho uma profissional da área de Biblioteconomia que compreende a informação em perspectiva social e dinâmica, o desenvolvimento da metodologia não foi realizado no sentido de mapear regularidades ou padrões absolutos nos dados e nos objetos analisados.

A configuração empregada foi a de construção de um ambiente de pesquisa iterativo¹⁹ que se remodelasse e estruturasse a partir de seu próprio desenvolvimento, sem a existência de cronograma rígido e pronto a ser cumprido. Partiu-se do entendimento de que:

A pesquisa em ciências sociais [considerando-se a Ciência da Informação como uma ciência social aplicada] lida com pessoas e seus contextos de vida, bem como com questões filosóficas relacionadas à natureza do conhecimento e da verdade (epistemologia), dos valores (axiologia) e do ser (ontologia) que embasam os critérios e as atividades humanas. Difere da pesquisa em ciências naturais em decorrência deste foco nas pessoas – indivíduos e grupos – e no seu comportamento dentro de culturas e organizações que variam amplamente em termos sociais e históricos. Há imprevisibilidade no comportamento dos seres humanos. [...]. Uma vez que a experiência humana se caracteriza pela complexidade, os pesquisadores de ciências sociais têm de trabalhar com teorias e métodos que levem isso em conta. (SOMEKH et al., 2015, p. 27).

¹⁹ Apropria-se da palavra iterativo no sentido a ela atribuído pela álgebra, conforme o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*: “processo de resolução de uma equação mediante operações em que sucessivamente o objetivo de cada uma é o objeto da que a precede” (2007, p. 1660).

Ainda que não se considere a existência rígida de dicotomia entre as ciências sociais e as ciências naturais, dado que na contemporaneidade o que se percebe é o cruzamento entre diferentes saberes, a proposta de se utilizar uma abordagem e, conseqüentemente, teorias e métodos que levassem em conta a complexidade da experiência humana, fez com que se desenvolvesse uma pesquisa de cunho analítico e predominantemente qualitativa. Por meio dessas escolhas acreditou-se que a complexidade, mencionada por Somekh (2015), pudesse ser melhor compreendida.

A abordagem qualitativa não é percebida como concorrente da quantitativa (TRIVIÑOS, 2013), já que, como mencionam Bauer, Gaskell e Allum (2002), trata-se esta de uma “polêmica estéril”, pois “não há quantificação sem qualificação” e “não há análise estatística sem interpretação”. Em verdade, “o teor de qualquer enfoque qualitativo que se desenvolva será dado pelo referencial teórico no qual se apoie o pesquisador” (TRIVIÑOS, 2013, p. 125).

Dessa forma, dentre o conjunto de fatores que fazem com que a abordagem adotada seja caracterizada como mais próxima da qualitativa situam-se as escolhas teóricas (pautadas, em especial na consideração da OC como relevante área de ensino e pesquisa da CI, e também, como uma prática social²⁰ que possui como um de seus momentos o Discurso), bem como o desenho da problemática apresentada. Como menciona Flick:

Os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa consistem na escolha adequada de métodos e teorias convenientes; no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas; nas reflexões dos pesquisadores a respeito de suas pesquisas como parte do processo de produção de conhecimento; e na variedade de abordagens e métodos. (FLICK, 2009, p. 23).

Em relação à variedade de abordagens e métodos, mencionada por Flick (2009), esclarece-se que a pesquisa transita entre descritiva e objetiva, conforme os objetivos que se propôs a atingir. Além disso, no que se refere à fonte dos dados utilizados para a análise, buscou-se métodos que trouxessem aproximações da realidade e que também representassem oficialmente a área de OC. Por esse motivo, somada à pesquisa bibliográfica, utilizou-se a pesquisa documental:

²⁰ Como expresso nos pressupostos da pesquisa descritos na Introdução.

[...] os documentos aportam informação diretamente: os dados estão lá, resta fazer sua triagem, criticá-los, isto é, julgar sua qualidade em função das necessidades da pesquisa, codificá-los ou categorizá-los... (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 167).

Interessante notar que o termo *documento*, como suporte à pesquisa documental, é compreendido de maneira abrangente, como um “termo que engloba todas as formas de traços humanos [...] o termo designa todas as fontes de informação já existentes” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 166).

Entretanto, a pesquisa documental realizada não consistiu em somente recuperar fontes já publicadas como documentos oficiais, relatórios e tabelas, mas também na ação de construir conjuntos documentais dispersos em várias fontes para que se pudesse analisá-los de forma inter-relacionada. A descrição das fontes dos dados será realizada ainda neste capítulo. Em relação ao universo de pesquisa, esclarece-se que ele abrangeu os programas de pós-graduação em Ciência da informação (PPGCI), descritos na seção 2.1.1 e, os grupos de pesquisa a eles relacionados, descritos na seção 2.1.2.

Em síntese, os principais conceitos que nortearem o percurso metodológico da pesquisa consistiram na busca por princípios da abordagem qualitativa – maior enfoque na interpretação do objeto e situando-o no respectivo contexto, com quadro teórico e pressupostos sem estrutura rígida, objetivos vinculados à descrição e à explicação do tema e, também, o uso de mais de um método, já que apesar de a fonte dos dados ter sido obtida via fontes oficiais, também foi estruturada e construída pela autora.

Apresentadas estas considerações sobre a metodologia, segue-se com a descrição do universo de pesquisa e demais elementos a ele relacionados.

2.1 UNIVERSO DE PESQUISA

Conforme epígrafe deste capítulo o contexto institucional é fundamental para a compreensão do conhecimento e, conseqüentemente, das representações sobre ele construídas. Por esse motivo e, levando-se em consideração que a OC no âmbito da CI apresenta-se enquanto área de pesquisa e ensino no Brasil, em nível de pós-

graduação *stricto sensu*, o universo escolhido para estudo foram os programas de pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) nacionais e alguns grupos de pesquisa a eles vinculados. Nas subseções apresentadas, a seguir, estão descritas estas instâncias, bem como os critérios de seleção adotados para o recorte selecionado e as fontes de informação foco da análise.

2.1.1 Programas de pós-graduação em Ciência da Informação

No início do mês de dezembro de 2016, 19 instituições brasileiras constavam na Plataforma Sucupira como responsáveis por 22 programas de pós-graduação em CI, em nível *stricto sensu*, recomendados e reconhecidos pela Capes, conforme expresso na Tabela 1:

Tabela 1 – Dados quantitativos dos programas recomendados e reconhecidos em CI

Instituição de Ensino	UF	Total de Programas de pós-graduação					Totais de Cursos de pós-graduação			
		Total	ME	DO	MF	ME/DO	Total	ME	DO	MF
FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA (FCRB)	RJ	1	0	0	1	0	1	0	0	1
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)	DF	1	0	0	0	1	2	1	1	0
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)	SP	2	0	0	1	1	3	1	1	1
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC)	SC	1	0	0	1	0	1	0	0	1
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)	PR	1	1	0	0	0	1	1	0	0
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" (UNESP)	SP	1	0	0	0	1	2	1	1	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)	BA	1	0	0	0	1	2	1	1	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)	PB	1	0	0	0	1	2	1	1	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)	MG	2	0	0	0	2	4	2	2	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)	PE	1	1	0	0	0	1	1	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)	SC	1	0	0	0	1	2	1	1	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)	SP	1	1	0	0	0	1	1	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA)	CE	1	0	0	1	0	1	0	0	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)	CE	1	1	0	0	0	1	1	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)	RJ	2	0	0	2	0	2	0	0	2
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)	PA	1	1	0	0	0	1	1	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)	RJ	1	0	0	0	1	2	1	1	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)	RN	1	0	0	1	0	1	0	0	1
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)	RJ	1	0	0	0	1	2	1	1	0
Totais		22	5	0	7	10	32	15	10	7

ME: Mestrado Acadêmico
DO: Doutorado
MF: Mestrado Profissional
ME/DO: Mestrado e Doutorado

Fonte: CAPES, Plataforma Sucupira, 2017²¹ ²².

²¹Disponível em:

<<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoles.jsf?areaAvaliacao=31&areaConhecimento=60700009>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

2.1.1.1 Critérios de seleção

Dessa forma, para delimitar o universo de estudo, foram selecionados os PPGCI com notas²³ entre 6 (seis) e 5 (cinco) na avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) da Capes, a saber:

1. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho/Campus Marília (Unesp),
2. PPGCI da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG),
3. PPGCI da Universidade de São Paulo (USP), e
4. PPGCI da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/ Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

As instituições selecionadas para estudo contemplam 6 dos 22 programas de pós-graduação e, 11 dos 32 cursos apresentados na Tabela 1. A USP e a UFMG possuem cada uma delas dois programas de pós-graduação, mas ressalta-se que para essa pesquisa foram considerados apenas os PPGCI. Já o IBICT e a Unesp contemplam, cada, um PPGCI.

Além de estarem classificados no SNPG sob as notas descritas, os PPGCI sob enfoque possuem tradição de pesquisa em CI. O PPGCI do IBICT, por exemplo, foi o pioneiro no país, no ano de 1970, a oferecer curso de mestrado na área (PINHEIRO, 2007). Já o PPGCI da USP foi um dos precursores em relação à criação do curso de doutorado em CI no Brasil, em 1992.

O que também se objetiva com essa seleção é observar o desenvolvimento da OC na CI brasileira e, para tanto é fundamental que se possa analisá-la em programas de pós-graduação que tenham histórico de pesquisa e, conseqüentemente, tempo

²² Antes de finalizar-se essa tese verificou-se ter ocorrido a recomendação do mestrado profissional da Fundação Universidade Federal de Sergipe, logo a inserção de mais um curso no total descrito. Contudo, como os mestrados profissionais não eram alvo desse estudo, bem como pela nota atribuída pela Capes não estar na escala considerada a inserção desse curso na lista não alterou a pesquisa.

²³ A escala de classificação é comum a todas as áreas do conhecimento e estabelece como escore máximo a nota 7 e mínimo a nota 3, já que programas classificados com nota igual ou superior a 3 são recomendados pela Capes ao reconhecimento, ou à renovação do reconhecimento. “A Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação, na forma como foi estabelecida a partir de 1998, é orientada pela Diretoria de Avaliação/Capes e realizada com a participação da comunidade acadêmico-científica por meio de consultores ad hoc. A avaliação é atividade essencial para assegurar e manter a qualidade dos cursos de Mestrado e Doutorado no país. (FUNDAÇÃO CAPES, 2014, online)”.

de existência da OC como área de ensino e pesquisa, conforme o Quadro 1 explicita.

Quadro 1 – Caracterização dos PPGCI selecionados para estudo

PPGCI	Classificação Capes (2013-2015)	Ano de criação	
		Mestrado	Doutorado
Unesp	6	1998	2005
UFMG	6	1976	1997
USP	5	1972	1992
IBICT-UFRJ	5	1970	1994(2004)**

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações disponíveis no site da Capes, em mar. 2016.

* Data em que a pós-graduação foi retomada pela parceria IBICT e UFF.²⁴

2.1.1.2 Programas selecionados

A Unesp oferece os cursos de mestrado acadêmico, desde o ano de 1998 e, o doutorado, desde o ano de 2005. Ambos os cursos pertencem ao PPGCI e, possuem avaliação 6 no SNPG.

A UFMG, por meio do PPGCI, também oferece os cursos de mestrado acadêmico e doutorado, tendo o primeiro se iniciado no ano de 1976 (sob a designação de mestrado em Biblioteconomia, e alterado sua nomenclatura para a atual no ano de 1992) e, o segundo, no ano de 1997. Ambos os cursos são avaliados sob o escore 6 pelo SNPG da Capes. Ressalta-se que a Escola de Ciência da Informação, unidade na qual os grupos estão abrigados, recebeu essa designação no ano 2000.

No ano de 2016, outro programa de pós-graduação vinculado à CI foi aprovado pela Capes para funcionar na UFMG, a saber: o Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento (PPG-GOC). Com isso a instituição passou a contar com dois programas, como descrito anteriormente. Apesar disso, esse segundo programa não será objeto de análise desta tese por não atender aos critérios estabelecidos.

²⁴ “O primeiro curso, do IBICT, funcionou por mandato acadêmico e posteriormente em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, que vigorou até 2000, sendo a última turma selecionada nesse ano, mas para cursar o Programa em 2001. A partir de 2003 foi assinado novo convênio, desta vez com a UFF, tendo as primeiras turmas de mestrado e doutorado começado em 2004” (PINHEIRO, 2007). O programa do IBICT retornou à UFRJ no final de 2008.

A USP oferece os cursos de mestrado acadêmico e doutorado por meio do PPGCI, recomendados desde o ano de 2006 pela Capes, e, o curso de mestrado profissional por meio do programa de pós-graduação em Gestão da Informação (GI), recomendado desde o ano de 2016 pela Capes. Os dois primeiros são classificados no SNPG com nota 5 e, o segundo, possui nota 4.

O IBICT possui papel significativo na consolidação da pós-graduação em CI, já que foi a primeira instituição (à época, sob a designação de Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação - IBBD), em 1970, a oferecer o mestrado em CI na América Latina. Atualmente, oferece os cursos de mestrado acadêmico e o doutorado em CI. Este último teve início no ano de 1994. Ambos os cursos possuem escore 5 no SNPG.

2.1.1.3 Fontes das informações analisadas

Definido o universo de pesquisa fez-se necessário determinar em quais instâncias seriam realizadas as ações de descrição e análise. Nessa etapa da pesquisa os programas selecionados foram descritos com mais minúcia e caracterizados em relação a suas estruturas e a suas fontes de informação, tendo como base os conceitos que se sobressaíram da pesquisa bibliográfica sobre a OC (descrita no capítulo 3).

A base de dados documental na qual foram realizadas as consultas para levantamento das informações dos PPGCI foi a Plataforma Sucupira, gerida pela CAPES. A Plataforma Sucupira é uma ferramenta utilizada para a coleta de informações, realização de análises e avaliações e, conseqüentemente, serve como base de referência do SNPG (FUNDAÇÃO CAPES, 2014). Nela, as informações sobre os programas de pós-graduação brasileiros são apresentadas com maior precisão, transparência e rapidez.

Na Plataforma Sucupira foram levantadas informações sobre a classificação dos programas no SNPG, o nome das áreas de concentração (AC) e sobre linhas de

pesquisa (LP), bem como a data de início dos programas e quais os cursos oferecidos.

Em seguida, para agregar valor a essas informações, fez-se necessário consultar a página na Internet de cada um dos programas e recuperar mais informações sobre as áreas de concentração, linhas de pesquisa e outros elementos considerados relevantes, cotejando-os com aquilo recuperado na Plataforma Sucupira. A informação recuperada nas páginas dos PPGCI é de cunho mais detalhado e descritivo que aquela presente na Plataforma Sucupira, já que nesta constam apenas os nomes das AC e LP.

Esse conjunto de dados encontra-se compilado no Anexo A e analisado no capítulo 5. Ressalta-se que por meio da descrição e análise dos PPGCI, observou-se que os elementos presentes nas áreas de concentração, linhas de pesquisa e demais aspectos observados promoveram um entendimento abrangente, em nível macro, da representação da OC e que uma análise mais específica se fazia necessária. Nessa etapa da pesquisa, considerou-se oportuno analisar também os grupos de pesquisa relacionados à OC vinculados aos PPGCI selecionados. Os critérios de escolha e os grupos selecionados são objeto de descrição da próxima seção.

2.1.2 Grupos de pesquisa relacionados à organização do conhecimento

Para recuperação dos grupos de pesquisa foi realizada consulta no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil-Lattes²⁵, em março de 2016, com a aplicação dos filtros apresentados na Figura 1:

²⁵ O Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil constitui-se no inventário dos grupos de pesquisa científica e tecnológica em atividade no país. As informações nele contidas dizem respeito aos recursos humanos constituintes dos grupos (pesquisadores/as, estudantes e técnicos/as), às linhas de pesquisa em andamento, às especialidades do conhecimento, aos setores de aplicação envolvidos, à produção científica, tecnológica e artística e às parcerias estabelecidas entre os grupos e as instituições, sobretudo com as empresas do setor produtivo. Com isso, é capaz de descrever os limites e o perfil geral da atividade científico-tecnológica no Brasil. (FUNDAÇÃO CAPES, 2016).

Figura 1 – Filtros iniciais para a seleção dos grupos de pesquisa

Fonte: DIRETÓRIO dos Grupos de Pesquisa do Brasil-Lattes, 2016.

Em conformidade com os filtros aplicados²⁶, o resultado da consulta foi bastante abrangente, pois apresentou todos os grupos de pesquisa que possuíam a CI como área predominante, independente da instituição a que estivessem vinculados. Com a finalidade de refiná-lo, o resultado foi exportado em formato Excel com a descrição dos principais campos do Diretório (como instituição, grupo e área predominante).

Em seguida, os registros dos grupos de instituições não contempladas na pesquisa foram excluídos da planilha para que se pudesse analisar apenas a amostra correspondente aos PPGCI selecionados. A listagem resultante (ver APÊNDICE B) possuía todos os grupos dos PPGCI sob enfoque, no total 50 (IBICT – 18, USP – 14, UFMG – 7, Unesp – 11) o que tornou necessário o estabelecimento e a aplicação de novos critérios para a seleção dos grupos com vinculação com a OC a serem estudados.

Como o resultado da pesquisa no Diretório do CNPq apresentava apenas informações básicas dos grupos (nome, instituição e área predominante) tornou-se necessária a consulta à página de cada um dos grupos no Diretório para recuperação de informações que pudessem subsidiar a seleção daqueles que fossem mais representativos em relação à OC.

²⁶ Os mais específicos possíveis de serem aplicados tomando-se como norte o universo almejado.

Foram coletadas informações dos seguintes campos: repercussões (repercussão do trabalho do grupo de pesquisa) e linhas de pesquisa²⁷. Dos campos mencionados, apenas o de 'repercussões' é de preenchimento opcional, já que as linhas de pesquisa são de preenchimento obrigatório, de acordo com o *Manual do usuário: DGP – Diretório de Grupos de Pesquisa*, versão 1.0, sem data²⁸.

Antes de dissertar sobre o resultado da análise dos campos é importante mencionar a forma como os grupos de pesquisa estão descritos no Diretório, já que esses dados são fundamentais para se conhecer e monitorar o que está sendo pesquisado na área, bem como constituem fonte de informação fundamental nessa pesquisa.

O nome do grupo é aquele descrito com maior especificidade e clareza, já que, normalmente, é criado tendo em vista os objetivos aos quais pretende atender e, também, com o ideal de torná-lo único entre os demais grupos existentes. Há que se considerar que a atribuição de nomes muito abrangentes, como 'Informação, dados e conhecimento', ao mesmo tempo que amplia as possibilidades de estudo do grupo, dificulta a compreensão sobre temáticas mais específicas com as quais trabalha. Observação semelhante se faz em relação a grupos que selecionam nomes ou expressões muito específicas – como 'Biblioteca Disciplinada', já que dão entendimento mais restrito de sua área de atuação.

O campo repercussões é aquele que apresenta informações com maior variação. Alguns/as pesquisadores/as, a maioria deles/as, descreve as repercussões de forma textual com a apresentação dos avanços nos temas de pesquisa, das articulações e de novas frentes de trabalho. Em contrapartida e, com menos frequência, há aqueles/as que apresentam os objetos de entrega alcançados pela equipe do grupo, como livros e outros tipos de publicações.

Em relação às linhas de pesquisa, encontrou-se situação semelhante àquela descrita para o nome dos grupos de pesquisa, com o diferencial de que estas possuem hiperlink²⁹ que possibilita consulta a informações mais específicas como

²⁷ Ainda que o título do grupo indicasse referência específica a outra área da CI, como, por exemplo, o grupo 'Inteligência competitiva sob enfoque', a consulta na página específica a ele atribuída no Diretório foi realizada e as informações foram coletadas, já que, para inclusão ou exclusão de um grupo da listagem final, era fundamental o acesso a informações mais aprofundadas que o título.

²⁸ Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/manual-do-usuario/>>.

²⁹ Hiperlink localizado no termo 'Ações'.

objetivo e palavras-chave a elas relacionadas. Essa estrutura facilita a compreensão dos temas abordados pelo grupo.

2.1.2.1 Critérios de seleção

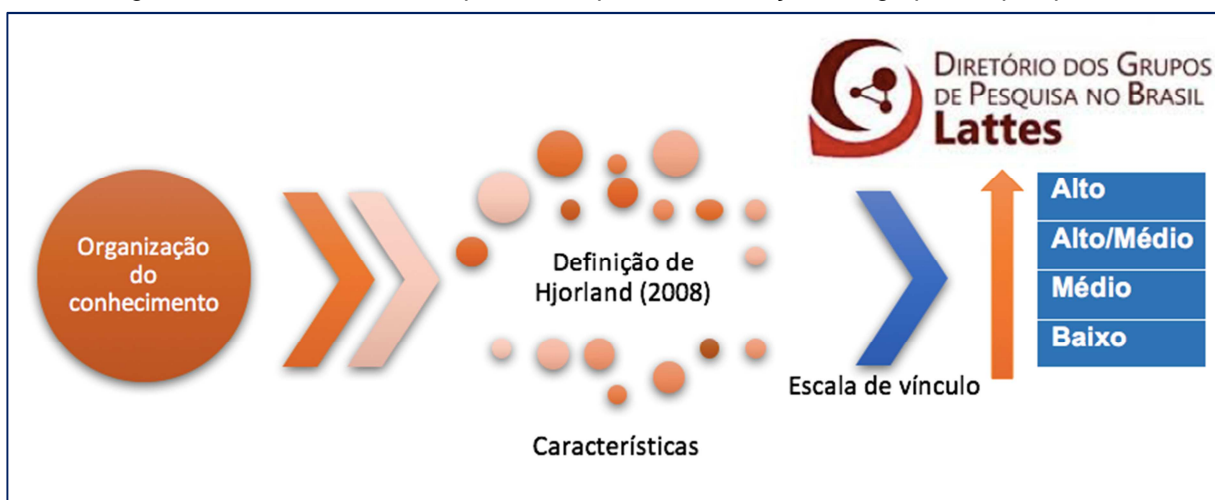
Para a seleção dos grupos de pesquisa a serem estudados foi estabelecida uma escala qualitativa baseada na presença de características e elementos observados no referencial teórico sobre a OC (ver capítulo 3), em especial aqueles presentes na definição de OC tomada como fundamento desta pesquisa, a saber:

[...] trata de atividades como documentação, indexação e classificação realizadas em bibliotecas, bancos de dados bibliográficos, arquivos e outros tipos de "instituições de memória" por bibliotecários, arquivistas, especialistas em informação, por algoritmos computacionais e leigos. A OC como campo de estudo diz respeito à natureza e qualidade dos processos de organização do conhecimento (POC), bem como os sistemas de organização do conhecimento (SOC) utilizados para organizar documentos, representações de documentos, obras e conceitos. A Biblioteconomia e a Ciência da Informação (BCI) constituem a disciplina central da OC neste sentido estreito (embora [a área] seja seriamente desafiada, por outros campos, como pela Ciência da Computação). (HJØRLAND, 2008, p. 86, tradução livre).

Em relação a escala é oportuno ressaltar que ela foi elaborada considerando-se o vínculo do grupo de pesquisa com a OC e para tanto foram propostas as seguintes categorias: alto, alto/médio, médio e baixo. Inicialmente, havia-se pensado apenas em três possibilidades – alto, médio e baixo, mas após a análise dos grupos percebeu-se que em cada PPGCI havia um comportamento diferenciado.

Isso implica dizer que programas com características mais acentuadas da definição de OC escolhida, como o da Unesp, não poderiam ter seus grupos classificados da mesma forma que programas como o da USP que, sob a definição de OC considerada, não necessariamente inclui grupos que possam ser caracterizados como possuidores de alto vínculo. Por esse motivo criou-se uma categoria intermediária entre o vínculo alto e o médio, designada alto/médio, conforme a Figura 2 retrata:

Figura 2 – Síntese da escala qualitativa aplicada na seleção dos grupos de pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

A escala foi aplicada a partir da leitura e análise realizada, pela autora, das informações sobre os grupos de pesquisa recuperados no DGP/CNPq. O Quadro 2 descreve, parcialmente, elementos considerados em cada um dos campos de descrição dos grupos de pesquisa analisados:

Quadro 2 – Elementos considerados na análise dos campos dos grupos de pesquisa

Campo	Elementos considerados
Nome do grupo	Análise do conjunto de palavras e de palavras e expressões isoladas como potencial elemento da relação do grupo com a definição de OC tomada como fundamento. Por exemplo, a presença de palavra ou expressão no título referente a outro campo de estudo da CI foi considerado indício do tipo de relação (fraca, intermediária ou forte) que ele possuía com a OC, como, 'Biblioteca escolar' ³⁰ .
Repercussões	A análise foi realizada de acordo com a informação apresentada no campo, por exemplo, se os dados apresentados eram de cunho textual tomava-se a mesma metodologia aplicada ao nome do grupo acrescida das perguntas mencionadas no parágrafo que antecede este quadro. Contudo, se o preenchimento do campo era feito com os objetos de entrega dos trabalhos do grupo, por exemplo, livros e outros tipos de publicações, buscava-se acesso ao documento para análise dos elementos que o caracterizavam, como apresentação, prefácio, sumário, introdução, entre outros.
Linhas de pesquisa	Tal como no nome do grupo, na análise das linhas de pesquisa foram consideradas as palavras em conjunto e isoladas, mas dado que este campo possuía um link com informações mais detalhadas, nos casos mais difíceis de decidir, foi consultada a página do hiperlink e avaliadas as informações disponíveis, obedecendo o critério de vinculação com o conceito de OC selecionado.

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

³⁰ O que de imediato não significava a exclusão do grupo da análise, mas da necessidade de se ter um olhar ainda mais cuidadoso dos outros campos observados.

O resultado da análise dos campos para seleção dos grupos de pesquisa é apresentado no APÊNDICE C.

2.1.2.2 Grupos de pesquisa selecionados

Aplicados os critérios, foram selecionados 11 grupos de pesquisa para estudo: 4 PPGCI Unesp, 2 PPGCI UFMG, 2 PPGCI USP e, 3 vinculados ao PPGCI IBICT, conforme exposto no Quadro 3:

Quadro 3 – Grupos de pesquisa selecionados

Instituição	Nome do grupo de pesquisa
Unesp	Análise Documentária
Unesp	Fundamentos Teóricos da Informação
Unesp	Linguagem, discurso e organização do conhecimento
Unesp	Representação Temática da Informação
UFMG	Fundamentos teóricos, metodológicos e históricos da Organização da Informação
UFMG	Núcleo de Estudos das Mediações e Usos Sociais dos Saberes e Informações em Ambientes Digitais (NEMUSAD)
USP	Núcleo de Pesquisa e Tecnologia em Produção Científica
USP	Bibliotheca Disciplinata
IBICT	Organização do conhecimento
IBICT	Organização do conhecimento e uso de tecnologias digitais em museus, arquivos e bibliotecas
IBICT	Teoria, Epistemologia e Interdisciplinaridade em Ciência da Informação

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Foram selecionados para estudo os grupos de pesquisa classificados na categoria 'alto' vínculo com a OC dos PPGCI do IBICT e da Unesp; os grupos de pesquisa classificados nas categorias 'alto' e 'alto/médio' vínculo com a OC da UFMG; e, os grupos de pesquisa classificados na categoria 'alto/médio' vínculo com a OC da USP.

Em relação a quantidade de grupos de pesquisa selecionados para estudo, a proposta inicial era a de selecionar apenas dois de cada instituição. Entretanto, durante a seleção, percebeu-se que considerados os critérios de escolha, a eleição

de um número fixo comum a todas as instituições não era adequada, já que um PPGCI poderia se dedicar mais a OC do que outro, sob a definição considerada. Por esse motivo, o número inicial foi desconsiderado após a análise e foram selecionados para estudo todos os grupos descritos no Quadro 3.

Ademais, ainda sob a consideração do número de grupos selecionados para estudo, ressalta-se que, diferentemente, de outras propostas, a ADC não se pauta no tamanho do universo em foco, mas no significado e no aprofundamento dado ao conteúdo sob análise.

Como a ADC se refere não só à forma, mas também à significação, ela exige que o texto seja tomado com mais pormenores, o que inviabiliza a eleição de grandes conjuntos. O entendimento é de que a constituição discursiva relacionada à OC está potencial e parcialmente retratada nos universos selecionados para estudo.

2.1.2.3 Fontes das informações analisadas

Como já descrito, a base do DGP do CNPq foi utilizada como fonte de informação principal para a obtenção de informações dos grupos de pesquisa. Além da consulta à página inicial de cada grupo e da compilação dos campos já descritos (a) repercussão dos trabalhos do grupo e b) linhas de pesquisa, também foram acessados os links no campo 'ações' das páginas das linhas de pesquisa e recolhidas as informações do objetivo da linha (campo textual) e das palavras-chave relacionadas, conforme a Figura 3 ilustra:

Figura 3 – Processo de captura de informações dos grupos de pesquisa

Repercussões			
Repercussões dos trabalhos do grupo			
<p>A biblioteca digital é um fenômeno técnico-social do final dos anos 1990. É uma evolução do processo de automação das bibliotecas iniciado nos anos sessenta. Entretanto, com o advento da Internet, a biblioteca digital passou a ter um papel preponderante, principalmente, na comunicação científica entre os pesquisadores e estudantes de todos os níveis. O grupo, criado em 2000, já teve inúmeras participações relevantes no cenário científico nacional e internacional. Componentes do Grupo já foram convidados a participar de eventos como palestras, além de terem difundidas suas pesquisas em publicações técnico-científicas e em eventos nas diversas áreas da Ciência da Informação. O Grupo se propõe a buscar subsídios metodológicos aplicáveis à biblioteca digital, englobando todas as fases do fluxo tradicional do documento numa biblioteca digital. Essas fases incluem os aspectos relacionados com: as definições de uma biblioteca digital, projeto e a arquitetura da informação, normas e padrões</p>			
Participação em redes de pesquisa			
Rede de pesquisa		Website/Blog	
Nenhum registro adicionado			
Linhas de pesquisa			
Nome da linha de pesquisa	Quantidade de Estudantes	Quantidade de Pesquisadores	Ações
Gestão da informação e do conhecimento	2	6	
Recursos humanos			
Pesquisadores	Titulação máxima	Data inclusão	Ações
	Doutorado	Não informada	 
	Doutorado	05/12/2014	 
	Doutorado	Não informada	 
	Doutorado	Não informada	 
	Doutorado	Não informada	 
	Doutorado	Não informada	 

Linha de Pesquisa	
Gestão da informação e do conhecimento	
Endereço para acessar este espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/49896036269105836629	
Dados da linha de pesquisa	
Objetivo:	O Grupo de Pesquisa está vinculado à linha de pesquisa Gestão da Informação e do conhecimento.
Nome do grupo:	Biblioteca digital
Palavras-chave	
<ul style="list-style-type: none"> • biblioteca digital • biblioteca virtual • periódico eletrônico • Internet • acesso à informação • informação científica e tecnológica 	
Áreas do conhecimento	
<ul style="list-style-type: none"> • Ciências Sociais Aplicadas > Ciência da Informação > Biblioteconomia > Técnicas de Recuperação de Informação 	
Setores de aplicação	
<ul style="list-style-type: none"> • Atividades de apoio à educação • Educação superior • Educação profissional de nível técnico e tecnológico 	

Fonte: Montagem elaborada pela autora, com base na página da Internet do DGP/CNPq, 2016.

A síntese do percurso metodológico da pesquisa encontra-se exposta no APÊNDICE A. Feitas essas considerações, segue-se com o próximo capítulo que se dedica à apresentação do referencial teórico relacionado à Organização do Conhecimento.

3 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA

Somos filhos do cosmos, trazemos em nós o mundo físico, trazemos em nós o mundo biológico... mas com e em nossa singularidade própria. Em outras palavras: para enfrentarmos o desafio da complexidade, precisamos de princípios organizadores do conhecimento.

(MORIN, 2004, p. 527).

Os procedimentos científicos requerem o nivelamento conceitual a fim de que *a priori* seja apresentado o arcabouço teórico empregado por aquele/a que desenvolveu a pesquisa e a descreve, e aquele/a que a lê e interpreta. Além disso, todo estudo requer a definição de fronteiras e, falar em conhecimento e nas formas de organizá-lo requer caracterizá-lo, não apenas no plano léxico, mas também na perspectiva de quem o analisa, ou seja, apresentar o lugar do qual se fala.

Sob essa perspectiva, este capítulo tem como propósito descrever os principais aspectos do quadro teórico da Organização do Conhecimento enquanto área de ensino, pesquisa e atividades práticas relacionadas à CI. O capítulo apresenta o referencial teórico sobre a OC, sob a perspectiva priorizada pela autora do trabalho, bem como elementos sobre a conjuntura pela qual a área é caracterizada no âmbito da CI em nível nacional e, em alguns aspectos, internacional, para que o mesmo possa contribuir ao entendimento da análise e discussão apresentadas nos capítulos 5 e 6. Por esse motivo está estruturado em duas seções principais: ‘Considerações sobre a informação e o conhecimento’ e ‘Contextualização teórica e institucional’.

3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO

Apresenta-se como seção inicial - espécie de introdução desse capítulo – alguns esclarecimentos sobre o conhecimento (ou os conhecimentos) e a informação (ou as informações). Os parágrafos seguintes não pretendem esgotar definições sobre esses conceitos, mas apresentar uma breve trajetória histórica daqueles que constituem o núcleo dos estudos da OC na CI.

Tomado enquanto vocábulo e considerando algumas das variações linguísticas existentes para nomeá-lo, o conhecimento se traduz por *cognitio*, *knowledge*, *connaissances*, *conocimientos*, *conoscenza*. Variações estas que se baseiam no critério de idioma, já que a entrada no dicionário as aponta como termos equivalentes. Ao se considerar a etimologia da palavra conhecimento encontra-se um amplo espectro de possibilidades:

Nosso termo em português ‘conhecer’ deriva do latim *cognoscere*, que substituiu *(g)noscere* nas línguas romances. O significado fundamental desse verbo é o mesmo que se conservou no nosso idioma, como é

demonstrado pelos derivados dessa raiz: *nobilis*, ‘nobre’, isto é, ‘conhecido’, ‘célebre’; *nomen*, ‘nome’; *notio*, ‘noção’ – ‘ato de tomar conhecimento’. Foi examinada a possibilidade de que a ideia que subjaz a essa raiz tenha sido identificada no indo-europeu à noção de ‘chegar a ser’, de ‘engendrar’ (latim (*g*)*nascere*, ‘nascer’, grego *gígnomai*, ‘nascer’, ‘gerar’). Na etapa clássica da língua latina, os sentidos estão diferenciados e dão lugar a dois verbos diferentes: *nosco* e *nascor*, no caso do latim, e *gignósko* e *gígnomai*, no caso do grego. A possível consubstanciação de motivos ontológicos (referentes à realidade) e gnosiológicos (referentes ao conhecimento), dada a identidade das raízes de ‘existir’ e ‘conhecer’, de fato, pode causar estranheza aos ouvidos modernos. A diversificação nas línguas históricas não tardaria em chegar e a filosofia grega foi-se aproximando, paulatinamente a uma problematização crítica dessa relação.

OBSERVAÇÕES

1.[...]

2. Outra raiz associada em grego a conhecimento é **math*-(cf. § 80 w 88), que dá lugar ao substantivo *máthos*, ‘conhecimento’, assim como *máthe* e *máthesis*, ‘fato de aprender’, *máthema*, ‘o que é ensinado’, ‘conhecimento’, e seu plural *mathémata*, que deu origem a ‘matemática’. Cf. outros compostos derivados dessa raiz em 125.3.

3. São frequentes as conexões entre *máthos* e *páthos*, ‘experiência’, especialmente a negativa, e portanto, ‘padecimento’: *tôi páthei máthos*, ‘por padecimento <se dá o> conhecimento’, ou *tà pathémata mathémata*, ‘os padecimentos <engendram> conhecimentos’.” (CASTELLO; MÁRSICO; XAVIER, 2007, p. 119-120).

Do entendimento de nobre, a existir, conhecer, a *máthos* e, mesmo ao vínculo negativo com a experiência, “por padecimento se dá o conhecimento”, vê-se que a origem da palavra carrega em si um conjunto de elementos que tornam difícil designar o que é o conhecimento ou o que são os conhecimentos. Se no quesito etimológico as origens do conhecimento são desenhadas com alguma dúvida e variação, o uso social que se faz desse elemento engloba ainda outras possibilidades.

Trata-se de algo tão amplo, que nos permite compreendê-lo como, por exemplo, a preparação de um alimento, a forma como chegar a um lugar, a leitura de jornais, a obtenção de títulos acadêmicos e, mesmo, a elaboração de uma teoria metafísica. Conhecimento como as várias formas de existir e de se conhecer algo.

Para a filosofia, essas formas de existir do conhecimento podem se manifestar por meio de diferentes interpretações como, por exemplo, a compreensão de conhecimento como identificação/semelhança no sentido de existir um reconhecimento entre o que se conhece e o que passa a ser conhecido: “Conhecer significa tornar o pensante semelhante ao pensado” (PLATÃO apud ABBAGNANO, 2003, p. 175). Isto é, o conhecimento é percebido como forma de se identificar, de

se assemelhar, de verificar e de controlar algo no intuito de obter características relacionadas ao que se objetiva conhecer. O conhecimento como uma ação de abstração, uma ação cognitiva.

Já enquanto processo social, conforme Berger e Luckmann (2009), o conhecimento compreende uma esfera compartilhada que orienta as ações humanas no âmbito da realidade cotidiana a que os autores nomeiam 'acervo social do conhecimento':

A linguagem constrói campos semânticos ou zonas de significação linguisticamente circunscritas. O vocabulário, a gramática e a sintaxe estão engendradas na organização desses campos semânticos. [...]. Nos campos semânticos assim construídos a experiência, tanto biográfica quanto histórica, pode ser objetivada, conservada e acumulada. A acumulação, está claro, é seletiva, pois os campos semânticos determinam aquilo que será retido e aquilo que será "esquecido", como partes da experiência total do indivíduo e da sociedade. Em virtude desta acumulação constitui-se um acervo social de conhecimento que é transmitido de uma geração a outra e utilizável pelo indivíduo na vida cotidiana. Vivo no mundo do senso comum da vida cotidiana equipado com corpos específicos de conhecimento. [...]. O acervo social do conhecimento inclui o conhecimento de minha situação e de seus limites. (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 59, 60).

O conhecimento sob essa ótica tem o caráter de acumulação, de ser socialmente construído, de traduzir objetos e regras, mas também de ser seletivo, pois como descrito, os campos semânticos determinam o que será retido ou esquecido, bem como "vivo no mundo [...] equipado com corpos específicos de conhecimento" (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 60).

A objetivação – relacionada à descrição das possibilidades de ser do conhecimento, inicialmente, se caracteriza de forma ampla no excerto de Berger e Luckmann (2009), para depois se direcionar de maneira mais específica, já que conforme a organização dos campos de significação cada indivíduo possui determinada configuração do acervo social do conhecimento. É um conhecimento vivenciado pelos indivíduos e que influencia a ação destes nas práticas sociais.

Na Biblioteconomia e Ciência da Informação a relação entre conhecimento – enquanto processo de abstração e socialmente construído – com informação, enquanto aquilo que dá forma, coisifica uma maneira de ser do conhecimento, foi marcada por vários questionamentos e contradições. Os estudos da Biblioteconomia abordaram em seu universo inicial os livros e, com o tempo, passaram a contemplar outros recursos de informação, conjuntos estes que são por muitos designados como *registros do conhecimento*, o que possibilitou a associação equivalente de

informação a conhecimento (e a recíproca) de maneira nem sempre crítica. Exemplo é a forma como os termos foram empregados por Ranganathan:

[...] Ranganathan considera como sinônimos termos como 'organização do conhecimento' e 'classificação'. Já 'conhecimento' é definido como a totalidade das ideias conservadas pelos homens e, nesse sentido, 'conhecimento'='universo de ideias'. No contexto de 'informação', Ranganathan trata também conhecimento e informação, algumas vezes como sinônimos. (NAVES, 2006, p. 40).

A CI que tem em seu histórico forte vinculação com a Biblioteconomia, herda, em parte, a noção de conhecimento admitida nesta, mas por se considerar ciência, parte de uma perspectiva mais investigativa – o que, inicialmente a circunscreve em um espaço mais analítico, mas não necessariamente a faz caracterizar a relação entre conhecimento e informação de maneira mais clara.

Farradane (1979, 1981), por exemplo, em sua ânsia de conceituar informação e, em abordar os elementos constituintes da recuperação da informação, focalizou aspectos como a relação existente entre pensamento, conceito, linguagem, informação, conhecimento, comunicação e os sujeitos envolvidos nesses fenômenos e processos. Expõem-se duas relevantes conceituações propostas pelo pesquisador:

Minha definição de informação como um substituto escrito ou falado do conhecimento é mais explícita que o tratamento da informação como um conceito: pode-se tratar um registro escrito permanente como um ponto de partida invariante do qual se pode derivar, na medida do possível, de maneira experimental, as evidências de sua conversão [do registro do conhecimento] do pensamento do emissor, ou para o pensamento e as consequências deste no indivíduo que o percebe e em outros. (FARRADANE, 1979 p. 13, tradução livre).

Eu defino informação como um substituto do conhecimento usado na comunicação. (FARRADANE, 1981, p. 1, tradução livre).

Em ambas, observa-se a descrição da informação como um substituto do conhecimento, uma forma física de existência do conhecimento. O esforço de Farradane (1979, 1981) foi precedido por diversos/as estudiosos/as da CI, que por tratar-se de um momento histórico em que esta procurava estabelecer-se como ciência, quase sempre partem de um entendimento de informação vinculado a noções positivistas e empíricas influenciados, em parte, pela Teoria Matemática da Informação (ou comunicação), proposta pelos engenheiros norte-americanos Claude Shannon e Warren Weaver, em 1948.

Um autor que sistematizou as formas de ser da informação e cujo trabalho teve ampla aceitação na CI foi Buckland (1991) ao elencar três concepções para o termo: 1) informação como processo – “o ato de informar”, 2) informação como conhecimento – uso da palavra informação para designar aquilo que é percebido, sendo uma forma intangível da informação e, 3) informação como coisa – é a informação tangível atribuída a objetos, como documentos e suportes, que são designados como informação por terem potencial informativo.

Buckland (1991) afirma que a informação como coisa é de especial interesse para os sistemas de informação já que estes lidam diretamente com a informação materializada por meio de documentos. O autor esclarece que por meio dessa tipologia de uso: “não pode haver tal coisa como um sistema especialista ‘baseado em conhecimento’ ou um sistema de ‘acesso ao conhecimento’, somente sistemas de representações físicas do conhecimento” (BUCKLAND, 1991).

Outros/as autores/as da CI abordaram a relação entre informação e conhecimento. Alguns, tal como Buckland (1991), a coisificam por meio de modelo piramidal em que normalmente aborda-se o trinômio evolutivo dado/informação/conhecimento no qual os dois primeiros constituem a base para geração/produção do último. Le Coadic, por exemplo, caracteriza a informação como “um conhecimento inscrito (registrado)” e, ao descrever o conhecimento, aborda-o sob a ótica cognitivista:

Um conhecimento (um saber) é o resultado do ato de conhecer, ato pelo qual o espírito apreende um objeto. Conhecer é ser capaz de formar a ideia de alguma coisa; tê-la presente no espírito. Isso pode ir da simples identificação (conhecimento comum) à compreensão exata e completa dos objetos (conhecimento científico). O saber designa um conjunto articulado e organizado de conhecimentos a partir do qual uma ciência – um sistema de relações formais e experimentais – poderá originar-se. (LE COADIC, 2004, p. 4).

Le Coadic além de tipificar o conhecimento, menciona a relação existente entre aquele designado como o estado anômalo do conhecimento (proposto por Belkin, em artigo da década de 1980) com a equação fundamental da CI, de autoria de Brookes (1980/1981) o que apresenta como resultado a busca por novas informações que resultarão em um novo estado do conhecimento³¹, já que a informação é visualizada como insumo para novos saberes.

³¹ Conhecimento como imagem de mundo.

A essas concepções empíricas e evolucionistas da informação e do conhecimento, sobretudo aquela defendida por Brookes (1980/1981), deve-se somar outras abordagens, como a de Silva (2003) que propõe uma análise da conceituação citada na modernidade.

Para Silva (2003), as conceituações de informação/conhecimento, não são neutras e nada têm de objetivas, mas sim tudo de instrumental e necessário a um conceito que se quer valorar na área por uma série de motivos. Destes, dá-se destaque ao fato de que “cuidar (analisar, classificar, ordenar, conservar e difundir) rigorosamente da informação é a garantia infalível de um maior e melhor conhecimento, bem como a certeza legitimadora do papel social insubstituível dos profissionais da informação” (SILVA, 2003, p. 70).

Não se pretende avançar nessa discussão, dado que não é a temática central do trabalho, mas o que se almeja mostrar é como as apropriações feitas para informação e conhecimento no âmbito da CI estão vinculadas a motivações distintas, e, que, atualmente, percebe-se a vinculação à própria noção do que é considerado, ou melhor, priorizado como conhecimento na sociedade contemporânea. Nesse sentido, emerge a seguinte questão:

Com que fundamento categórico pode reduzir-se conhecimento a um saber especializado e confinado ao trabalho laboratorial e intelectual do cientista moderno? Admitir a evolução da passagem de um estado de conhecimento a outro novo e mais rico, decorre apenas de uma concepção de ciência que não tem paralelo fácil nos mais diversos gêneros de produção intelectual e discursiva. (SILVA, 2003).

A partir dessa contestação, Silva (2003) propõe que se considere a Teoria de Informação Psicológica, de Bruno Lussato, como uma alternativa à CI, já que Lussato a apresenta “como uma realidade específica. Defini-la-emos como o conteúdo possível do nosso campo de consciência, ou seja, o conjunto das representações” (LUSSATO, 1995, p. 154-155 apud SILVA, 2003, p. 75). Silva (2003) destaca que a proposta de Lussato nos confronta com a informação humana, mas que também absorve a noção cultural e filosófica de conhecimento.

Dahlberg (2006) aponta o conhecimento como uma ação pessoal, que envolve reflexão de cada indivíduo, relacionado a processos objetivos e subjetivos sobre uma certeza razoável de determinado fato ou matéria, sendo assim intransferível em si. Contudo, a autora esclarece que é possível compartilhar esse conhecimento

pessoal mediante habilidades que nós humanos possuímos em lidar “com as coisas deste mundo” e, sobretudo, por meio da linguagem, do uso de palavras.

Por meio de reflexão epistemológica, Capurro (2007) apresentou as diferentes formas de se compreender a informação como abordagens (ou paradigmas) principais da CI. São elas: a informação como algo físico (paradigma físico); a informação relacionada à dimensão cognitiva (paradigma cognitivo) e, a informação sob a ótica social (paradigma social).

O paradigma físico corresponde aos primeiros estudos desenvolvidos na CI, nos quais, como já mencionado, buscou-se uma apreciação empírica e coisificada da informação. Já o paradigma cognitivo é marcado pela inserção do sujeito cognoscente no processo de informar – dar forma, mas que, segundo Capurro (2007), apresenta a inconsistência de separar informação e sujeito. O paradigma social é aquele que considera a construção social e pragmática dos processos informativos. Para Araújo (2010):

Antes, o modelo de informação ‘social’ entende que informação é uma construção (algo é informativo num momento, em outro já não é mais; tem relevância para um grupo mas não para outro; e assim sucessivamente). E mais, é uma construção conjunta, coletiva – ou melhor, intersubjetiva. O que é informação não é produto de uma mente única, isolada, mas construído pela intervenção dos vários sujeitos e pelo campo de interações resultantes de diversas práticas. (ARAÚJO, 2010, p. 97).

Ressalta-se que essa divisão categórica e linear entre um e outro paradigma não se reflete totalmente na realidade, pois os modelos coexistem, já que há abordagens que percebem a informação de maneira física e cognitiva, enquanto outras a veem como cognitiva e social e assim em diante. O importante é considerar que tal como na história da ciência, assistiu-se (e assiste-se) a esses movimentos na CI (e nas Ciências Sociais como um todo).

Pensar essas diferentes formas de concepção da informação, no âmbito da OC, constituiu parte da pesquisa realizada por Araújo (2010), uma vez que o autor analisou alguns dos grupos de trabalho (GT) da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB), entre os quais o GT 2 – Representação e Organização do Conhecimento. Como essa análise é de especial interesse para esta pesquisa, ressaltamos no Quadro 4 os principais pontos apresentados por Araújo (2010):

Quadro 4 – Conceitos de informação e principais autores conforme a subárea da CI

Organização e representação do conhecimento			
	Modelo físico	Modelo Cognitivo	Modelo Social
Forma de se estudar a informação	Desenvolvimento de linguagens melhores para representar os recursos informacionais; comparação entre as diferentes linguagens e sistemas	Percepção do ponto de vista de cada forma de representação; incorporação do conhecimento na forma de representar	Construção de sistemas de classificação e indexação coletivos
Autores de referência	Lancaster, Shera, Egan	Ranganathan, Foskett, Vickery, Ingwersen, Farradane, Battacharya, Austin	Hjørland, Albrechtsen

Fonte: Excerto retirado de ARAÚJO,2010.

Acredita-se que não se pode reduzir o conceito de informação ao que é acessível e organizável – objeto tangível, no âmbito da OC, mas sim a algo coletivamente construído:

Daí a famosa fórmula de Capurro, para quem não é a informação que é a matéria-prima do conhecimento: antes, é apenas a existência de um conhecimento partilhado entre diferentes atores que faz com que algo seja reconhecido como informação. (ARAÚJO, 2014, p. 70).

Para Hjørland (2008) a introdução do conceito de informação na CI, realizada, em parte, por profissionais da área de Ciência da Computação, em meados do século XX, acarretou mais confusão do que esclarecimento, já que foi fundamentada na Teoria da Informação de Shannon – baseada em princípios matemáticos e predominantemente de cunho estatístico. Anteriormente, como Hjørland (2008) esclarece, o conceito empregado era de documento, já que é mais abrangente e compreende as diferentes formas da Biblioteconomia, Bibliografia, Arquivologia e Museologia denominarem seus objetos de estudos:

A Biblioteconomia tratava principalmente sobre a organização de livros e representações de livros em prateleiras e em catálogos. A bibliografia incluía artigos e outros tipos de documentos listados em bibliografias. Os arquivos organizam ‘registros’, enquanto os museus organizam objetos físicos. Os documentalistas fizeram um conceito genérico de ‘documento’ para incluir não apenas livros, artigos, ‘registros’ e objetos como globos, mas qualquer tipo de material indexado para servir como algum tipo de documentação, incluindo imagens, mapas e globos. Mesmo animais foram considerados documentos (se capturados e mantidos em um zoológico). O conceito de documento é importante, mas perdeu muita influência com a entrada dos computadores na década de 1950, mas recentemente teve um importante renascimento.³² (HJØRLAND, 2008, p. 96).

³² “Library science was mainly about the organization of books and book representations on shelves and in catalogs. Bibliography included articles and other kinds of documents listed in bibliographies.

Observa-se que o termo documento voltou a ser empregado nos últimos anos, dado que, conforme exposto na citação, permite maior abrangência, bem como “os documentos estão mais relacionados com o conceito e a teoria semiótica (o campo sobre os sinais), que pode revelar-se um quadro teórico mais frutífero para OC”³³ (HJØRLAND, 2008, p. 96).

Ao abordar o conhecimento, Hjørland (2008) apresenta duas visões principais percebidas nos estudos da OC e que podem ser contrastadas: a visão positivista e a visão pragmática. A primeira compreende o conhecimento e, conseqüentemente, a OC como um espelhamento da realidade: “uma transcrição básica ou duplicada de algum arranjo pronto, já existente na natureza”. Exemplificam essa visão, de maneira geral, as classificações bibliográficas enumerativas, como a CDD e a CDU, outro exemplo é a proposta classificatória do estudioso já citado, Bliss.

Já a segunda visão – pragmática, vista por Hjørland (2008) como aquela que possui forte potencial para contribuir com o avanço dos estudos da OC, compreende o conhecimento como algo construído para lidar com necessidades e interesses humanos e, não como algo pronto que reflita a realidade.

Hjørland (2008) esclarece que a visão pragmática está relacionada à falibilidade no sentido de que este princípio filosófico compreende que não existe uma verdade plena, isto é, todo o conhecimento é passível de contestação. Dessa forma, os documentos não correspondem a registros do conhecimento, mas sim a reivindicações do conhecimento.

Apresentadas algumas acepções para informação e conhecimento identificadas na literatura, finaliza-se essa seção com breve explicação da perspectiva da autora do trabalho sobre os conceitos citados no âmbito da OC. Ressalta-se que os apontamentos, a seguir, descritos estão embasados, em especial nas considerações de Capurro (2007) e Hjørland (2008).

Archives organise “records”, while museums organise physical objects. The documentalists made a generic concept “document” to include not just books, articles, “records” and objects such as globes, but any kind of material indexed to serve as some kind of documentation, including pictures, maps and globes. Even animals were considered documents (if captured and kept in a zoo). The concept of document is important but lost much influence with the entrance of computers in 1950’s, but has recently had an important renaissance”.

³³ “Documents are more related to the concept and theory of semiotics (the field about signs), which may turn out to be a more fruitful theoretical frame for KO”.

Acredita-se que a OC se refere a registros potencialmente informativos, e que apresentam reivindicações do conhecimento. Esses registros são compartilhados (parcialmente) em documentos – no sentido amplo da palavra, e, construídos socialmente, o que, portanto não faz da informação um nível antecessor ao conhecimento, mas sim um elemento a ele conjugado, sobretudo na esfera das representações e da significação.

A qualificação dos registros como potencialmente informativos e com reivindicações do conhecimento se deve, no primeiro caso, ao fato de que a informação é considerada sob a perspectiva social, logo ela não é algo por si mesma – um documento não é uma informação, ele possui potencial informativo que pode ou não se tornar informação de acordo com a relação estabelecida com um indivíduo ou uma comunidade em um dado momento. O potencial informativo é algo variável, pode o ser hoje e não mais sê-lo amanhã.

Já a característica de reivindicação do conhecimento relaciona-se à visão pragmática apresentada e demonstra que não se pode estabelecer uma verdade única, prevalente, correta e inquestionável, mas sim trazer à tona aquilo que se acredita ser conhecimento. Dessa forma, a OC aborda as reivindicações dos conhecimentos apresentadas em registros potencialmente informativos (documentos) com base na visão social e pragmática da informação e do conhecimento.

Descrito o objeto da OC, aborda-se na próxima seção a contextualização e a definição da área.

3.2 Contextualização teórica e institucional

Historiar e definir as áreas que abordam o conhecimento (ou os conhecimentos) é uma atividade complexa que pode ser realizada por meio de variadas abordagens, sejam elas filosóficas, econômicas, políticas, sociais, entre outras possibilidades.

Na Biblioteconomia e CI a apropriação do conhecimento não é diferente, uma vez que essas áreas apresentam um histórico de empoderamento daqueles/as

capacitados/as a estabelecerem e implementarem formas e padrões de organização nos documentos.

Nesse sentido, as subseções a seguir, objetivam apresentar a definição de OC tomada como fundamento nessa pesquisa, caracterizando-a em relação à literatura da área, sempre que possível, de maneira crítica e relacionando-a a outras esferas da CI. Definida essa abordagem, tem-se, em seguida, a caracterização das principais instituições relacionadas à OC no âmbito da CI.

3.2.1 Definição

A OC é compreendida sob várias perspectivas, como destacam autores/as da CI (DAHLBERG, 1995, 2006, 2014; GUIMARÃES, 2014; SMIRAGLIA, 2014). Hjørland (2008)³⁴ propôs duas acepções principais pelas quais a OC pode ser caracterizada: uma delas em sentido abrangente, relacionada às diversas áreas do conhecimento e, a outra, em sentido mais restrito, vinculada à Biblioteconomia e CI.

A primeira acepção compreende que cada área tem sua forma própria de organizar os conhecimentos a ela inerentes, ou, nas palavras de Hjørland (2008), abrange a “divisão social do trabalho mental, isto é, sobre a organização de universidades e outras instituições de pesquisa e ensino superior, [...] a organização social dos meios de comunicação, a produção e difusão de ‘conhecimentos’” (HJØRLAND, 2008, p. 86).

Dahlberg (2006, 2014) reivindicava que a OC deveria se estabelecer como uma disciplina científica autônoma e, que para tal, era fundamental que fosse retirada do âmbito da Biblioteconomia e da Documentação e inserida na Ciência da Ciência (que a autora descreve vinculada à Teoria do Conhecimento e à Filosofia).

A autora chega a sugerir a criação de um ‘Instituto de Organização do Conhecimento’, o qual deveria ter como objetivo congregar todos/as cientistas

³⁴ Professor da Escola Real de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Dinamarca, Birger Hjørland é, atualmente, um dos grandes nomes da pesquisa em OC na Biblioteconomia e CI. Entretanto, em seus trabalhos o próprio autor revela a fragilidade terminológica existente na área, uma vez que ora circunscreve a OC como “knowledge organization”, ora como “knowledge organization or information organization” (HJØRLAND, 2012).

interessados/as na OC, independente da formação. Dahlberg (2014) provoca os membros da ISKO e de associações relacionadas à OC que ajam para que a área se torne uma disciplina autônoma.

Na segunda abordagem, a OC é percebida como uma subdisciplina fundamental da Biblioteconomia e CI, por isso de caráter mais restrito. Na literatura, são encontrados/as autores/as que a veem como o núcleo de estudo da CI (GUIMARÃES, 2014; HJØRLAND, 2008; 2012a; 2012b; SMIRAGLIA, 2014), já que:

[...] trata de atividades como documentação, indexação e classificação realizadas em bibliotecas, bancos de dados bibliográficos, arquivos e outros tipos de "instituições de memória" por bibliotecários, arquivistas, especialistas em informação, por algoritmos computacionais e leigos. A OC como campo de estudo diz respeito à natureza e qualidade dos processos de organização do conhecimento (POC), bem como os sistemas de organização do conhecimento (SOC) utilizados para organizar documentos, representações de documentos, obras e conceitos. A Biblioteconomia e a Ciência da Informação (BCI) constituem a disciplina central da OC neste sentido estreito (embora [a área] seja seriamente desafiada, por outros campos, como pela Ciência da Computação). (HJØRLAND, 2008, p. 86, tradução livre).

A definição apresentada circunscreve o escopo das ações da OC como aquelas vinculadas à documentação, indexação e classificação. Ressalta-se que as duas últimas possuem forte tradição na Biblioteconomia, pois ambas resultam em algum tipo de representação do conteúdo/tema dos documentos com a finalidade de propiciar a recuperação e o acesso; já a documentação ainda é pouco reconhecida sob essa designação na OC.

Lancaster (2004) apresenta discussão sobre a pluralidade de termos utilizados sem a devida diferenciação e criticidade para identificar os processos de indexação e classificação, como se observa nas expressões, a seguir: indexação de assuntos, catalogação de assuntos, redação de resumos, sumarização, categorização e classificação. Para Lancaster (2004):

O fato é que a *classificação*, em sentido amplo, permeia todas as atividades pertinentes ao armazenamento e recuperação da informação. [...] O processo que consiste em decidir do que trata um item e de atribuir-lhe um rótulo que represente esta decisão é conceitualmente o mesmo, quer o rótulo atribuído seja extraído de um esquema de classificação, de um tesouro ou de uma lista de cabeçalhos de assuntos, quer o item seja uma entidade bibliográfica completa ou parte dela, quer o rótulo seja subsequentemente arquivado em ordem alfabética ou em outra sequência (ou, com efeito, não arquivado de modo algum), quer o objeto do exercício seja organizar documentos em estantes ou registros em catálogos, índices impressos ou bases de dados eletrônicas. (LANCASTER, 2004, p. 21).

Os processos de indexação e classificação constituem formas de representar o conteúdo de documentos, sendo o primeiro, historicamente, voltado à representação por meio de palavras-chave ou elaboração de resumos e, o segundo, normalmente relacionado à representação do conteúdo dos documentos por meio de códigos numéricos ou alfanuméricos.

Em síntese, a classificação e a indexação, são processos interligados, conceitualmente próximos, sendo que esta última pode ser percebida como contida naquela, conforme indicam alguns/as estudiosos/as da Biblioteconomia e da CI (LANCASTER, 2004; SOUZA, 2007). Apesar disso, é fundamental considerar que “que toda classificação é construída em função de um propósito definido. Assim, o uso de um esquema para finalidades outras que não aquela para a qual foi criado, implicará em problemas de eficiência para alcançar os objetivos esperados” (SOUZA, 2007, p. 107).

Ressalta-se que ambas as definições são generalistas, já que os estudos da área têm evoluído bastante e modificado muito em decorrência de avanços diversos, como aqueles referentes ao campo da Ciência da Informação, conforme descrito na definição de OC apresentada por Hjørland (2008).

A documentação que, conforme Ortega (2009), ainda é pouco conhecida no Brasil, foi fundada na Europa, especificamente na Bélgica e consolidou-se na França, entre o final do século XIX e início do século XX. O termo *documentação* foi empregado inicialmente, em 1903, pelo advogado francês Paul Otlet que, junto com Henri La Fontaine (também advogado), formou a dupla de mentores do Instituto Internacional de Bibliografia e do Repertório Bibliográfico Universal.

Pode-se conceituar a documentação, de maneira bem resumida, como uma visão abrangente dos processos e dos objetos abordados pela organização da informação, mas Ortega (2009) esclarece que o termo possui duas acepções conforme a maneira como é grafado: “documentação”³⁵ é usada para indicar o conjunto de técnicas de organização da informação visando a recuperação, acesso e uso, e a forma ‘Documentação’³⁶ para referir-se à área que estuda os fundamentos e métodos relacionados a estas técnicas” (ORTEGA, 2009, p. 60).

³⁵ Normalmente, redigida com a letra inicial minúscula.

³⁶ Normalmente, redigida com a letra inicial maiúscula.

Acredita-se que Hjørland (2008), na definição exposta de OC, faz referência à documentação conforme a descrição apontada por Ortega (2009) – “técnicas de organização da informação”, o que está em harmonia com a inserção dos outros processos citados: indexação e classificação.

Em nível dos lugares da OC, Hjørland (2008) os amplia das bibliotecas para os bancos de dados bibliográficos, arquivos e outros tipos de instituições de memória, o que condiz com a abrangência que o autor também atribui aos objetos da área: documentos, representações de documentos, obras e conceitos – que também está consoante com a descrição apresentada para informação e conhecimento na seção anterior, bem como a inserção da documentação na abrangência da OC.

Sob esse último aspecto, deve-se ressaltar a abrangência atribuída ao termo documento e, ao mesmo tempo, a resignificação que ele recebe com a ascensão das mídias digitais. Dodebei (2011) esclarece que no contexto da cultura digital mais do que se preocupar com os atributos do documento, deve-se refletir em torno da consideração de que ele é um agente social.

Embasada nos trabalhos de Frohmann e de Latour, Dodebei (2011) recomenda que a costumeira pergunta que se faz na CI de “o que é o documento” seja substituída por “o que faz o documento”. Percebe-se assim a relação do caráter pragmático, mencionado por Hjørland (2008), sobre o conhecimento aplicado a noção de documento.

Ainda em relação aos objetos de estudo da OC, apontados por Hjørland (2008), destaca-se o conceito, uma vez que existe o entendimento quase consensual na literatura que ele constitui o elemento central da OC. Nesse sentido, Dahlberg³⁷(1993) definiu a OC como:

A ciência que estrutura e organiza sistematicamente unidades do conhecimento (conceitos) segundo seus elementos de conhecimento (características) inerentes e a aplicação desses conceitos e classes de conceitos ordenados a objetos/assuntos. (DAHLBERG, 1993, p. 211).

Isto é, a autora citada concebe a OC como um processo abstrato de modelagem e o conceito como uma unidade de conhecimento passível de representação. Na OC, o

³⁷ Our journal, which was started in 1974 under the title “INTERNATIONAL CLASSIFICATION”, became the organ of the new Society and as a this year, 1993, changed its name into KNOWLEDGE ORGANIZATION to comply with this broader heading and the intentions behind it (DAHLBERG, 1993, editorial, não paginado).

conhecimento está historicamente vinculado ao estudo das estruturas conceituais, ao conceito enquanto unidade do conhecimento, como menciona Dahlberg (1993, p. 10): “estamos lidando com conceitos quando falamos sobre unidades de conhecimento”³⁸.

Dessa forma, Dahlberg esclarece que o conhecimento não é passível de transmissão ou transferência, somente pode ser adquirido pelos indivíduos por meio do *re-thinking*. O estudo da OC implica uma teoria do conceito, ou, como alerta Hjørland (2009), em várias teorias em conformidade com a própria epistemologia, já que a historicidade do conhecimento também está vinculada às diferentes teorias do conceito (HJØRLAND, 2009), existindo uma pluralidade de propostas que o amparam (BERGER; LUCKMANN, 2009).

Hjørland (2009) apresenta um levantamento contemporâneo sobre diferentes teorias do conceito e relaciona a noção ontológica da OC com a epistemológica, ao sugerir “que cada uma das principais epistemologias (empirismo, racionalismo, historicismo e pragmatismo) implica sua própria teoria do conceito”³⁹.

Se os conceitos constituem os objetos mais próximos do núcleo da OC e, considerando-se que podem ser caracterizados a partir de diferentes teorias – ainda que existam algumas prevalentes na CI, ao definir o conceito está-se próximo do núcleo da OC. O conceito pode ser visto como a forma de relacionamento e classificação do mundo em nível mental e social, isto é, não se tem acesso direto ao conceito, da mesma forma que não se tem ao conhecimento.

Em síntese, ao se observar a OC, em nível ontológico, adentra-se a esfera do conhecimento que remete ao conceito. Este, por ser mental, abstrato e social só pode ser analisado sob a ótica dos elementos que lhe permitem se materializar, isto é, das reivindicações do conhecimento presentes nos documentos corporificados em termos e estruturas de termos (que, como abordado nessa seção, não significam por si, mas sempre em relação ao contexto em que estão inseridos).

A organização proposta pela OC é então mediada pelo estudo e pela análise do ordenamento conceitual do conhecimento que constitui elemento central nas atividades descritas e, conseqüentemente, na OC, já que o conceito é uma unidade

³⁸ “We are dealing with concepts when speaking about knowledge units”.

³⁹ “That each of the major epistemologies (empiricism, rationalism, historicism, and pragmatism) implies its own theory of concepts”.

de conhecimento que, ainda que passível de estudo por meio de diferentes teorias (DAHLBERG, 2014; HJØRLAND, 2009), possibilita que sejam propostas formas de organização aos domínios sob análise.

O que se compreende como organização do conhecimento pode ser descrito como o processo de apresentar um modelo de ordenamento a determinado domínio por meio da análise e representação da temática e, conseqüentemente, do campo semântico que a permeia, normalmente a partir de algum tipo de garantia.

A garantia em relação às representações propostas pela OC, em especial os SOC, tem origem nos estudos da Biblioteconomia britânica, com ênfase nos trabalhos do estudioso Wyndham Hulme (1859-1954). Em linhas gerais, a garantia é definida como:

O princípio de validar o significado da linguagem documentária, isto é, conferir a ela uma medida de valor, de qualidade e de utilidade perante o fim a que ela se destina, é conhecido como garantia semântica. Embora a noção de legitimar o significado de uma linguagem documentária seja inerente à sua criação, é tarefa difícil definir os critérios ou estipular condições avaliativas que referendem a representatividade da linguagem de um SOC. (GUEDES, 2016, p. 73).

Dessa forma, mesmo com a utilização das garantias e, conseqüentemente, da validação que elas trazem, a OC é inevitavelmente uma perda, perda de significado, perda conceitual, mas ainda assim corresponde a importante conjunto teórico e instrumental para que se possa organizar e recuperar documentos. Assim, o que se organiza é algo de acesso parcial, dinâmico, socialmente construído e vinculado à linguagem.

Além disso, ao falar dos atores da OC, Hjørland (2008) que, designou essa abordagem de OC como mais restrita, amplia esse universo ao caracterizá-lo como composto por entes humanos, como por bibliotecários/as, arquivistas, especialistas em informação e leigos/as, e por entes inumanos, como algoritmos computacionais.

Existe aqui a manutenção da atribuição de organização àqueles/as historicamente considerados/as profissionais da informação – citados/as no parágrafo anterior, aos quais, também se somam, os/as museólogos/as. Entretanto, percebe-se que Hjørland (2008) incorpora a mudança experienciada na CI pelas TIC, já que os algoritmos computacionais são inseridos na mesma esfera.

Enquanto campo de estudo, Hjørland, caracteriza a OC como aquela que aborda a natureza e qualidade dos Processos de Organização do Conhecimento (POC) e dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). Os POC são exemplificados pelas ações de indexação, classificação e documentação já descritas, entre outras.

No contexto da OC, os SOC desempenham a função de auxiliar no papel de padronização da terminologia no intuito de organizar e recuperar documentos. São, em verdade, sistemas conceituais, tipos de representação das reivindicações do conhecimento, que derivam do processo de organização do conhecimento.

Alguns elementos são fundamentais na estruturação de um SOC. São eles: os conceitos, os rótulos e as relações semânticas entre os conceitos. Os conceitos, como mencionado, constituem unidades de conhecimento, parcialmente representadas por meio de uma forma verbal.

Essa forma é realizada pelos rótulos ou etiquetas, normalmente estabelecidos mediante um processo de escolha em que se determina o termo preferido, os termos preteridos e, também, estabelecem-se relações com termos associados (essa estrutura depende do tipo de SOC). Além do conceito e do rótulo, são indicadas as relações entre esses elementos, relações semânticas que definem ligações com outros conceitos da estrutura do sistema.

Não há consenso na literatura da CI sobre os tipos de SOC. Alguns/as autores/as consideram que listas alfabéticas, cabeçalhos de assunto e, mesmo, dicionários, estão contemplados nesses sistemas, outros/as privilegiam instrumentos que priorizam relações semânticas entre os termos que se estruturam de forma mais sofisticada, como taxonomias, tesouros e ontologias. A determinação de um instrumento como SOC vai depender dos critérios utilizados como pré-requisito. Tipos quase consensuais de SOC são as classificações, as taxonomias, os tesouros e as ontologias.

A Figura 4 apresenta uma síntese da leitura realizada nos parágrafos anteriores da proposta de definição da OC de Hjørland (2008):

Figura 4 – Esquema dos principais elementos relacionados à OC



Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

Apesar de Hjørland propor a diferenciação entre as abordagens abrangente e restrita da OC, é oportuno salientar que uma se relaciona com a outra e, que a proposta de organização trabalhada nas áreas da Biblioteconomia e CI não está desvinculada das propostas de OC gerais das ciências como um todo⁴⁰. Nesse sentido, Smiraglia (2014) aponta que a OC, vista sob a ótica da CI, fornece fundamento para que outros campos do saber venham a trabalhar a organização de seus conhecimentos, já que:

Os resultados da investigação científica tornam-se o conteúdo da própria disciplina. Então, a disciplina que hoje nós conhecemos como organização do conhecimento é a soma das pesquisas descobertas sobre o ordenamento conceitual do conhecimento e sobre a qual [estabelece-se] a ponte entre as disciplinas que nos permite ver o fundamento eficaz [para organizar seus conhecimentos]. (SMIRAGLIA, 2014, p. 3).

Assim, o conteúdo da OC está fortemente vinculado aos resultados que a disciplina produz e, dado que eles constituem formas de organizar diferentes campos do saber, pode-se afirmar que da OC realizada no âmbito da Biblioteconomia e CI surjam modelos de organização aplicados à realidade de outros domínios.

3.2.2 Classificação e organização do conhecimento

A expressão inglesa ‘*Organization of Knowledge*’ (DAHLBERG, 2006) – similar à ‘*organização do conhecimento*’, em português, foi empregada, inicialmente, por volta de 1900, por estudiosos como Charles A. Cutter e Ernest Cushington Richardson e, estabilizada por W. Berwick Sayers e Henry Evelyn Bliss (HJØRLAND, 2008). Bliss, no final da década de 1920, a utilizou na obra *The Organization of Knowledge and the System of the Sciences* (1929); e, na década de 1930, na publicação *The Organization of Knowledge in Libraries* (1933) (DAHLBERG, 2006).

Na primeira obra, Bliss (1929) contextualiza a OC como uma necessidade inerente à evolução social, econômica e política dos indivíduos e das organizações. Em continuidade a essa explanação, Bliss (1929) apresenta a organização da ciência e a organização dos livros nas bibliotecas, seções estas que antecedem as partes nas quais o autor se debruça de maneira mais efetiva sobre os aspectos filosóficos e

⁴⁰ “There exists no closed “universe of knowledge” that can be studied by KO in isolation from all the other sciences’ study of reality.”

conceituais da classificação. É uma obra em que o conhecimento, de modo geral, é visto como algo relacionado ao progresso da humanidade e, os livros e demais formas de registro compreendidos como a materialização e uma das formas de comunicação do conhecimento (BLISS, 1929, p. 93).

Na segunda obra, Bliss (1933) detalha elementos relacionados a classificação dos livros em bibliotecas - “um livro é uma personificação do conhecimento e do pensamento”⁴¹ (BLISS, 1933), por meio de estrutura composta por três partes, a saber: “O problema, os princípios, estruturas e sistemas”; “Classificação, catalogação de assunto e bibliografia”; e, “Críticas às classificações bibliográficas históricas”.

Posteriormente, entre as décadas de 1940 e 1950, Bliss publicou sua classificação bibliográfica tal como outros/as estudiosos/as e/ou instituições vinculadas às bibliotecas já o haviam feito, por exemplo, a CDD, a Classificação Expansiva de Cutter, a Classificação da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos e a CDU.

Pode-se afirmar que houve derivação histórica entre grande parcela das classificações bibliográficas e as classificações do conhecimento (ou filosóficas, ou da ciência), já que aquelas, normalmente, surgiram provenientes de estudos realizados a partir destas. Exemplo é a CDD que se baseia no esquema invertido de Harris que, por sua vez, origina-se da classificação do conhecimento proposta por Francis Bacon.

Assim, vê-se que a estrutura pensada para as ciências se refletiu naquela utilizada para organizar os documentos, parcela do ‘resultado’ desse fazer, que pode ser percebidos como uma das formas de se ter acesso às reivindicações do conhecimento e, por sua vez, de produzir novas apropriações destes.

As referências às obras de Bliss (1929, 1933) e às classificações bibliográficas servem de fundamento ao fato de que a OC na Biblioteconomia surge vinculada à necessidade de se propor uma melhor organização dos livros no espaço físico das bibliotecas, o que, conseqüentemente, remete ao estudo das ‘bases teóricas do processo classificatório’ - consideradas por Hjørland (2012b) como uma das bases da OC.

⁴¹ “A book is an embodiment of knowledge and thought”.

O objetivo de organizar as reivindicações do conhecimento está vinculado a necessidade de se recuperar documentos, o que faz com que exista uma série de elementos que subsidiem essa ação, muitos deles originários de estudos da Biblioteconomia, como cabeçalhos de assunto, classificações, catálogos, tesauros (SMIRAGLIA, 2014) e, outros, a estudos de áreas diversas como taxonomias e ontologias (vinculadas à Biologia e Computação, entre outras).

Dessa forma, percebe-se que os estudos sobre as bases teóricas do processo classificatório na Biblioteconomia evoluíram ao longo do tempo, de propostas de classificações bibliográficas gerais para esquemas mais específicos de se abordar a organização de documentos como, por exemplo, os trabalhos desenvolvidos pelo *Classification Research Group* (CRG).

O CRG foi um grupo britânico, criado em 1952, formado por destacadas personalidades no âmbito da pesquisa sobre classificação que se debruçou sobre as principais perspectivas teóricas existentes à época como o esquema de análise facetada, do já citado Ranganathan, os operadores relacionais (elementos trabalhados, em especial por Farradane) e, também, a teoria dos níveis integrativos⁴².

Existe assim uma inegável relação histórica e, mesmo de derivação, entre as bases teóricas do processo classificatório desenvolvidas na Biblioteconomia com a OC abordada na CI.

Ao se refletir que a divulgação por meio de canais formais é um importante meio de institucionalização de uma área do saber, a derivação de um movimento para o outro se torna clara, como demonstra a mudança de nome do periódico *Library Classification* para *Knowledge Organization* que, por sua vez, reflete a também alteração de nome da *Society of Classification* (que surge a partir do *Thesaurus Committee to the German Documentation Society*) para a atual *International Society for Knowledge Organization* (ISKO) (DAHLBERG, 1995).

Ainda ao se refletir sobre o processo de institucionalização de uma área do saber, a criação de instituições, organizações e associações reflete a legitimação do campo e o reconhecimento deste pelos/as profissionais envolvidos/as. Dessa forma, contextualizar a ISKO é uma ação relevante para se compreender parcela do

⁴² Atribuída na CI à professora Louise Spiteri, da *Dalhousie University*, localizada no Canadá.

desenho internacional da OC e, também, inferir influências na representação da área em âmbito nacional, o que é realizado na próxima seção.

3.2.3 International Society for Knowledge Organization

A ISKO, fundada em 1989, constitui-se, na atualidade, como a principal sociedade internacional dedicada ao estudo da OC. Formada por membros de diferentes áreas, a ISKO possui amplo escopo de atuação e tem como missão possibilitar o avanço do trabalho conceitual da OC em todas as formas e por todos os propósitos (ISKO, 2016). A ISKO é uma instituição de caráter interdisciplinar formada por bibliotecários/as e profissionais com formação em CI, linguistas, engenheiros/as, especialistas em tecnologias da informação, em informática médica, entre outros/as que se interessem pela temática.

Enquanto sociedade científica voltada ao estudo da OC, a ISKO também promove a publicação de obras sobre o tema, das quais dá-se destaque ao periódico, já citado, *Knowledge Organization*, que foi nomeado dessa forma no ano de 1993⁴³, sendo que, anteriormente, era conhecido como *International Classification*. O fator de impacto do periódico KO, referente ao ano de 2015, na categoria *Information Science & Library Science*, do *Journal Citation Index (JCR⁴⁴) - Social Science Citation Index (SSCI)*, corresponde a 0,522, o que o colocou na 60ª posição da categoria que, no ano citado, contemplou 86 periódicos.

Dahlberg (1993) esclarece no editorial do primeiro número publicado da revista *Knowledge Organization*, e resgata em outras publicações (1995, 2006), o entendimento de que foi considerada a expressão *Knowledge Order* no momento em que nomearam a ISKO, expressão esta que seria equivalente a classificação empregada na *Society of Classification* que, como descrito, antecedeu a ISKO.

⁴³ Artigo de autoria da professora Dalhberg, *Knowledge Organization: its scope and possibilities*, de 1993, mencionado no capítulo de referências desta tese.

⁴⁴ Base de dados estatística, disponibilizada por assinatura pela empresa Thomson Reuters, que possibilita avaliar e comparar periódicos científicos por meio de dados de publicação e de citação. No Brasil, o acesso ao JCR é oferecido às instituições que possuem acesso ao Portal de Periódicos da Capes: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>.

Contudo, a expressão não foi adotada devido a significação do verbo *to order* no inglês estar relacionada, entre outras possibilidades, a encomenda ou compra de mercadorias, bens ou itens, como se observa em uma das entradas do dicionário *Merriam-Webster Unabridged*: “mercadorias, bens ou itens encomendados por compra”^{45 46}.

Descartada a expressão *knowledge order* foi empregada a expressão *knowldege organization* para nomear a instituição que, conforme Dahlberg (2014) esclarece, corresponde ao resultado de um compromisso assumido, já que *Wissensordnung* do alemão não possui equivalência em inglês. Além disso, a tradução de *organization* para outros idiomas implica perda de sentido, pois em alguns casos *organization* se refere apenas a pessoas e não a objetos: “portanto, dificuldades foram encontradas ao traduzir o nome completo da ISKO para esses idiomas” (DAHLBERG, 2006, p. 11)⁴⁷.

A decisão por *organização do conhecimento* ocorreu devido ao livro *The organization of knowledge and the system of the sciences*, do já citado Bliss (1929), uma vez que o termo alternativo em alemão *Wissensorganisation* permitia o uso da expressão *knowledge organization* no inglês, ainda que em outros idiomas houvesse perda.

No editorial citado, Dahlberg (1993) esclarece que a mudança de nome do periódico foi um dos encaminhamentos da conferência realizada no ano anterior, 1992, em Madri - inclusive, mais à frente se verá que o próprio título do evento já continha a expressão *Knowledge Organization*. Além disso, a estudiosa (DAHLBERG, 1993) esclarece que o Conselho Executivo da ISKO considerou, à época, o momento oportuno para tal mudança, já que no início de 1993, seria publicado o volume 20, número 1, do periódico KO.

Entretanto, como toda mudança, a transformação discursiva de uma área do conhecimento não ocorre de maneira abrupta e substitutiva. Ao se analisar o título

⁴⁵ “Order.” Webster's Third New International Dictionary, Unabridged. 2016. Web. 18 Sep. 2016: “the merchandise, goods, or items ordered as a purchase”.

⁴⁶ “However, after some discussion we favoured the term “Wissensorganisation” (i.e., “Knowledge Organization”), as it allowed a direct translation into English, whereas the term “order” in combination with knowledge might be misleading, because of the verb “to order” (e.g. a service, a product).” (DAHLBERG, 2006, p. 11).

⁴⁷ “Therefore difficulties were encountered when translating the full name of ISKO into such languages”.

dos artigos publicados na edição em questão e, nos demais números do periódico do ano de 1993, observa-se tanto a presença de documentos sobre as bases teóricas do processo classificatório, quanto outros temas relacionados à OC⁴⁸. Ressalta-se que, conforme enunciado por Dahlberg (1993), a OC sob um entendimento amplo - não só relacionado à classificação e à BCI, tornava-se o foco do periódico a partir de então:

O novo título, que denota um conceito superordenado para "Classificação", indica claramente que não queremos nos limitar aos problemas que se enquadram no conceito de "Classificação", mas sim que estamos interessados - como de fato sempre estivemos, embora muitos não percebessem isso - em todas as questões de organização do conhecimento, como agora são aludidas no subtítulo do nosso periódico: portanto, em conceptologia, classificação (incluindo questões relativas aos tesouros), indexação e representação do conhecimento (incluindo os relevantes problemas linguísticos e a terminologia). (DAHLBERG, 1993, p. 1).⁴⁹

Cabe destacar que a ISKO coopera com organizações internacionais (como a Unesco) e nacionais, além de ser parceira de Instituições como a International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA); a American Society for Information Science and Technology (ASIS&T) - em especial, por meio da interlocução que possui com o grupo Classification Research; a Networked Knowledge Organization Systems/Services e o International Information Centre for Terminology (Infoterm).

⁴⁸ Em 1993, foram publicados quatro números do periódico: no primeiro, apenas o título do editorial com a informação da mudança de nome continha a expressão KO; no segundo, além de um artigo, o editorial também continha a expressão KO, sendo que se tratava de uma chamada para o preenchimento de questionário no intuito de se criar um 'who is who' da OC, neste número um artigo é publicado sob o título 'Seven Fundamental Questions for the Science of Library Classification'. No terceiro número, novamente, o editorial apresenta a expressão KO, enquanto um artigo teórico de dois pesquisadores expoentes na área, 'On some contributions of the cognitive sciences and epistemology to a theory of classification' também é publicado, ressalta-se que este último atualmente possui 8 citações na Web of Science e 31 no Google Acadêmico, isto é, apesar do escopo da KO, conforme Dahlberg (1993) ser mais abrangente que a classificação, esta continuou fortemente vinculada aos estudos da OC. E por fim, menciona-se o quarto número, dedicado a apresentar as principais comunicações do capítulo da ISKO Rússia, no qual constam artigos com a expressão KO no título, apesar de um dos temas do evento ser 'The analysis of different classification systems'.

⁴⁹ "The new title, denoting a superordinate concept to 'Classification', clearly indicates that we do not wish to confine ourselves to the problems falling under the 'Classification' concept, but rather are interested - as in fact we always have been, although many a one did not notice it - in all questions of knowledge organization such as they are now alluded to in the subtitle of our journal: hence in Conceptology, Classification (including Thesaurus Problems), Indexing, and Knowledge Representation (including the relevant Linguistic Problems and Terminology)".

A relação da ISKO com a IFLA é pontuada nos temas da instituição dedicados ao estudo da classificação e da indexação, o que retoma a derivação histórica já apresentada entre OC e as bases teóricas do processo classificatório. Destaca-se o fato de que apesar da ISKO ser uma instituição interdisciplinar, essa ligação com a IFLA também retrata a vinculação das pesquisas da OC com a Biblioteconomia, uma vez que a IFLA constitui o principal órgão (federação) internacional relacionado à atuação das bibliotecas, cuja fundação remonta a 1927.

Enquanto associação internacional, além de buscar alianças e parcerias com instituições correlatas, a ISKO promove eventos internacionais e, também, capítulos nacionais e regionais, sendo que os primeiros tiveram início um ano após a fundação da sociedade. Os eventos internacionais são realizados a cada dois anos, como o Quadro 5, a seguir, demonstra. Encontram-se em sua décima quarta edição, já que, desde a realização do primeiro evento, no ano de 1990, não houve interrupção.

Quadro 5 - Eventos internacionais da ISKO (1990-2016)

DATA	LOCAL	EDIÇÃO/ TEMÁTICA
1990	Darmstadt, Germany	First / Tools for knowledge organization and the human interface
1992	Madras, India	Second / Cognitive paradigms in knowlegde organisation
1994	Copenhagen, Denmark	Third / Knowledge organization and quality management
1996	Washington, DC	Fourth / Knowledge organization and change
1998	Lille, France	Fifth / Structures and relations in knowledge organization
2000	Toronto, Canada	Sixth / Dynamism and stability in knowledge organization
2002	Granada, Spain	Seventh / Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: Integration of knowledge across boundaries
2004	London, England	Eighth / Knowlegde organization and the global information society
2006	Vienna, Austria	Ninth / Knowledge organization for a global learning society
2008	Montréal, Canada	Tenth / Culture and identity in knowledge organization
2010	Rome, Italy	Eleventh / Paradigms and conceptual systems in knowledge organization
2012	Mysore, India	Twelfth / Categories, contexts and relations in knowledge organization
2014	Kraków, Poland	Thirteenth / Knowledge organization in the 21st century: between historical patterns and future prospects

2016	Rio de Janeiro, Brazil	Fourteenth / Knowledge Organization for a sustainable world: challenges and perspectives for cultural, scientific, and technological sharing in a connected society
-------------	------------------------	---

Fonte: ISKO, 2016⁵⁰.

Dos quatorze eventos internacionais realizados, oito deles ocorreram em países de diferentes regiões da Europa (Alemanha, Dinamarca, França, Espanha, Inglaterra, Áustria, Itália e Polônia), dois foram realizados na Ásia (Índia, em duas edições 1992, 2012), três na América do Norte (uma delas nos Estados Unidos, 1996 e, outras duas edições no Canadá, 2000, 2008) e, por fim, a última edição, pioneira na região da América Latina, em 2016, no Brasil.

Ressalta-se que a primeira edição do evento foi realizada na Alemanha, país no qual se desenvolveram os estudos de grupos que antecederam a criação da ISKO, como já mencionado, além de ser aquele no qual a professora Dahlberg desenvolveu suas pesquisas, inclusive em alguns dos grupos informados.

Já a segunda edição foi realizada na Índia, país de origem do bibliotecário e matemático Ranganathan, ao qual é atribuída a determinação de bases teóricas do processo classificatório e, mesmo, uma revolução na área. Cabe ainda destacar que as conferências foram realizadas ao se completarem vinte (1992) e quarenta (2012) anos do falecimento de Ranganathan.

Os demais eventos, como aponta o Quadro 5, foram realizados em países diversos da Europa (destaque para a edição de 2014, realizada na Polônia – país da chamada Europa Centro-Oriental ou também, conforme classificação das Nações Unidas, do Leste Europeu) e, na América do Norte. A realização da 14ª edição do evento internacional no Brasil, em 2016, representa importante passo na inserção dos/as pesquisadores/as da região nas discussões internacionais sobre a temática.

As discussões sobre a criação de um capítulo da ISKO nacional, conforme aponta Orrico (2015), desenvolveram-se, em especial nos Enancib dos anos de 2005, 2006 e 2007, sendo que no último foi aprovado o regimento do capítulo brasileiro da ISKO. Desde então, foram realizadas quatro conferências nacionais: a primeira, em 2011, em Brasília/DF; a segunda, em 2013, no Rio de Janeiro/RJ, a terceira, em 2015, em Marília/SP e, a quarta, em 2017, no Recife/PE.

⁵⁰ ISKO Events. Disponível em: <<http://www.isko.org/events.html>>. Acesso em: 18 set. 2016.

Deve-se mencionar ainda que no ano de 2013, foi realizado o *First Congress of ISKO Spain and Portugal*, já que até então o capítulo realizado restringia-se a Espanha. No ano de 2015, foi dada continuidade à iniciativa por meio da realização do *Second Spanish-Portuguese ISKO Conference*. Destacam-se essas edições, pois elas contribuíram para a inserção da comunidade de língua portuguesa nos eventos (por mais que o idioma oficial destes seja o inglês), o que também pode ser elencado como um dos fatores que colaboraram para que o Brasil abrigasse a 14ª edição do encontro internacional da ISKO.

Vários estudos nos níveis de mestrado e doutorado foram realizados (e continuam sendo) com objetivos relacionados à análise das representações existentes na produção científica destes eventos. Dá-se destaque àqueles desenvolvidos no âmbito do PPGCI Unesp, em especial os que são orientados pelo Professor Dr. José Augusto Chaves Guimarães⁵¹.

3.2.4 Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação

Em nível nacional, a ANCIB é a associação que reúne profissionais e demais interessados/as na CI. Fundada no mesmo ano que a ISKO (1989), a ANCIB é uma sociedade civil, sem fins lucrativos (ANCIB, 2016). A atuação da associação organiza-se em duas frentes principais: o trabalho com os programas de pós-graduação em Ciência da Informação e os encontros nacionais de pesquisa em pós-graduação em Ciência da Informação (designados pelo acrônimo ENANCIB).

A participação dos programas de pós-graduação na ANCIB se deu, em seus primórdios, por meio de atuação significativa para a fundação da Associação e, atualmente os programas fazem parte de sua estrutura organizacional, por meio do Fórum dos Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação, conforme descrito no regimento da instituição (BRASIL, ANCIB, 2016, on-line). Este fórum faz parte dos órgãos auxiliares da ANCIB e é composto pelos/as coordenadores/as ou por outros/as representantes dos programas filiados à Instituição.

⁵¹ O professor citado foi membro do *Executive Board* da ISKO, no período de 2012 a 2016.

Já os Enancib são encontros anuais, realizados em diferentes cidades, aos quais estudantes de pós-graduação e pesquisadores da área submetem trabalhos decorrentes de pesquisas desenvolvidas e em desenvolvimento. O Encontro está organizado em grupos de trabalho temáticos (atualmente, o Enancib é constituído por 11 GT) que abordam temáticas diversas relacionadas às pesquisas desenvolvidas no âmbito da CI. É de especial interesse para nós o GT-2 dada a relação que possui com a temática deste trabalho.

O GT-2 existe desde o início dos encontros (no primeiro Enancib era designado como GT-3) e, em seu histórico de designações, encontra-se o uso da expressão “Representação do conhecimento/Indexação/Teoria da classificação”, durante os anos de 1994 a 2004; já entre 2005 e 2006, este GT era intitulado como “Organização do conhecimento e representação da informação”, e, desde o ano de 2007 até a atualidade, o título do grupo é “Organização e representação do conhecimento” (BRASIL, ANCIB, 2016).

A ementa do GT-2, no site da ANCIB, o descreve da seguinte forma:

Teorias, metodologias e práticas relacionadas à organização e preservação de documentos e da informação, enquanto conhecimento registrado e socializado, em ambiências informacionais tais como: arquivos, museus, bibliotecas e congêneres. Compreende, também, os estudos relacionados aos processos, produtos e instrumentos de representação do conhecimento (aqui incluindo o uso das tecnologias da informação) e as relações inter e transdisciplinares neles verificadas, além de aspectos relacionados às políticas de organização e preservação da memória institucional. (BRASIL, ANCIB, Ementa GT-2, 2016).

Em relação as formas empregadas para se abordar a OC no âmbito da ANCIB, percebe-se, além da derivação das bases teóricas do processo classificatório, o mapeamento das formas de ser da informação e do conhecimento e, a ausência de limites claros sobre o objeto a ser organizado e representado: *informação ou conhecimento?* Uma vez que o grupo, conforme designa seu título, ora representa informação, ora organiza conhecimento.

Conforme o exposto na seção anterior, acredita-se que se tratam de conceitos convergentes em vários elementos e que a designação *Organização do Conhecimento* os contextualiza, sem pacificar o debate, dadas as múltiplas concepções existentes associadas à informação e ao conhecimento.

Mais do que a diferenciação dos objetos inerentes à OC e à OI, o que se percebe é a intrínseca relação existente entre a forma como os processos e os instrumentos de cada uma dessas se desenvolvem e são aplicados no âmbito da CI, ou seja, não se promove a OC sem abordar a OI e vice-versa.

Ao se analisar os grupos de trabalho da ANCIB, o GT 2 é reconhecido como aquele que manteve seu núcleo em todas as edições do Enancib, mas apesar desse ‘consenso’ sobre a temática que o grupo aborda, vê-se que a nomenclatura que o nomeia e que nomeia os estudos a ele relacionados se diversifica. Os estudos desenvolvidos na Unesp, por exemplo, coincidem com o nome atual do GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento, mas diferem da terminologia empregada pela ISKO que pode ser traduzida como Organização do Conhecimento.

3.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este capítulo buscou abordar o primeiro objetivo específico desta tese, a saber: *descrever os principais aspectos do quadro teórico da Organização do Conhecimento enquanto área de ensino pesquisa e atividades práticas relacionadas à Ciência da Informação* (ver acima, p. 25). Nesse sentido, algumas considerações são enfatizadas:

- A primeira delas se refere a existir uma imprecisão terminológica relacionada às apropriações de informação e conhecimento no escopo da Ciência da informação, o que, conseqüentemente, reflete-se na OC. Tanto é que no decorrer deste capítulo pôde se perceber que há uma confusão, em muitos estudos, em relação à diferenciação entre OC e OI.
- Não é propósito deste trabalho criar uma dicotomia entre OC e OI, buscando diferenciá-las de maneira artificial e rígida, ao contrário, a proposta é saber quais são as convergências e, mesmo, dissensões entre essas duas esferas para que se possa compreender a OC da forma mais aprofundada possível.
- Em síntese, a Organização do Conhecimento é uma instância que aborda as reivindicações do conhecimento apresentadas em registros potencialmente informativos (documentos), com base na visão social e pragmática da informação e

do conhecimento. O que, portanto, não faz da informação um nível antecessor do conhecimento, mas um elemento a ele conjugado, sobretudo na esfera da representação e da significação.

4 ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA, DISCURSO(S) E REPRESENTAÇÃO

É portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontem, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais.

(BAKHTIN, 2006, p. 40).

Se informação e conhecimento são termos complexos e multifacetados, de difícil definição, o Discurso não escapa dessa complexidade e assume variadas formas de acordo com a abordagem enfatizada. Entretanto, o entendimento de que o Discurso está relacionado com a manutenção e transformação de relações de poder nas práticas sociais é uma questão presente em diversas manifestações a ele referidas, em especial a partir de meados do século XX.

Esse entendimento relaciona-se à compreensão da linguagem não como fenômeno transparente, ou elemento psicológico e abstrato, como se considerou em certos momentos; da mesma forma que não se pode concebê-la como uma superestrutura determinista que molda e estabelece univocamente a semiótica das práticas sociais. Signos não são a simples tradução de conceitos. O que se tem é um movimento contínuo da linguagem baseado em seu uso, em seu significado social.

A partir desses apontamentos, este capítulo objetiva apresentar o referencial teórico relacionado à Análise de Discurso Crítica (ADC) empregada nesta pesquisa. As duas primeiras seções abordam a contextualização e as concepções centrais da ADC. Já a terceira seção descreve os momentos internos do Discurso, com ênfase para o momento discursivo e para o significado representacional. São também caracterizadas as categorias de análise percebidas como mais relevantes para os propósitos desta pesquisa.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A Análise de Discurso Crítica (ADC⁵²) surge, no final da década de 1970 (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), em resposta a algumas lacunas que os estudos da Linguística Crítica deixaram (MAGALHÃES, 2005⁵³). A ADC compreende

⁵² Sobre o uso da expressão Análise de Discurso Crítica em detrimento de Análise Crítica do Discurso, compartilha-se do apontamento de Magalhães: “Um rápido esclarecimento com relação à tradução do termo inglês *critical discourse analysis*. Embora exista a expressão portuguesa 'análise crítica do discurso' [...] prefiro o termo 'análise de discurso crítica'. Não se trata de mera questiúncula terminológica. Há uma razão para isso: no Brasil, a tradição de estudo do discurso é forte. Só para ilustrar esse ponto, o livro de E. Orlandi 'A Linguagem e Seu Funcionamento' foi publicado em 1983 (1ª ed.). Essa tradição acadêmica se consolidou no Brasil com a expressão análise de discurso (Orlandi, 1999).” (MAGALHÃES, 2005).

⁵³ A professora Izabel Magalhães possui importante papel na introdução da ADC no Brasil, já que no ano de 1975 ela conheceu Fairclough, na Inglaterra, e, posteriormente, articulou visitas oficiais

uma heterogeneidade⁵⁴ de abordagens que guardam entre si algumas continuidades. Nesta tese é empregada a proposta de ADC, de vertente britânica, fundamentada nos trabalhos do linguista Fairclough (2001, 2003) e de Chouliaraki e Fairclough (1999).

A ADC baseia-se, em linhas gerais, na fundamentação de uma Teoria Crítica do Discurso em que a linguagem é compreendida como um sistema dinâmico e aberto, bem como “parte irreduzível da vida social” (FAIRCLOUGH, 2001, 2003) e instrumento de poder. Em consonância com esses apontamentos, a ADC não se restringe a análises com enfoque exclusivamente descritivo, como ocorreu em determinados momentos no desenvolvimento da linguística, nem tampouco concentra-se apenas em aspectos da teoria social, sem observá-los à luz de elementos interpretativos e analíticos (FAIRCLOUGH, 2001).

A ADC “procura estabelecer um quadro analítico capaz de mapear a conexão entre relações de poder e os recursos linguísticos selecionados por pessoas ou grupos sociais” (RAMALHO; RESENDE 2006, p. 185), ou seja, operacionaliza-se de aspectos da teoria social crítica e da análise linguística de forma concomitante. Nesse sentido, Resende (2009) esclarece que:

A utilização de categorias linguísticas, portanto, justifica-se na medida em que possibilita ao/à analista explorar a materialização discursiva de problemas sociais, em termos dos efeitos dos aspectos discursivos em práticas sociais contextualizadas (e vice-versa), da vinculação de textos a discursos particulares, dos efeitos de discursos particulares na constituição de identidades e na legitimação de modos de ação. (RESENDE, 2008, p. 40,41).

Dessa maneira, um dos grandes avanços da ADC em relação a outras propostas de AD reside em operacionalizar a análise do “efeito de aspectos discursivos em práticas sociais”, aspecto fundamental relacionado “à questão de como a linguagem adquire maior visibilidade em algumas práticas sociais contemporâneas” (RESENDE, 2008, p. 41).

deste ao Brasil, que aconteceram nos anos de 1988, 1991, 1994 e 1998, quando então ela era professora da UnB.

⁵⁴ Resende (2008) esclarece que existe uma heterogeneidade de abordagens de ADC, que guardam semelhanças entre si, mas se valem de diferentes teorias sociais. Exemplo é a abordagem de Fairclough (2001, 2003) – relação da linguística sistêmico-funcional com a sociologia; a de Teun van Dijk – relação da linguística textual com a psicologia social, e, de Ruth Wodak – sociolinguística e história (RESENDE, 2008, p. 39).

Essas características fazem com que a ADC não seja apenas uma disciplina descritiva, um método de análise a ser adotado, mas sim, uma disciplina interpretativa e analítica, que “desenvolveu modelos para o estudo situado do funcionamento da linguagem na sociedade” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 12). A ADC procura não apenas analisar situações em que discurso e poder se realizam, mas possibilitar aos atores do contexto analisado que reestruturem as relações existentes adquirindo assim um caráter emancipatório.

Ao se levar em conta o objetivo desta pesquisa – *analisar as relações representadas pelas articulações sociodiscursivas presentes na OC enquanto área de pesquisa, ensino e atividades práticas relacionadas à CI no Brasil*, pode-se entender a ADC como um potencial itinerário para compreensão de como a OC está representada e das relações que permeiam essas representações.

Para tanto é importante salientar que a ADC não é uma teoria única e hermética, um modelo pronto a ser aplicado a quaisquer estudos que a incluam em seu percurso, mas sim uma proposta a ser construída de acordo com os objetivos e especificidades da pesquisa.

Por esse motivo, sem intenção de exaurir o tema dada a complexidade e as múltiplas facetas que possui, são expostas na próxima seção concepções centrais relacionadas à abordagem de ADC utilizada nesta pesquisa.

4.2 CONCEPÇÕES CENTRAIS

A teoria crítica do discurso apresentada na ADC proposta por Fairclough (2001, 2003) e por Chouliaraki e Fairclough (1999) possui influências diversificadas e multidisciplinares, já que mescla elementos de cunho filosófico, social, linguístico, político, econômico, entre outros.

Acepções e conceitos do realismo crítico, do modelo transformacional da realidade, das práticas sociais, da noção de tempo e espaço, dos conceitos de poder hegemônico e ideologia, bem como da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) são abordados com base em uma ampla gama de autores/as de renome da literatura

internacional como Bhaskar (2008); Harvey (1996); Gramsci (1978); Laclau; Mouffe, (2001)⁵⁵; Thompson (2011⁵⁶); Haliday, (1994), entre outros/as.

Essas vinculações não foram todas estabelecidas em um mesmo momento e na mesma obra, mas agregadas aos estudos de Fairclough (2001, 2003) à medida que suas pesquisas evoluíram. Além disso, Fairclough (2001, 2003) fez várias releituras dos trabalhos mencionados, de maneira que os conceitos não foram simplesmente transpostos de suas áreas de origem para a ADC, mas ressignificados – o que justifica o caráter transdisciplinar da ADC, já que rompe fronteiras epistemológicas entre diferentes campos do saber⁵⁷.

Nesta pesquisa, sempre que oportuno, foram consultadas as fontes originais dos trabalhos citados por Chouliaraki e Fairclough (1999) e por Fairclough (2001, 2003), mas com o cuidado de se observar a forma como o estudioso (e sua parceira acadêmica) ressignificaram os conceitos oriundos de outras fontes, uma vez que, como exposto, ele e ela não necessariamente mantiveram a acepção original destes.

4.2.1 Vida social como um sistema aberto

Em linhas gerais, o vínculo da base ontológica da ADC com o realismo crítico ⁵⁸se dá em relação a três aspectos principais (RESENDE, 2008): a existência de uma ontologia estratificada do mundo social, o entendimento da vida social como um sistema aberto e o modelo transformacional entre estrutura e ação sociais.

⁵⁵ A edição citada por Chouliaraki e Fairclough (1999) e por Fairclough (2003) é a primeira, publicada no ano de 1985. Nesta pesquisa se teve acesso a segunda edição do ano de 2001.

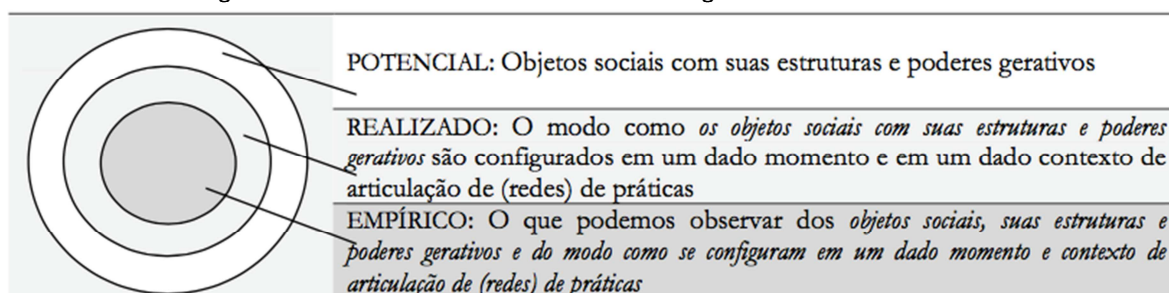
⁵⁶ Em inglês, a primeira edição da obra foi publicada no ano de 1990. Em português, a primeira tradução foi publicada em 1995. Nesta tese fez-se uso da 9. edição.

⁵⁷ Conforme descrito por Chouliaraki e Fairclough (1998, p. 2): “We show with respect to these theories how CDA within properly ‘transdisciplinary’ (as opposed to merely ‘interdisciplinary’) research, involving a dialogue (or ‘conversation’) between theories in which the logic of one theory is ‘put to work’ within another without the later being reduced to the former”.

⁵⁸ “Corrente filosófica que concebe a vida (social e natural) como um sistema aberto, constituído por várias dimensões – física, química, biológica, psicológica, econômica, social, semiótica, sendo que todas têm suas próprias estruturas distintivas, seus mecanismos particulares e poder gerativo. Na produção da vida social ou natural, a operação de qualquer mecanismo é mediada pelos outros, de tal forma que nunca se excluem ou se reduzem a um” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 175).

Sobre a ontologia estratificada esclarece-se que se trata de proposta para estudo e acesso à realidade desenvolvida por Bhaskar⁵⁹, isto é, a respeito de como se dá o conhecimento dos indivíduos em relação aos fenômenos, sejam eles físicos, sociais ou de outro nível. A estratificação implica na existência de três domínios: *real*, *actual* e *empírico* (terminologia⁶⁰ empregada por Bhaskar, 2008⁶¹), e, adaptada por Resende (2008) e por Ramalho e Resende (2011), em potencial, realizado e empírico, conforme exposto na Figura 5:

Figura 5 – Os três estratos da realidade segundo o realismo crítico



Fonte: RESENDE, 2008, p. 46.

Resende (2008) denomina o *real* de potencial, isto é, domínio que abrange todas as possibilidades do que pode acontecer e, o *actual*, de realizado, já que é uma esfera intermediária do que acontece se, e quando os poderes do *real* (potencial) forem ativados. Entretanto, deve-se esclarecer que o domínio do empírico não corresponde ao potencial ou ao realizado, já que o acesso aos dois últimos não é impossível, mas também não é assegurado (RESENDE, 2008).

O empírico representa o que podemos observar por meio das experiências, mas também não esgota o que aconteceu ou o que poderia ter acontecido, já que nosso acesso à realidade é sempre posicionado e parcial, o que não retira a cientificidade da ADC, já que ela se baseia na compreensão e explanação dos fenômenos.

⁵⁹ Roy Bhaskar (1944-2014) iniciou sua carreira como professor na área de economia, na Universidade de Oxford, no final da década de 1960, para só então dedicar-se ao estudo da filosofia e fundar o realismo crítico, uma vez que não encontrou as repostas que procurava sobre o mundo real, a pobreza e a riqueza na economia. O jornal britânico *The Guardian* na nota de falecimento de Bhaskar o intitula como “uma das vozes mais influentes na filosofia da ciência e um revolucionário político”. (*TheGuardian*. Roy Bhaskar Obituary. Thursday, 4 Dec. 2014).

⁶⁰ Existem diferentes traduções para os domínios, por exemplo, Ramalho (2009) os cita como real, actual e empírico, já Resende (2008) os descreve como potencial, realizado e empírico.

⁶¹ Fairclough cita em especial a obra *Scientific Realism and Human Emancipation*, escrita por Bhaskar e publicada no ano de 1986. Nesta tese a obra que se teve acesso foi *A Realist Theory of Science*, de 2008.

Resende (2008) esclarece que os domínios do potencial e do realizado estão no âmbito ontológico e que o empírico se apresenta no nível epistemológico.

Nesse sentido, além da estrutura ontológica ser composta pelos diferentes domínios da realidade, a ADC se vale do entendimento do realismo crítico de que a vida social é um sistema aberto, isto é, que “qualquer evento é governado simultaneamente por ‘mecanismos operativos’ (‘ou poderes gerativos’)⁶² (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p.19, tradução livre). A vida social é composta por vários estratos como os de nível físico, biológico, semiótico, químico, psicológico, entre outros.

Esses estratos possuem estruturas distintas, mecanismos gerativos que atuam no domínio do potencial – do que pode ou não acontecer. Os estratos atuam, simultaneamente, causando impacto uns nos outros, mas não de maneira previsível e sistemática e, sim, por meio de uma interdependência causal. Ramalho e Resende (2011) esclarecem que os estratos quando ativados, simultaneamente, podem causar efeitos imprevisíveis nos outros domínios (realizado e empírico).

Nesse sentido, Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 19, tradução livre) esclarecem que “as relações entre os mecanismos são estratificadas: um mecanismo pressupõe muitos outros, mas está arraigado e emerge, talvez, de apenas um ou de um pequeno número de outros mecanismos”⁶³.

Entretanto, isso não faz com que os diferentes estratos se reduzam uns aos outros, ao mesmo tempo em que, também, não é necessário voltar a um dos estratos para que se possa conhecer o outro (por exemplo, voltar ao físico para se compreender o semiótico), já que cada estrato deixa seus traços naqueles com os quais interage, ainda que de maneira diferente.

A Figura 5 deixa explícita a relação existente entre os poderes causais e os objetos sociais e, conseqüentemente, os domínios ontológicos. Entretanto, os poderes causais não são absolutos e estáveis, já que são ativados e/ou bloqueados de acordo com o contexto, ou seja, são contingentes. Além disso, os poderes causais não possuem uma relação mecânica, inclusive, sendo nessa perspectiva que reside o fato de que na ADC não se buscam regularidades absolutas.

⁶² “In which any event is governed by simultaneously operative ‘mechanisms’ (or ‘generative powers’)”.

⁶³ “The relationships between mechanisms are stratified: one mechanism presupposes many others, but it is rooted in and emergent out of maybe just one or a small number of other mechanisms”.

Essa contestação em relação à causalidade mecanicista é observada em obras de cunho marxista, como as de Bahktin (2006), que apesar de considerá-la uma solução justa, também a percebe por demais genérica, o que a torna ambígua na explicação dos fenômenos, sobretudo aqueles vinculados à filosofia da linguagem. A aplicação da causalidade mecânica é cada vez mais limitada, mesmo nas ciências naturais, já que a configuração dos fenômenos tende a ser complexa.

Se o mundo é constituído de diferentes domínios, sendo o acesso à realidade sempre parcial e posicionado, bem como por ser a vida social um sistema aberto, com múltiplas possibilidades e dinâmica, decorre desses apontamentos um dos elementos fundamentais à compreensão da teoria crítica do discurso da ADC: o modelo transformacional da realidade entre a estrutura e a ação social, descrito na próxima subseção.

4.2.2 Práticas sociais, poder hegemônico e ideologia

O Discurso é considerado na ADC como um elemento de caráter mais abstrato, como o momento semiótico das práticas sociais⁶⁴. Essa afirmação é de fundamental importância para a aplicação e compreensão da ADC, uma vez que reflete a centralidade que é atribuída às práticas sociais no modelo transformacional da realidade, do qual a ADC se vale. Nessa perspectiva, as práticas sociais representam um elemento intermediário e de conexão entre a estrutura e a ação sociais.

Fairclough (2003) esclarece que os agentes sociais não são totalmente livres em suas ações, mas que são socialmente constrangidos, ainda que as ações destes também não sejam completamente determinadas pela sociedade. Da mesma forma, as estruturas sociais por mais rígidas e abstratas que sejam não determinam univocamente a ação dos agentes. O que se tem é uma relação complexa e dialética na qual a ação social e a estrutura social interagem.

⁶⁴ Conforme diferenciação apresentada na Introdução dessa tese sobre as duas abordagens do discurso consideradas no escopo da ADC.

Essa relação se estabelece em sentido ora diacrônico, ora sincrônico, já que a estrutura antecede a ação. Entretanto, estrutura e ação se constituem e são constituídas umas pelas outras, uma vez que a ação, além de reproduzir a estrutura, pode também transformá-la (ação → prática) e, a estrutura, por sua vez, atua no sentido de recurso/constrangimento para a ação social (prática → ação) (RESENDE, 2008). Interpostas entre essas instâncias estão as práticas sociais que:

Podem ser vistas como articulações de diferentes tipos de elementos sociais que estão associados a áreas particulares da vida social [...]. O ponto importante sobre as práticas sociais [...] é que elas articulam o discurso (daí a linguagem) juntamente com outros elementos sociais não-discursivos. (CHOULIARAKI, FAIRCLOUGH, 1999, p. 25)⁶⁵.

As práticas sociais envolvem a configuração de diversos momentos que, tal como descrito para os diferentes estratos que compõem a vida natural e social, estão vinculados aos outros, uma vez que possuem relações dialéticas entre si, e nas quais cada momento internaliza traços dos outros, mas sem se reduzirem entre si.

Figura 6 – Momentos das práticas sociais

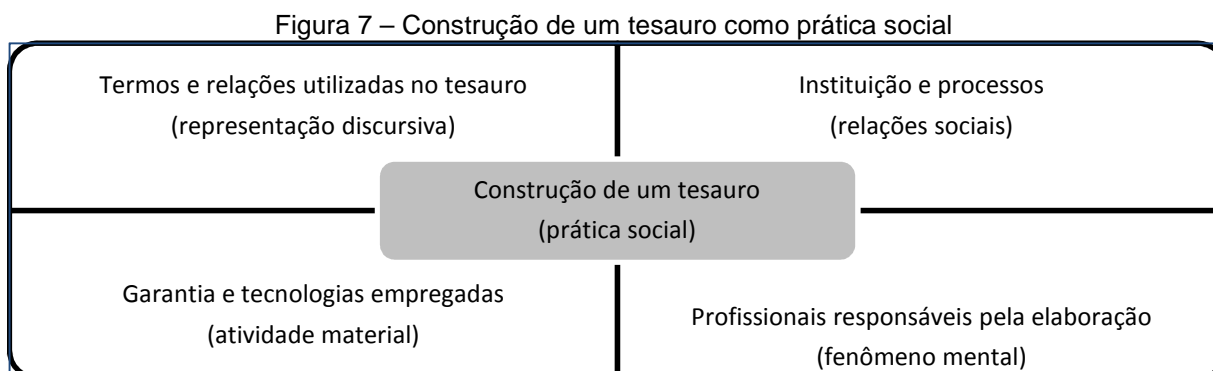


Fonte: Baseada em RESENDE, 2008; RAMALHO; RESENDE, 2011.

⁶⁵ Social practices can be seen as articulations of different types of social elements which are associated with particular areas of social life [...]. The important point about social practices [...] is that they articulate discourse (hence language) together with other non-discursal social elements. (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 25)

Os momentos das práticas sociais estão vinculados a diferentes aspectos da vida social, como à **atividade material** (ao mundo material), **ao fenômeno mental** (às suas crenças, opiniões, atitudes e histórias), **às relações sociais** (ação e interação) e ao **Discurso** (considerado na ótica mais abstrata do momento linguístico/semiótico das práticas sociais), conforme ilustra a Figura 6.

Menciona-se como exemplo de prática social, comum na OC, o processo de construção de vocabulários controlados – por exemplo, o de um tesouro, relacionado a diferentes elementos, como as pessoas envolvidas na construção da ferramenta (e suas crenças, atitudes e histórias), a instituição e os processos que demandaram a construção da ferramenta (as relações sociais), o tipo de garantia (validação) utilizada para inserção/atualização dos termos e a construção das relações entre estes (por exemplo, consulta à literatura e a especialistas, validação pelos usuários, entre outras) e as tecnologias empregadas. A Figura 7 sintetiza aspectos desse exemplo:



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Entretanto, deve-se esclarecer que esse modelo aplicado genericamente não traz à tona os apontamentos necessários para a compreensão dos fenômenos sociais:

Em outras palavras, um relato geral da relação entre os elementos da vida e seus mecanismos não é suficiente: precisamos de relatos específicos da forma que suas relações dialéticas assumem em práticas particulares, uma forma que é constantemente aberta à mudança. (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 21, tradução livre)⁶⁶.

⁶⁶ “In other words, a general account of the relationship between elements of life and their mechanisms is not enough: we need specific accounts of the form which their dialectical relationship takes in particular practices, a form which is constantly open to change”.

Para a elaboração desses relatos específicos e o entendimento das relações dialéticas é de fundamental importância reconhecer as ações de articulação e internalização. O conceito de articulação abordado por Chouliaraki e Fairclough (1999) é baseado na teoria do discurso de Laclau e Mouffe (2001⁶⁷) e, contribui para a compreensão dos momentos em que se realizam as práticas sociais e do processo de internalização existente entre estes, já que a perspectiva dos autores é de que a articulação não determina de maneira rígida os sentidos, mas que os fixa parcialmente:

A prática da articulação, portanto, consiste na construção de pontos nodais que fixam parcialmente o sentido; e o caráter parcial desta fixação procede da abertura do social, resultado, por sua vez, do constante transbordamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade⁶⁸. (LACLAU; MOUFFE, 2001, p. 113).

Por meio da abertura do social, a articulação possibilita que os momentos das práticas sociais estabeleçam relações de mudança entre si, apesar de possuírem algum nível de fixidez e, também, de internalizarem aspectos uns dos outros. A articulação não se refere apenas à instância externa dos momentos das práticas sociais, mas também à significação de seus momentos internos. Logo, no caso do Discurso também se refere a seus momentos internos (gêneros, discursos e estilos), que serão descritos mais à frente.

A essa compreensão não determinista e dialética das práticas sociais se relacionam outros dois conceitos fundamentais à proposta da ADC: o poder como luta hegemônica e a ideologia. Fairclough (2001) se baseia, em especial nos escritos de Gramsci para definir a hegemonia como:

Uma forma particular (associada a Gramsci) de conceituação do poder e da luta pelo poder em sociedades capitalistas, enfatizando o modo como o poder depende do consentimento e da aquiescência em detrimento apenas da força, assim como a importância da ideologia para este. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 218, tradução livre).

Gramsci (1978) desenvolve seu conceito de hegemonia por meio de uma abordagem marxista, todavia o desenvolve com o diferencial de vincular tal

⁶⁷ A edição citada por Chouliarak e Fairclough (1999) e por Fairclough (2003) é a primeira, publicada no ano de 1985. Nesta pesquisa se teve acesso a segunda edição do ano de 2001.

⁶⁸ “The practice of articulation, therefore, consists in the construction of nodal points which partially fix meaning; and the partial character of this fixation proceeds from the openness of the social, a result, in its turn, of the constant overflowing of every discourse by the infinitude of the field of discursivity”.

abordagem não apenas ao contexto econômico, mas também às esferas éticas e políticas (ALVES, 2010). Nesse sentido, a acepção de hegemonia se distingue de outras comuns nas Ciências Sociais, pois não implica uma visão unilateral e determinada de poder (RAMALHO; RESENDE, 2001), mas um movimento instável e flexível, marcado, como citado acima, mais pelo consentimento e por alianças, do que pela força.

A realização de um aparato hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico. (GRAMSCI, 1978, p. 52).

Assim, a luta hegemônica ocorre em várias esferas, sendo uma delas a discursiva, ou seja, construções semióticas podem ser utilizadas por certos grupos em favor de que suas posições se façam predominantes (recorda-se a citação no início deste capítulo). Fairclough (2003) relaciona como um dos fatores que contribui para a existência desse fenômeno a manutenção de representações particulares como universais, o que traz à tona o conceito de ideologia “sentida a serviço do poder” (THOMPSON, 2011, p. 16).

Dessa forma, por Fairclough (2003) embasar sua compreensão de ideologia em Thompson (2011), a ADC não a compreende como algo neutro, um sistema de pensamento ou simbólico, mas sim sob perspectiva crítica e negativa:

[...] sustento que o conceito de ideologia permanece uma noção útil e importante no vocabulário intelectual da análise social e política. [...] argumento que o conceito não pode ser tão facilmente despojado de seu sentido negativo, crítico – ou, mais precisamente, argumento que, na tentativa de despojá-lo de seu sentido negativo, as pessoas menosprezam um conjunto de problemas em relação aos quais esse conceito, em algumas de suas versões, procurou chamar nossa atenção. É esse conjunto de problemas que tento discutir em minha reformulação de ideologia. Sendo que não tento eliminar seu sentido negativo mas, ao contrário, tomá-lo como um índice dos problemas aos quais o conceito se refere, como um aspecto que deve ser retido e desenvolvido criativamente, essa reformulação pode ser vista como uma *concepção crítica de ideologia*. Ela mantém a conotação negativa que foi trazida pelo conceito através da maior parte de sua história e liga a análise da ideologia à questão crítica. (THOMPSON, 2011, p. 16, grifos no original).

Sob essa acepção, a ideologia constitui “representações de aspectos do mundo que contribuem para o estabelecimento e a manutenção de relações de poder, de dominação e de exploração” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 218). É importante ressaltar, entretanto, que “fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos

desde que eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer relações de dominação” (THOMPSON, 2011, p. 76), ou seja, a análise da ideologia importa na ADC quando a ela estiverem vinculadas relações assimétricas de poder.

Fairclough (2003) assevera que a ideologia se torna mais efetiva o quanto mais implícita for, o que significa que a partir do momento que os indivíduos percebem assimetrias de poder que os prejudiquem nos fenômenos simbólicos, a ideologia é desvelada, o que faz com que perca sua força. O questionamento de formas ideológicas presentes em questões cotidianas serve como estímulo para a reformulação das relações de poder, isto é, tanto a hegemonia, quanto a ideologia são caracterizadas pela instabilidade.

4.2.3 O texto e a Linguística Sistêmico-Funcional

Para compreensão de fenômenos sociais, como hegemonia e ideologia, o enfoque da ADC se concentra no Discurso como um dos momentos das práticas sociais – aquele de caráter mais próximo do semiótico, já que estas, conforme já mencionado, constituem-se como elementos intermediários – ponto de conexão, entre a estrutura e a ação sociais que, para Fairclough (2003), estão relacionadas entre si, mas não em caráter de equivalência.

A relação existente entre a estrutura (que em nível discursivo é representada pelo sistema semiótico) e a ação (representada em nível discursivo pelos textos) é de interdependência causal. Por corresponder ao sistema semiótico a estrutura social é mais abstrata e estável que a ação social, já esta, por corresponder ao texto, caracteriza-se de maneira mais instável, flexível e concreta que a primeira, conforme a Figura 8, apresentada na próxima página, expressa.

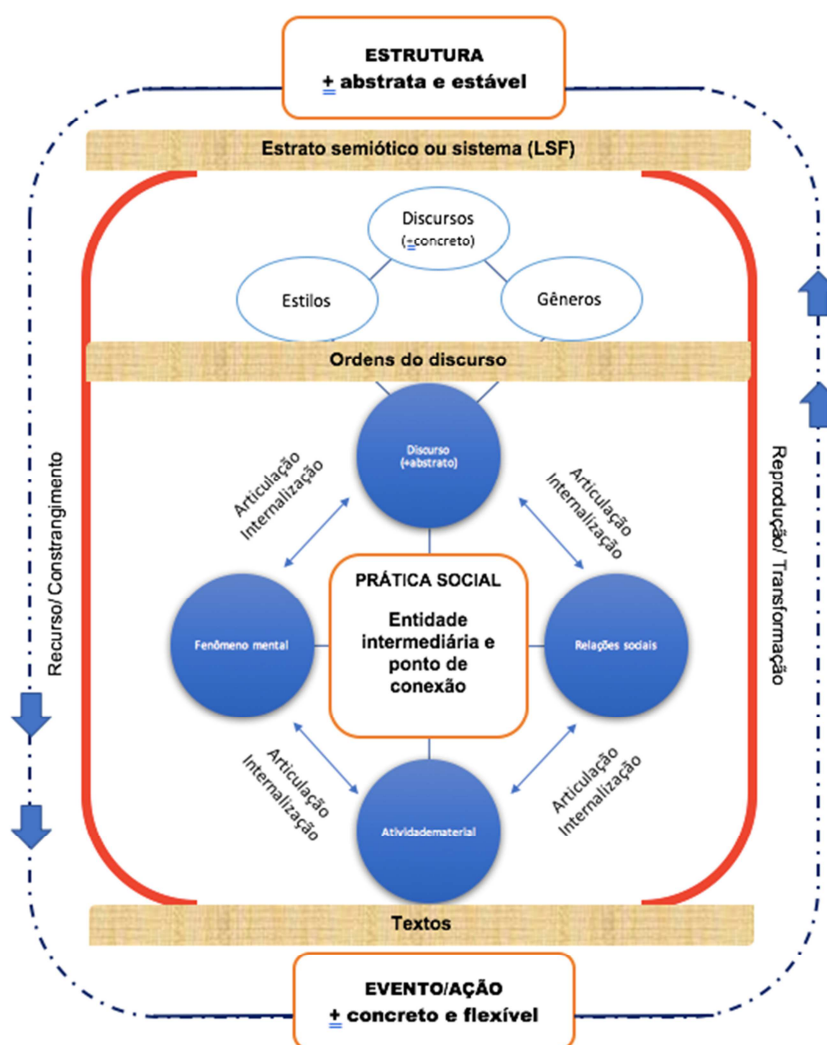
Ramalho e Resende (2011) esclarecem que:

[...], como evento discursivo ligado a práticas sociais, o texto traz em si traços da ação individual e da ação social que lhe deu origem e de que fez parte; da interação possibilitada também por ele; das relações sociais, mais ou menos assimétricas, entre as pessoas envolvidas na interação; de suas crenças, valores, histórias; do contexto sócio-histórico específico num mundo material particular, com mais ou menos recursos. (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 22).

Ressalta-se que a compreensão de texto na ADC não se restringe aos documentos escritos, uma vez que é apresentada sob uma visão ampla:

Vou usar o termo [textos] em um sentido muito amplo. Textos escritos e impressos, tais como listas de compras e artigos de jornais são textos, mas também são transcrições de conversas (falas) e entrevistas, bem como programas de televisão e páginas da web. Podemos dizer que qualquer instância real da linguagem em uso é um 'texto' – ainda que isso seja muito limitado, porque textos, como programas de televisão, envolvem não só a linguagem, mas também imagens visuais e efeitos sonoros” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 3, tradução livre)⁶⁹.

Figura 8 – Síntese das concepções centrais da Análise de Discurso Crítica



Fonte: Elaborada pela autora com base em RESENDE, 2008; RAMALHO; RESENDE, 2011; CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH 2003.

⁶⁹ "I shall use the term in a very broad sense. Written and printed texts such as shopping lists and newspaper articles are texts, but so also are transcripts of (spoken) conversations and interviews, as well as television programmes and webpages. We might say that any actual instance of language in use is a 'text' – though even that is too limited, because texts such as television programmes involve not only language but also visual images and sound effects".

Ainda em complemento a essas considerações sobre o texto, reproduz-se o entendimento de Gouveia (2009), para o qual:

De orientação social, portanto, o quadro teórico-metodológico que tem vindo a ser descrito elege o texto como unidade fundamental, a partir da constatação facilmente verificável, de que este é a unidade de comunicação em qualquer evento discursivo. Ou seja, encarado, na sua dimensão comunicativa, como linguagem que é funcional, o texto é o resultado de toda e qualquer situação de interação, isto é, é ele próprio a forma linguística de interação social, uma unidade de uso linguístico. De extensão variável, falado ou escrito, individual ou colectivo, composto de apenas uma frase ou de várias (a extensão não é relevante), o texto é o que produzimos quando comunicamos. É ainda uma coleção harmoniosa de significados apropriados ao seu contexto, com um objetivo comunicativo. (GOUVEIA, 2009, p. 18).

Os textos não são produtos acabados, prontos e estáticos. Se assim fossem, não atenderiam a um dos enfoques mais significativos da ADC: o de que a linguagem é um sistema dinâmico. Por conseguinte, a ADC se destina a pesquisas que tem no texto, sob a ótica ampla descrita, seu principal material de trabalho e unidade de análise. À vista disso, a ADC também é designada de “análise de discurso textualmente orientada (ADTO)” (CAETANO, 2009; FAIRCLOUGH, 2001, 2003; MAGALHÃES, 2004, 2005).

A ADC proposta por Fairclough (2001, 2003) é subsidiada pela Linguística Sistêmico-Funcional (LSF). A LSF é descrita como “uma teoria geral do funcionamento da linguagem humana, concebida a partir de uma abordagem descritiva baseada no uso linguístico” (GOUVEIA, 2009, p. 14). Assim, a LSF se ocupa da linguagem sob suas mais diversas formas, a compreende como um sistema dinâmico e procura estudá-la a partir de sua situação de uso.

No âmbito da sistematização dos estudos linguísticos na ótica da funcionalidade, Halliday⁷⁰ foi o responsável pelo grande passo, por meio da proposição da gramática sistêmico-funcional (GSF)⁷¹. O estudioso organizou a obra *An introduction to functional grammar*, como um enfoque alternativo à gramática tradicional. Martin, Mathiessen e Painter (2010) apresentam vários exemplos de uso da GSF, contudo,

⁷⁰ Michael Alexander Kirkwood Halliday (1925-) é um linguista e professor britânico que foi aluno de Firth (que por sua vez foi aluno de Malinowsky, um dos primeiros a relacionar a linguagem com o contexto).

⁷¹ Além dos trabalhos de Halliday, outros estudiosos e outras estudiosas abordaram a LSF, como o próprio Halliday em parceria com Hasan – *Language, context and text* (1989); Eggins – *An introduction to systemic functional linguistics* (1994); Martin e Rose (2003) – *Working with discourse*; Thompson – *Introducing functional grammar* (2004).

ressaltam que ao propô-la, Halliday não o fez orientado especificamente a uma área de aplicação, mas para produzir uma gramática geral com o objetivo de analisar e interpretar textos.

O texto é percebido na LSF como uma construção múltipla dos atores sociais: “texto que vai desde um gesto, uma palavra, a todo um discurso” (BÁRBARA; MACÊDO, 2010, p. 90). Enquanto constructo de significados e de trocas, o texto é um evento intersubjetivo. Nele são realizadas escolhas linguísticas que auxiliam na descoberta dos papéis sociais desenvolvidos pelos indivíduos. Texto é significado e significado é opção, uma corrente contínua de seleções (HALLIDAY, 1998). Se a linguagem se realiza por meio dos textos, estes se realizam por meio da oração, isto é, ela é a unidade central de análise na GSF. A Figura 9 sintetiza os principais aspectos relacionados ao texto abordados nesta subseção:

Figura 9 – Aspectos do texto enquanto instância real da linguagem em uso



Fonte: Baseado em BÁRBARA; MACÊDO, 2009; FAIRCLOUGH, 2001, 2003; GOUVEIA, 2009; HALLIDAY, 1998.

No âmbito da LSF, a linguagem é um tipo de sistema semiótico, baseado na gramática, que se realiza em textos, caracterizada pela organização em sistemas (ou estratos) e pela diversidade funcional. Os sistemas diferenciam-se de acordo com a ordem de abstração: fonologia (grafologia, morfologia) – léxico-gramática (fraseado) – semântica (significados), os quais constituem o contexto de situação, mas também pelo contexto de cultura, ambiente sociocultural mais amplo. Todos esses sistemas são interdependentes.

Os textos estão sempre inseridos nos dois contextos citados, mas ressalta-se que só se pode compreender um texto ao observá-lo sob a ótica do contexto imediato em que foi produzido (o contexto de situação). Em certos casos, este pode ainda não ser suficiente: momento em que será imprescindível a compreensão do contexto de cultura.

4.2.4 Os significados da linguagem

O contexto de situação é descrito por meio de modelo conceitual com três variáveis: campo (relacionado às atividades que ocorrem, ao objetivo e à finalidade do texto), relações (referente aos participantes da situação, a quem fala ou escreve, ouve ou lê, a distância social entre os participantes) e modo (vinculado à função que a linguagem exerce e ao veículo utilizado na comunicação). Essas variáveis do contexto de situação estão relacionadas aos diferentes usos que os indivíduos fazem da língua, “a como se cria e expressa significados” (HALLIDAY; MATHIESSEN, 2004, p. 19).

Na LSF, além da função comunicativa, a linguagem exerce outras três funções (metafunções⁷²) principais: metafunção ideacional (utilizada para se compreender o meio), metafunção interpessoal (utilizada para se relacionar com os outros) e metafunção textual (utilizada para organizar informações).

As metafunções implicam os usos que os falantes fazem da língua, assim, “as funções da linguagem representam o modo como as pessoas atingem diferentes propósitos pela fala e pela escrita, identificadas por meio de significados entrelaçados na construção do discurso” (SILVA, 2010, p. 66). Nesse sentido, Gouveia (2009) esclarece que:

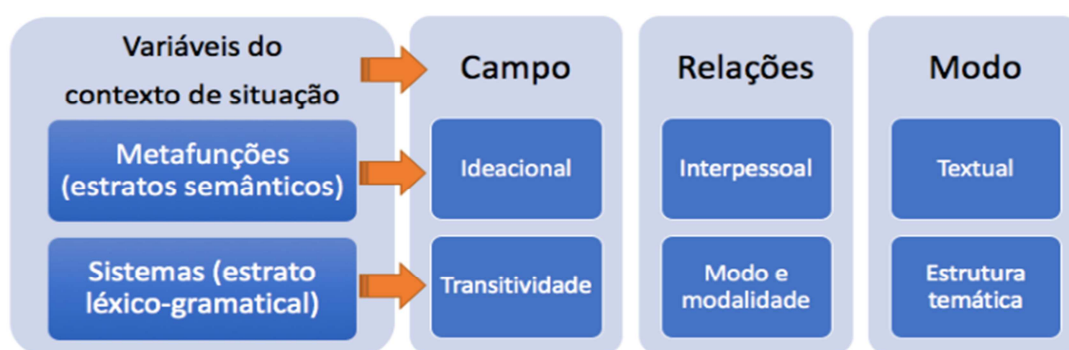
Concretizando, a linguagem serve para expressarmos conteúdo, para darmos conta de nossa experiência no mundo, seja este o real, exterior ao sujeito, seja este o da nossa própria consciência, interno a nós próprios [IDEACIONAL]; mas a linguagem serve também para estabelecermos e mantermos relações sociais uns com os outros, para desempenharmos

⁷² Sobre o uso do termo metafunção, Gouveia (2009, p. 17) esclarece: “Na literatura da LSF, estas funções da linguagem são referidas como metafunções, em razão de dois aspectos fundamentais: por um lado, por ser tido em consideração o seu carácter geral e o seu pendor abstracto, por oposição às funções que as unidades dos sistemas linguísticos particulares realizam em estruturas particulares, e, por outro, porque a funcionalidade é intrínseca à linguagem”.

papéis sociais, incluindo os comunicativos, como ouvinte e falante [INTERPESSOAL]; e, por fim, a linguagem providencia-nos a possibilidade de estabelecermos relações entre partes de uma mesma instância de uso da fala, entre essas partes e a situação particular de uso da linguagem, tornando-as, entre outras possibilidades, situacionalmente relevantes [TEXTUAL]. (GOUVEIA, 2009, p. 15).

As metafunções da linguagem se realizam de maneira simultânea e interdependente por meio dos três principais sistemas léxico-gramaticais considerados na GSF, a saber: transitividade (relacionado à metafunção ideacional), modo e modalidade (relacionados à metafunção interpessoal) e estrutura temática (relacionado à metafunção textual). A relação existente entre os sistemas das metafunções e as variáveis do contexto de situação é expressa na Figura 10:

Figura 10 – As três metafunções e os sistemas léxico-gramaticais que realizam



Fonte: Baseado em FUZER; CABRAL, 2014, p. 33.

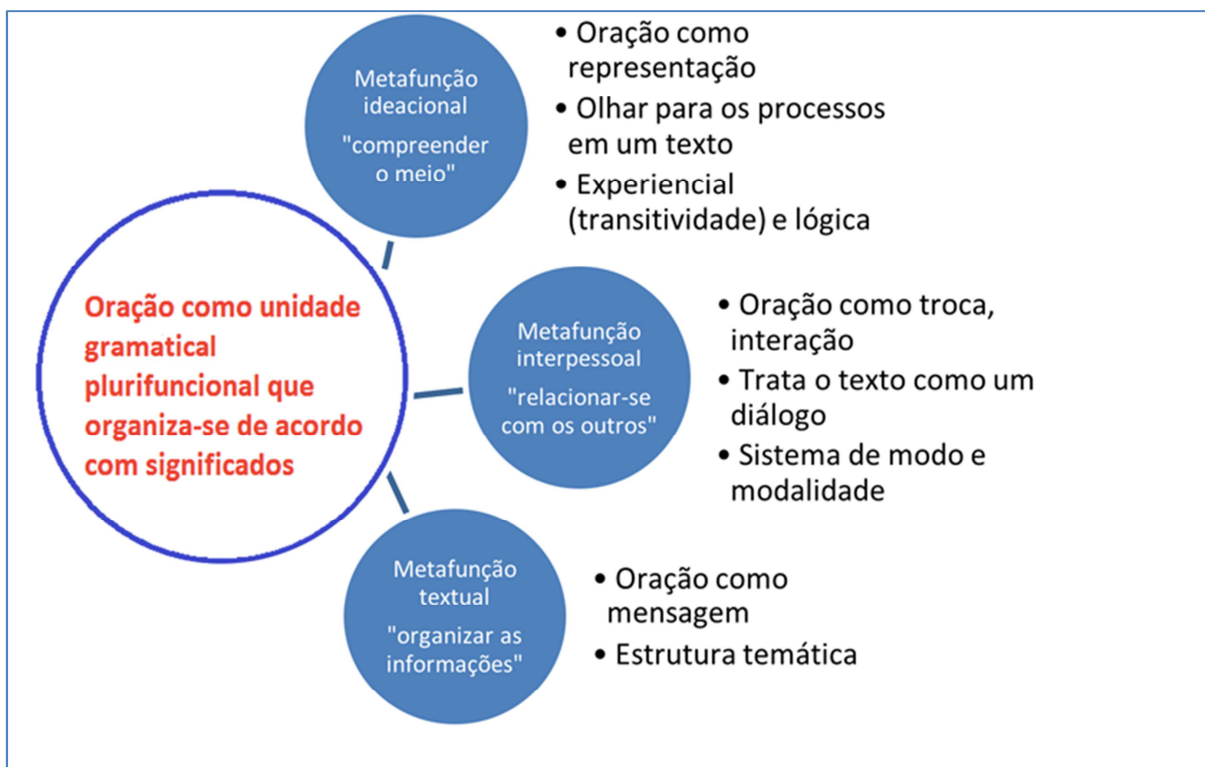
Halliday e Mathiessen (2004) esclarecem que a chave para a interpretação funcional da estrutura gramatical reside no fato de que os componentes linguísticos de uma mesma oração podem ser interpretados sob diferentes enfoques. A oração é assim uma unidade gramatical plurifuncional, vista como composição (troca, interação), representação e como mensagem. A oração pertence a uma escala de níveis do funcionamento linguístico na qual é o elemento central de análise.

A estrutura constituinte das orações é identificada de acordo com o significado observado. A oração pode ser analisada dentro de suas partes constituintes (os níveis abaixo da oração) – como o grupo, sintagma, palavra, e estes podem ser analisados a partir das partes que os constituem, que são realizadas por diferentes classes de palavras (MARTIN, MATHIESSEN; PAINTER, 2010). Os rótulos

funcionais da GSF possibilitam que se realizem análises gramaticais semanticamente estruturadas.

As três metafunções perpassam todas as instâncias de realização da linguagem, como se observa na Figura 11, a seguir:

Figura 11 – A perspectiva plurifuncional da oração na Linguística Sistêmico-Funcional



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

A metafunção interpessoal está relacionada à forma com que os indivíduos utilizam a língua para se relacionarem uns com os outros, de maneira que o principal significado construído é o da interação, das trocas estabelecidas entre os/as falantes. No âmbito gramatical, o sistema analisado é o do modo, que representa a interação entre os participantes da oração. Algumas das unidades funcionais passíveis de serem observadas na metafunção interpessoal são o sujeito, o finito e o predador, e o resíduo.

A metafunção textual relaciona-se à oração como mensagem, já que se vincula à organização de informações e, no âmbito léxico-gramatical, à estrutura temática. Unidades funcionais nela trabalhadas são o tema e rema.

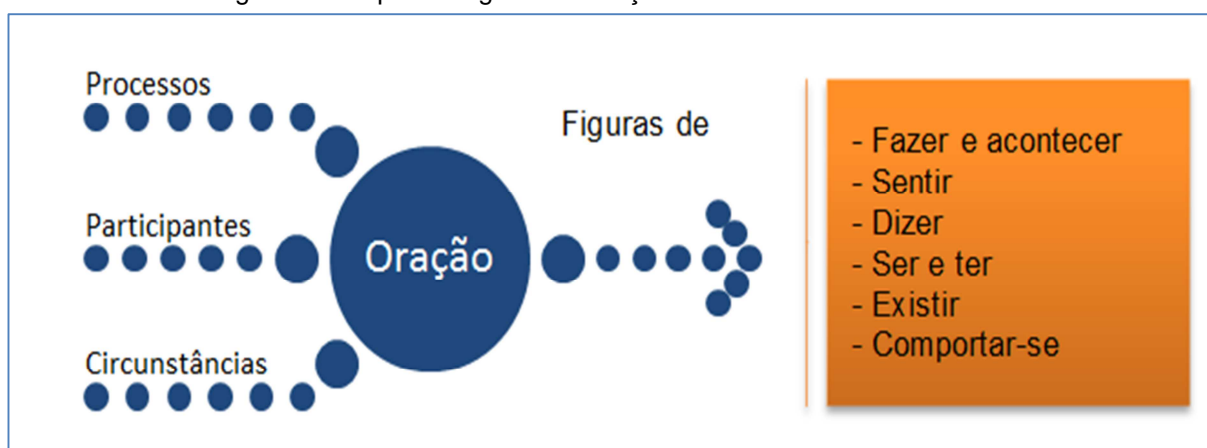
A metafunção ideacional compreende a oração como representação e, relaciona-se à experiência do indivíduo no mundo material e no mundo interno (sua própria consciência). Por corresponder àquilo que se faz no mundo, à compreensão do meio, está vinculada ao campo referente ao contexto de situação.

Em nível de estrutura, essa metafunção se divide em dois subsistemas: experiencial e lógico. Gouveia (2009, p. 16) esclarece que “um nível ou subfunção experiencial, muitas vezes correlacionado diretamente com a função que o comporta, construindo-se assim experiencial e ideacional como termos sinónimos, e um nível lógico”. Dessa forma, é comum se observar na literatura o emprego tanto do termo *ideacional*, quanto do *experiencial* para designar essa função.

A transitividade é o sistema léxico-gramatical relacionado à metafunção ideacional. Ele descreve toda a oração, mas não se expressa apenas pela relação entre os verbos e seus complementos (como ocorre na gramática tradicional). A oração tomada o sistema da transitividade é composta por processos, participantes e eventuais circunstâncias, o que por sua vez resulta em uma figura.

Os tipos de figura de que a relação representada pelos elementos da transitividade resulta correspondem a vários tipos de processos:

Figura 12 – Tipos de figura em relação ao sistema da transitividade



Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

Os principais processos existentes correspondem às experiências humanas: processos materiais, mentais e relacionais. Na fronteira entre esses processos existem três outros secundários: os processos verbais, comportamentais e

existenciais. Os processos formam um círculo e não uma linha, de maneira que não há polos entre um e outro, mas uma esfera, conforme a Figura 13 retrata.

Figura 13 – Tipos de processos nas orações (sistema da transitividade)



Fonte: Adaptação de HALLIDAY; MATHIESSEN, 2004, p. 172 por SOUZA; MENDES, 2012, p. 541.

A GSF foi originalmente elaborada em inglês e, apesar de existirem no Brasil diversos/as pesquisadores/as que a estudam, não há uma tradução oficial para o português, o que também deve ser considerado no momento das análises, já que alguns exemplos são mais bem expressos no idioma para o qual o modelo foi originalmente proposto.

Além disso, de acordo com o tipo de processo (material, verbal, mental...) os/as participantes recebem designações específicas, por exemplo, no processo material é comum se falar em ator e meta, já no mental, em experienciador e fenômeno. O Quadro 6, a seguir, apresenta os principais tipos de processos, participantes e circunstâncias que os compõem considerado o sistema da transitividade, bem como apresenta uma síntese dos conceitos e princípios desse sistema:

Quadro 6 – Tipos de processos e participantes

Tipos de processo	Significado	Participantes	Exemplos
MATERIAL Transformativo Criativo	Fazer Acontecer	Ator Meta Escopo Beneficiário Atributo	<i>(Sandy) abre uma garrafa de cerveja na quina do balcão.</i>
MENTAL Perceptivo Cognitivo Emotivo Desiderativo	Perceber Pensar Sentir Desejar	Experienciador Fenômeno	<i>Ela adora luta. Não era muito fácil imaginar Sandy com uma loura gelada.</i>
RELACIONAL Intensivo Possessivo Circunstancial	Caracterizar Identificar	Portador Atributo Identificado Identificador	<i>Sandy não tem intimidade com a bebida. Sandy é a nova garota propaganda da Devassa.</i>
COMPORTAMENTAL	Comportar-se	Comportante Comportamento	<i>(Sandy) começa a dançar. Na entrevista de lançamento</i>
VERBAL	Dizer	Dizente Verbiagem Receptor Alvo	<i>Da campanha, no Rio, Sandy disse ter ficado surpresa com o convite.</i>
EXISTENCIAL	Existir	Existente	Houve troca de posto no papel da garota-propaganda da cerveja Devassa.

Fonte: FUZER; TICKS; CABRAL, 2012 com base em HALLIDAY; MATHIESSEN, 2004.

Dessa forma, as unidades ou rótulos funcionais mencionados são ferramentas úteis na diferenciação de estruturas potencialmente ambíguas, mas, além disso, possibilitam raciocinar sob a ótica da GSF. Este raciocínio centraliza-se na noção de como as estruturas gramaticais estão relacionadas umas com as outras.

Apesar de Fairclough (2001, 2003) reconhecer a importância do construto teórico da LSF para os estudos críticos do discurso e, considerar que “a ADC se desenvolveu em uma estreita relação com esta” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 139), o autor não se apropriou acriticamente da proposta da LSF.

Fairclough (2001, 2003) ressignificou a terminologia empregada, a acepção e a extensão das metafunções da linguagem apresentadas por Halliday (2004), entre outros fatores. Para Segundo (2014):

A diferença principal entre as duas concepções reside no fato de que a proposta metafuncional sistêmico-funcional diz respeito à organização do sistema linguístico em si; em outros termos, consiste numa hipótese que

postula tal organização como um princípio que governa a evolução, a mudança e o potencial de significado do sistema em resposta às demandas da ação prática humana em contextos localizados. Já a proposta de multissignificação de Fairclough abrange uma organização do texto enquanto prática sociossemiótica, orientada à compreensão dos mecanismos de coerção estrutural das ações sócio-discursivas e dos efeitos causais dos textos para a continuidade da práxis. (SEGUNDO, 2014, p. 9).

Nesse sentido, Fairclough (2003) pretere a noção de funções presente na LSF e aborda a linguagem dando destaque à construção de significados, que estão vinculados aos momentos internos do Discurso (gêneros, discursos e estilos).

Contudo, a vinculação proposta por Fairclough (2003) não implica na simples renomeação das funções em significados, também repercute na compreensão que o autor atribui a linguagem.

Para Fairclough (2003), aos gêneros se vinculam os significados acionais, aos discursos os significados representacionais e, aos estilos, os significados identificacionais. Em síntese:

A representação corresponde à função 'ideacional' de Halliday; Ação se aproxima de sua função 'interpessoal', embora a ênfase maior seja no texto como modo de (inter)agir em eventos sociais e, possa ser visto como que incorporando relação (representando relações sociais); Halliday não diferencia uma função separada para identificação – a maior parte do que eu incluo como Identificação está na função 'interpessoal' de Halliday. Não faço distinção de uma função 'textual' separadamente, antes a incorporo com a Ação. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 27).

A partir dessas considerações, na próxima seção serão apresentados os momentos internos do Discurso (discursos, gêneros e estilos), com ênfase nos discursos e na representação, por constituírem o foco de análise dessa tese.

4.3 O MOMENTO DISCURSIVO DAS PRÁTICAS SOCIAIS

Entre os elementos que fazem parte das práticas sociais está a linguagem que, nesse sentido, manifesta-se por meio das ordens do discurso. O termo tem origem nos estudos de Michel Foucault (2007⁷³), mas na ADC é tomado sob uma abordagem diferenciada, já que Foucault tratava as ordens do discurso em nível mais abstrato, enfatizando as formações discursivas, sem necessariamente abordá-

⁷³ Ano da edição que se teve acesso nessa tese, conforme apresentado na lista de referências. A edição original remonta a 1969.

las sob a ótica das manifestações reais. Fairclough (2001, p. 83) agrega ao Discurso o conceito de práticas no sentido “dos exemplos reais das pessoas que fazem, dizem ou escrevem coisas”.

Fairclough (2003, p. 74) esclarece que “uma ordem do discurso é uma rede de práticas sociais em seus aspectos linguísticos⁷⁴”, que englobam tanto a organização social, quanto o controle da variação linguística. Essa afirmação se baseia na consideração de que os textos não são compostos apenas pelos efeitos linguísticos das ordens do discurso, mas também pelos efeitos de outras estruturas sociais e, também, das práticas sociais. A ordem do discurso enquanto aspecto semiótico das práticas sociais define certas possibilidades e exclui outras, conforme observa Fairclough (2003):

O nível do discurso é o nível no qual as relações entre gêneros, discursos e estilos são analisadas - relações "interdiscursivas" como eu as chamo. O nível do discurso é um nível intermediário, um nível de mediação entre o texto *per se* e seu contexto social (eventos sociais, práticas sociais, estruturas sociais).

Nesse sentido, Fairclough (2003) apresenta os momentos internos do Discurso: gêneros, discursos e estilos:

D[d]iscursos, gêneros e estilos podem ser misturados, articulados e texturizados juntos de maneiras particulares. Como elementos sociais, eles são articulados em formas particulares de ordens de discurso – os aspectos linguísticos das práticas sociais em que a variação da linguagem é socialmente controlada. Fazem a ligação entre o texto e outros elementos do social, entre as relações internas do texto e suas relações externas. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 37).

Destacam-se três aspectos constitutivos e construtivos do Discurso: as relações sociais, os sistemas de conhecimento (e crenças) e as identidades sociais relacionados, respectivamente, com as formas dos indivíduos de (inter)agirem, de representarem e de se identificarem discursivamente no mundo, o que remete aos momentos internos do Discurso: gêneros, discursos e estilos.

Ressalta-se que apesar destes consistirem momentos internos do Discurso estão também relacionados aos demais elementos que compõem as práticas sociais (atividade material, fenômeno mental e relações sociais), uma vez que as ações de articulação e internalização ocorrem tanto no nível externo das práticas sociais, quanto no nível interno de cada um de seus momentos. Gêneros, discursos e estilos

⁷⁴ “An order of discourse is a network of social practices in its language aspect”.

estão dialeticamente relacionados – de forma sutil e complexa, de maneira que cada um dos elementos incorpora traços uns dos outros.

A relação dialética entre os momentos internos do Discurso, conforme descrito por Fairclough (2003), vincula-se ao entendimento dado por Foucault (2007) aos diferentes eixos das ordens do discurso: o eixo do conhecimento (relações de controle sobre as coisas – associado às representações e, conseqüentemente, aos discursos); o eixo do poder (relações de ação sobre os outros/as – associado aos gêneros) e o eixo da ética (relações com si mesmo – associado aos estilos). Por meio dessa descrição torna-se mais fácil e didático associar os significados do texto às categorias sociais.

Fairclough (2003) sintetiza a discussão sobre as relações dialéticas a partir do entendimento de que:

- discursos (significados representacionais) estão decretados/legitimados em gêneros (significados acionais).
- discursos (significados representacionais) estão inculcados em estilos (significados identificacionais).
- ações e identidades (incluindo gêneros e estilos) representam discursos (significados representacionais). (FAIRCLOUGH, 2003, p. 29).

Entretanto, ressalta-se que a divisão dos significados é pautada em questões didáticas, já que prevalecem as relações dialéticas entre os momentos internos das práticas sociais. As pesquisas em ADC, normalmente, abordam os significados de forma direta por meio das categorias analíticas que se propõem a estudar um ou outro significado, já que suas análises envolvem um nível de minúcia e detalhamento muito grande (na pesquisa de Resende, 2008, por exemplo, foram abordados os significados representacional e identificacional).

Há ainda pesquisas em que se procuram realizar análises mais holísticas, por meio do emprego de categorias vinculadas a todos os significados, como o trabalho de Caetano (2009). Entretanto, não se pode estabelecer *a priori* regras sobre quais significados e, conseqüentemente, quais categorias analisar, pois o entendimento que prevalece é que estes devem emergir dos objetivos da pesquisa e dos dados com os quais se trabalha, de forma que a quantidade de categorias aplicadas não é o fator decisivo para o resultado que se pretende alcançar.

Ao mesmo tempo, deve-se ressaltar que os significados podem ser percebidos em textos completos ou em excertos de textos, mesmo porque o conceito de texto para

ADC, como descrito na seção 4.2.3, é relativo. Caetano (2009) esclarece que essa é uma das características da ampliação da teoria da ADC, abordada em Fairclough (2003), já que o autor passa a utilizar “o termo texto em um sentido mais largo” (CAETANO, 2009, p. 104): “qualquer exemplo real de linguagem em curso é um texto” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 3).

Para esta tese, centrou-se o foco na análise do significado representacional dos textos, isto é, em como discursos tomados enquanto formas particulares de representar alguma parte do mundo (FAIRCLOUGH, 2003, p. 3) se dão no âmbito da OC. Essa escolha, justifica-se em parte, pelo fato de que “a representação é claramente uma matéria discursiva e, podemos distinguir discursos diferentes, que podem representar a mesma área do mundo de diferentes perspectivas ou posições” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 26⁷⁵), ou seja, a análise e o estudo da representação da OC por diferentes programas e grupos de pesquisa contribui para a compreensão da representação discursiva da área por diferentes perspectivas e, conseqüentemente, evidencia diferentes articulações.

Os discursos enquanto um dos momentos internos do Discurso correspondem a diferentes formas de representar aspectos do mundo – processos, relações e estruturas do mundo material; pensamentos, sentimentos e crenças do mundo mental; e identidades e relações do mundo social (FAIRCLOUGH, 2003). Em verdade, não só aspectos do mundo como ele é, já que discursos podem ser projetivos, isto é, apresentar o mundo como se gostaria que ele fosse, ou mesmo imaginários: “representando possibilidades de mundos diferentes do real e atrelados a projetos de mudança do mundo em direções particulares” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 124).

A partir dessas representações os discursos podem estabelecer entre si diferentes relações, como de cooperação, competição e dominação, tal como estabelecemos entre nós (indivíduos). Essas relações podem se dar entre diferentes discursos, mas também dentro de um mesmo discurso, já que existe “[...] um constante transbordamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade” (LACLAU; MOUFFE, 2001, p. 1113). Considera-se na ADC que os momentos

⁷⁵ “Representation is clearly a discursual matter, and we can distinguish diferente discourses, which may represent the same area of the world from diferente perspectives or positions” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 26).

internos do Discurso, entre os quais estão os discursos, apresentam relativa estabilidade e uma constante variabilidade interna.

Dessa forma, discursos podem variar em relação à representação de fatores diversos como o grau de repetição, os elementos que compartilham, que lhes são comuns, estabilidade e escala. A escala está relacionada a quanto do mundo os discursos representam e ao grau de representações que eles podem gerar, considerando-se aspectos geográficos e temporais, por exemplo.

Destaca-se que a relação entre textos e discursos não é de equivalência ou de derivação, no sentido de, por exemplo, poder-se afirmar que uma determinada representação presente em um texto expresse tão somente um discurso. A relação existente entre texto e discurso é mais complexa, mesmo porque esses elementos não são considerados pela ADC apenas sob a ótica linguística, mas também pela esfera social. Fairclough (2003, p. 124) esclarece que “discursos transcendem tais representações concretas e locais nos moldes que sugeri, e também porque um discurso particular pode produzir muitas representações específicas”.

Fairclough (2003) relacionou os discursos ao significado representacional dos textos, no sentido de que abordam a forma como os indivíduos veem o mundo (externo e interno), como compreendem o meio, suas experiências. Em nível léxico-gramatical, o significado representacional está vinculado ao sistema da transitividade, mas como a ADC se vale de princípios da LSF, para a qual a linguagem é um sistema dinâmico e de abordagem social, sendo que a transitividade não é percebida apenas como um processo linguístico relacionado a verbos, mas como um conjunto de elementos que representam eventos que constituem experiências, atividades realizadas no mundo, aspectos do mundo, representação de atores.

Nesse sentido, as categorias de análise que emergem são diversas, mas convergem para que se compreenda as representações de mundo presentes nos textos e o impacto destas nas práticas sociais em foco. A forma como se compreende o mundo se relaciona ao controle que se tem, ou que se pretende, ou que se gostaria de ter sobre as coisas – em síntese, às construções de conhecimento, o que recorda os conceitos de hegemonia e ideologia já descritos e, a relação entre os significados apresentados por Fairclough (2003) e os eixos das ordens do discurso de Foucault (2007).

Levando-se em consideração os propósitos desta tese e, o universo textual selecionado, foram três as categorias de análise que emergiram, a saber: a) vocabulário e significado da palavra; b) interdiscursividade; e, c) representação de atores sociais, descritas a seguir.

4.3.1 Vocabulário e significado da palavra

Fairclough (2001, 2003) aponta a relevância dos traços linguísticos como um dos elementos a serem considerados no significado representacional para a ADC, pois “discursos ‘nomeiam’ ou ‘lexicalizam’ o mundo de modos particulares” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 129). Além disso, os traços linguísticos podem constituir atos políticos e estar em disputa com algum tipo de luta, bem como podem implicar diferentes níveis de abstração nos discursos.

Dentre esses traços, Fairclough (2001, 2003) cita o vocabulário e o significado das palavras. Dos quais se pode questionar como se dá a relação entre a forma como a palavra é empregada e o significado que ela realmente expressa ou objetiva expressar no texto. Para Fairclough (2001):

A relação das palavras com os significados é de muitos-para-um e não de um-para-um, em ambas as direções: as palavras têm tipicamente vários significados, e eles são ‘lexicalizados’ tipicamente de várias maneiras [...]. Isso significa que como produtores estamos diante de escolhas sobre como usar uma palavra e como expressar um significado por meio de palavras, e como intérpretes sempre nos confrontamos com decisões sobre como interpretar as escolhas que os produtores fizeram (que valores atribuir a elas). Essas escolhas e decisões não são de natureza puramente individual: os significados das palavras e a lexicalização de significados são questões que são variáveis socialmente e socialmente contestadas, e facetas de processos sociais e culturais mais amplos. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 239, parênteses no original).

Como menciona Caetano (2009), a análise de palavras na ADC justifica-se na relação destas com o texto, ou seja, não basta olhar a palavra em si, necessário se faz caracterizá-la no contexto em que é empregada.

O significado da palavra pode estar atrelado a forma convencionalmente a ela atribuída em dicionários, o que Fairclough (2001) descreve como significado potencial. Em contrapartida, há que se considerar a relação de muitos-para-um da relação palavra-significado, ou seja, a possibilidade de criação de novas palavras

com um significado próximo ou convergente e, ainda, a utilização de palavras conhecidas para representar significados não convencionais.

Fairclough (2001) alerta ainda para o fato de que existem certas palavras-chave culturalmente em destaque que merecem ser focalizadas na pesquisa social. Em seu trabalho de 2003, o autor cita a palavra “empreendimento” no contexto do novo capitalismo.

Nessa pesquisa, por exemplo, observou-se que a palavra *informação* se caracteriza como tal, já que desde meados do século XX ela vem assumindo novos significados e se relacionando a diferentes campos do saber, o que justifica certa centralidade em sua análise nas pesquisas sociais. Além disso, no âmbito da CI e da OC, também merece destaque a palavra *mediações*, já que compreende diversos processos relacionados ao acesso a recursos informacionais ao longo do tempo.

Em linhas gerais, essa categoria procura enfatizar as palavras-chave que apresentam significado cultural, as palavras com significado variável e mutável, o significado potencial de uma palavra, enfim, como as palavras funcionam como modo de hegemonia e foco de luta.

Caetano (2009) abordou a medicina paliativa sob a ótica da ADC em sua tese e exemplifica o significado das palavras no sentido de que “é produtivo observar que nas entrevistas analisadas, itens lexicais atuam como uma extensão de sentido, por exemplo ‘paliativo’, ou recebem uma conotação metafórica (a medicina científico-tecnológica é um ‘circo’)”.

Outro trabalho que elucida a importância do significado das palavras é o de Resende (2008), cuja temática se refere ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua a partir da ADC. Em certo ponto de sua investigação, Resende (2008) esclarece problemas com a utilização da expressão protagonismo juvenil, apesar de sua ocorrência em apenas uma ocasião:

Uma primeira questão problemática levantada refere-se ao significado de protagonismo juvenil. A análise do significado de uma dada palavra ou expressão em um texto é a análise de como “os sentidos das palavras entram em disputa dentro de lutas mais amplas” (Fairclough, 2001: 105). A lexicalização de significados é construção social, no sentido de que são socialmente negociados e contestados. Embora a expressão ‘protagonismo juvenil’ apareça no recorte uma única vez, há um debate sobre seu significado, em termos do que significa ou deveria significar o protagonismo na experiência de um/a adolescente ou jovem. (RESENDE, 2008, p. 253).

Novamente, ressalta-se que a importância dos elementos considerados na ADC não está em um padrão de regularidades absolutas nos textos, mas sim no papel que os itens lexicais considerados desempenham no contexto de situação e cultural ao qual o texto está vinculado.

Nas pesquisas de Caetano (2009) e Resende (2008), os itens lexicais mencionados não possuem muitas ocorrências, mas se destacam no âmbito contextual, levando-se em conta os objetivos e as temáticas abordados pelas autoras.

4.3.2 Interdiscursividade

A categoria interdiscursividade – também designada como intertextualidade constitutiva, em Fairclough (2003) - é bastante utilizada em ADC, vinculada, principalmente, ao significado representacional do discurso. Vários dos trabalhos consultados nesta pesquisa a utilizaram ou citaram em seus percursos, como Caetano (2009), Resende (2008), Ramalho e Resende (2011, 2006), entre outros.

O foco da interdiscursividade está “na heterogeneidade de um texto em termos da articulação de diferentes discursos” (RAMALHO; RESENDE, 2006, p. 72). A categoria busca analisar se existem diferentes discursos em textos e, como se dá a relação entre estes. Em síntese o “foco de atenção está nas vozes articuladas ou não nos textos, assim como nas maneiras como são articuladas” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 142).

A articulação se faz presente quando segmentos de determinados discursos emanam de discursos anteriores ou os convocam. Com exceção de discursos muito específicos e localizados, quase todos os outros possuem derivação de algum(ns) outro(s).

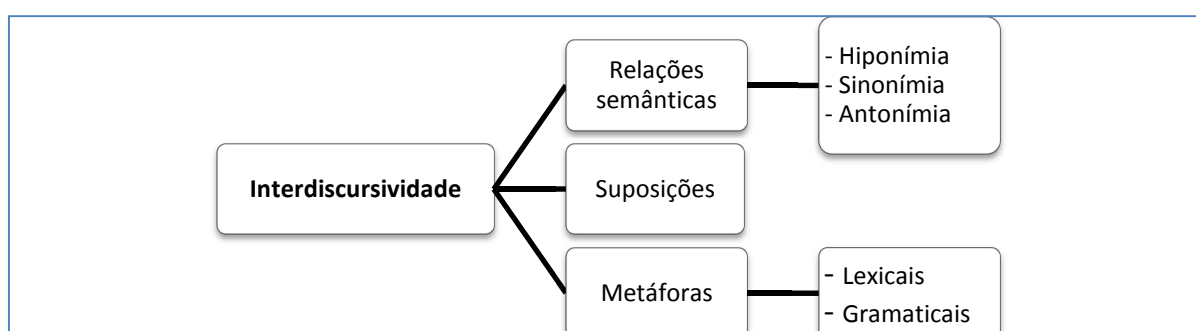
Ao analisar a interdiscursividade o/a analista percebe que podem ocorrer relações dialógicas ou polêmicas entre discursos de um mesmo texto ou de textos diferentes. Isso contribui para a hibridização de discursos ou a existência de discursos mesclados. Fairclough (2003, p. 127) ressalta que “assim é como novos discursos emergem – por meio da combinação de discursos existentes em maneiras particulares. [...]. O novo é feito da nova articulação do velho”.

Contudo, deve-se destacar que apesar da presença de articulação entre discursos, estes não devem ser vistos apenas como “modos de representação com um grau de comunalidade e estabilidade, mas como modos de representação que constituem pontos nodais na relação dialética entre linguagem e outros elementos da vida social” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 126).

Fairclough (2003, p. 129) elenca duas formas de identificar e caracterizar os discursos sob a ótica da análise textual: 1) Identificar as principais partes do mundo (incluindo áreas da vida social) que estão representadas – os “temas” principais; 2) Identificar a perspectiva, o ângulo ou o ponto de vista particular do qual os discursos são representados.

Essas formas são corporificadas em alguns elementos presentes nos textos por meio de traços linguísticos, como visto na subseção anterior, em relação ao vocabulário e ao significado da palavra que, de início, são os mais simples de serem percebidos. Considerando-se que as categorias citadas foram designadas em seção específica, no âmbito da interdiscursividade dá-se destaque a outras formas de expressão apontadas por Fairclough (2003), como as relações semânticas entre as palavras, as colocações, as suposições e as metáforas, conforme a Figura 14 expressa:

Figura 14 – Possíveis elementos da categoria da interdiscursividade



Fonte: Elaborado pela autora, com base em FAIRCLOUGH, 2003.

As relações semânticas são aquelas que se voltam para os aspectos do significado, mas não para aquele convencionalmente encontrado em dicionários, denotativo, já que, normalmente, tais relações são específicas de discursos e contextos particulares. Fairclough (2003) menciona quatro principais relações desse tipo que

podem contribuir para observar como discursos estruturam o mundo de forma diferente. São elas:

- Hiponímia: associada à inclusão e à classificação/categorização;
- Sinonímia: associada à identidade de significado;
- Antonímia: associada à exclusão e à identificação pela diferença.

Contudo, as relações semânticas não devem ser tomadas como recursos isolados, enquanto traços linguísticos como o vocabulário e o significado das palavras, as relações devem ser consideradas tendo em vista tanto o contexto sintagmático, quanto o semântico em que se apresentam. Pode-se inclusive observar por meio delas a utilização de lexicalizações alternativas ou de relexicalizações, já que o uso de uma mesma palavra em discursos diferentes pode implicar diferentes sentidos.

Momento em que é oportuno destacar que essa categoria também pode ser aplicada pela análise de colocações ou coocorrências em *corpora* de maior dimensão, por meio de softwares de análise linguística⁷⁶. No glossário de uma de suas obras, Fairclough (2003, p. 213, tradução nossa) aponta que colocações “são padrões de coocorrência relativamente regulares ou habituais entre palavras”. Dessa forma, tanto vocabulário, quanto relações semânticas iguais, reproduzidos em discursos diferentes podem ser investigados por meio de inferências relacionadas às colocações que os constituem.

Já as suposições^{77 78}, normalmente, não estão marcadas nos textos. Contudo, em algumas circunstâncias, é possível observá-las por meio das relações semânticas e do léxico, já que ambos podem implicar em representações específicas de mundo compartilhadas pelo autor/a e pelo leitor/a, que não necessariamente são descritas pelo/a primeiro/a:

Os textos postulam sujeitos intérpretes e implicitamente estabelecem posições interpretativas para eles que são ‘capazes’ de usar suposições de sua experiência anterior, para fazer conexões entre os diversos elementos intertextuais de um texto e

⁷⁶ Cita-se como exemplo o software Wordsmith, internacionalmente conhecido e, também, o software E-terms, brasileiro.

⁷⁷ Para Fairclough as suposições compreendem implícitos de maneira genérica se comparados, por exemplo, ao tratamento que lhes é dado na linguística pragmática e em outros ramos da linguística que os pormenorizam (FAIRCLOUGH, 2003).

⁷⁸ Fairclough (2003) relaciona as suposições à intertextualidade, que está vinculada ao significado acional da linguagem (aos gêneros), mas também a relaciona à interdiscursividade, razão pela qual ela é considerada nesta pesquisa.

gerar interpretações coerentes. Não se deve entender com isso que os intérpretes sempre resolvam plenamente as contradições de textos. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 171).

As suposições podem ainda se apresentar como manifestação de ideologias, de atribuição de valor e/ou de ocultamento de diferenças, já que estão potencialmente relacionadas a discursos específicos e podem variar em prol do contexto em que são analisadas.

Devido a suposição ser geralmente implícita, ela não potencializa a percepção de outras vozes no discurso, levando a perspectiva de que não há diferença, ou seja, de um discurso único e comum, marcado pela concordância e não pelo diálogo. Fairclough (2003) sugere três tipos principais de suposições: existenciais, proposicionais e morais.

As primeiras se referem àquilo que existe e, comumente, possuem como marcadores referenciais artigos definidos ou pronomes demonstrativos (o, a, este, aquele). Já as proposicionais se referem ao que pode ser ou será e, são marcadas por determinados verbos, como os factivos (que implicam certo nível de compromisso com a verdade por parte do locutor, como saber, compreender, perceber e adivinhar).

Por fim, as suposições morais expressam o que é bom ou desejável, podem ser marcadas por certos verbos, palavras ou expressões, mas também é comum que não possuam quaisquer marcações e sua identificação se dê por meio do conhecimento de mundo, das relações entre as pessoas e do contexto em que são empregadas.

Ainda em relação a interdiscursividade outra forma de manifestação se refere às metáforas que podem ser compreendidas, em especial sob duas óticas: metáforas lexicais e metáforas gramaticais (de acordo com a terminologia adotada por FAIRCLOUGH, 2003).

Metáforas lexicais possuem a acepção comum/denotativa do termo, isto é, consistem no uso de uma palavra no lugar de outra, “palavras que geralmente representam uma parte do mundo sendo estendidas a outro” (FAIRCLOUGH, 2003). Já as metáforas gramaticais são caracterizadas por Fairclough (2003) como processos sendo representados como coisas, entidades, isto é, utilizando o recurso da nominalização.

Convergente à categoria da interdiscursividade e à categoria de representação dos atores sociais tem-se as questões vinculadas à representação dos eventos sociais. Fairclough (2003) esclarece que elas podem levantar: a) formas de ação; b) pessoas (com crenças, desejos, valores... histórias); c) relações sociais, formas institucionais; d) objetos; e) meios (tecnologias); f) tempos e espaços; g) linguagem (e outros tipos de semioses).

E acrescenta que ao se observar o significado representacional do Discurso tendo como parâmetro essas questões o/a analista não toma um modelo de verdade e, sim, observa como é feita a representação para então associá-la a seu contexto. A perspectiva não é afirmar se a representação é certa ou errada, mas analisar como ela se dá e como outras representações a ela relacionadas ocorrem.

Nesse sentido, a forma como os eventos sociais são representados está relacionada à visão de mundo que objetivam compartilhar, ou seja, o que é incluído ou excluído, destacado ou omitido, traz indícios sobre no que ela se fundamenta e o que pretende reproduzir. No capítulo 3, por exemplo, viu-se que em algumas instâncias da CI é empregada a expressão 'Organização do Conhecimento' e, em outras, 'Organização e Representação do Conhecimento'.

Esse emprego pode acontecer sem implicar quaisquer disputas, ou pode procurar atribuir uma forma preferencial a que outros estudos da área devam se submeter. Ressalta-se que o GT-2 do Enancib é intitulado sob a última expressão, o que pode ser visto como uma afirmação desta, já que o grupo se constitui como uma das mais importantes esferas nacionais nesse tema.

Outro componente relevante é o quão abstrata ou concreta é a representação dos eventos sociais apresentada, já que na primeira pode ocorrer um esvaziamento daquilo que realmente acontece, com a omissão de atores ou das ações realizadas, enquanto que na segunda também se pode atribuir um nível de detalhamento desnecessário confundindo o/a leitor/a sobre questões presentes.

Como os três elementos principais da oração sob a ótica do significado representacional são os processos, atores e circunstâncias – e suas variações, a eles é dada especial atenção nessa categoria. Nesse sentido, a observação de como os processos são representados, ou seja, quais processos são empregados (material, verbal, mental, relacional, existencial e comportamental) e, a partir de qual

perspectiva se dá essa representação constituem elementos das relações semânticas presentes no texto.

Nesse ponto são retomadas as metáforas gramaticais já mencionadas. As metáforas gramaticais possuem origem nas metáforas ideacionais, propostas por Halliday na GSF, também designadas como metáforas não-congruentes. Fairclough (2003) se apropria parcialmente dessa designação, pois, por exemplo, toma com cautela o termo não-congruente, já que pode trazer o entendimento que exista uma representação legítima da realidade, entre outras questões.

As metáforas gramaticais referem-se ao processo de nominalização, isto é, em nível sintático estão relacionadas ao uso de nomes no lugar de verbos e, sob a esfera semântica, convertem processos em entidades. Um exemplo que se percebe nessa pesquisa em relação às AC e LP dos PPGCI e, também, nas descrições dos GP, é a nominalização de processos materiais vinculados a recursos informacionais, como produzir em produção, organizar em organização, disseminar em disseminação, entre outros.

Feitas essas considerações sobre a categoria da interdiscursividade parte-se para a descrição da categoria de representação de atores sociais.

4.3.3 Representação de eventos e atores sociais

A representação dos atores sociais envolve várias escolhas semânticas e socialmente significativas, já que tal como os processos podem ser representados de variadas formas, o mesmo se dá com os atores. Um dos grandes expoentes nesse tema, ao qual Fairclough (2003) recorre em sua obra, é Theo van Leeuwen – semiótico social reconhecido como co-fundador da multimodalidade⁷⁹.

⁷⁹ “Theo van Leeuwen (b. 1947) is a social semiotician widely recognized as a co-founder, alongside Gunther Kress, of multimodality – an area of research concerned with the meaning-making potential and use of different semiotic resources, including both communicative modes such as language and visual design and media (i.e. physical materials and technologies) of communication. He is also a well known critical discourse theorist and analyst. His work in both these areas is transdisciplinary – with foundations in social semiotics while also drawing on diverse theoretical and practice-based perspectives. Van Leeuwen’s work has extended the influence of multimodality, social semiotics and critical discourse analysis beyond semiotics, communication studies and applied linguistics, to fields such as education, the arts, and media, culture and business studies. This influence can be attributed to the strong connection it maintains between semiotic theory and semiotic practice as

Van Leeuwen questiona as formas pelas quais os atores sociais são representados nos textos e por meio de quais escolhas (VAN LEEUWEN, 2008). Para o autor a resposta não está na análise de categorias linguísticas, ou tão somente em categorias sociais, mas se valendo dos princípios da ADC (ainda que os estudos de van Leeuwen não sejam em sua totalidade coincidentes com os de Fairclough), o autor propõe que a análise da representação dos atores sociais requer o desenho de um inventário sociosemântico.

Dessa forma, não apenas a apresentação de um ator de forma passivada ou não em uma oração é um elemento relevante, mas todo o contexto em que se situa essa representação, já que a agência é uma categoria de fundo sociológico, mas que se realiza, dentre outros elementos, por meio da linguagem. Caetano (2009) esclarece que “a forma como os atores sociais envolvidos são apresentados (ou não) ajuda a entender, por exemplo, que leituras e interpretações são recorrentes e quais são seus possíveis efeitos” (CAETANO, 2009, p. 116).

A proposta de Van Leeuwen (2008) é bastante detalhada, vários trabalhos a reproduzem integral ou parcialmente (CAETANO, 2009; RAMALHO; RESENDE, 2006, 2011). Como nessa tese o interesse se circunscreve a apenas algumas apropriações faz-se a descrição destas com base em Fairclough (2003) e no próprio Van Leeuwen (2008). As abordagens de representação dos atores sociais consideradas se referem em especial a: a) Inclusão ou exclusão; b) Função gramatical; c) Ativo ou passivo; d) Pessoal ou impessoal; e) Específico ou genérico, conforme exposto no Quadro 7:

Quadro 7 – Aspectos relacionados à representação de atores sociais

Aspectos	Descrição
Inclusão ou exclusão	Relacionam-se à presença ou não dos atores sociais no texto e à forma como ocorrem, por exemplo, o ator pode ser suprimido, sem quaisquer menções no texto, ou, ainda relegado ao segundo plano. Ambas constituem importantes elementos sociosemânticos, pois se a exclusão pode objetivar o apagamento de certos atores, a inclusão pode ser realizada para legitimá-los, ou ainda, de acordo com a forma como for realizada, pode implicar na secundarização de suas ações.
Função gramatical	O agente social é um participante na frase (um ator, por exemplo), é

well as to its socio-political orientation” (Excerto extraído da revista *SemiotiX*: a global information magazine, disponível em: <<https://semioticon.com/semiotix/2013/12/semiotic-profile-theo-van-leeuwen/>>. Acesso em: 11 jan. 2017).

	descrito em uma circunstância, ou como um substantivo possessivo ou um pronome.
Ativo ou passivo	O agente social é o ator nos processos, é afetado ou se beneficia? Nesse sentido, é importante observar os rótulos que os atores recebem de acordo com os sistema da transitividade em relação ao tipo de processo em que estão envolvidos.
Pessoal ou impessoal	Os agentes sociais podem ser representados pessoalmente ou impessoalmente.
Nomeado ou classificado	Os agentes sociais podem ser representados pelo nome, ou de acordo com categorias. Com relação ao último, este pode se referir a um único indivíduo ou a um grupo de pessoas (os médicos, por exemplo).
Específico ou genérico	Os agentes sociais podem ser classificados de forma específica ou genérica. Por exemplo, o termo “os médicos” pode se referir a um grupo específico de médicos (aqueles que trabalham em um certo hospital) ou a classe de médicos em geral, ou seja, todos os médicos (os médicos se veem como boas pessoas).

Fonte: Adaptado e traduzido de FAIRCLOUGH, 2003.

4.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Esse capítulo teve como propósito atender ao objetivo específico de: *descrever a proposta teórico-metodológica da Análise de Discurso Crítica com ênfase no significado representacional* (ver acima, p. 25). Nesse sentido, algumas considerações são enfatizadas:

- O significado representacional ao qual os discursos, enquanto um dos momentos internos do Discurso, está relacionado, corresponde a diferentes formas de representar aspectos do mundo, tanto no sentido do que ele é, quanto em relação a seus aspectos projetivos. Por meio dessas representações, os discursos estabelecem relações entre si, que podem ser de cooperação, competição e dominação, entre outras, a depender dos recursos utilizados e do contexto em que estão inseridos.
- A transitividade é o sistema léxico-gramatical relacionado ao significado representacional da linguagem na ADC e, conseqüentemente, aos discursos. Nesse sentido, ela contribui para a compreensão de aspectos das categorias sociodiscursivas abordadas.

- Apesar de as categorias selecionadas vinculadas ao significado representacional terem sido descritas em seções distintas, assim se procedeu por questões didáticas e de organização textual, já que na prática observa-se que elas são percebidas e aplicadas com forte interação.
- Em resumo: a vocabulário e o significado da palavra correspondem a formas particulares de nomear e de lexicalizar o mundo; a interdiscursividade se relaciona a como diferentes discursos estão articulados e, por fim, a representação dos atores sociais traz indícios do papel exercido pelos indivíduos nas partes do mundo representadas.

5 DISCURSO E REPRESENTAÇÃO NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Assim, a palavra – ou a representação – enfeitiça o organizador do conhecimento pelo seu potencial representacionista. Ao cativá-lo com este potencial, ela o leva a crer que a representação pode responder, por si só, pela organização do livro do mundo.

(GRACIOSO; SALDANHA, 2011, p. 33)

A análise das representações discursivas presentes em textos contribui para a compreensão dos conhecimentos de mundo neles expressos, ou seja, posicionamentos sobre a realidade, ou posicionamentos sobre como a realidade se apresenta para aquele/a(s) que a descreve(m). A forma de representar algo está vinculada à legitimação daquilo no contexto social em que está inserido, já que discursos podem apresentar vários níveis de relação entre si, tanto no sentido de cooperação, quanto no de competição, conforme as relações de poder nas quais se fundamentem, entre outros elementos.

Nesse capítulo é apresentada a análise das áreas de concentração (AC) e linhas de pesquisa (LP) dos PPGCI selecionados, com base no significado representacional e, no intuito de se perceber se há indícios referentes à OC nelas e, em caso afirmativo, como estão representados. Acredita-se que as AC e LP constituem, guardadas as peculiaridades que as diferenciam, instâncias abrangentes que podem apresentar considerações de como a OC é retratada em níveis mais específicos dos programas, como os grupos de pesquisa (GP), abordados no próximo capítulo.

5.1 REPRESENTAÇÕES DAS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA

As áreas de concentração (AC) se referem à instância mais abrangente, de cunho funcional, do que é pesquisado nos programas de pós-graduação. Ainda assim, cada PPGCI procura identificar aquela que o caracteriza de maneira única e diferenciada, como se observa na Figura 15:

Figura 15 – Áreas de concentração dos PPGCI selecionados para estudo

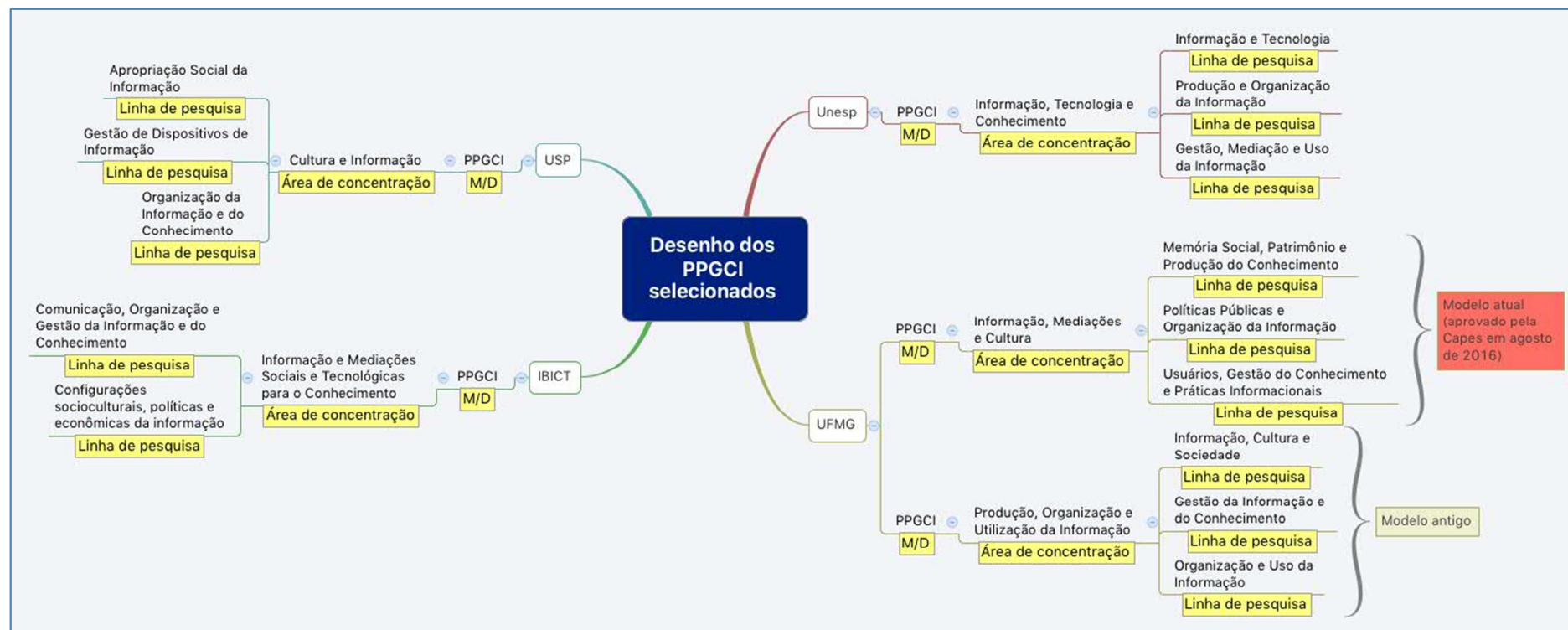


Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Já as linhas de pesquisa “representa[m] temas aglutinadores de estudos científicos que se fundamentam em tradição investigativa, de onde se originam projetos cujos resultados guardam afinidades entre si” (DIRETÓRIO dos Grupos de Pesquisa no Brasil: Lattes, 2016?, online).

São mais específicas que as áreas de concentração, ao mesmo tempo em que possuem escopo mais abrangente que os projetos de pesquisa, bem como não possuem uma data de finalização específica. Como normalmente representam esferas relacionadas a tradições de pesquisas é comum se observar forte convergência entre as LP dos diferentes programas de pós-graduação, conforme expresso na Figura 16:

Figura 16 – Linhas de pesquisa dos PPGCI selecionados para estudo



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Nas subseções seguintes as AC e LP serão analisadas sob a ótica das três categorias do significado representacional do Discurso identificadas como de maior relevância como percurso em prol dos objetivos desse estudo: vocabulário e significado da palavra, interdiscursividade e representação de atores sociais.

5.1.1 Vocabulário e significado da palavra

Sob o enfoque dos traços linguísticos, em especial o vocabulário utilizado para intitular e descrever as AC, observa-se a presença de termos e expressões vinculados ao entendimento do que é estudado na CI, isto é, quais são seus potenciais objetos, como *informação* (termo presente no título das AC de todos os PPGCI), *conhecimento* (presente nos títulos das AC do PPGCI Unesp e PPGCI IBICT), *cultura* (presente no título das AC do PPGCI USP e PPGCI UFMG) e, também, *tecnologia* (PPGCI Unesp e PPGCI IBICT – que utiliza a forma adjetivada ‘tecnológicas’ em relação a mediações).

Em princípio, a presença do termo informação na designação das AC de todos os PPGCI remete a algo onipresente e essencial, já que os programas estão circunscritos no âmbito da CI que, conforme descrito no capítulo teórico relacionado à OC, surge e está, exponencialmente, vinculada à informação.

Aliada à onipresença da palavra informação – o que poderia justificar uma ausência de análise específica de seu conceito, há que se ressaltar o entendimento, basicamente, consensual de que o enfoque dos estudos em AD se concentra nos significados ocultos, nos não-ditos, nos silêncios contidos nos discursos e textos (FAIRCLOUGH, 2001, 2003; FOUCAULT, 2007; ORLANDI, 2005; PÊCHEUX, 1998⁸⁰). A não representação de algo em um discurso é vista já como uma forma de representá-lo, de posicioná-lo no universo descrito.

Tal entendimento é corroborado pela autora desta tese. Contudo, se a ausência, omissão, obscurecimento, opacidade de elementos podem revelar relações de poder, a presença, afirmação, continuidade e universalização desses elementos nos

⁸⁰ Ressalta-se que os/as autores/as mencionados/as representam abordagens teóricas distintas e estão citados/as de maneira conjunta apenas pela convergência que possuem sobre o não-dito, ainda que o percebem de forma distinta.

discursos também não deixam de revelar as mesmas relações. Fairclough (2003) ao dissertar sobre as lutas hegemônicas esclarece que a naturalização e/ou universalização de representações discursivas particulares tende a tornar o particular universal, de maneira aquiescente.

Fairclough (2001, p. 107), ao comentar o estruturalismo linguístico, de Ferdinand Saussure⁸¹, afirma que “abordagens críticas da análise de discurso defendem que os signos são socialmente motivados, isto é, que há razões sociais para combinar significantes particulares a significados particulares”. Como exemplo, o autor apresenta questões vinculadas ao vocabulário (léxico) e ao significado das palavras.

Dessa forma, em nossa análise, a reiterada ocorrência da palavra *informação* no título das AC pode ser relacionada ao empenho dos programas na validação e legitimação da CI enquanto disciplina científica e prática profissional. Esse processo de validação envolve vários elementos, como o fato de que importantes instituições da área tiveram seus cursos de pós-graduação derivados de mestrados vinculados à Biblioteconomia.

Apesar dessa derivação histórica e, do fato de a CI ser representada nas tabelas de áreas do conhecimento da Capes e do CNPq (Figura 17) como uma área abrangente que engloba, entre outras, a Biblioteconomia e a Arquivologia, apenas a UFMG menciona estas áreas na descrição de sua AC, à qual ainda acresce a Museologia.

Figura 17 – Excerto da Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq

6.07.00.00-9 Ciência da Informação
6.07.01.00-5 Teoria da Informação
6.07.01.01-3 Teoria Geral da Informação
6.07.01.02-1 Processos da Comunicação
6.07.01.03-0 Representação da Informação
6.07.02.00-1 Biblioteconomia
6.07.02.01-0 Teoria da Classificação 6.07.02.02-8
Métodos Quantitativos. Bibliometria
6.07.02.03-6 Técnicas de Recuperação de Informação
6.07.02.04-4 Processos de Disseminação da Informação
6.07.03.00-8 Arquivologia
6.07.03.01-6 Organização de Arquivos

Fonte: Plataforma Lattes, CNPq, 2016?, online.

⁸¹ Notável linguista suíço, nascido em 1857 e falecido em 1913, autor da obra *Curso de linguística geral*, publicada em 1916.

Esse é um fato relevante no sentido de que a informação é apresentada na maioria das AC como um elemento que se expressa por si e pelos processos que o constituem (fato que será descrito mais amiúde na apresentação das outras categorias), mas não necessariamente relacionado com instâncias efetivas de práticas. Exemplifica essa questão a descrição da AC da USP, na qual informação e cultura são enfatizadas, mas sem que os lugares nos quais se realizam e os atores a que se relacionam sejam mencionados, conforme excerto, a seguir reproduzido:

Área de Concentração: Cultura e Informação

Trata das relações que caracterizam os processos de construção e/ou reconstrução do sentido e/ou do produto cultural quando a informação é transformada em conhecimento e o produto cultural, em bem cultural propondo a observação das ações necessárias, no contexto dos equipamentos culturais, para que a informação possa ser preservada e circular socialmente (coleta, seleção, organização, acesso) e a análise dos contextos culturais dentro dos quais estes processos se realizam e adquirem seu sentido social.

Assim, se o prefixo 'biblio' recupera um elemento consagrado entre os séculos XVI a XIX – o livro, e, em parte, reduzido com a ascensão das tecnologias de informação e comunicação (TIC), a palavra informação materializa uma forma emergente de interação e configuração social, a partir de meados do século XIX. Dessa forma, as AC ao contribuírem para a garantia de uma esfera discursiva para a CI provocam o entendimento de que já não é a Biblioteconomia que se pratica e estuda, mas algo mais amplo, abrangente e socialmente competitivo – a informação.

Tal fato nos leva a associar a frequência do uso da palavra informação ao fenômeno da sociedade da informação, o que implica reserva ou garantia para as escolas ou faculdades que possuem os PPGCI, em suas estruturas, de um importante elemento social e econômico. A informação, enquanto tal, pode estar relacionada a todas as áreas, mas enquanto campo sistemático de estudo com a sua designação explícita nas AC e em outras esferas de relevância dos PPGCI, busca assegurar-se como objeto da CI.

Contemplar explícita e inequivocamente a informação como seu objeto de estudo é, para a Ciência da Informação, uma forma de se afirmar na contemporaneidade enquanto área de fundamental importância e, conseqüentemente, de estender essa relevância aos/às profissionais e estudiosos/as que nela atuam. Cria-se com isso um objeto, práticas e interações a ele relacionadas, bem como o perfil dos atores com competência para se dedicarem ao estudo desse objeto.

Na descrição da AC do PPGCI UFMG, por exemplo, as mediações são descritas por diferentes óticas sendo que, em uma delas, é enfatizado o papel mediador que as intervenções realizadas por práticas profissionais da CI, instituições e atores representam para o acesso e uso dos recursos informacionais:

PPGCI UFMG - Área de Concentração: "Informação, mediações e cultura"

Quanto a MEDIAÇÕES, vale considerar que, no campo da Ciência da Informação, postula-se que elas atuam como elemento de interlocução entre os atores sociais e os registros de conhecimento produzidos. [...]. Outra perspectiva importante em relação a essa questão é pensar nas intervenções das práticas profissionais, das instituições e também dos atores, nos relacionamentos dos sujeitos com os recursos informacionais.

O argumento de que a presença do termo *informação* no título e na descrição das AC está relacionado à legitimação em nível discursivo da CI encontra respaldo no desenvolvimento histórico da área, na medida em que se tornou igualmente presente em outras esferas a ela relacionadas, como na nomeação de eventos, faculdades e instituições, veículos de comunicação científica, entre outros elementos. Alguns exemplos que ilustram essa consolidação histórica são descritos nos próximos parágrafos.

Em nível de eventos, menciona-se a realização em Londres, no ano de 1948, da Conferência de Informação Científica da Royal Society, com quase 500 participantes. Além desse evento, em 1958, na cidade de Washington, ocorreu a *International Conference on Scientific Information*, como resultado da cooperação do *American Documentation Institute*, da *National Academy of Sciences* e do *National Research Council*, dos Estados Unidos, e da Federação Internacional de Documentação.

Ainda em relação a eventos que tiveram forte importância nos estudos da CI, destacam-se as duas reuniões realizadas pelo *Georgia Institute of Technology*: a primeira, no ano de 1961 e, a segunda, no ano de 1962. Nesta foi atribuído, oficialmente, o nome de Ciência da Informação à área, bem como foram trabalhadas as primeiras discussões e definições da CI. Já o *Second International Congress in Information System Sciences*, congresso realizado em Hot Springs, Virgínia, Estados Unidos, ratifica o uso da expressão *Ciência da Informação*.

Se os eventos citados em nível internacional, já na década de 1960, mostram a identificação discursiva com a CI, em nível nacional esse processo se dá com mais

morosidade, já que, por exemplo, o primeiro curso na América Latina de mestrado sob a designação de CI surge somente em 1970, no então IBBD (atualmente, IBICT). O próprio IBBD só vem a alterar seu nome trocando a centralidade da bibliografia e documentação para a informação científica e tecnológica no ano de 1976 (Resolução Executiva do CNPq nº 20/76 – de Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação para Instituto Brasileiro de informação em Ciência e Tecnologia, nome que o designa até hoje).

Ao se observar os eventos em nível nacional, percebe-se que a terminologia também começa a se modificar, já que em 1969, o então IBBD realizou o Seminário de Informática (e não de Biblioteconomia), no qual analistas e bibliotecários/as foram chamados/as a apresentar suas experiências. Por sua vez, em 1971, a Fundação Getúlio Vargas promove, no Rio de Janeiro, o Seminário sobre Documentação e Informática, o que reflete a imprecisão que circundava a área entre a herança da Documentação e as novidades da informática.

Mudança expressiva surge em 1994, com a realização do primeiro Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), sob a responsabilidade da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB), criada em 1989.

Acresce-se a isso o fato de que parcela das escolas/faculdades hoje conhecidas como de CI tiveram suas designações alteradas da área de Biblioteconomia. Como a Escola de Ciência da Informação da UFMG, a Faculdade de Ciência da Informação da UnB e o Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), entre outros (BARBOSA et al., 2000).

Há ainda que se considerar a consolidação da CI na nomenclatura utilizada nos veículos de divulgação científica dos programas de pós-graduação como a criação em 1972, da *Revista Ciência da Informação*, pelo IBICT; a alteração do nome da *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, em 1996, para *Perspectivas em Ciência da Informação*.

Atualmente, se observa a significativa presença da palavra informação nos periódicos com classificação A1, na classificação Qualis/Capes 2015, relacionada à área. São descritos como exemplo os periódicos *El Profesional de la Información*, *Information Research*, *Information Sciences*, *Information, Communication & Society*,

Informação & Sociedade, Journal of the American Society for Information Science and Technology, Online Information Review, Perspectivas em Ciência da Informação, Transinformação.

Para Lara e Smit (2010) um dos indicadores do estabelecimento da CI em nível nacional é o fato de ela constar como uma das subáreas das Ciências Sociais Aplicadas I, na tabela de classificação da CAPES. Fato que foi alterado, no ano de 2016, com a designação da área como “Comunicação e Informação” na classificação das áreas de avaliação do Qualis/CAPES 2015, o que é visto como um ganho ainda maior para a CI, já que a informação está explicitamente descrita.

Ainda que na ADC não se busquem por regularidades mecânicas, mas por relações causais contextualizadas, não se pode olvidar que a afirmação reiterada do vocábulo informação nos nomes das escolas/faculdades, nos veículos de divulgação, nos eventos e em outros contextos reflete a necessidade de que este se incorpore oficialmente à representação da área, que seja identificado como o objeto central da CI e que contribua, em nível discursivo e social, para a legitimação desta como um campo do saber.

Em síntese, enquanto traço linguístico a presença da palavra informação em todas as áreas de concentração, em nossa análise, possibilita, em especial, as seguintes considerações: a) o movimento de afirmação e consolidação da CI na esfera da pesquisa de pós-graduação brasileira, influenciado pelo desenvolvimento internacional da área; b) a necessidade de legitimar a contemporaneidade dos estudos da área e o quão relevante ela é na configuração socioeconômica vigente e emergente.

Outro termo presente no título e, por vezes, na descrição das AC é o conhecimento – também um dos objetos reivindicados pela CI, ainda que de forma indireta. O termo consta no título das AC de dois programas: Unesp e IBICT e, também, no texto da AC da USP e da UFMG. O conhecimento goza de mais prestígio que a informação e normalmente contempla uma gama maior de possibilidades em nível interpretativo e cognitivo, já que se historicamente prevaleceu o entendimento coisificado da informação, ao conhecimento se vinculou a compreensão de algo semanticamente mais elaborado, o que tem impacto na configuração política, social e econômica contemporânea.

Desse modo, se a informação adquiriu centralidade em âmbito internacional, após a Segunda Guerra Mundial, com os avanços da inteligência artificial e a reconfiguração do capitalismo, o conhecimento adquire status, já que é considerado como um nível mais avançado que a informação por alguns/as estudiosos/as⁸².

Na descrição da AC do PPGCI UNESP o conhecimento está em posição inicial de igualdade no título à de *informação* e *tecnologia*, mas se ressalta que é a última palavra citada.

Na designação da AC do PPGCI IBICT o conhecimento é apontado como uma finalidade, um objetivo, ou seja, como o fim para o qual se estudam “a informação e as mediações sociais e tecnológicas”, o que pode ser visto em consonância com o papel de destaque que recebe na atualidade.

Em relação às AC da Unesp e do IBICT, considera-se que designar uma área de concentração como instância que estuda o conhecimento ou como instância que se estuda para o conhecimento apresenta visões de mundo diferenciadas sobre o objeto da CI: uma visão de que o conhecimento é passível de estudo, análise, compartilhamento e mesmo transferência e, a outra, de que o conhecimento é uma construção a partir das mediações desenvolvidas no âmbito informacional, ou seja, é um elemento socialmente construído.

Apesar disso, na descrição da AC da Unesp o conhecimento não aparece, mas sim a repetição da informação como objeto de estudo e de processos a ela relacionados, mediada pela tecnologia (ver sublinhados inseridos por nós na citação a seguir). Daí a pergunta: como e porque o conhecimento é inserido no título da área de concentração se ele é desconsiderado na descrição desta? Questão essa consoante com a especificação que é realizada no âmbito das linhas de pesquisa, já que todas estão focadas em ações informacionais.

PPGCI – Unesp - Área de Concentração: "Informação, Tecnologia e Conhecimento"

A área de concentração "Informação, Tecnologia e Conhecimento" está alicerçada nas questões de organização, gestão, mediação e uso da informação e do papel da tecnologia nos processos informativos e, permite a UNESP, contribuir significativamente para o fortalecimento da pesquisa e da capacitação docente em Ciência da Informação no país, propiciando um trabalho de cooperação e de intercâmbio de informações com os demais cursos de pós-graduação e, principalmente, com a Associação Nacional de

⁸² Por exemplo: BUCKLAND, 1991 e LE COADIC, 2004

Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) e com a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN).

Há ainda que se considerar que na AC do PPGCI USP o conhecimento é mencionado como o produto de processo no qual a informação é o elemento inicial: “quando a informação é transformada em conhecimento” (Descrição da AC/USP). Na descrição da AC-/UFMG, por sua vez, o conhecimento ocorre em duas expressões: *produção do conhecimento* e *registros do conhecimento*, no sentido de que em uma análise final a CI se dedica aos estudos das ações, práticas e processos relacionados aos registros do conhecimento.

Outras palavras presentes na descrição dos títulos das AC são *cultura* (PPGCI USP e PPGCI UFMG) e *tecnologia* (PPGCI Unesp). Sobre a cultura, esclarece-se que o PPGCI USP a coloca em evidência em relação à informação, o que é explícito no nome que designa a AC – “Cultura e informação”, mas também se observa no texto que a descreve:

Trata das relações que caracterizam os processos de construção e/ou reconstrução do sentido e/ou do produto cultural quando a informação é transformada em conhecimento e o produto cultural, em bem cultural propondo a observação das ações necessárias, no contexto dos equipamentos culturais, para que a informação possa ser preservada e circular socialmente (coleta, seleção, organização, acesso) e a análise dos contextos culturais dentro dos quais estes processos se realizam e adquirem seu sentido social. A inserção dos estudos de informação no contexto social-cultural pretende fornecer uma leitura particular da introdução da Ciência da Informação no escopo das Ciências Sociais Aplicadas.

Na descrição do PPGCI USP observa-se, em nível de vocabulário, que a palavra *cultura* descrita no nome da AC é especificada na descrição desta como “produto cultural”, “bem cultural”, “equipamentos culturais” e “contextos culturais”. Em uma análise inicial, pautada no vocabulário, mas também no contexto da CI enquanto área de estudo e ensino, o uso da palavra cultura pode implicar a consideração desta como uma Ciência Social, tal como é mencionado no final da descrição da AC.

Contudo, uma reflexão que nos cabe é em relação ao significado que a palavra cultura pode possuir, já que tanto é usada no âmbito de quaisquer tipos de manifestações de crenças, conhecimentos e comportamentos de grupos sociais, quanto para diferenciar um tipo de conhecimento mais específico sobre determinado tema. Aliada a esta diferenciação está o fato de que produto cultural tanto é vinculado a qualquer manifestação advinda da cultura – no sentido de que cultura é

quase tudo, mas também pode ser visto sob a ótica daquilo que é massificado na sociedade e reivindicado como produto cultural uniforme, indiscutível.

Já a UFMG, teve sua área de concentração alterada durante o processo de realização desta tese e pode-se observar que houve uma mudança da centralidade dos processos classicamente voltados para a informação – AC antiga (até meados de 2016) “Produção, organização e utilização da informação” para uma noção mais abrangente da CI – AC atual (a partir de meados de 2016) “Informação, mediações e cultura”.

Ainda em nível de vocabulário, a palavra “tecnologia” presente na descrição da Unesp e, adjetivada (tecnológicas) na descrição do IBICT, marca tanto uma presença quanto uma ausência significativa para CI e, conseqüentemente, para o objeto dessa tese, a OC. *Presença* no sentido de que em grande parcela da bibliografia da área observa-se que a tecnologia é apontada como a ferramenta que revoluciona e impulsiona mudanças.

Ausência no entendimento de que se a tecnologia é algo tão sensível e transformador porque ela só é explicitamente mencionada na AC de dois programas? Não é esta uma forma da CI também se validar e circunscrever seu espaço como distinto de outras áreas com as quais sempre é contrastada, como a Ciência da Computação? Recorde-se que a palavra *informática*⁸³ aparece no nome dos eventos relacionados à CI na época de seu surgimento, conforme descrito acima, mas com o tempo deixou de ser usada. Se a informação é algo presente em todos os campos do saber, as mudanças oriundas das tecnologias de informação e comunicação (TIC) também possuem essa abrangência.

Além disso, é possível perceber que o termo *mediações* consta nas AC de dois programas (IBICT e UFMG). No primeiro, o termo está qualificado como mediações sociais e tecnológicas, já no segundo consta apenas mediações. O PPGCI IBICT é aquele que apresenta o termo *conhecimento* como uma finalidade, já que sua AC é descrita como “Informação, mediações sociais e tecnológicas para o conhecimento”.

Dessa forma, as mediações sociais e tecnológicas são lexicalizações e ações visualizados como de fundamental importância para a relação entre a informação e o

⁸³ A Ciência da Informação na Rússia era também designada como Informátika (SANTOS JUNIOR; PINHEIRO, 2010), mas sob enfoque diferente daquele a que o termo é tradicionalmente relacionado no Ocidente.

conhecimento. Contudo, ao se analisar o texto que descreve a AC do PPGCI IBICT observa-se certa centralidade nos processos informacionais sem se considerar de maneira efetiva o conhecimento.

Já ao se analisar o PPGCI UFMG vê-se empenho contrário, uma vez que no nome da AC as mediações são descritas sem qualificador, de maneira genérica, mas no texto de descrição da AC são apresentadas de forma bem mais detalhada, conforme se observa no excerto abaixo:

Quanto a **MEDIAÇÕES**, vale considerar que, no campo da Ciência da Informação, postula-se que elas atuam como elemento de interlocução entre os atores sociais e os registros de conhecimento produzidos. Em termos analíticos pode-se afirmar que elas se corporificam na vida social e se traduzem através da interação e dos confrontos sociais e simbólicos que se dão pela intermediação da linguagem e de outras práticas sociais. Outra perspectiva importante em relação a essa questão é pensar nas intervenções das práticas profissionais, das instituições e também dos atores, nos relacionamentos dos sujeitos com os recursos informacionais. (Descrição AC PPGCI UFMG).

Feitas essas considerações sobre as AC, apresentam-se alguns comentários voltados para o vocabulário e significado das palavras empregadas nos títulos e na descrição das LP.

Nesse sentido, a visão consensual sobre a informação que se observou nas AC é quase que integralmente reproduzida nas LP, já que em nível de representação nos títulos dos programas analisados, apenas o da UFMG possui uma linha de pesquisa na qual a informação não é explicitamente abordada – “Memória social, Patrimônio e Produção de Conhecimento”.

Quadro 8 – Título das linhas de pesquisa dos programas estudados

<ul style="list-style-type: none"> – Informação e Tecnologia (Unesp) – Produção e Organização da Informação (Unesp) – Gestão, Mediação e Uso da Informação (Unesp) – Memória Social, Patrimônio e Produção do Conhecimento (UFMG) – Políticas Públicas e Organização da Informação (UFMG) – Usuários, Gestão do Conhecimento e Práticas Informacionais (UFMG) – Apropriação Social da Informação (USP) – Gestão de Dispositivos de Informação (USP) – Organização da Informação e do Conhecimento (USP) – Comunicação, Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento (IBICT)

Se o conhecimento ocorreu no título de apenas duas AC dos programas, no âmbito das LP já se vê maior representação deste termo. O PPGCI Unesp é o único que não possui o conhecimento no título de nenhuma de suas LP; os demais o possuem em ao menos uma.

Os PPGCI da USP e do IBICT apresentam as representações do conhecimento em suas LP de maneira próxima e, também, com ele aliado à informação – “Organização da Informação e do Conhecimento” (USP) e “Comunicação, Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento” (IBICT). A representação dessas LP é semelhante à forma como a CI vem se desenvolvendo no sentido de determinar processos em relação a objetos específicos e fundamentais para si.

Já o PPGCI UFMG traz uma apresentação um pouco diferenciada, uma vez que uma de suas LP se intitula “Memória Social, Patrimônio e Produção do Conhecimento” e, a outra, que possui a palavra conhecimento em seu título, é nomeada como “Usuários, Gestão do Conhecimento e Práticas Informacionais”.

Em verdade, a nomenclatura utilizada pelo PPGCI UFMG para designar suas LP é bem distinta da empregada pelos demais programas, o que se presume estar relacionado ao fato de que ele sofreu uma reestruturação no ano de 2016, conforme já descrito. Acredita-se que isso possa ter contribuído para que sua caracterização fosse feita na perspectiva de contemplar termos contemporaneamente mais abrangentes e provocativos da CI.

À primeira linha está vinculado apenas o processo de produção do conhecimento, o que traz o entendimento de que este é diferente da memória social e do patrimônio, mas, ao mesmo tempo, lhes guarda semelhanças, uma vez que estão apresentados juntos. Pode-se, ainda, inferir que a abordagem de produção do conhecimento privilegiada por esta LP é distinta daquela presente na outra – “Usuários, Gestão do Conhecimento e Práticas Informacionais”, de maneira que se acredita prevalecer na primeira a ótica de construção do conhecimento como processo sociocultural, enquanto na segunda este se volta mais à prestação de serviços e à elaboração de produtos informacionais.

O fato do conhecimento estar vinculado à construção ou à gestão, bem como as relações que estabelece com os outros termos ou expressões que constam no título e na descrição das LP trazem indícios das possibilidades de estudos a serem

desenvolvidos em cada uma delas. Ressalta-se que a segunda linha citada do PPGCI UFMG apresenta conhecimento e informação em seu título, mas não na mesma condição em que o vocábulo foi observado nas LP da USP e do IBICT.

Quando o conhecimento é representado junto com a informação em relação a determinados processos como organização, comunicação e gestão pode-se inferir que ambos sejam colocados em posição de relativa equivalência, como elementos passíveis de serem submetidos às ações descritas.

Já quando o conhecimento está representado de maneira isolada como na expressão “Memória, patrimônio e produção do conhecimento”, presente na segunda LP do PPGCI UFMG, observa-se que a ênfase é em um elemento imaterial, com caráter mais abstrato. De qualquer forma é oportuno esclarecer que, em nível representacional, se nas LP anteriores à reformulação de 2016, o PPGCI UFMG estava focado nas ações e nos aspectos relacionados à informação, nas posteriores o enfoque encontra-se distribuído em mais *objetos*.

Ainda sobre o vocabulário empregado na descrição das AC e LP dá-se destaque a dois dos principais significados percebidos no uso do termo *ciência*: como forma de nomear áreas específicas e para caracterizar um dos enfoques de estudo dos PPGCI.

Em relação ao primeiro significado, *ciência* é empregada no texto para nomear áreas do saber como CI, Ciências Sociais Aplicadas, ou mesmo teoria da ciência, última acepção empregada na descrição de uma das LP do PPGCI Unesp para contextualizar os estudos teóricos desenvolvidos pela linha.

Em contrapartida, também se identificou a utilização do termo ciência (ou de suas variações) para nomear a abrangência de estudos desenvolvidos nos PPGCI, conforme apresentado no excerto a seguir:

PPGCI UNESP - Linha 2: Produção e Organização da Informação
A produção da informação é abordada sob os eixos da produção científica (avaliação do comportamento da ciência)

PPGCI USP - Linha de Pesquisa: Gestão de Dispositivos de Informação [...] Compreende também análises e reflexões, do ponto de vista gerencial, das políticas de informação e de comunicação científica e tecnológica, bem como seus principais canais de difusão.
As pesquisas que a integram distribuem-se nos seguintes eixos complementares:[...]

b) estudos de produção e avaliação da comunicação científica e técnica, respaldados em teorias e métodos bibliométricos, cientométricos e infométricos;

PPGCI IBICT

Linha 1: Comunicação, Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento

[...] Comunicação e divulgação em Ciência e Tecnologia; análises e aplicações bibliométricas, infométricas, webmétricas e cientométricas. [...]

Linha 2: Configurações socioculturais, políticas e econômicas da informação

[...] Políticas de ciência, tecnologia e inovação; quadros normativos e regulatórios institucionais da produção científica; indicadores científicos e tecnológicos; dinâmicas de inovação e seus indicadores. Estudos socioculturais da informação e comunicação, da ciência e tecnologia. [...]

Nesse sentido, o estudo de ações relacionadas à ciência, tecnologia e inovação, ao acompanhamento do comportamento da ciência, à produção científica são enfatizados em LP dos PPGCI da Unesp, USP e IBICT. Ressalta-se a importância histórica da informação científica e tecnológica para o desenvolvimento e evolução da CI, tanto em nível nacional (cita-se o IBICT), quanto internacional, já que em algumas regiões do mundo, por exemplo, ele teve influência considerável, como na antiga União Soviética (SANTOS JUNIOR; PINHEIRO, 2010), o que repercutiu na OC.

Há ainda que se considerar a relação entre a produção científica e as técnicas de análise métrica da informação, como bibliometria, infometria webometria e cientometria, conforme se observa na descrição das LP da USP e do IBICT. Sob essa perspectiva, a bibliometria tende a contribuir para o desenvolvimento da OC, já que, como Hjørland (2002) aponta, a bibliometria (e demais métricas relacionadas) constitui um dos onze métodos que devem constar entre as competências dos/as especialistas e profissionais de informação que queiram trabalhar na análise de domínio:

Conclusão: a bibliometria é uma forte abordagem para a análise de domínio porque é empírica e baseada na análise detalhada de conexões entre documentos individuais. No entanto, é necessário considerar cuidadosamente diferentes tipos de possíveis vies. Além disso, para interpretar corretamente as análises bibliométricas, também é necessário algum conhecimento de outros tipos, incluindo: estudos históricos; e estudos epistemológicos e críticos. (HJØRLAND, 2002, p. 436).⁸⁴

⁸⁴ Conclusion: bibliometrics is a strong approach to domain analysis because it is empirical and based on detailed analysis of connections between individual documents. One needs, however, to consider different kinds of possible bias very carefully. Besides, in order to interpret bibliometric analyses

Ressalta-se, por fim, que em nível terminológico, de forma explícita, apenas na descrição das LP do PPGCI IBICT foram identificadas questões relacionadas aos aspectos éticos, políticos e econômicos da informação, bem como a interface entre informação e a sustentabilidade ambiental no mundo contemporâneo, conforme destaques apresentados no excerto a seguir:

PPGCI IBICT

Linha 2: Configurações socioculturais, políticas e econômicas da informação

Estudos de ética e política de informação e das tecnologias da informação e comunicação na sociedade contemporânea; regime de informação. Interfaces da informação com a ética e a sustentabilidade ambiental no mundo contemporâneo. Políticas de ciência, tecnologia e inovação; quadros normativos e regulatórios institucionais da produção científica; indicadores científicos e tecnológicos; dinâmicas de inovação e seus indicadores. Estudos socioculturais da informação e comunicação, da ciência e tecnologia. Perspectivas econômicas da informação e do conhecimento; crítica da economia política e micro-economia da informação. Linguagem, conhecimento e informação nas transformações do trabalho no capitalismo atual. Condicionantes socioculturais e tecnológicos dos usos e da competência em informação. Redes de comunicação, colaboração e produção da informação: características e implicações políticas, sociais e econômicas.

Apresentadas considerações relacionadas ao vocabulário e ao significado da palavra que, de maneira geral, procuram enfatizar as palavras-chave que apresentam significado cultural e de destaque no contexto analisado, parte-se para o estudo da interdiscursividade.

5.1.2 Interdiscursividade

A interdiscursividade se relaciona, entre outros elementos, às possibilidades de existirem nos textos vários discursos representados, bem como ao fato de se observar como esses diferentes discursos são articulados. Se um texto particular geralmente não reflete apenas um gênero particular, o mesmo se dá em relação aos discursos. Para Fairclough (2003), a configuração socioeconômica contemporânea implica uma mistura de discursos e, conseqüentemente, diferentes formas de articulação entre estes.

properly, one needs some knowledge of other kinds too, including: historical studies; and epistemological and critical studies.

Nesse sentido, a descrição das AC e LP dos PPGCI apresenta características discursivas distintas sobre o que compreendem como CI, já que se percebe que alguns programas se voltam para a área sob ótica mais abstrata, como o da USP, que enfoca a relação da CI com as Ciências Sociais; e, outros para a constituição de um núcleo comum da CI (Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia), como o PPGCI UFMG.

Esses diferentes discursos da CI constituem faceta histórica do desenvolvimento da área no Brasil, já que refletem parcerias com instituições afins, interesses específicos de pesquisa, formação e capacitação dos indivíduos da área (por exemplo, professores/as brasileiros/as que fizeram seus estudos de pós-graduação em escolas internacionais que integram diferentes linhas da CI, ou professores estrangeiros que contribuíram com programas brasileiros⁸⁵). Há que se considerar que essa pluralidade discursiva implica existência de mais vozes, o que não necessariamente é visto com bons olhos no âmbito da afirmação de uma área do saber no meio acadêmico.

A multiplicidade de objetos da CI, conforme descrito na seção anterior, somada à diversidade de estudos nos programas, ao mesmo tempo em que levanta possibilidades, resulta na constante construção e procura do objeto (ou dos objetos) da área. Disso resulta a inferência de que não há um objeto ou conceito preciso para a CI, mas diversos, o que acaba por influenciar no delineamento da OC.

Outro aspecto importante a ser considerado nos discursos das AC e LP dos PPGCI é o fato de que eles também exercem certa competição entre si, já que constituem uma apresentação institucional e, também, um convite àqueles/as que tenham interesse em desenvolver estudos em seus escopos. Isso faz com que os discursos dos diferentes programas nem sempre se articulem de maneira consensual, já que, por exemplo, a visão de CI que possuem pode ser distinta tanto em nível interno (entre suas LP), quanto em nível externo. Assim sendo, discursos das AC e LP atuam como elementos de motivação e convite, de maneira que cada um procura ser mais atraente que o outro.

⁸⁵ Menciona-se o caso do IBICT, à época IBBD, que conforme Pinheiro (2002) recebeu diversos professores (empregado no masculino devido ao fato de que não foram identificadas mulheres), em especial norte-americanos, quando começou a oferecer o mestrado em CI.

Apesar dessas considerações voltadas para aspectos que diferenciam os discursos das AC e LP dos PPGCI, percebeu-se que eles convergem no âmbito da promoção de discursos que abordem a relação da CI com outras disciplinas, ainda que por meio da adoção de diferentes termos – por exemplo: interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade, conforme exposto no Quadro 9.

Quadro 9 – Fragmentos que abordam a relação da CI com outras disciplinas

PPGCI	DESCRIÇÃO
Unesp	A dimensão teórica que fundamenta a produção e a organização da informação encontra subsídios na organização do conhecimento (notadamente em suas <u>relações interdisciplinares com a Lógica, a Linguística, a Terminologia, a Semiótica e a Análise de Domínio</u>) e na teoria da ciência. [...]. (LP: Produção e Organização da Informação).
UFMG	[...] Congregando de maneira transversal e explícita as contribuições da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia e, dentro da dinâmica de produção de conhecimento da Ciência da Informação, busca estabelecer <u>o diálogo dos saberes dessas áreas e de outras com as quais o PPGCI já estabelece relações interdisciplinares</u> . (AC: Informação, Mediações e Cultura).
UFMG	Em face disso, contempla reflexões inscritas no campo da informação social, com vistas a apreender a realidade em termos de sua complexidade, conflitos e contradições. De modo geral e a partir de <u>perspectivas multidisciplinares</u> , agregam-se aqui estudos vinculados aos seguintes sub-temas:[...]. (LP: Memória social, patrimônio e produção do conhecimento).
USP	[...] considerados em seus aspectos educacionais e culturais e definidos como um dos objetos específicos da Ciência da Informação, a partir de sua compreensão <u>como área de conhecimento transdisciplinar</u> . (LP: Apropriação Social da Informação).
IBICT	<u>As questões de interdisciplinaridade</u> e evolução da sociedade de informação em seus aspectos sociais e desenvolvimentos tecnológicos. (AC: Informação e Mediações Sociais e Tecnológicas para o Conhecimento).

Fonte: Excertos retirados dos textos das AC e LP dos diferentes programas de pós-graduação, 2017.

A ampla disseminação de discursos relacionados à necessidade de expansão dos limites disciplinares se deve, em parte, à crise da especialização massiva dos campos do saber que, conforme esclarece Japiassu (1976), reclama um novo olhar epistemológico, característica que permeia as ciências em geral. Nesse sentido, os discursos dos PPGCI estão aliados à necessidade da construção de uma CI múltipla, ao mesmo tempo em que demonstram o quão contemporânea a área é, já que padece das necessidades comuns a outros campos do saber.

Os termos inter/multi/trans(disciplinar) denotam significados distintos, que se relacionam a contextos e níveis diferenciados de relação entre as disciplinas. Como

apresentado no Quadro 9, na descrição da AC e de uma das LP do PPGCI UFMG se observa os termos interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, já na LP do PPGCI IBICT se recupera “as questões de interdisciplinaridade” e, o PPGCI USP é o único em que em uma de suas LP é empregada a palavra transdisciplinar.

Em nossa análise, independente do termo empregado, o que se observa nas descrições realizadas é a ênfase na construção de discurso que se volta para a relação da CI com outras disciplinas, o que ora é apontado de forma geral, ora é apontado por meio da especificação das áreas com as quais dialoga:

UNESP - LP: Gestão, Mediação e Uso da Informação

A investigação destes processos exige a capacidade de transcender os limites epistêmicos da Ciência da Informação para compreender as ações de acesso e uso inteligente da informação e de construção do conhecimento na sociedade, recorrendo ao diálogo com outras disciplinas e saberes. Para tanto, a relação intrínseca das pessoas com a informação e o conhecimento deve ser examinada nas vertentes psicológicas, sociológicas, antropológicas, filosóficas, administrativas, culturais, comunicacionais e educacionais.

USP - LP: Gestão de Dispositivos de Informação

[...] As pesquisas que a integram distribuem-se nos seguintes eixos complementares: a) estudos de modelos de mediações gerenciais em Serviços de Informação, respaldados em teorias e métodos da Administração e da Comunicação, particularmente os estudos de mediação [...]

A LP ‘Gestão, Mediação e Uso da informação’, do PPGCI Unesp, qualifica potenciais vertentes pelas quais a informação e o conhecimento devem ser examinados, já a LP ‘Gestão de Dispositivos de Informação’, da USP, se pauta nas mediações gerenciais respaldadas em teorias e métodos da Administração e da Comunicação. Em síntese, de acordo com a faceta abordada, o discurso interdisciplinar da CI irá enfatizar esta ou aquela área do conhecimento.

Feitas essas considerações gerais passa-se à descrição mais pormenorizada das características relacionadas à interdiscursividade presentes nas AC e LP de cada um dos PPGCI analisados.

Na caracterização da AC do PPGCI Unesp observa-se que a representação construída se volta mais para a descrição das contribuições da Unesp para a CI do que para as temáticas às quais o programa se dedica:

A área de concentração "Informação, Tecnologia e Conhecimento" está alicerçada nas questões de organização, gestão, mediação e uso da informação e do papel da tecnologia nos processos informativos e, permite a UNESP, contribuir significativamente para o fortalecimento da pesquisa e

da capacitação docente em Ciência da Informação no país, propiciando um trabalho de cooperação e de intercâmbio de informações com os demais cursos de pós-graduação e, principalmente, com a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) e com a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN). (Itálicos nossos).

A descrição das contribuições compõe um discurso de legitimação da Unesp na CI do Brasil, já que a associa aos outros programas de pós-graduação e a duas associações representativas da área, a ANCIB (mencionada no capítulo 3 desta tese) e a ABECIN (ambas serão abordadas com mais informações na próxima seção, que se refere à categoria de representação de eventos e atores sociais).

Destaca-se a relação semântica estabelecida pela construção “contribuir significativamente”, uma vez que o processo material transformativo *contribuir* já denota algo positivo, benéfico e o adjunto modal *significativamente* caracteriza o modo como a contribuição se dá, ou seja, acentua sua qualificação. Isso é ratificado mais à frente no texto, pelo excerto “propiciando um trabalho de cooperação e intercâmbio de informações”, uma vez que as ações de cooperação e intercâmbio são privilegiadas na ciência contemporânea, seja por meio da interdisciplinaridade, seja por meio da própria definição de informação que se sobressai (conforme abordado nos capítulos 1 e 3 deste trabalho).

Além disso, deve-se esclarecer que um dos critérios observados pela Capes durante a avaliação dos cursos de pós-graduação é a inserção social. Nesta:

A integração e a cooperação com outros programas e centros de pesquisa também são consideradas, principalmente se essas ações alavancam a produção de conhecimentos de programas ou regiões mais carentes. A visibilidade do programa conta pontos, sendo conferida por meio de consultas à sua página na internet, que deve conter informações relevantes sobre o programa, suas linhas de pesquisa e sua coordenação. (VOGEL; KOBASHI, 2015).

Assim sendo, os relacionamentos descritos na AC da Unesp devem ser contextualizados não apenas no sentido teórico da CI, mas também sob a ótica da visibilidade que conferem ao programa, e de acordo com o critério de inserção social considerado pela SNPG da Capes, o que conseqüentemente repercute na avaliação que este recebe.

Há ainda que se apontar que em relação aos tempos verbais empregados na caracterização da AC da Unesp prevalece o presente, seja do indicativo (*está*,

permite), seja o contínuo (*propiciando*). Essa forma de apresentação das informações denota o entendimento da atualidade daquilo que é proposto pela AC, o que se soma ao processo *contribuir*, já mencionado, uma vez que por estar no infinitivo caracteriza-se por ser atemporal, por não ter um prazo de existência determinado (a contribuição ocorre e, infere-se que continuará a ocorrer).

Se todo o empenho descrito foi realizado no texto em relação às contribuições para a CI da AC do PPGCI Unesp, não se pode afirmar que o mesmo tenha ocorrido em relação ao objeto de estudo a que se dedica, já que este foi expresso de maneira sucinta:

A área de concentração "Informação, Tecnologia e Conhecimento" está alicerçada nas questões de organização, gestão, mediação e uso da informação e do papel da tecnologia nos processos informativos [...]

O que é apresentado como “questões de organização, gestão, mediação e uso da informação” corresponde ao que conceitualmente é abordado na literatura como ciclo da informação e é descrito por cada um dos programas de maneira diferenciada. Não há consenso sobre quais ações estão circunscritas neste ciclo, já que diferentes propostas foram (e, ainda são) apresentadas ao longo do desenvolvimento da CI.

Autores clássicos na CI, como Floridi (2010) e Le Coadic (2004), apresentam as atividades de criação/geração, coleta, registro, armazenamento, processamento, distribuição/transmissão, consumo/uso, reuso, e, de construção, comunicação e uso, respectivamente, como típicas e fundamentais ao ciclo.

Já Guimarães (2009, p. 106) assevera que a informação possui um movimento helicoidal, mas não circular ou cíclico, “uma vez que a informação produzida pelo sistema nunca será igual àquela que nele ingressou originalmente”. O que indica que apesar da descrição dessas ações dar a entender certa linearidade, na verdade, elas são dinâmicas, complexas, interativas e se auto alimentam.

Sob esse entendimento, o movimento descrito na AC do PPGCI Unesp apesar de enfatizar a informação (algo socialmente construído), apresenta de forma substantivada processos materiais, em uma leitura inicial, transformativos, a ela vinculados, como *organizar*, *gerir*, *mediar* e *usar*. Os atores relacionados a esses processos não estão presentes no texto, apenas o papel desempenhado pela

tecnologia. O trecho “o papel da tecnologia nos processos informativos” traz o questionamento se esse papel e os processos informativos ocorrem por si mesmos.

Contudo, há que se ressaltar que na descrição de uma das LP do PPGCI Unesp é feita menção explícita aos atores responsáveis pela produção da informação e do conhecimento como “sujeitos cognoscentes” e “pessoas”. Além disso, é enfatizado o papel criativo dos sujeitos (agentes profissionais e usuários) como um princípio para os processos relacionados à informação e ao conhecimento.

UNESP Linha 3: Gestão, Mediação e Uso da Informação

A informação e o conhecimento são elementos produzidos socialmente por sujeitos cognoscentes, cujas construções [...]. Sendo assim, o exame dos processos de gestão, mediação, uso e apropriação da informação e do conhecimento, em vários ambientes, ressalta o papel das pessoas enquanto produtoras ativas de informação e conhecimento. [...] Considera-se como princípio que não há gestão, mediação, uso e apropriação da informação e do conhecimento sem o reconhecimento do papel criativo dos sujeitos (agentes profissionais e usuários).

Se na descrição de sua AC a Unesp procura evidenciar a articulação com associações relacionadas à CI, a UFMG já segue linha diferenciada, pois deixa explícita a vinculação da pós-graduação com os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia oferecidos em nível de graduação pela Escola de Ciência da Informação, na qual a pós-graduação é desenvolvida:

[...] Congregando de maneira transversal e explícita as contribuições da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia e, dentro da dinâmica de produção de conhecimento da Ciência da Informação, busca estabelecer o diálogo dos saberes dessas áreas e de outras com as quais o PPGCI já estabelece relações interdisciplinares.

Ao privilegiar a transversalidade dos conhecimentos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia na priorização de uma agenda de preocupações para o campo da Ciência da Informação, a área de concentração proposta busca compreender a informação tendo como eixo as concepções de cultura e, de forma particular, como elas se evidenciam por meio dos processos de mediação.

Essa colocação é interessante, uma vez que mostra o universo no qual a CI se desenvolve que, na descrição de outras áreas, apresenta-se com certa opacidade em nível prático, com ênfase na conceituação teórica. Ao se cotejar a caracterização da Unesp com a da UFMG observa-se que as “questões de organização, gestão... da informação” citadas na primeira não estão vinculadas a lugares, a contextos, a instâncias, o que sugere que a informação, como tal, seria autônoma em relação a esses fatores.

A descrição da AC do PPGCI UFMG também se destaca por caracterizar a informação como elemento humano:

A área de concentração pensa a informação em sua dimensão propriamente humana, isto é, dotada de uma natureza simbólica e pragmática, marca da intervenção dos sujeitos na realidade.

Essa é a ideia que conduz ao conceito de cultura, à ideia de informação como a ação humana de produzir registros do conhecimento e também de interpretar e se apropriar desses registros, atribuir-lhes sentido e usá-los como recurso no decorrer de suas demais atividades.

A primeira oração do excerto acima é composta por um processo mental cognitivo *pensar*, atribuído à AC que, por atuar como um coletivo, pode ser percebida como o experienciador da oração. Nesse sentido, a informação é compreendida como um fenômeno concebido que se caracteriza em nível circunstancial por ser humana. Ao se posicionar dessa forma, o PPGCI UFMG deixa explícita a visão de informação que se compartilha e que estará presente em outros momentos do texto.

Ainda sobre o aspecto humano da informação na descrição da AC da UFMG se observa que ações materiais estão vinculadas a sujeitos reais, ainda que de forma genérica “como a ação humana de produzir...”. Assim, a informação não é determinada, não é concebida por si, ela se vincula à existência de um ator, bem como resulta de um processo material criativo (*produzir*) que, no texto, remete à produção dos registros do conhecimento.

A informação está associada à cultura, em especial no sentido de que por ser uma ação humana envolve não só a produção citada como também o ato de interpretar (processo mental cognitivo) e de se apropriar dos registros do conhecimento. Entende-se que cultura e informação são percebidas como questões dinâmicas e que requerem reconhecimento por parte dos atores a elas relacionados.

Em relação aos processos associados à informação, tomando-se estes como componentes relevantes na CI, tal como mencionado na descrição da AC do PPGCI Unesp, percebe-se que na descrição da AC do PPGCI UFMG:

[...] a INFORMAÇÃO encontra-se como um dos aspectos relevantes e fundamentais para a compreensão da realidade, isto é, aquela em que ações humanas, grupamentos sociais, instituições, tecnologias, valores e ideias realizam-se em e através de ações contínuas de produção, disseminação, recepção e uso de registros de conhecimento, num processo em que se fazem presentes distintos mediadores.

O processo material *realizar* é empregado para expressar as formas pelas quais a informação pode existir tomando-se como atores “ações humanas, grupamentos sociais, instituições, tecnologias, valores e ideias”. Assim, a informação realiza-se na produção de registros do conhecimento, na disseminação de registros do conhecimento, na recepção de registros do conhecimento, no uso de registros do conhecimento.

Apesar de associar a informação a agentes, o PPGCI UFMG lexicaliza as ações a ela relacionadas da mesma forma que o PPGCI Unesp: substantiva processos materiais: *produção, disseminação, recepção e uso*. Contudo, como os agentes foram contextualizados previamente, a perda de significado é bem menor do que aquela identificada na descrição da AC do PPGCI Unesp.

Em complemento a essa visão, na descrição da AC do PPGCI UFMG se observa que as mediações são vistas como “elemento de interlocução” e, a cultura, “a base para construção do conhecimento”, que implicam na informação “como produção humana, portanto, inserida e articulada em contextos concretos”.

A descrição adotada pelo PPGCI USP em relação à AC deixa explícita a relevância atribuída à cultura, seja pelo emprego desta no título da AC (inclusive, apresentado como o primeiro elemento), seja pelas várias menções que faz às expressões que dela derivam, como *produto cultural, bem cultural, equipamentos culturais e contextos culturais* (acredita-se que cultura na descrição foi adotada como um hipônimo em relação às expressões específicas a ela referentes).

Além da presença da cultura no texto da AC, percebe-se a ênfase dada a abordagem da CI no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas: “A inserção dos estudos de informação no contexto social-cultural pretende fornecer uma leitura particular da introdução da Ciência da Informação no escopo das Ciências Sociais Aplicadas”. Contudo, apesar de defender a configuração de Ciência Social e dos estudos de informação no contexto sociocultural para a CI, a descrição da AC do PPGCI USP em momento algum atribui as ações e os aspectos que aborda a atores:

Trata das relações que caracterizam os processos de construção e/ou re-construção do sentido e/ou do produto cultural quando a informação é transformada em conhecimento e o produto cultural, em bem cultural propondo a observação das ações necessárias, no contexto dos equipamentos culturais, para que a informação possa ser preservada e circular socialmente (coleta, seleção, organização, acesso) e a análise dos

contextos culturais dentro dos quais estes processos se realizam e adquirem seu sentido social.

As palavras sublinhadas no excerto acima são compatíveis com a afirmação feita, já que os processos de construção e/ou reconstrução são processos materiais que exigem a presença de um ator. Contudo, ao considerá-los sob a ótica descrita no texto, isso se torna ainda mais necessário, já que são processos de construção e ou reconstrução de *sentido*, isto é, os processos têm origem no pensamento, no intelecto e, por isso mesmo, só podem ser realizados por atores humanos.

No trecho “a informação é transformada em conhecimento” fica a dúvida sobre quem ou sobre o quê promove essa transformação, já que os processos de construção e reconstrução de sentidos a ela relacionados são esvaziados pela ausência de menção a quem os executa. Com essa dúvida, apreende-se que na CI é costumeiro, conforme expresso no capítulo 3, perceber-se dado/informação/conhecimento como elementos lineares.

Permanece, ademais, a dúvida sobre o objeto de trabalho da AC: a informação enquanto elemento que se transforma em conhecimento, ou o produto cultural enquanto elemento que se transforma em bem cultural? A informação por si não constituiu um objeto de estudo? O que indica que a informação se transformou em conhecimento?

São questões inicialmente teóricas, mas que se relacionadas às LP indicam que na esfera efetiva, o discurso de transformação se realiza por meio das práticas culturais e das relações entre informação e educação (LP: Apropriação Social da Informação), ou das ações e processos desenvolvidos nos fluxos e nos sistemas de informação (LP: Gestão de Dispositivos de Informação) e, ainda, no que se caracteriza como organização da informação ou organização do conhecimento na CI (LP: Organização da Informação e do Conhecimento).

Na descrição da LP Organização da Informação e do Conhecimento do PPGCI USP observa-se a imprecisão acerca dos limites entre os discursos da OI e da OC, conforme os trechos sublinhados:

Estudos teóricos e metodológicos relativos à organização do conhecimento e da informação e de sua circulação para fins de acesso, recuperação e uso. Compreende a análise dos objetivos, processos e instrumentos que caracterizam as distintas possibilidades de organização da informação, considerando-se ainda a sua inserção histórica e sócio-cultural e as condições de interação face à diversidade da produção e dos públicos da

informação. Compreende, também, abordagens históricas e epistemológicas da organização do conhecimento e da informação.

As pesquisas que a integram distribuem-se nos seguintes eixos complementares:

a) teorias e métodos de construção e organização da informação documentária para distintos receptores. Observam-se os aspectos textuais/discursivos dos objetos informacionais e os diferentes modelos de leitura, análise, condensação e representação, incluídos os modelos computacionais.

b) a construção de linguagens documentárias e outras ferramentas de organização da informação para o acesso, recuperação e uso, observando-se características linguísticas, semióticas, terminológicas e comunicacionais, dos conteúdos documentários e dos grupos receptores, bem como de insumos tecnológicos;

c) estudos históricos e epistemológicos relativos à organização social do conhecimento e sua relação com as propostas de organização da informação;

d) análise e proposição de políticas de organização da informação no escopo da sua distribuição e recepção;

Dos trechos acima dá-se destaque ao excerto “a construção de linguagens documentárias e outras ferramentas de organização da informação para o acesso, recuperação e uso...”, já que normalmente o processo de construção de linguagens documentárias é caracterizado como voltado à OC e as próprias linguagens documentárias são descritas como SOC.

Por fim, em relação aos discursos presentes na descrição da AC e das LP do PPGCI USP, menciona-se que as ações descritas para que a informação possa ser preservada e circular socialmente estão relacionadas à coleta, seleção, organização e acesso: “informação possa ser preservada e circular socialmente (coleta, seleção, organização, acesso)”. São ações vinculadas ao ciclo ou movimento da informação apresentadas sem menção de atores, ou quando mencionados, atribuídos a instâncias não humanas, conforme se observa na descrição das LP a seguir:

PPGCI USP - Linha de Pesquisa: Apropriação Social da Informação

b) infoeducação, abordagem das conexões entre Educação e Informação, tendo em vista a apropriação de saberes informacionais indispensáveis à construção de conhecimentos e à participação afirmativa na cultura da contemporaneidade.

Linha de Pesquisa: Gestão de Dispositivos de Informação

[...]

As pesquisas que a integram distribuem-se nos seguintes eixos complementares:

[...]

c) estudos de ambientes virtuais de produção, circulação e acesso à informação, com ênfase na compreensão dos processos mediados pelas tecnologias de informação e comunicação;

Linha de Pesquisa: Organização da Informação e do Conhecimento

Estudos teóricos e metodológicos relativos à organização do conhecimento e da informação e de sua circulação para fins de acesso, recuperação e uso.

A descrição da AC do PPGCI IBICT apresenta enfoque na sociedade da informação e nas ações de informação. Estas últimas são apresentadas, tal como se observou na descrição da UFMG, relacionadas a agentes individuais e coletivos (o processo *realizar*) e com destaque para os processos de geração, organização, preservação, disseminação, acesso, recuperação e uso. Nesse sentido, a informação não existe por si, mas é emergente de ações e interações humanas.

As questões de interdisciplinaridade e evolução da sociedade de informação em seus aspectos sociais e desenvolvimentos tecnológicos. Estudo das ações de informação nas quais agentes individuais e coletivos realizam processos de geração, organização, preservação, disseminação, acesso e recuperação convencional e eletrônica e usos socialmente significativos da informação. Transformação em memória, conhecimento e meta-conhecimento, estratégias, decisão e ação, abrangendo a transferência da Informação.

As ações de informação realizadas por meio de diversos processos (mencionados anteriormente como parte do ciclo ou movimento da informação), entre as quais está a recuperação da informação, são descritas como convencional e eletrônica. Por convencional compreende-se o universo de recursos de informação físicos, que engloba livros, periódicos e as várias tipologias de conteúdo impresso. Já os eletrônicos, como são diferenciados dos convencionais, podem ser percebidos como um novo tipo de recurso a ser contemplado pelos estudos do PPGCI.

Contudo, o que se tem assistido é exatamente o oposto: a multiplicação de fontes eletrônicas de informação em detrimento das “convencionais”. A própria descrição de OC apresentada no referencial teórico mostra essa realidade. Assim, fica a questão sobre qual o tipo de recuperação (e demais processos) relacionados à informação se pode (ou se deva) no ambiente contemporâneo designar como convencional.

Outra dúvida suscitada é quanto à diferenciação feita pelo IBICT entre fontes eletrônicas e convencionais, e se tal diferenciação tem sido objeto de pesquisa no respectivo PPGCI. Para OC isso é de extrema relevância, uma vez que os métodos

e práticas de organização empregados também estão vinculados a forma de ser da informação e do conhecimento que buscam organizar.

Há que se questionar ainda o que constitui um uso socialmente significativo da informação, uma vez que o atributo *significativo* pode ser compreendido sob diferentes óticas. É significativa a utilização de uma informação que promove mudanças sociais? Que contribui para a diminuição das desigualdades socioeconômicas? Ou, conforme a teoria de Brookes (1980/1981), o fato de ser ou não significativo está associado à mudança que a informação provoca no estado de conhecimento do indivíduo.

Em geral, o indivíduo que se beneficia de um aplicativo geo-referenciado que apresenta opções de locomoção em centros urbanos, por exemplo, contribui para a mudança social, já que com o uso do aplicativo é possível economizar tempo no trânsito, seja no transporte público, privado, alternativo ou pé, facilitando a circulação e a utilização do espaço público por parte das pessoas, bem como a utilização do aplicativo constitui uma das formas de se exercer sua liberdade de ir e vir.

Paralelamente, o mesmo aplicativo pode ser utilizado como funcionalidade de fuga para indivíduos que tenham cometido algum ato infracional, ou seja, esse indivíduo exerce seu direito de ir e vir, se apropria de uma informação, fará esse também um uso significativo? Fica aqui a questão sobre a partir de quais critérios se constrói o uso significativo da informação, como se pode defini-lo, já que em alguns momentos essa é uma questão apresentada na descrição dos programas.

Outro questionamento que emerge da leitura da AC do PPGCI IBICT está relacionado ao processo de “transformação em memória, conhecimento e metaconhecimento, estratégias, decisão e ação, abrangendo a transferência da informação”. *Transformar* corresponde a um processo material em que um elemento (no caso a informação vista de forma objetiva) é modificado, tendo como resultado algo diferente do que era inicialmente. Aqui se tem o entendimento de que por meio da transferência da informação dá-se a transformação desta em memória, conhecimento e metaconhecimento, entre outros.

Considerando que essa transformação é realizada por agentes individuais e coletivos, conforme descrito no parágrafo anterior da citação, resta esclarecer sobre o que caracteriza essa transferência (quais ações e/ou processos), bem como se a

simples transferência da informação (por exemplo, a circulação de documentos, por empréstimo, downloads, entre outros) assegura que ela irá se transformar em conhecimento e ou memória.

5.1.3 Representação de eventos e atores sociais

A descrição do PPGCI da Unesp exemplifica a representação tanto genérica, quanto específica e nomeada de atores sociais envolvidos nos eventos vinculados à pós-graduação em CI: demais cursos de pós-graduação, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN).

Destaca-se que das descrições das AC apenas o PPGCI Unesp o fez dessa forma, nenhum outro programa inseriu em suas AC ou LP referência a instituições específicas. Essa listagem pode ser percebida como uma procura por se legitimar e apresentar a atualidade do programa e, também, como um marcador de autoridade:

PPGCI – Unesp - Área de Concentração: "Informação, Tecnologia e Conhecimento"

A área de concentração "Informação, Tecnologia e Conhecimento" está alicerçada nas questões de organização, gestão, mediação e uso da informação e do papel da tecnologia nos processos informativos e, permite a UNESP, contribuir significativamente para o fortalecimento da pesquisa e da capacitação docente em Ciência da Informação no país, propiciando um trabalho de cooperação e de intercâmbio de informações com os demais cursos de pós-graduação e, principalmente, com a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) e com a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN).

A princípio o PPGCI Unesp é descrito como aquele que propicia “um trabalho de cooperação e de intercâmbio de informações com os demais cursos de pós-graduação”. *Demais* é uma forma indefinida e genérica de se abordar algo. Os demais cursos são os outros cursos, são aqueles que restam (em relação aos oferecidos pela Unesp) dessa designação de pós-graduação.

A Unesp não iria descrever em sua área de concentração interlocuções precisas e detalhadas com os cursos pertencentes a outros programas, mas fato é, que se em relação a estes enquanto atores sociais no âmbito da CI, a representação foi

realizada de maneira generalizada, em relação às instituições da área, percebe-se caminho diferenciado.

Designar de forma explícita o intercâmbio de informações e, ainda o caracterizar como *principalmente*, em relação a duas importantes instituições da CI brasileira (ANCIB e ABECIN) é uma maneira de demonstrar a inserção do PPGCI Unesp em influentes arenas da CI, já que a nomeação das duas associações constitui um marcador de autoridade. Não são com quaisquer instituições que o PPGCI Unesp dialoga, mas com ANCIB e ABECIN.

A ANCIB, como descrito no capítulo 3 desta tese, é a instituição de maior representação nacional no âmbito da pesquisa e da pós-graduação em CI e, inclusive, é aquela responsável pela realização do ENANCIB – maior evento nacional em CI, cuja periodicidade é anual. O ENANCIB goza de tamanho prestígio na CI que a apresentação de trabalho no evento e, a consequente publicação de documento em seus anais, equivale, em alguns concursos para docente da área, em nível de pontuação, à publicação de capítulo de livro. Destacar o vínculo com a ANCIB é uma forma de legitimar a atuação do PPGCI Unesp no contexto da CI brasileira e de demonstrar sua inserção e representação nessa esfera.

A ABECIN, diferentemente da ANCIB, constitui associação voltada ao ensino da CI, como um espaço político no qual os/as docentes da área podem se posicionar. A ABECIN foi criada em 2001, mesmo ano em que foi desativada a instituição da qual deriva, a Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD).

Ressalta-se que a presidenta da gestão atual (2016-2019) da ABECIN é uma das professoras do PPGCI Unesp que, inclusive, atuou nas duas gestões anteriores (2010-2013 e 2013-2016) como conselheira fiscal da diretoria. Além dela, outros/as professores/as do PPGCI Unesp também integraram a ABECIN por meio de algum tipo de representação.

Logo, se mencionar a ANCIB e a ABECIN de maneira explícita na descrição da AC é um marcador de autoridade, mencionar a ABECIN também possui efeito inverso, ou seja, dado que a ABECIN não é tão legitimada quanto a ANCIB (recorde-se que esta é criada com dois anos de antecedência e com foco nos programas de pós-graduação), a menção dela na AC também serve para validá-la e conferir-lhe

representatividade na área. É uma maneira do corpo docente do PPGCI Unesp divulgar e demonstrar apoio a uma instituição que parcela dele integra, representa e legitima.

Se o PPGCI Unesp elenca seus atores com destaque para as instituições vinculadas à pesquisa, pós-graduação e ensino em CI, a UFMG o faz em relação aos principais campos profissionais com os quais a CI se articula: Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia (recorde-se o excerto da Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq reproduzido na Figura 17).

UFMG – Área de concentração: Informação, mediações e cultura

A área de concentração privilegia a interlocução entre informação, mediações e cultura. Congregando de maneira transversal e explícita as contribuições da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia e, dentro da dinâmica de produção de conhecimento da Ciência da Informação, busca estabelecer o diálogo dos saberes dessas áreas e de outras com as quais o PPGCI já estabelece relações interdisciplinares.

Sabe-se que atores são indivíduos que realizam ações, mas não se pode deixar de considerar os campos citados como atores coletivos e institucionalizados, uma vez que possuem relevância na área.

Apesar de em nível nomeado e explícito, ainda que generalizados, apenas os campos profissionais citados serem mencionados na AC do PPGCI UFMG, em sua descrição também existe a preocupação em ratificar as relações com outros campos – ainda que não explicitamente nomeados, como no trecho: “busca estabelecer o diálogo dos saberes dessas áreas e de *outras* com as quais o PPGCI *já* estabelece relações interdisciplinares”.

Nesse sentido, dá-se destaque ao marcador “já” que comunica o entendimento de que o PPGCI UFMG mantém (ou ao menos, procura expressar tal condição) relações anteriores com outras áreas, isto é, pode intensificá-las, mas elas já existem, o que demonstra que a visão de CI exercida pelo programa, apesar de citar de forma explícita a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, também procura se inserir no contexto da interdisciplinaridade.

Ainda, em nível de representação de atores, há que se considerar a maneira como o PPGCI IBICT os expressa na descrição de sua AC:

[...] Estudo das ações de informação nas quais agentes individuais e coletivos realizam processos de geração, organização, preservação,

disseminação, acesso e recuperação convencional e eletrônica e usos socialmente significativos da informação. [...].

Os agentes individuais e coletivos são representados por meio da voz ativa, já que eles realizam processos, acepção que poderia se caracterizar de maneira diferente caso o trecho fosse redigido de forma passivada. Aqui dá-se destaque ao estudo não somente das ações de informação, mas daquelas em que se vê a ação dos agentes, sejam eles individuais ou coletivos.

Recorda-se o que foi mencionado na categoria vocabulário sobre o PPGCI IBICT: no título da área de concentração do programa o conhecimento é percebido como um objetivo, uma meta e não um objeto já pronto, o que torna fundamental a descrição dos agentes como aqueles que realizam processos.

Por fim, apresenta-se no Quadro 10 uma compilação das designações empregadas para nomear os principais atores relacionados às práticas e aos processos informacionais presentes nos textos das AC e LP dos PPGCI estudados:

Quadro 10 – Formas empregadas para designar atores relacionados às práticas informacionais

PPGCI	DESCRIÇÃO
UNESP	Usuário Sujeitos cognoscentes Pessoas Sujeitos Agentes profissionais Usuários da informação
UFMG	Sujeitos Humanidade Atores sociais Mediadores Atores Leitor Grupos sociais Profissional da informação Usuário Não-usuário Consumidores Sujeitos sociais Produtores, usuários, profissionais, disseminadores, mediadores e gestores da informação Indivíduos Pessoas
USP	Usuários Usuário (individual ou coletivo)

	Receptores Grupos receptores
IBICT	Agentes individuais e coletivos

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Usuários é uma das formas mais comuns de se abordar o público-alvo de serviços de informação, corresponde a terminologia empregada em nível internacional e amplamente divulgada, como se observa no título de uma das LP do PPGCI UFMG “Usuários, gestão do conhecimento e práticas informacionais”. Em algum momento esse termo também ocorre na descrição das LP dos PPGCI da Unesp e da USP. O único programa que não o emprega na descrição de sua AC e LP é o IBICT.

O termo *receptores* é empregado na descrição de uma das LP do PPGCI USP, que o ratifica por meio da expressão *grupos receptores*. Dá-se ênfase a essa consideração porque a LP que apresenta essa designação é exatamente aquela que em nível conceitual mais se aproxima da OC, já que se intitula “Organização da informação e do conhecimento.” Os trechos nos quais essa terminologia ocorre são reproduzidos, a seguir:

As pesquisas que a integram distribuem-se nos seguintes eixos complementares:

- a) teorias e métodos de construção e organização da informação documentária para distintos receptores. Observam-se os aspectos textuais/discursivos dos objetos informacionais e os diferentes modelos de leitura, análise, condensação e representação, incluídos os modelos computacionais.
- b) a construção de linguagens documentárias e outras ferramentas de organização da informação para o acesso, recuperação e uso, observando-se características linguísticas, semióticas, terminológicas e comunicacionais, dos conteúdos documentários e dos grupos receptores, bem como de insumos tecnológicos;

As designações *usuários*, *receptores* e também *consumidores*⁸⁶ (ocorre em uma das LP da UFMG) demonstram passividade dos indivíduos em relação à informação, bem como que esta é potencialmente objetificada, já que uso, recepção e consumo são elementos que, normalmente, se referem a algum tipo de item pronto, ao recebimento de alguma entrega. Esse apontamento se torna mais claro quando observadas outras formas de designar os atores, como atores sociais, agentes

⁸⁶ Destaca-se ainda o fato de que em momento algum é feita a flexão de gênero para as designações empregadas.

individuais e coletivos, indivíduos, pessoas, sujeitos sociais e mediadores (Quadro 10).

Apesar disso, o termo *usuários* na Biblioteconomia e Ciência da Informação em geral, não necessariamente é visto com passividade, já que também compreende o indivíduo que exerce a ação de usar: o usuário de um sistema ou serviço de informação, por exemplo, é aquele que identifica/seleciona fontes que lhe interessam; que faz perguntas; que interage; que avalia. Embora o item, em si, possa estar “pronto” para o uso, cada usuário o utilizará de diferente maneira.

Todavia, como mencionado em outros momentos desta tese, os traços linguísticos contribuem para a construção dos discursos que são elementos tanto linguísticos, quanto sociais. Nesse sentido, por mais que se saiba que na CI *usuários* receba uma acepção mais ativa, ao serem designados dessa forma parcela do papel participativo que ocupam nas práticas sociais é minimizado.

5.2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Antes de finalizar essa seção, vincula-se a análise realizada ao objeto de estudo dessa tese: a representação discursiva da OC. Tomados os apontamentos descritos sobre as AC e LP apresentam-se alguns indícios relacionados à representação da OC nos PPGCI estudados:

- A imprecisão conceitual acerca do objeto da CI é semelhante ao impasse enfrentado no âmbito da OC sobre o conhecimento e a informação: se a CI explicita a informação em seu vocabulário e a toma de forma universal, na prática seu objeto se confunde, oscilando entre informação, conhecimento e outros elementos relacionados (como a cultura). A isso relaciona-se o fato de que a OC designa o conhecimento explicitamente em seu vocabulário, mas possui ações que mais se relacionam aos processos vinculados à informação, ou seja, seu objeto também varia entre o que é designado como conhecimento, informação e outros elementos afins (como documento).
- O conhecimento é compreendido na designação de algumas AC como um elemento em prol do qual se trabalha na CI, no sentido de que provém, de que é

socialmente construído, como se observa na designação do PPGCI IBICT. Isso está em consonância com a asserção de que a OC aborda “reivindicações de conhecimento”, expressa no capítulo 3 dessa tese.

- O discurso da interdisciplinaridade apresentado na descrição das LP e AC, também repercute no âmbito da OC, já que por exemplo, uma das LP da Unesp o demonstra:

A dimensão teórica que fundamenta a produção e organização da informação encontra subsídios na organização do conhecimento (notadamente em suas relações interdisciplinares com a Lógica, a Linguística, a Terminologia, a Semiótica e a Análise de Domínio) e na Teoria da Ciência (Unesp, LP: Produção e Organização da Informação).

Recorde-se que essa própria tese almeja abordar a OC sob perspectiva interdisciplinar, já que parte de uma interlocução desta com a ADC. Nesse sentido, a mesma dúvida que paira sobre a relação da CI com outras disciplinas também se acredita observar no âmbito da OC: trata-se de visão inter/multi ou trans (disciplinar).

- Por último, acredita-se que a forma como os atores relacionados às ações e práticas informacionais são representados pode repercutir nas teorias, métodos e práticas empregados para se organizar o conhecimento, já que existem diferenças entre se considerar o indivíduo que se relaciona com as práticas informacionais como usuário, receptor, consumidor, agente ou ator, em especial no sentido de que a representação dos recursos informacionais/ do conhecimento pode ou não inserir e legitimar os atores nos domínios descritos.

6 DISCURSO E REPRESENTAÇÃO NOS GRUPOS DE PESQUISA

O conhecimento é ainda mais injustamente distribuído do que as armas e a riqueza. Daí ser muito mais importante uma redistribuição do conhecimento (e em especial do conhecimento sobre o conhecimento) do que uma redistribuição dos outros principais recursos de poder; e a primeira pode levar à segunda.

(TOFFLER, A.)

No percurso desta tese em prol da descrição de como a OC está representada enquanto área de pesquisa e ensino nos PPGCI brasileiros, percebeu-se por meio da análise das AC e LP, indícios de como a CI é abordada e, também, o mapeamento de considerações introdutórias sobre a representação discursiva da OC no Brasil.

No intuito de continuar a investigação, o foco deste capítulo se volta para os grupos de pesquisa selecionados, que são definidos:

Como um conjunto de indivíduos organizados hierarquicamente em torno de uma ou, eventualmente, duas lideranças: cujo fundamento organizador dessa hierarquia é a experiência, o destaque e a liderança no terreno científico ou tecnológico; no qual existe envolvimento profissional e permanente com a atividade de pesquisa; cujo trabalho se organiza em torno de linhas comuns de pesquisa que subordinam-se ao grupo (e não ao contrário); e que, em algum grau, compartilha instalações e equipamentos. O conceito de grupo admite aquele composto de apenas um pesquisador e seus estudantes. (DIRETÓRIO dos Grupos de Pesquisa no Brasil – Lattes, glossário, 2016?).

O Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, conforme exposto no capítulo 2, constituiu a fonte para extração dos textos utilizados nas análises desta parte da tese. Em relação à descrição dos GP no Diretório, por se tratar de uma base de dados com campos previamente definidos, a ideia inicial que se tinha era a de que os textos recuperados apresentariam mais regularidades, ainda que tenham sido selecionados sob o entendimento da heterogeneidade presente na OC.

Percebeu-se que o preenchimento de campos relacionados aos tópicos de *Identificação*, *Endereço/Contato* e *Recursos humanos* foi realizado de maneira bastante semelhante, sem criatividade, uma vez que se caracterizam por informações com formato prévio.

Em contrapartida, os campos relacionados ao tópico *Repercussões dos trabalhos do grupo* mostraram ampla variedade de informações. Nestes, ora se recuperaram textos de caráter mais descritivo, com informações referentes às temáticas pesquisadas, às parcerias estabelecidas e à atuação dos membros dos grupos (ver Anexo B); ora se recuperaram informações de cunho indicativo, com a menção de publicações e eventos em que os/as integrantes dos grupos participaram.

O comentário anterior relacionado à diversidade de informações recuperadas também se aplica para as *linhas de pesquisa*, uma vez que elas podem ser descritas mais amiúde, por meio de objetivos e palavras-chave. O campo dos *objetivos* tem

preenchimento muito variado, ora descritivo, ora enumerativo, já as *palavras-chave* são formadas por termos e expressões que, em alguns casos, consistem na repetição do título da LP a que estão relacionadas.

Esses comentários não são realizados em defesa de um modelo hermético de preenchimento, mas sim para contextualizar a estrutura localizada no universo textual que possibilitou a realização da análise. Contudo, acredita-se que o espaço destinado à apresentação dos GP na base de dados do CNPq possa ser melhor aproveitado pelos/as líderes dos grupos, já que foram localizados textos com poucas informações, campos sem preenchimento, data de atualização antiga, entre outras questões.

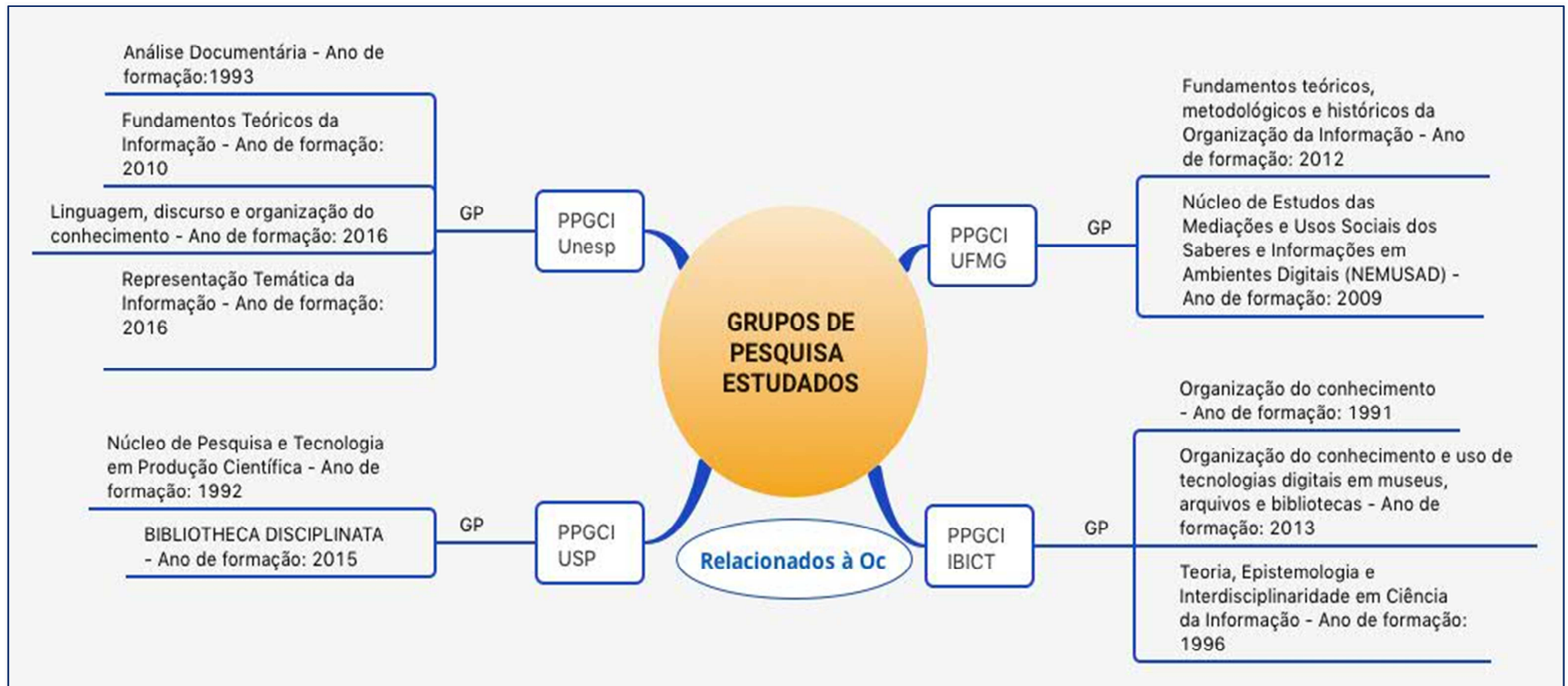
Na citação acima, em que consta a definição de GP, observa-se a informação de que deve existir envolvimento profissional e permanente do/a líder e dos/as integrantes do grupo com a atividade de pesquisa. A representação das ações do grupo na base de dados do CNPq é um dos fatores que se relaciona a esse envolvimento, já que possibilita a divulgação e o compartilhamento de informações importantes sobre as pesquisas desenvolvidas e, conseqüentemente, relacionadas à evolução e ao desenvolvimento das áreas do conhecimento abordadas.

Há que se considerar também que os GP competem entre si no desenvolvimento de pesquisas e também na captação de recursos financeiros e de pessoal. Os GP delimitam seus espaços inclusive por meio das nomeações que fazem, já que, por exemplo, o enfoque em objetos com maior destaque contemporâneo pode facilitar o recebimento de recursos e a melhor colocação nos processos avaliativos.

Sob essa perspectiva, o objetivo deste capítulo é descrever, analisar e discutir a representação da OC presente nos grupos de pesquisa selecionados, com base nas mesmas categorias sociodiscursivas da ADC aplicadas às AC e LP dos PPGCI. Para tanto, esta parte está estruturada por essas informações introdutórias e, por outras 4 seções, sendo que as 3 primeiras correspondem às categorias de análise e, a última seção, na síntese das considerações primordiais observadas no decorrer da escrita.

Feitas essas considerações, são apresentados os títulos e o ano de formação dos grupos de pesquisa estudados, conforme a Figura 18, a seguir:

Figura 18 – Grupos de pesquisa estudados em relação aos PPGCI



Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

6.1 VOCABULÁRIO E SIGNIFICADO DA PALAVRA

Fairclough (2003) aponta que as palavras podem ser consideradas de maneira isolada em um texto, mas que normalmente a relação que possuem com o contexto em que se inserem é um elemento primordial para a compreensão da acepção sociodiscursiva em que são empregadas. Nesse sentido, as considerações apresentadas sobre essa categoria privilegiam a texturização das palavras e das expressões analisadas no contexto em que se inserem.

Essa atividade é realizada por meio de dois aspectos principais relacionados à OC que sobressaíram na análise do universo textual, a saber:

- a) *Termos e expressões adotados na descrição dos grupos de pesquisa;*
- b) *Aspectos sobre a Organização da Informação e a Organização do Conhecimento.*

a) Termos e expressões adotados na descrição dos grupos de pesquisa

No capítulo 5, observou-se o uso de termos vinculados a objetos da CI no âmbito das AC e LP, em especial os vocábulos *informação, conhecimento, cultura e tecnologias*. Na descrição dos GP é percebida variedade de termos relacionados aos objetos, processos e instrumentos da OC. Normalmente, cada grupo traz à tona em sua descrição terminologia relacionada, com significado convergente, mas descrita de forma diferenciada.

Foram selecionados como elementos centrais para ilustrar a Figura 19, apresentada a seguir, *a informação, o conhecimento e os saberes*, elementos percebidos em vários GP e que configuram os principais universos dos quais emergiram os objetos que, em nível mais concreto, configuram os estudos e as práticas da CI nos textos analisados.

Figura 19 – Principais objetos relacionados à OC identificados nos GP



Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

Se *informação* e *conhecimento* estão historicamente relacionados na CI de tal forma que a ação de os organizar acaba por se confundir, a palavra *saberes* apresentada, inclusive, como se observa, no plural, não é tão comum na representação discursiva da área. *Saberes* e *conhecimentos*, conforme abordagem teórica apresentada no capítulo 3, são termos semanticamente próximos, mas a utilização conjugada deles não é comum nas descrições da CI ou da OC. *Saberes* e *informação* não são termos tão próximos semanticamente e também não são costumeiramente utilizados juntos nas descrições da CI e da OC.

Contudo, a palavra *saberes* foi recuperada nas AC, LP e GP de alguns programas, como os da Unesp, UFMG e USP. A forma pela qual a palavra foi empregada está relacionada ao entendimento amplo e plural de conhecimento, como constructo social e, também, possibilita a compreensão de cultura em um sentido abrangente, o que se alia à presença desta no título das AC e LP descritas no capítulo anterior.

Em relação aos GP, um deles apresenta a palavra *saberes* em seu título: “Núcleo de Estudos das Mediações e Usos Sociais dos Saberes e Informações em Ambientes Digitais (NEMUSAD)”, aliada à informação. Na descrição das repercussões dos trabalhos do grupo os *saberes* são designados como sociais, já no detalhamento

das LP pôde-se observar que essa abordagem mais ampla dos *saberes* se vincula à cultura informacional, às trocas, à mobilidade e ao nomadismo informacional.

O GP – “Bibliotheca Disciplinata” também emprega a palavra *saberes* na descrição de suas repercussões. O GP se dedica ao estudo da *Bibliografia*, mas não apenas considerando-a como um produto técnico e, sim, elemento social, mediador de significado, interpretável, o que vai ao encontro da acepção mais abrangente que a palavra *saberes* possibilita.

Repercussões dos trabalhos do grupo: [...] A Bibliografia é constituída por dimensões teóricas, práticas e discursivas voltadas ao registro, preservação, organização, disseminação e mediação da informação e dos saberes.

LP: Organização e Mediação da Informação e do Conhecimento. Objetivos: Nas tarefas da bibliografia cabe registrar e explicar as formas materiais mediadoras de significado, definindo assim uma disciplina interpretativa, não meramente descritiva, cabendo, em seu âmbito, toda estrutura de significado documentável e interpretável. Por sua natureza, interessa-se dos textos como produtos sociais e que as dinâmicas humanas e institucionais de sua produção, circulação e apropriação devem ser observadas como campo de atuação além de meras concepções técnicas e tecnológicas. (GP – “Bibliotheca Disciplinata”).

De maneira geral, a ocorrência da palavra *saberes* se deu associada à *informação* e, sob algum aspecto relacionada ao processo de *mediação*, como em “mediação dos saberes e informações”. Por esse ângulo, os *saberes* podem ser percebidos como elementos que complementam a perspectiva prevalente na CI em associar *informação* e *conhecimento* (como objetos principais) a processos específicos, fato que se observa na maioria dos GP.

Acredita-se que a qualificação por meio da palavra *saberes* está relacionada às limitações de significado decorrentes da forma pela qual o *conhecimento* é frequentemente referenciado no contexto contemporâneo, em especial no âmbito científico, inclusive na CI. Sob essa perspectiva, o *conhecimento* se vincula a teorias e metodologias específicas, restringindo sua abrangência a outras formas de saber que não possuam o mesmo prestígio.

Saberes é um termo que tem sido resgatado nos últimos anos, sobretudo, nos estudos das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, pois possibilita compreensão menos hierarquizada e elitista. Com isso, se integra ao escopo da CI e, conseqüentemente, da OC, outras possibilidades de objetos, como os saberes tradicionais, não necessariamente aliados às posturas hegemônicas dos

conhecimentos acadêmicos e desprovidos de metodologias científicas ou replicáveis em massas, voltados à oralidade e outras instâncias.

Pode-se ainda compreender o uso do termo *saberes* como uma nova forma de designar parcela dos estudos que a área já compreende e reconhece, com o diferencial de serem agora discursivamente explícitos em sua descrição. Incorporar um termo mais abrangente e socialmente inclusivo aos objetos da OC contribui para que se rompa o ciclo de associá-la predominantemente ao conhecimento enquanto um elemento cientificamente produzido e privilégio de algumas instâncias.

Em continuidade à análise da Figura 19, a partir dos três elementos destacados (*informação, conhecimento e saberes*), percebe-se que os GP apresentam outros objetos a que se dedicam, em nível mais concreto e pragmático, comuns de serem referenciados em relação à OC, como *documentos, acervos, revistas científicas, teses e dissertações, livros, obras raras, textos, imagens*, bem como os *catálogos online e registros de bases de dados e sistemas de informação*.

Contudo, também são mencionados os *equipamentos culturais* e as *redes sociais* que remetem à compreensão mais abrangente de *saberes* e, também, à presença da cultura e das tecnologias na descrição das AC e das LP, conforme observado no capítulo 5. Nessa ótica, a proposta da OC descrita no capítulo 3, em que ela se refere a registros potencialmente informativos e que apresentam reivindicações de conhecimento, pode ser ampliada no sentido de abranger reivindicações de conhecimentos e saberes, individual e coletivamente construídos, em diferentes ambientes.

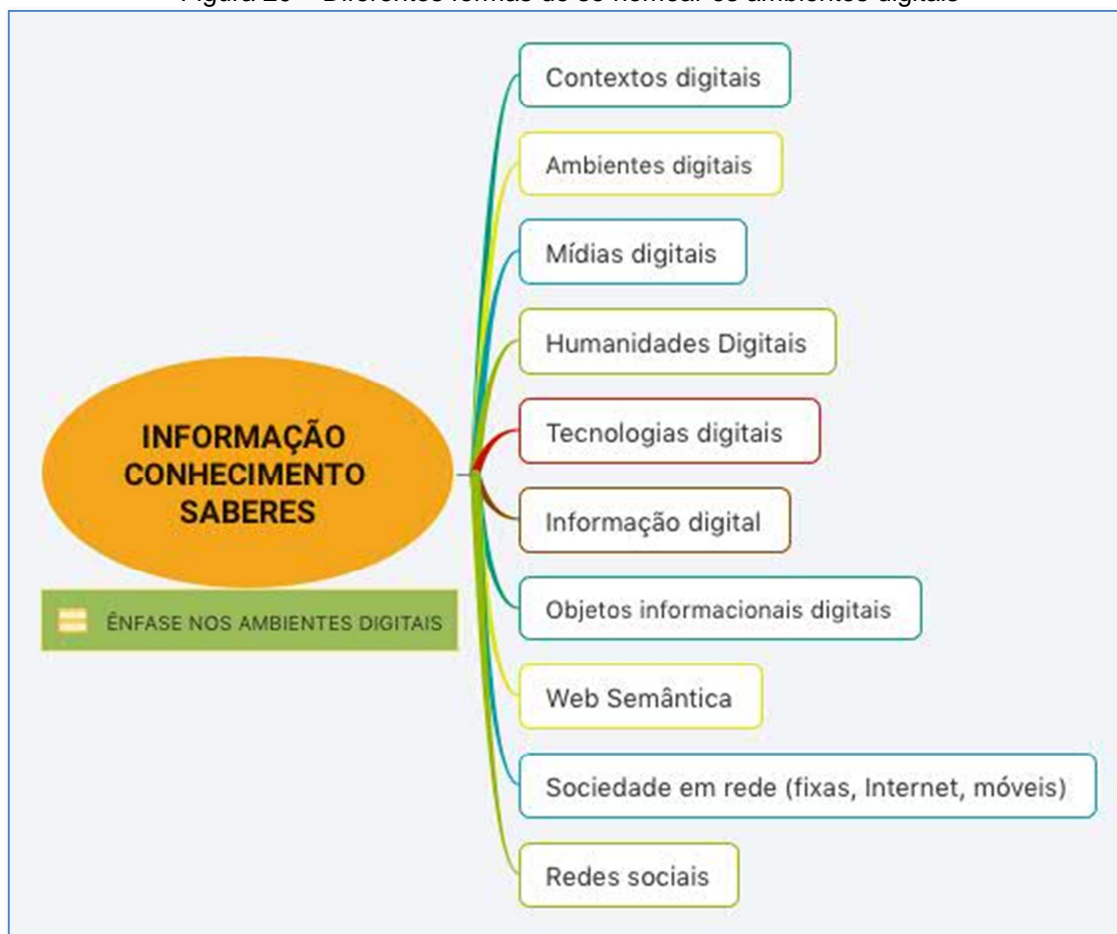
Os *acervos* são mencionados na Figura 19 e como se referem a conjunto de documentos, de diferentes tipos, estão relacionados a uma ampla gama de instituições de memória. Apesar de historicamente serem relacionados ao meio impresso, os *acervos* também são empregados em relação ao ambiente digital. O *documento* e suas formas mais específicas de designação, sobretudo, aquelas vinculadas à Biblioteconomia (*livros, publicações científicas, obras raras, teses*), também foram recuperados na descrição dos grupos.

Observa-se ainda a presença de outros itens, como as *imagens*; os *equipamentos culturais*; os *objetos museológicos* e, também, as *redes sociais*, já citadas. Os

objetos são também designados em prol do suporte/meio/ambiente nos quais se realizam, como se vê na descrição dos *objetos informacionais impressos e digitais*.

Nesse sentido, emergem dos grupos observados contextos nos quais as atividades vinculadas à OC são realizadas, com destaque para o contexto/ambiente digital, expresso por meio de nomenclatura variada, conforme a Figura 20 ilustra:

Figura 20 – Diferentes formas de se nomear os ambientes digitais



Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

Um dos GP estudados, por exemplo, menciona em suas repercussões a alteração de seu título, no ano de 2011, marcada pela inserção da palavra *tecnologia*:

O Núcleo de Pesquisa em Produção Científica e *Tecnologia* (CPT) substituiu em janeiro de 2011 o antigo NPC (Núcleo de Pesquisa em Produção Científica) que iniciou suas atividades em 1992, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da análise e difusão da produção científica na área de Ciência da Informação (CI). O CNPq vem apoiando desde 1993 os projetos desenvolvidos na linha de pesquisa de produção e comunicação científica que ampliaram o escopo inicial dos estudos centrados na literatura cinzenta. [...] (GP – “Núcleo de Pesquisa em Produção Científica e Tecnologia”, repercussões dos trabalhos do grupo).

As ações do GP citado enfatizavam, quando de sua criação na década de 1990, a análise da produção científica da CI, sobretudo, a *literatura cinzenta* que, com as transformações tecnológicas e sociais vivenciadas nas últimas décadas, sofreu mudanças significativas. Se antes esse tipo de documento era de difícil recuperação, com a ascensão dos catálogos online e dos repositórios digitais de acesso aberto à informação científica, eles receberam maior visibilidade e se tornaram mais acessíveis.

A relevância das tecnologias para os trabalhos do grupo se torna ainda mais clara por meio da utilização do processo *evoluir*, conforme expresso no trecho a seguir:

A análise das características das dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação em CI e das comunicações apresentadas nos principais eventos da área (CBBB, SNBU e ENANCIB) *evoluiu* para o estudo sobre as estruturas e produção dos Grupos de Pesquisa e das Redes sociais, incorporando atualmente também os estudos de ontologias e suas respectivas metodologias. (GP – “Núcleo de Pesquisa em Produção Científica e Tecnologia”, repercussões dos trabalhos do grupo).

A presença de elementos vinculados ao contexto digital é também ratificada na descrição das LP do GP, inclusive, por meio de uma delas dedicada aos problemas da era digital no âmbito das humanidades e, outra, às ontologias:

LP – Humanidades Digitais

Objetivo: Problematizar, debater e dialogar com problemas da era digital, colocando o papel das Humanidades na academia e na sociedade.

Palavras-chave: Vocabulários controlados; Informetria, Cienciometria, Bibliometria e Webometria; Web semântica; Agentes Inteligentes; Inteligência Competitiva; Mídias digitais.

LP – Ontologias

Objetivo: Pesquisar aspectos teóricos, metodológicos e práticos que se referem às Ontologias.

Palavras-chave: Ontologias; Ontologias digitais. (GP – “Núcleo de Pesquisa em Produção Científica e Tecnologia”, repercussões dos trabalhos do grupo).

As ontologias constituem uma das possibilidades dos sistemas de organização do conhecimento (SOC) e vem recebendo nos últimos anos grande atenção devido às relações semânticas que possibilitam, bem como pela estrutura tecnológica que as ampara, uma que vez são primordialmente legíveis por computadores.

Ressalta-se que apesar do crescimento das pesquisas sobre ontologias, o processo de construção desses instrumentos ainda é bastante dispendioso e implica participação de equipe multidisciplinar. Além dos requisitos computacionais

(sobretudo, o entendimento da Web Semântica) são necessários esforços no desenho do domínio representado (especialistas).

De maneira específica a OC, dá-se destaque à representação do contexto digital presente na descrição do GP – “Organização do conhecimento e uso de tecnologias digitais em museus, arquivos e bibliotecas”:

Repercussões dos trabalhos do grupo: O grupo de pesquisa tem como objetivo a investigação de questões relacionadas à organização e representação do conhecimento e o uso de tecnologias digitais com um foco especial na área cultural. A concepção e desenvolvimento de bibliotecas, arquivos e museus digitais estão entre os principais objetos de estudo. O grupo aborda questões relativas às normas e padrões de digitalização; organização e representação da informação e do conhecimento; armazenamento de objetos digitalizados; preservação digital; distribuição e divulgação da informação digital. (GP – “Organização do conhecimento e uso de tecnologias em museus, arquivos e bibliotecas”, repercussões dos trabalhos do grupo).

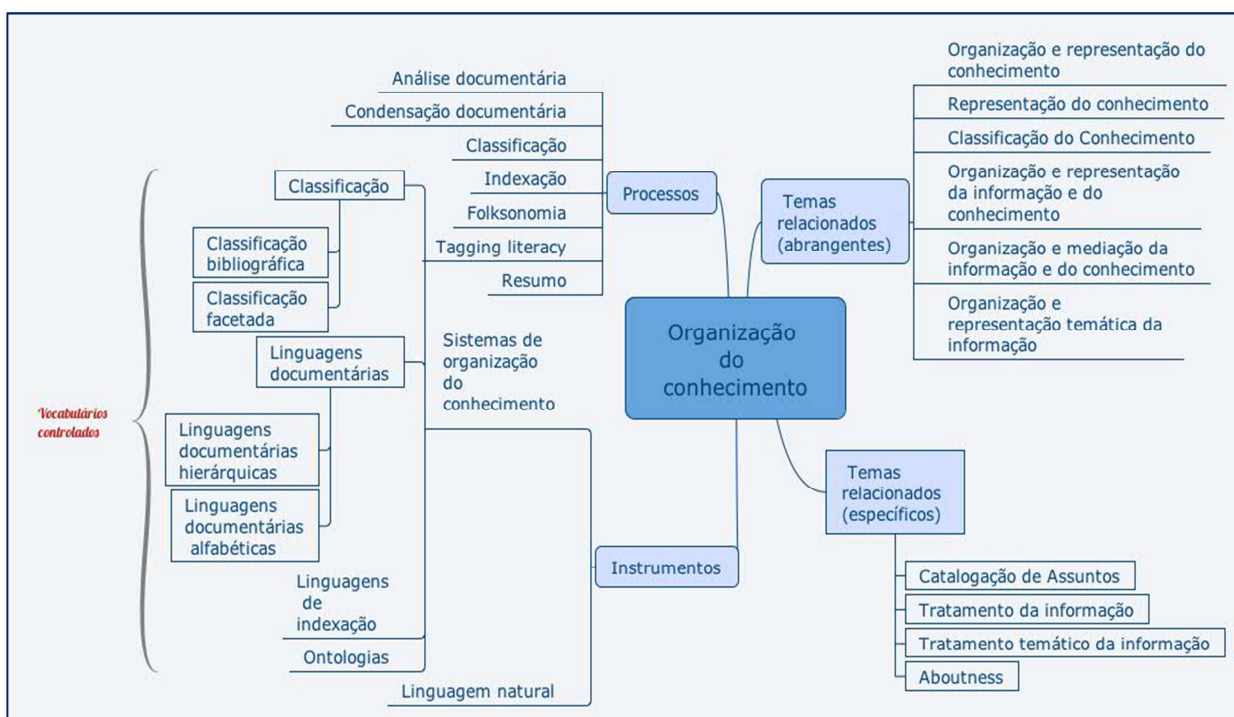
Tecnologias digitais; bibliotecas, arquivos e museus digitais; digitalização; objetos digitalizados; preservação digital; informação digital: expressões e termos que enfatizam o escopo de atuação do grupo, inclusive, no tocante a lugares historicamente relacionados à CI e, nos quais se exercem ações e processos vinculados à OC, independente do ambiente – bibliotecas, arquivos e museus.

Sob essa perspectiva, se o uso do termo *saberes* amplia o escopo da OC, a afirmação do contexto digital “com foco especial na área cultural” também o faz, com o diferencial de abranger simultaneamente três tendências observadas em relação à OC: a ampliação de seus objetos, do ambiente que atua e de suas práticas.

A primeira se refere à diversidade de *conhecimentos* e *saberes* que se acredita ser uma forte tendência da OC, exemplificada, por exemplo, pelo foco na área cultural. A segunda se volta para as possibilidades oriundas das tecnologias de informação e comunicação, isto é, a adequação da área ao ambiente digital. Por fim, dá-se destaque à ampliação das práticas da OC decorrente, em parte, da interação entre as duas tendências já citadas: em nível de escopo (novas aplicações) e em nível de reconstrução de suas práticas adaptando-as a novos ambientes.

Outro aspecto percebido se refere à pluralidade de termos e expressões relacionados à OC empregados na descrição dos GP, sob o sentido de que a área aborda a modelização de domínios do conhecimento. Muitos nomes para ações e práticas semelhantes, como a Figura 21 expressa:

Figura 21 – Pluralidade de termos e expressões relacionados à OC



Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

A nomenclatura empregada para designar a OC ou os temas a ela relacionados em nível abrangente é permeada pelos processos de *representação*, *classificação* e *mediação*, além da presença da *informação*. Em relação à última pouco se tem a acrescentar, já que a imprecisão terminológica existente entre a *informação* e o *conhecimento* é reconhecida na CI e já foi mencionada em outros momentos.

Sobre a *representação*, conforme abordado no capítulo 3, vê-se que em algumas instâncias da CI os termos *organização* e *representação* são adotados juntos, com forte interação, apesar de em nível histórico a expressão *Organização do Conhecimento* ter sido pioneira e ser mais consolidada. A OC constituiu-se ao longo do tempo como uma espécie de guarda-chuva em que vários processos estão contemplados, entre os quais está a *representação*.

Ainda assim, a palavra *representação* é utilizada junto com a *organização* em algumas instâncias, como no GT-2 do Enancib, em grande parcela dos trabalhos do PPGCI Unesp e, também, em algumas passagens do universo textual analisado. O que se observa é que quando a *Organização do Conhecimento* é mencionada sem a palavra *representação* ela proporciona entendimento mais abrangente que quando é

empregada aliada a esta. Normalmente, nos trechos em que ocorrem juntas observa-se ênfase nos SOC e em perspectivas das Ciências da Linguagem.

Contudo, acredita-se que a OC por ser uma terminologia já reconhecida na CI e por abranger vários processos, tão relevantes o quanto a *representação* o é, não requer que outro termo seja acrescido a sua descrição. A ação de *analisar* é uma das que mais se destacam no processo de organização, por exemplo, já que nem SOC e nem metodologias são construídos sem que o/a profissional da informação se empenhe a realizá-la. Apesar disso, não se recuperou no universo textual algum grupo que se propusesse a trabalhar as ações de *organização e análise do conhecimento*.

Nesse sentido, não se entende por necessário empregar expressões diferentes de Organização do Conhecimento para designar o conjunto de estudos que a área contempla, antes considera-se de fundamental relevância circunscrever as ações e processos que engloba.

Em relação aos temas mais específicos relacionados à OC, percebe-se no uso das expressões *tratamento da informação* e *tratamento temático da informação* o legado da dicotomia existente entre a OC e a OI em alguns estudos, como no de Brascher e Café (2009).

As autoras afirmam que a OI está relacionada aos objetos informacionais e vincula-se ao entendimento de que “a informação é uma forma material de existência do conhecimento” (BRASCHER; CAFÉ, 2008), isto é, envolve a representação descritiva e a representação temática no âmbito dos processos desenvolvidos na CI. A OI é corporificada pela descrição e individualização de objetos informacionais ou do conjunto desses objetos, de forma que o profissional da informação pode realizar o tratamento da informação (em sentido amplo, descritivo ou temático), ou ainda, o tratamento temático da informação, que se tomado sob o documento em sentido individual está relacionado à OI.

Sobre os instrumentos e processos descritos na Figura 21, menciona-se a *classificação*, que constitui tanto um processo realizado na OC, quanto um dos instrumentos dos quais a área se vale. Nesse sentido, dá-se destaque à presença do termo *classificação* na descrição do GP – “Linguagem, discurso e organização do conhecimento”, uma vez que conforme referencial teórico e pressupostos desta

pesquisa, é uma das linhas históricas da Biblioteconomia, com forte influência no desenho da OC.

Inclusive na descrição do GP são apresentados dois projetos que estudam aspectos conceituais e metodológicos da *classificação* por meio da literatura da OC presente na ISKO. São eles:

O conceito de classificação na Ciência da Informação: uma análise da literatura sobre organização do conhecimento no universo da International Society for Knowledge Organization - ISKO (2014-).

Perspectivas metodológicas na pesquisa sobre classificação: uma análise da literatura sobre organização do conhecimento no universo da International Society for Knowledge Organization - ISKO (2014-). (GP – “Linguagem, discurso e organização do conhecimento”, Linhas de pesquisa).

Se o título dos projetos se dedica ao conceito da *classificação* (primeiro) e às perspectivas metodológicas na pesquisa da *classificação* (segundo), o subtítulo explica esse empenho no âmbito da análise da literatura sobre a OC na ISKO. Em síntese, para se estudar o conceito ou as metodologias vinculadas à *classificação* o universo escolhido se refere à OC, o que a nosso ver demonstra como os discursos da OC e da *classificação* estão imbrincados, fato esse aliado à maneira como os vocábulos são empregados na descrição do grupo.

Já em relação à expressão *análise documentária* ressalta-se que, apesar de consistir em um processo, também foi empregada para nomear um dos GP do PPGCI Unesp. O GP – “Análise Documentária” foi o único a apresentar a forma adjetivada de documento que, até então, só havia sido empregada na descrição de uma das LP do PPGCI USP e, inclusive, não ocorreu na descrição da AC ou das LP do PPGCI Unesp.

Além do título, em outros momentos da descrição do GP, são apresentadas expressões vinculadas à *análise documentária*, que figura como espécie de hipônimo, a saber: *modelo de leitura documentária*, *leitura documentária*, *estratégias de leitura documentária*, *condensação documentária* e *linguagens documentárias*.

A *análise documentária* remonta aos estudos europeus da Biblioteconomia e CI, em especial os de linha francesa⁸⁷, baseados nos trabalhos do arqueólogo Jean-Claude

⁸⁷ A vinculação de parcela dos estudos originários das escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, em São Paulo, a teóricos/as europeus/eias não é novidade, em especial devido aos trabalhos desenvolvidos pelo GP TEMMA, no âmbito da USP.

Gardin (KOBASHI, 1996), ao qual, inclusive, é atribuído pioneirismo no uso da expressão. Os estudos em *análise documentária* marcam uma das possibilidades de aproximação da OC com a linguística, uma vez que se caracterizam como “ramo industrial da análise de textos” (KOBASHI, 1996, p. 7).

A análise documentária consiste, grosso modo, na análise temática de um documento, sendo que esse mesmo processo (ou atividades semelhantes a ele) é nomeado em outros PPGCI, GP, projetos e, também, na literatura da área de maneira diversificada, como indexação, catalogação de assuntos, tratamento temático da informação, análise de assunto, análise temática, entre outros.

A representação nomeada e específica de um GP, como se percebe no grupo citado, indica, em nível discursivo, o tipo de abordagem enfatizada e, mesmo, as teorias e escolas nas quais os indivíduos a ele relacionados se fundamentam. Dá-se destaque ao fato de que apesar de se enfatizar a *análise documentária* na descrição do grupo, em outros momentos da descrição são apresentadas expressões de significação relacionada, como *tratamento da informação* e *indexação* que, não necessariamente, possuem origem ou sejam frequentes nos estudos franceses da Biblioteconomia e CI.

Ademais, se recorda, conforme exposto no capítulo 3, a acepção mais abrangente atribuída aos documentos pelos documentalistas: “os documentos estão mais relacionados com o conceito e a teoria semiótica (o campo sobre os sinais), o que pode se revelar um quadro teórico mais frutífero para OC”⁸⁸ (HJØRLAND, 2008, p. 96).

Soma-se a isso as diferentes designações atribuídas aos objetos de estudo do grupo ao longo de sua descrição, relacionadas a bibliotecas e arquivos, como documentos científicos, documentos técnicos de distinta natureza, documentos jurídicos, textos narrativos e de ficção, livros e imagens. Nesse sentido, se o título do grupo apresenta um processo – ‘análise’, aplicado a um escopo abrangente – ‘documentária’, à medida que as repercussões e linhas de pesquisa são descritas os objetos de trabalho são apresentados em nível mais específico.

⁸⁸ “Documents are more related to the concept and theory of semiotics (the field about signs), which may turn out to be a more fruitful theoretical frame for KO”.

Por fim, menciona-se a presença do termo *folksonomia* e das expressões *tagging literacy* e *linguagem natural* na Figura 21, as quais se relacionam à identificação nos parágrafos anteriores do aumento do escopo da OC, bem como a presença do contexto digital nos vários processos relacionados à OC descritos.

Apresentadas essas considerações sobre os termos e as expressões que sobressaíram nos textos analisados, aborda-se outro aspecto vinculado ao vocabulário percebido e que interessa a esta tese: a representação de aspectos relacionados à OI e à OC nos GP.

b) Aspectos sobre a Organização da Informação e a Organização do conhecimento

Em relação a este item, destaca-se o GP – “Fundamentos teóricos, metodológicos e históricos da Organização da Informação” que, apesar de descrever atividades mais próximas da OI se comparadas à OC, foi escolhido para análise devido à estruturação dos outros GP relacionados ao PPGCI UFMG.

O GP citado apresenta de forma explícita questões relacionadas à OI, por exemplo, é o único a mencionar explicitamente a *catalogação*, sob a ótica da OI, já que o GP – “Representação temática da informação”, apresenta a expressão *catalogação de assuntos*⁸⁹ que se volta mais para a OC.

A *catalogação* que também é designada como representação descritiva (e, ainda, no âmbito da Biblioteconomia, como representação bibliográfica) é uma das principais frentes de estudo e de práticas da OI, já que está relacionada à eleição de metadados e a forma como descrevê-los em catálogos e sistema de informação, entre outros ambientes. Para Mey (2003), desde o final da década de 1990, a representação deslocou seu cerne do item para o usuário.

A proposta dos estudos da catalogação é apontada como o ponto de partida do grupo – “inicialmente centrados nos teóricos e nos princípios normativos da Catalogação” –, de maneira que no decorrer da descrição das atividades do GP outras questões relacionadas à OI são apresentadas, como se observa no excerto a seguir:

⁸⁹ Expressão que inclusive está descrita na Figura 24, p. 167.

Quadro 11 – Excerto da descrição do GP – “Fundamentos teóricos, metodológicos e históricos ...”
 Repercussões dos trabalhos do grupo: O grupo, composto por professores e alunos de graduação e de pós-graduação, com sede na Escola de Ciência da Informação da UFMG, reúne-se desde 2012 em encontros para leitura de textos e debates em torno dos fundamentos da *organização da informação*, inicialmente centrados nos teóricos e nos princípios normativos da *Catálogoação*. [...] (GP – “Fundamentos teóricos, metodológicos e históricos da Organização da Informação”).

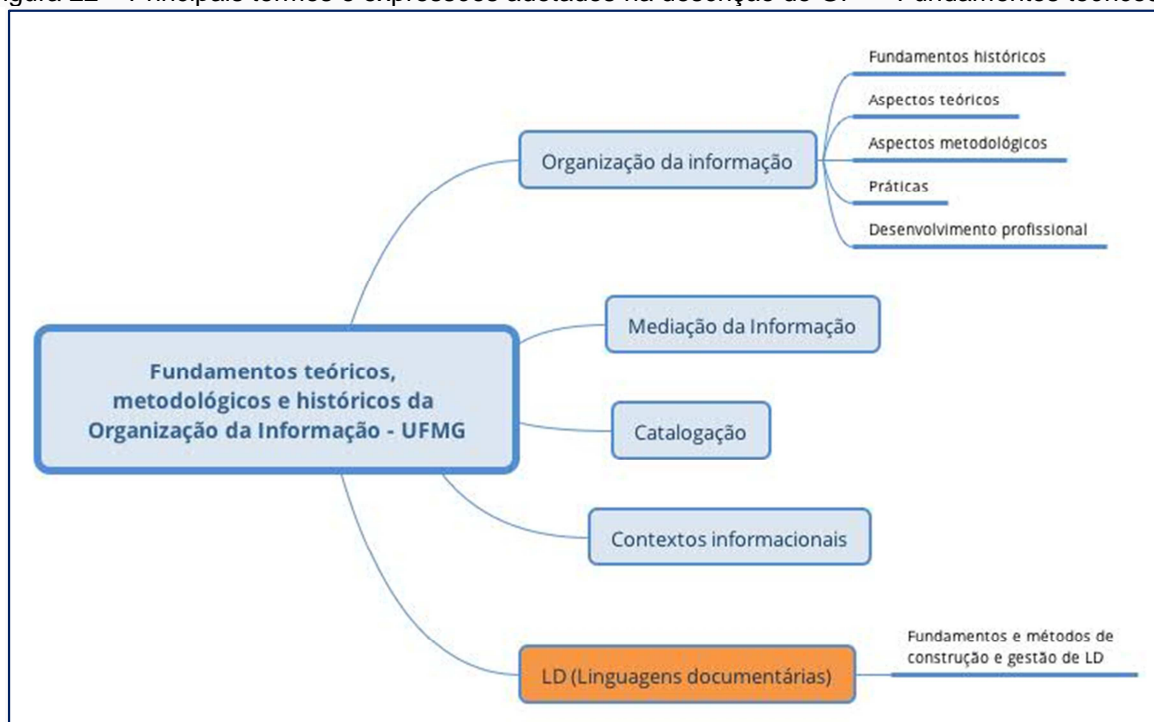
Linhas de Pesquisa	Objetivo	Palavras-chave
<i>Fundamentos históricos da Organização da Informação</i>	<i>Explorar fundamentos teóricos e metodológicos da organização da informação</i> na perspectiva de sua constituição histórica em torno dos campos da Bibliologia, Bibliografia, da Biblioteconomia, da Documentação e da Ciência da Informação, [...]	– Relações: Bibliografia/Biblioteconomia/Doc./CI – <i>Aspectos teóricos e metodológicos da OI</i> – <i>Aspectos históricos da organização da informação</i>
<i>Fundamentos teóricos e metodológicos da Organização da Informação</i>	Explorar <i>aspectos teóricos e metodológicos da OI</i> no que tange à <i>ordenação de documentos</i> , à produção e gestão de registros de bases de dados e à produção e gestão de linguagens documentárias. [...]	– <i>Aspectos teóricos e metodológicos da OI</i> – <i>Teorias e métodos de Catálogoação</i> – Fundamentos e métodos de construção e gestão de LD

Fonte: Coletado pela autora no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, 2016.

Dá-se destaque aos “aspectos teóricos e metodológicos da OI”, “aspectos históricos da organização da informação”, “Teorias e métodos de Catálogoação” e, também, ao trecho em que é mencionada à ordenação dos documentos – “Explorar aspectos teóricos e metodológicos da OI no que tange à ordenação de documentos, à produção e gestão de registros de bases de dados [...]”.

O grupo, dessa forma, constrói um conjunto semântico de elementos vinculados à OI, o que inclusive se reflete no fato de que a OC não é mencionada em momento algum de sua descrição, diferentemente do que se observou em outros grupos, em especial relacionados aos demais programas estudados. Sequer a palavra conhecimento ocorre na descrição do GP. Vê-se uma coerência grande em relação ao vocabulário com o escopo previsto no título e nas repercussões dos trabalhos do grupo, conforme a Figura 22 expõe:

Figura 22 – Principais termos e expressões adotados na descrição do GP – “Fundamentos teóricos...”



Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

Contudo, se considerada a clássica divisão conceitual entre OI e OC, mencionada no capítulo 3, em que a OI aborda elementos descritivos e a OC se volta para a modelização de domínios do conhecimento (ação relacionada à produção de Sistemas de Organização do Conhecimento e aos Processos de Organização do Conhecimento), vê-se que o GP também colide em termos e ações divisórias entre essas áreas (ver destaque na Figura 22 acima). Cita-se o trecho:

Explorar aspectos teóricos e metodológicos da OI no que tange à ordenação de documentos, à produção e gestão de registros de bases de dados e à produção e gestão de linguagens documentárias.

[...]

Fundamentos e métodos de construção e gestão de LD.

“Produção e gestão de linguagens documentárias” são atividades características da OC, conforme a definição de Hjørland (2008), apresentada no capítulo 3 – “A OC como campo de estudo diz respeito à natureza e a qualidade dos processos de organização do conhecimento (POC), bem como os sistemas de organização do conhecimento (SOC)”, considerando-se as linguagens documentárias como um dos tipos de SOC.

Além do grupo citado, outros também expressam considerações semelhantes em relação à OI e à OC. O GP – “Fundamentos teóricos da Informação - UNESP”, por exemplo, se dedica a vários aspectos da OC, mas na descrição de duas de suas LP acaba por colocar suas ações vinculadas tanto à OC, quanto à OI:

Quadro 12 – Excerto da descrição do GP – “Fundamentos teóricos da Informação”

Linhas de Pesquisa	Objetivo	Palavras-chave
<u>Teorias Críticas em Organização da Informação e do Conhecimento</u>	Parte-se dos descendentes da Escola de Frankfurt (Adorno, Horkheimer, Marcuse, et al) e Habermas para uma definição ampliada das teorias críticas, incluindo pós-estruturalismo, teoria feminista, teoria pós-colonial, teoria racial crítica, pós-colonialismo, etc., tendo em vista a possibilidade de sua aplicação às <i>questões ligadas à organização da informação e do conhecimento, mais especialmente no que se refere ao tratamento temático.</i>	<ul style="list-style-type: none"> – Teorias da Linguagem – <u>Organização do Conhecimento</u> – Teoria Crítica – Filosofia da Linguagem – Escola de Frankfurt
Teorias Semióticas	Investigar as teorias semióticas nas abordagens estruturalista, peirceana e russa na configuração epistemológica dos estudos da informação, dos <u>processos de representação, da organização da informação e da organização do conhecimento.</u>	<ul style="list-style-type: none"> – Semiótica – Semiótica da Cultura – <u>Organização da Informação</u> – Linguística – <u>Organização do Conhecimento</u> – Semiologia

Fonte: Coletado pela autora no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, 2016.

Como expõe o Quadro 12, a LP *Teorias Críticas em Organização da Informação e do Conhecimento* descreve em seu objetivo o vínculo com “as questões ligadas à organização da informação e do conhecimento, mais especialmente no que se refere ao tratamento temático”, o que traz o entendimento de que as ações voltadas para o assunto/tema são retratadas pela OC e pela OI. Isso já invalida algumas propostas teóricas existentes que distinguem essas áreas por meio do entendimento de que a OI se dedica à representação descritiva da informação e a OC à representação temática.

Já na LP *Teorias Semióticas*, a OI e OC também são referidas na descrição dos objetivos, mas de maneira diferente, já que a ênfase dada não se volta apenas ao processo de organização, mas também ao de representação: “Investigar as teorias semióticas [...] *dos processos de representação, da organização da informação e da organização do conhecimento.*”

Os GP – “Organização do Conhecimento” e GP – “Organização do conhecimento e uso de tecnologias digitais em museus, arquivos e bibliotecas”, cujas lideranças são de docentes do IBICT, se dedicam de forma mais acentuada a questões vinculadas à OC – o que é ratificado pelos títulos e por suas descrições, mas possuem em seus textos expressões relacionadas à OI e OC de forma paralela.

Repercussões: As repercussões das atividades deste grupo se darão principalmente nas áreas de Gestão e Representação da Informação, Classificação do Conhecimento e no Ensino e Pesquisa em Ciência da Informação e em áreas afins como Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. (GP – “Organização do Conhecimento”).

LP: Comunicação, Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento (GP – “Organização do Conhecimento”). Objetivos: Estudos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação e metodologias das Ciências Sociais Aplicadas. Sistemas de organização e representação do conhecimento. Processos de busca, acesso, recuperação e uso da informação. Dimensões conceituais e semióticas das estruturas e dos fluxos da informação e do conhecimento em diferentes contextos. Informação e gestão, monitoramento tecnológico, gestão estratégica da informação e do conhecimento nas organizações e nas políticas públicas.

Repercussões dos trabalhos do grupo: O grupo de pesquisa tem como objetivo a investigação de questões relacionadas à organização e representação do conhecimento e o uso de [...]. O grupo aborda questões relativas às normas e padrões de digitalização; organização e representação da informação e do conhecimento; [...]. (GP – “Organização do conhecimento e uso de tecnologias digitais em museus, arquivos e bibliotecas”)

LP: Comunicação, Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento. Objetivos: Sistemas de organização e representação do conhecimento, ontologias, web semântica. Processos de disponibilidade, comunicação, busca, acesso, recuperação e uso da informação. Informação e gestão, monitoramento tecnológico, gestão estratégica da informação e do conhecimento nas organizações e nas políticas públicas. Cultura organizacional. (GP – “Organização do conhecimento e uso de tecnologias digitais em museus, arquivos e bibliotecas”)

Ambos os grupos mencionam a *LP Comunicação, organização e gestão da informação e do conhecimento* em suas descrições, ainda que os objetivos descritos para ela em cada grupo apresente diferenças. Aspectos convergentes nos objetivos da LP se referem aos SOC, aos processos vinculados ao ciclo/movimento da informação, ao monitoramento tecnológico e, também, à gestão da informação e do conhecimento nas organizações.

Acredita-se que a questão referente aos aspectos da OI e da OC descrita nos parágrafos anteriores está aliada a outras, localizadas nos textos analisados, entre as quais cita-se a forma como os objetos vinculados à CI, e conseqüentemente a OC, são representados, em especial as designações *informação e saberes, informação e conhecimento*, abordadas na subseção anterior.

Isso nos leva ao apontamento que, antes de se buscar a diferenciação entre o que o que é OI, ou o que é OC, deve-se refletir em que ambas as áreas contribuem para a organização e recuperação dos objetos a que a CI se dedica, sejam eles vinculados a propostas relacionadas à informação, ao conhecimento ou aos saberes, já que o limite entre estes elementos, em muitos casos, não pode ser estabelecido com precisão. Além disso, acredita-se que toda proposta de OC está vinculada à OI, bem como o inverso, já que a finalidade última das ações realizadas em ambas é promover a representação dos objetos e a recuperação destes em contextos determinados.

Por fim, se esclarece que a categoria de vocabulário e significado da palavra está intrinsecamente relacionada às demais: nomear, por si só, já é um ato de poder – o nome empregado na caracterização de algo já delimita, exclui, omite ou enaltece a representação que se faz de aspectos do mundo.

Nesse sentido, a forma de nomear ações, objetos, elementos e demais aspectos vinculados à OC repercute nas relações entre diferentes discursos representados e, também, nos atores, como se pode perceber em relação à ISKO e a outras instituições citadas. A partir dessas considerações prossegue-se com a análise da categoria interdiscursividade.

6.2 INTERDISCURSIVIDADE

Ao dissertar sobre o significado representacional, Fairclough (2003) aponta dois aspectos fundamentais (mencionados no capítulo 4 desta tese): 1) Identificar as principais partes do mundo (incluindo a vida social) que estão representadas – os ‘temas’⁹⁰ fundamentais; e, 2) Identificar o ângulo ou o ponto de vista particular do qual os discursos são representados.

Sob essa perspectiva, a categoria da interdiscursividade apresenta um amplo escopo de possibilidades, já que discursos podem tanto coincidir quanto divergir em relação às partes do mundo que representam (aspecto já parcialmente abordado em relação às AC e LP dos PPGCI e, mesmo, quanto aos GP); como também

⁹⁰ Compreendido como assunto, sem relação com a proposta léxico gramatical do significado identificacional de Fairclough (2003).

apresentar essas perspectivas sob ótica específica (por exemplo, a OC voltada para o contexto digital, ou para constructos históricos e epistemológicos).

Contudo, a busca pela identificação das partes do mundo e da perspectiva pela qual estão representadas nos discursos não consiste em enfatizar dicotomias ou eleger o discurso correto, mas em analisar criticamente as repercussões dessas representações em nível sociodiscursivo no contexto observado. Para tanto, algumas questões são colocadas:

- Quais discursos são articulados no texto e como são articulados?
- Existe uma mistura significativa de discursos?
- Quais são os traços que caracterizam os discursos articulados (relações semânticas entre palavras, colocações, metáforas, presunções, traços gramaticais)? (FAIRCLOUGH, 2003; RAMALHO; RESENDE, 2011).

Por isso, as análises dispostas nos parágrafos, a seguir, estão organizadas por meio dos principais discursos observados nos textos associados aos objetivos da tese: *a) Os discursos que abordam as relações da Organização do Conhecimento com outras disciplinas e, b) Os discursos de mediação e dos processos relacionados à Organização do Conhecimento.* Além disso, apontamentos sobre os aspectos descritos também são mencionados sempre que eles sobressaiam nos textos analisados.

a) Relações da Organização do Conhecimento com outras disciplinas

A tendência em abordar e enfatizar as relações da CI e da OC com outras disciplinas, verificada no capítulo 5 em relação às AC e LP dos programas, também foi observada nos GP. Esse aspecto do discurso é relevante para a apreensão das representações de mundo e das articulações existentes entre as disciplinas citadas, uma vez que a configuração científica atual reclama interlocuções, em especial ao se pensar em uma área que tenha uma natureza tão plural quanto à OC.

A relação da CI e da OC com outras disciplinas é nomeada como interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar nos textos analisados, com maior ocorrência da primeira forma citada. Pode-se inferir que a maneira como as palavras foram adotadas na descrição dos grupos não se preocupa de forma efetiva com as diferenças conceituais que possuem, conforme mencionado no capítulo 5.

Investigar as interfaces da Ciência da Informação com outras disciplinas, nas configurações multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares. (GP – “Análise Documentária”. LP Epistemologia da Ciência da Informação, objetivos).

O discurso interdisciplinar manifesta-se nos GP de maneira variada, uma vez que está vinculado a questões teóricas, epistemológicas, metodológicas e práticas:

A discussão das bases metodológicas, dos marcos teóricos e das interdisciplinaridades tem contribuído para a identificação de correntes teóricas na área, buscando-se elementos da organização do conhecimento, a partir da ISKO. (GP – “Análise Documentária”. Repercussões dos trabalhos do grupo).

[...] 3. Reconstruir e analisar as novas configurações epistêmicas contemporâneas, interdisciplinares, transdisciplinares, no contexto heterogêneo das redes e de alianças interorganizacionais, oferecendo subsídios para: a) desenvolvimento de conhecimentos, metodologias e técnicas em áreas como Organização do Conhecimento [...]. (GP – “Teoria, Epistemologia e Interdisciplinaridade em Ciência da Informação”).

O segundo trecho reproduzido aborda as relações entre as disciplinas como inter e transdisciplinares, propondo-se a reconstruí-las e analisá-las. Essas ações são compreendidas como repercussões dos trabalhos do grupo e, apesar de não existirem atores humanos (individuais ou coletivos) explícitos para os quais sejam atribuídas, pode-se considerar que constituem processos materiais transformativos (*reconstruir*) e mentais cognitivos (*analisar*).

Processos materiais modificam as ações da realidade, já os mentais mudam a percepção que se tem da realidade (FUZER; CABRAL, 2014). Nesse sentido, compreende-se a ação de *analisar* como orientada à reflexão das “novas configurações epistêmicas contemporâneas, interdisciplinares, transdisciplinares”, em nível teórico. Já a ação de *reconstruir* está mais proximamente vinculada à busca por metodologias e técnicas que operacionalizem essas novas configurações.

Na continuidade do trecho observa-se a descrição do propósito das ações de *reconstruir* e *analisar*: “oferecendo subsídios para: a) *desenvolvimento de conhecimentos, metodologias e técnicas em áreas como Organização do conhecimento*”. As questões epistemológicas como aparato teórico para o desenvolvimento de conhecimentos, metodologias e técnicas em áreas que se desenvolvem na CI, com destaque para a OC, ou seja, na modificação da realidade prática da área.

Essa consideração vai de encontro à proposta presente no primeiro trecho citado, já que nele “a discussão das *bases metodológicas, dos marcos teóricos e das interdisciplinaridades*” é que serve de fundamento para a descoberta das correntes teórica na área. Apesar dessas diferenças, tanto na representação presente no primeiro trecho, quanto naquela que compõe o segundo, observa-se que o discurso interdisciplinar objetiva contribuir para que a OC avance enquanto disciplina científica.

Além disso, as ações descritas possuem como circunstância o “contexto heterogêneo das redes e de alianças interorganizacionais”. As alianças são demonstradas, entre outros aspectos, pelos atores citados na descrição dos GP em geral. Cabe notar que alianças inteorganizacionais são formadas por vários motivos: consonância de ideias, projetos semelhantes, interesses similares, mas também podem ser estabelecidas com finalidades políticas, no sentido de que algumas das organizações que integram a aliança se vinculem a outras mais consolidadas à procura de status e reconhecimento.

Em relação à constituição das equipes dos grupos, percebe-se que parcela deles ratificam serem interdisciplinares sob a representação desse elemento, conforme citações a seguir:

É um grupo por natureza interdisciplinar que envolve os campos de Musicologia, Organização do Conhecimento, Museologia e Sistemas de Informação. [...]. (GP – “Organização do conhecimento e uso de tecnologias digitais em museus, arquivos e bibliotecas”. Repercussões dos trabalhos do grupo).

O NEMUSAD integra os núcleos de estudos e pesquisas da Escola de Ciência da Informação da UFMG e reúne pesquisadores provenientes da Ciência da Informação, Comunicação, Computação, Ciências da linguagem, Educação, assim como a Sociologia e a Filosofia, numa perspectiva transdisciplinar. (GP – “NEMUSAD”. Repercussões dos trabalhos do grupo).

O primeiro trecho citado apresenta dois processos relacionais: *é* e *tem*, tipo que normalmente é empregado para estabelecer relações entre entidades, objetos, coisas, entre outros. Em relação ao primeiro processo (“*é um grupo*”), a construção em que se realiza reforça o entendimento de que o grupo assume sua natureza interdisciplinar em relação às disciplinas com as quais dialoga.

Cabe notar que além de disciplinas voltadas para a CI, como a OC e a Museologia, também é apresentada a área do conhecimento específica a que o produto prático do grupo (museu virtual de instrumentos musicais) está relacionado: a musicologia.

Poucos grupos se descreveram dessa forma, uma vez que a tendência observada se concentrou na ênfase de ações vinculadas à OC, como representação e recuperação e não nos domínios específicos a que eram aplicadas.

Os apontamentos apresentados sobre os discursos da relação da OC com outras disciplinas foram feitos, até esta parte, em nível genérico, ou seja, buscou-se caracterizar as principais circunstâncias em que ocorreram e em relação a quais aspectos (teóricos, metodológicos, constituição de equipes, entre outros), mas sem especificar as áreas de diálogo.

Entretanto, nos é de especial interesse analisar quais disciplinas foram enfatizadas nessas relações e como se deu essa ênfase. Em várias partes dos trechos analisados, o discurso interdisciplinar é apresentado de forma específica, com a indicação das áreas mais próximas da OC. A Figura 23 objetiva ilustrar essas áreas:

Figura 23 – Relações interdisciplinares da OC em nível abrangente



Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

Algumas das áreas mencionadas na Figura 23 estão presentes nos textos de forma genérica, relacionadas, por exemplo, às equipes que os integram, sem maiores detalhes. Exemplificam essa consideração a Sociologia e as Ciências Cognitivas.

Em contrapartida, outras áreas são descritas com maior aproximação e, mesmo, uma incorporação à CI e vinculação aos estudos da OC, como a Comunicação, já que além de ser mencionada como área autônoma de formação de membros das equipes dos grupos – “pesquisadores provenientes da Ciência da Informação, Comunicação [...]”, também é referida como um processo.

Duas linhas de pesquisa recuperadas dedicam-se às questões voltadas para a comunicação da informação: “Comunicação e Mediação” e “Comunicação, Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento”. Além disso, a comunicação é recuperada com enfoque na informação científica, bem como relacionada às TIC.

A Epistemologia e a Filosofia são descritas de maneira geral, enquanto campos do saber, por meio da referência à constituição interdisciplinar que a maioria dos grupos busca, mas também de maneira específica, como as referências presentes nos textos à Epistemologia da CI, à Filosofia da Informação e, ainda, à Filosofia da Linguagem. Já a Lógica é descrita de maneira bem pontual: “c) investigação da aplicabilidade de elementos teóricos da lógica em avaliação de linguagens hierárquicas” (GP – “Análise documentária”).

A Ciência da Computação (CC) possui forte interação com a OC, conforme descrito na Introdução e em outros momentos deste trabalho. Contudo, em nível discursivo a representação dessa relação além de acontecer por meio de recursos semelhantes aos de outras disciplinas (referência explícita à CC como área interdisciplinar), demonstra-se de forma efetiva e emergente por meio do contexto/ambiente digital e das tecnologias a ele aliadas.

Nesse sentido, conforme apresentado na categoria anterior, percebe-se a presença de palavras e expressões próximas ao contexto digital nos textos analisados. Não se pode atribuir as mudanças e transformações pelas quais a sociedade e, conseqüentemente, a OC vem passando no âmbito das tecnologias de informação e comunicação e outros aspectos vinculados a digitalização de informações e conhecimentos somente à Ciência da Computação, mas fato é que a área possibilitou e tem possibilitado que a cada dia a capacidade de armazenamento e circulação desses ativos aumente, o que implica organizá-los de forma ágil e precisa.

A mudança ocasionada nos diversos processos relacionados à informação e ao conhecimento (criação, organização, tratamento, divulgação, uso, reuso, entre outras) fica explícita, por exemplo, ao se observar a presença de uma linha de pesquisa com a preocupação de: “problematizar, debater e dialogar com problemas da era digital, colocando o papel das Humanidades na academia e na sociedade”, que inclusive se designa Humanidades Digitais (GP – “Núcleo de Pesquisa e Tecnologia em Produção Científica”).

Nos textos analisados, a relação da OC com a CC foi marcada pela busca por instrumentos para automatizar e tornar mais eficientes processos e sistemas de organização do conhecimento, conforme citação a seguir:

Investigar a aplicação e desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação que envolvam os processos, produtos e instrumentos oriundos da representação temática da informação visando à recuperação da informação em ambientes tradicionais e digitais.

Nesse sentido, observou-se nos discursos tanto a priorização de soluções no âmbito da CC para os instrumentos tradicionalmente abordados na OC, como os vocabulários controlados, as linguagens de indexação, os catálogos online, a automação e os processos documentários, quanto a abordagem voltada a novas construções de organização relacionadas ao contexto digital, como as folksonomias, a etiquetagem social, a *tagging literacy*, as ontologias e a interoperabilidade semântica.

Todavia, as disciplinas que se manifestaram explicitamente mais convergentes com a OC nos textos analisados foram aquelas relacionadas às Ciências da Linguagem, conforme a análise das AC e LP dos PPGCI já havia indicado. O vocabulário utilizado para designar essas áreas foi bem variado: ciências da linguagem, teorias semióticas, filosofia da linguagem, linguística, terminologia, análise do discurso, entre outros.

Destaca-se o vínculo existente entre a Linguística e a OC, já que a primeira compartilha teorias e metodologias, inclusive, em linhas mais específicas, como a Análise do Discurso e a Terminologia que estão intrinsecamente relacionadas às questões linguísticas. O mesmo se pode afirmar em relação às teorias da linguagem, à filosofia da linguagem e, até mesmo, a semiótica.

Acredita-se que o fortalecimento dos estudos linguísticos na OC está relacionado ao fato de que:

A maior ênfase do “conhecimento” ou “informação” nas trocas e processos econômicos ou sociais equivalem, em termos práticos, na maior ênfase da linguagem e do discurso – isto é, a forma em que “conhecimento” é produzido, distribuído e consumido. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 203, tradução livre).

Nesse sentido, a procura por métodos e teorias dos estudos da linguagem que potencializem e subsidiem os processos e instrumentos com os quais a OC trabalha é uma das formas de qualificar a mediação que se propõe e de aumentar o alcance dos objetos a que se dedica. A seguir alguns trechos que possibilitam essas considerações:

Por outro lado, a lingüística têm (sic) contribuído para a construção de metodologias de AD de textos narrativos de ficção permitindo um repensar do conceito de aboutness e do papel informativo de textos narrativos de ficção em bibliotecas com vistas à depreensão do tema. (GP – “Análise Documentária”. Repercussões dos trabalhos do grupo).

Investigar as teorias semióticas nas abordagens estruturalista, peirceana e russa na configuração epistemológicas dos estudos da informação, dos processos de representação, da organização da informação e da organização do conhecimento. (GP – “Fundamentos Teóricos da Informação”. Linha de pesquisa).

c) analisar a aplicabilidade de elementos da lingüística, da terminologia [...] em análise documentária. (GP – “Análise Documentária”. Repercussões dos trabalhos do grupo).

Analisar as interfaces e aplicações da Análise do Discurso na Organização do Conhecimento. (GP – “Linguagem, discurso e organização do conhecimento”. Linha de pesquisa).

Analisar questões linguísticas e a interface destas com a organização do conhecimento. (GP – “Linguagem, discurso e organização do conhecimento”. Linha de pesquisa).

Em alguns trechos, a relação efetiva da lingüística com a OC é apontada como uma potencialidade, ou seja, algo ainda a ser verificado, como se observa nos dois últimos fragmentos reproduzidos na citação acima. Neles o emprego do processo *analisar*, desprovido de circunstância que o contextualize temporalmente, indica a imprecisão de quando a ação é realizada. Além disso, normalmente, o processo *analisar* na GSF indica um processo mental cognitivo, figura esta que não muda a realidade, mas o entendimento que os indivíduos possuem dela, o que indica que não necessariamente as análises propostas serão incorporadas à realidade da OC.

Comparados os trechos mencionados àquele presente no início da citação – “a lingüística têm contribuído para a construção de metodologias de AD”, observa-se

neste a representação de colaboração real e contínua da linguística para ações relacionadas à OC, em especial pelo tempo verbal empregado (que na gramática tradicional equivale ao pretérito perfeito composto). Conforme a LSF o verbo *ter* indica, normalmente, processos relacionais atributivos ou identificacionais, o que contribui para exemplificar o fato de que a OC busca se valer da linguística para o aperfeiçoamento das metodologias que utiliza.

Ainda em relação à configuração interdisciplinar observada no discurso, apesar da OC ter aumentado suas fronteiras por meio do diálogo com outras áreas, há que se considerar que seu aparato interdisciplinar também se realiza por meio de disciplinas mais próximas tanto histórica, quanto tecnicamente da CI, a saber: Arquivologia, Bibliografia, Bibliologia, Biblioteconomia, Diplomática, Documentação e Museologia.

A seguir, algumas partes dos textos que demonstram essas relações:

Explorar fundamentos teóricos e metodológicos da organização da informação na perspectiva de sua constituição histórica em torno dos campos da Bibliologia, Bibliografia, da Biblioteconomia, da Documentação e da Ciência da Informação, considerando suas relações e dissensões.

Igualmente pôde-se analisar, sob os aspectos teórico (histórico, conceitual e metodológico) e aplicado (em documentos científicos e técnicos de distinta natureza) a contribuição da diplomática para os procedimentos de identificação de conceitos em arquivos e bibliotecas. (GP – “Análise Documentária”, Unesp. Repercussões dos trabalhos do grupo).

As repercussões das atividades deste grupo se darão principalmente nas áreas de Gestão e Representação da Informação, Classificação do Conhecimento e no Ensino e Pesquisa em Ciência da Informação e em áreas afins como Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

É um grupo por natureza interdisciplinar que envolve os campos de Musicologia, Organização do Conhecimento, Museologia e Sistemas de Informação.

Fazendo proveito da abordagem museológica, investiga-se os fundamentos que permitam operar procedimentos de organização da informação para livros, tanto quanto para documentos audiovisuais, musicais, obras raras, e outros, questionando o viés que reforça estes últimos como exceções ou materiais especiais.

Se no âmbito das AC e LP apenas o PPGCI UFMG expôs o universo da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia como áreas que subsidiam instâncias pragmáticas em que se exercem práticas de OC – arquivos, bibliotecas, centros de informação, museus, entre outras, na esfera dos GP essa relação se mostrou mais abrangente, contemplando grupos vinculados a outros programas.

Figura 24 – Relações interdisciplinares entre a Organização do Conhecimento e áreas próximas à Ciência da Informação



Fonte: Elaborada pela autora, 2017

Nesse sentido, percebe-se a relação entre as abordagens abrangente e restrita da OC, propostas por Hjørland (2008) e mencionadas no capítulo 3 desta tese. No âmbito restrito, a OC se volta para sua consolidação teórica e metodológica, dialoga com áreas diversas, como as voltadas aos estudos linguísticos e também aquelas vinculadas à CI. Já a OC no âmbito abrangente se manifesta como um aspecto necessário aos diferentes campos do conhecimento, como o direito, a musicologia, a arte, a produção científica, citados nos textos analisados, bem como em uma forma de contribuição profissional da visão restrita aos universos temáticos dos domínios citados.

A busca por metodologias no âmbito interdisciplinar para aplicação na OC e, mesmo, o esforço para a consolidação e expansão daquelas já existentes, remete às ações de mediação e aos demais processos relacionados à área e percebidos nos textos analisados, ambos abordados na próxima seção.

b) O discurso de mediação e dos processos relacionados à OC

Até esta parte observou-se representações discursivas relacionadas à OC marcadas pela expansão de seu objeto de pesquisa, pela caracterização de vários objetos relacionados à área, sejam eles referenciados pelo(s) *conhecimento(s)*, pela *informação*, pela *cultura* ou, pelo *saberes* de forma ampla. Além disso, pôde-se constatar que o contexto ou ambiente digital constitui a realidade contemporânea da OC e possui forte influência nas práticas que têm sido desenvolvidas.

Contudo, em uma análise crítica voltada para finalidade à qual se destina o trabalho com esses objetos e ambientes pode-se perceber que a missão que permeia a OC é, antes mesmo da análise ou da representação, a de *mediação*: organizar como uma ação intermediária entre um universo informacional (ou outra nomenclatura que se venha a utilizar) e aquele/a que com ele interage (o demanda, utiliza, seleciona, recupera, entre outros).

Nesse escopo, *mediar* compreende processos relacionados à modelização das reivindicações de conhecimento, o que, em muitos casos, empodera o/a(s) profissional(is), as instância(s) responsável(is) ou o(s) instrumento(s) utilizados no exercício dessa ação.

À busca por métodos e técnicas aplicados soma-se a forma como os processos relacionados à OC são descritos, o que para nós associa-se, em determinados momentos, às ações e práticas de controle que as instâncias vinculadas à OC procuram exercer em relação aos documentos e recursos informacionais.

Essa dimensão de controle não é exposta, necessariamente, de maneira dialógica, mas sim com predomínio de uma das instâncias envolvidas. Menciona-se, como exemplo, as práticas de *intervenção*, descritas nas repercussões do GP – “Análise documentária”.

Intervenção é um vocábulo historicamente relacionado a práticas em que um, ou mais indivíduos, ou grupos interferem em questões vinculadas a outros indivíduos e grupos. Por exemplo, no âmbito das relações internacionais e da segurança é comum se observar o emprego de intervenção para significar a envio de tropas militares a países que vivenciem alguma situação de conflito que comprometa o bem

estar da população. Logo, o vocábulo *intervenção* expressa ação de outrem em algo que não imediatamente seja a ele relacionado.

O exemplo do grupo citado se refere às práticas de *intervenção* realizadas no âmbito das bibliotecas da Unesp, que resultaram no desenvolvimento de uma política de indexação para o sistema de bibliotecas da Universidade. Conforme fragmento a seguir descrito:

O estudo da política de tratamento da informação de bibliotecas universitárias da UNESP foi realizado em três áreas do conhecimento: Odontologia, Engenharia Civil e Pedagogia, cujos resultados propiciaram a *intervenção* no sistema de bibliotecas da UNESP de modo a *desenvolver* [processo material transformativo] uma política de indexação para livros e o desenvolvimento da terminologia da UNESP. (GP: Análise documentária. Repercussões do trabalho do grupo. Grifos nossos).

Desenvolver é um processo material transformativo pela LSF, ou seja, indica que o produto desse desenvolvimento é algo que virá a transformar a instância relacionada, o que no contexto analisado implica que irá beneficiá-la. Contudo, em nível linguístico se observa a prevalência de um dos lados dos atores no processo, no caso as ações do GP, já que apesar de este não constar de forma nomeada no texto, acredita-se que o estudo da política de tratamento da informação de bibliotecas tenha sido realizado por membros que o integram.

O discurso de mediação exposto no trecho acima contempla os estudos, as temáticas enfatizadas, o processo de intervenção e o produto desenvolvido, mas em momento algum se observa explicitamente os atores beneficiados por estas ações e como se deu a participação deles nos processos. Nesse sentido, ressalta-se que os estudos e ações da OC necessitam ser revisitados periodicamente, pois tanto a política de indexação quanto a terminologia apresentadas como produtos da intervenção refletem o conhecimento como elemento flexível, dinâmico e socialmente construído, logo os atores beneficiários dessa ação precisam estar aptos a dar continuidade para que ela possa continuar a acontecer.

Ao se comparar como a *intervenção* consta na descrição do GP com a forma que a palavra é utilizada na descrição da AC do PPGCI UFMG, observa-se que se no primeiro ela valoriza um ator sequer mencionado de forma explícita no texto (o grupo de pesquisa), na segunda se vê que ela valoriza a ação dos sujeitos na realidade:

Área de concentração: Informação, mediações e cultura

[...] A área de concentração pensa a informação em sua dimensão propriamente humana, isto é, dotada de uma natureza simbólica e pragmática, *marca da intervenção dos sujeitos na realidade*. Essa é a ideia que conduz ao conceito de cultura, à ideia de informação como a ação humana de produzir registros do conhecimento e também de interpretar e se apropriar desses registros, atribuir-lhes sentido e usá-los como recurso no decorrer de suas demais atividades.

Por mais que a visão contemporânea de CI busque um discurso de autonomia dos indivíduos, o que, inclusive, relaciona-se à perspectiva das TIC e da configuração do capitalismo atual voltado à individualidade, o discurso da área ainda está fortemente vinculado às práticas de controle, ainda que essas objetivem possibilitar a recuperação e o acesso à informação e aos documentos, como se observa no excerto: “Estudar as diversas estratégias humanas e tecnológicas de mediar o fluxo da comunicação da informação”.

Contudo, conforme já mencionado não é a presença de uma palavra que possibilita a compreensão de que o discurso de mediação contribui para empoderar as instâncias voltadas a OC que o realizam, mas toda a texturização presente no universo analisado. Nesse sentido, quando se observa a prevalência dos processos vinculados à OC e, conseqüentemente, à mediação, sem a presença de atores e por meio da nominalização (ação tomada como objeto), conforme já expresso no capítulo 5, considera-se que há a valorização daquele/a que promove a mediação e não de quem dela se beneficia.

Relacionado a essa questão, expõe-se outro trecho voltado ao discurso das práticas de controle:

Em análise e condensação documentária, a identificação e o desenvolvimento de metodologias específicas em documentos legislativos e jurisprudenciais, foram continuamente incorporados por tribunais brasileiros e casas legislativas, por meio de publicações e de treinamentos”. (GP: Análise documentária. Repercussões do trabalho do grupo. Grifos nossos)

Observa-se que os processos relacionados à OC citados – análise e condensação documentária, foram *continuamente incorporados*. O modalizador *continuamente* é percebido pela ótica da LSF como uma modalidade e, por estar inserido em uma afirmação, trata-se de uma modalidade vinculada ao conhecimento, por isso epistêmica.

Modalidades revelam o grau de compromisso dos indivíduos em relação às afirmações. Nesse caso, o grau de compromisso e a afirmação são realizados por

aqueles/as que propõem as metodologias e não os/as beneficiários/as, já que os/as últimos/as estão representados/as de forma passivada no período, por isso a associação às práticas de controle.

Nesse sentido, recorda-se os eixos das ordens do discurso de Foucault (1984), mencionados no capítulo 4, em que Fairclough (2003) os relaciona com os significados da ADC e, apesar de explicitar que estão dialeticamente relacionados, ressalta que o eixo do conhecimento se relaciona de maneira mais próxima às ações de controle sobre as coisas e, que na releitura da ADC, se vincula ao significado representacional da linguagem. Na citação que Fairclough (2003) reproduz de Foucault (1984, p. 328) consta uma questão fundamental à discussão proposta do discurso de mediação que permeia à OC: “Como somos constituídos como sujeitos do nosso próprio conhecimento?”.

Acredita-se que a pergunta possa ser ampliada no sentido de analisar como as propostas da OC contribuem em nível de mediação para que as comunidades relacionadas aos domínios do conhecimento se constituam como sujeitos de seus conhecimentos.

6.3 REPRESENTAÇÃO DE EVENTOS E ATORES SOCIAIS

A principal questão que norteia essa categoria, para Fairclough (2003), consiste na verificação de como os atores sociais são representados (ativado-passivado, pessoal-impessoal, nomeado-classificado, específico-genérico), o que contribui para a reflexão das articulações sociodiscursivas que as representações possuem no contexto sob enfoque.

Van Leeuwen (1997, p. 172) esclarece que a análise da representação dos atores sociais deve ter como “elemento centralizador o conceito de «actor social», e não um conceito linguístico como, por exemplo, o grupo nominal”. Para o autor essa é uma categoria pan-semiótica, já que se pauta em elementos sociais e linguísticos. Não basta observar as realizações linguísticas por meio das quais os atores são referidos, pois “o significado é inerente à cultura e não à língua e não pode ser associado a uma semiótica específica” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 171).

À vista disso, serão apresentadas considerações sobre essa categoria referentes a três aspectos principais, a saber: a) *à forma como os GP se colocaram (ou não) nos discursos e, também, b) aos atores sociais representados de maneira nomeada nos discursos de descrição dos GP e, por fim, c) às diferentes designações utilizadas para representar o público relacionado à OC.*

a) Forma como os GP se colocaram (ou não) no discurso

Os GP constituem um importante ambiente no exercício da OC, já que podem integrar pesquisadores/as e estudantes de diferentes formações, instituições e níveis, contribuindo para a formação de redes e alianças. O espaço formal para que apresentem seus objetivos, suas repercussões e sua estruturação é aquele que serviu de fonte para coleta dos dados textuais desta parte da pesquisa. Nesse sentido, constituem espécie de cartão de visitas, já que as informações estão livremente disponíveis na Internet e podem ser consultadas por quaisquer pessoas que tenham interesse.

No Quadro 13, são reproduzidas as principais formas utilizadas pelos GP para se colocarem no discurso de suas descrições:

Quadro 13 – Como os grupos de pesquisa se colocaram no discurso de suas descrições

Grupo de pesquisa	Representação Temática da Informação, Unesp
Descrição	O Grupo de pesquisa
Grupo de pesquisa	Fundamentos teóricos, metodológicos e históricos da Organização da Informação, UFMG
Descrição	O grupo
Grupo de pesquisa	Núcleo de Estudos das Mediações e Usos Sociais dos Saberes e Informações em Ambientes Digitais (NEMUSAD), UFMG
Descrição	NEMUSAD O Núcleo
Grupo de pesquisa	Núcleo de Pesquisa e Tecnologia em Produção Científica, USP
Descrição	O Núcleo de Pesquisa em Produção Científica e Tecnologia (CPT) do CPT
Grupo de pesquisa	BIBLIOTHECA DISCIPLINATA, USP
Descrição	O grupo de Pesquisa BIBLIOTHECA DISCIPLINATA
Grupo de pesquisa	Organização do conhecimento, IBICT
Descrição	Deste grupo
Grupo de pesquisa	Organização do conhecimento e uso de tecnologias digitais em museus, arquivos e bibliotecas, IBICT
Descrição	O grupo

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

A forma como os GP se colocam, ou não, no discurso possibilita que sejam traçadas inferências sobre o comprometimento que assumem em relação às propostas presentes em suas descrições. Toma-se como exemplo para análise dessas questões, a descrição de dois grupos expressos no Quadro 13, a saber: “Núcleo de Estudos das Mediações e Usos Sociais dos Saberes e Informações em Ambientes Digitais - NEMUSAD” e “Núcleo de Pesquisa em Produção Científica e Tecnologia – CPT”.

A forma como o GP – “NEMUSAD” se texturiza no discurso apresenta questões relevantes, como o fato de o grupo se posicionar como ator em relação aos processos, apresentar seu lugar de fala, os/as profissionais que reúne, ou seja, características de sua equipe, bem como quais são seus objetos/universos de estudo e as bases teóricas que o influenciam, conforme excerto a seguir.

O NEMUSAD [o grupo se coloca como ator no processo] integra

os núcleos de estudos e pesquisas da Escola de Ciência da Informação da UFMG [demonstração do lugar de fala em nível geográfico do grupo]

e reúne pesquisadores provenientes da Ciência da Informação, Comunicação, Computação, Ciências da linguagem, Educação, assim como a Sociologia e a Filosofia, numa perspectiva transdisciplinar [características dos indivíduos que o compõe].

O Núcleo dedica-se [objetos de estudo do grupo] ao estudo das mediações e dos usos sociais dos saberes e da informação [...].

As pesquisas desenvolvidas pelo NEMUSAD [lugar de fala em nível teórico do grupo] tomam as teorias da significação como aporte teórico comum e buscam, através do aprimoramento das metodologias de pesquisas sociais em contexto digitais, contribuir no fortalecimento e na consolidação de um princípio teórico-metodológico para o campo da Ciência da Informação nos eixos teóricos privilegiados. (GP – “NEMUSAD”. Repercussões).

Já o GP – “CPT” também se coloca nomeado no discurso e menciona circunstâncias de cunho temporal, ao detalhar o processo de alteração de nome que sofreu em decorrência de mudanças de seu objeto de estudo e da própria CI:

O Núcleo de Pesquisa em Produção Científica e Tecnologia (CPT) [o grupo se coloca como ator no processo] substitui em janeiro de 2011 [circunstância temporal] o antigo NPC (Núcleo de Pesquisa em Produção Científica) que iniciou suas atividades em 1992, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da análise e difusão da produção científica na área de Ciência da Informação (CI).

Dessa forma, ao se incluir no discurso, se posicionar como ator das ações, seja ativado ou passivado, apresentar as circunstâncias de seu desenvolvimento e das atividades que executa, considera-se que o GP se representa discursivamente com maior interesse e atuação na área, ainda que na prática possa haver discordâncias.

Sob essa perspectiva, se compararmos as descrições apresentadas com as de outros grupos não mencionados no Quadro 13, exatamente por não terem se colocado no discurso de suas descrições, o aspecto relacionado ao comprometimento dos grupos com as ações que propõe se torna mais explícito.

O GP – “Fundamentos Teóricos da Informação”, por exemplo, descreve no campo destinado às repercussões dos trabalhos do grupo o título dos projetos em andamento e daqueles finalizados, mas em tópicos, sem se colocar no discurso:

Projetos de Pesquisa Em Andamento:

- O conceito de classificação na Ciência da Informação: uma análise da literatura sobre organização do conhecimento no universo da International Society for Knowledge Organization - ISKO (2014-);
- Perspectivas metodológicas na pesquisa sobre classificação: uma análise da literatura sobre organização do conhecimento no universo da International Society for Knowledge Organization - ISKO (2014-);
- A presença das teorias semióticas na Ciência da Informação brasileira (2013-);
- As teorias semióticas na Ciência da Informação Brasileira e na Documentação Espanhola: uma análise comparada das clivagens e imbricações conceituais (2014-);

Projeto de Pesquisa Concluído:

- Fundamentos Semióticos da Análise e Mediação da Informação: uma leitura dos processos que viabilizam a construção do conhecimento (2010-2013). (GP – “Fundamentos Teóricos da Informação”. Repercussões dos trabalhos do grupo).

Já o GP – “Teoria, Epistemologia e Interdisciplinaridade em Ciência da Informação” além de não se colocar no discurso, apresenta suas repercussões por meio de verbos no infinitivo, o que demonstra impessoalidade com as ações descritas, apesar de ser comum na escrita científica:

Repercussões dos trabalhos do grupo: 1. Contribuir para a consolidação do campo científico da Ciência da Informação e da filosofia da informação; 2. Estimular e aprofundar as relações interdisciplinares, sobretudo com as áreas de Comunicação, Ciências da Computação, Epistemologia, Ciências Cognitivas, Biblioteconomia, Museologia, Arquivologia, entre outras, ao mesmo tempo mantendo relações epistêmicas com outros campos do conhecimento que formam de uma ou outra maneira, seu domínio de referência ou aplicação.

Na descrição do GP – “Linguagem, discurso e organização do conhecimento”, o campo de repercussões não foi preenchido, mas tão somente duas linhas de pesquisa que possuem seus objetivos expressos no modo infinitivo (forma pela qual a maioria dos GP descreveu os objetivos das LP a eles vinculadas). Já GP – “Organização do Conhecimento” coloca que:

As repercussões das atividades deste grupo se darão principalmente nas áreas de Gestão e Representação da Informação, Classificação do Conhecimento e no Ensino e Pesquisa em Ciência da Informação e em áreas afins como Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

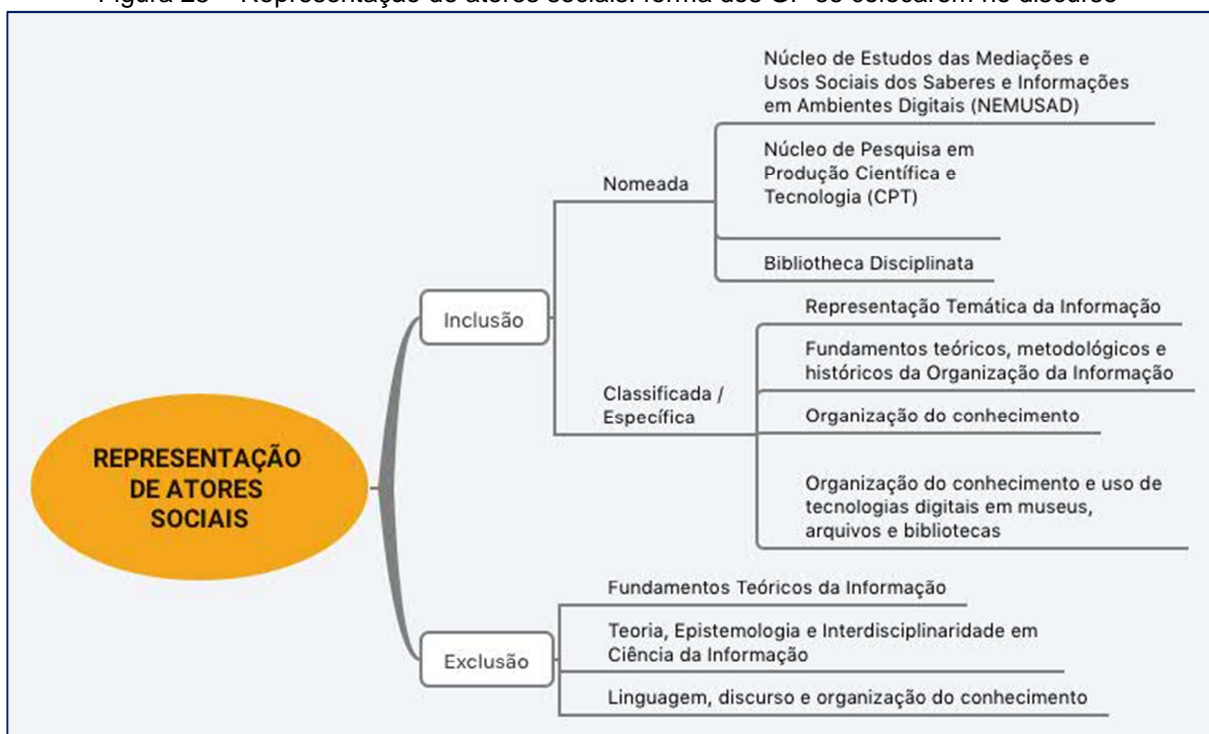
O destaque não está tanto na forma como o grupo se apresenta, por meio da função gramatical de pronome e classificação, mas no tempo verbal utilizado para a descrição das repercussões de seus trabalhos – *darão*, que traz o entendimento de que as contribuições do grupo para a área constituem um objeto distante, algo em processo de construção, mas não próximo de se realizar.

Ao se recorrer à informação do ano de criação do grupo na diretório do CNPq observou-se que ele existe desde o ano de 1991, ou seja, há 26 anos. Daí a estranheza da representação das repercussões como algo distante, a ser produzido, já que ele existe antes que alguns dos programas descritos oferecessem curso de doutorado, além do fato de ser liderado por uma professora com ampla experiência na OC, tanto em nível da dimensão dos estudos realizados, quando dos anos de dedicação à área.

Considerando-se o critério de envolvimento mencionado no início deste capítulo como um dos elementos que caracterizam os GP para o CNPq, observa-se a distância existente entre o tempo verbal empregado e o envolvimento que se espera dos membros dos GP. Essa informação pode ser associada, inclusive, aos indicadores de recursos humanos descritos na plataforma do DGP CNPq, já que o GP apresenta um conjunto pequeno de pesquisadores/as e estudos se comparado com o de outros grupos. Em síntese, os elementos descritos indicam uma ideia de abandono, de pouca dedicação à construção coletiva de conhecimento por meio das ações do grupo de pesquisa.

Em síntese, alguns grupos se apresentaram de maneira nomeada (por meio de nome próprio), outros por meio de pronomes (como um objeto), outros de maneira classificada e específica. Há ainda aqueles que sequer se incluíram na descrição. Os movimentos descritos estão compilados com alguns exemplos na Figura 25 a seguir:

Figura 25 – Representação de atores sociais: forma dos GP se colocarem no discurso



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

* Na figura foram inseridos apenas alguns dos grupos de pesquisa estudados.

Para Fairclough (2003), os atores sociais articulam representações de outras práticas nas práticas sociais que estão envolvidos, bem como agregam às práticas a representação de si próprios. Disso resulta que em nosso entendimento, os GP que se colocaram de forma nomeada no discurso se comprometeram de maneira mais efetiva com as ações e propostas descritas, já que o campo de repercussões dos trabalhos do grupo é um espaço privilegiado que possibilita interlocução com diversas audiências.

Os principais aspectos relacionados a como os GP se colocaram nos discursos foram apresentados nos parágrafos anteriores. A partir deste ponto, serão descritos aspectos vinculados à forma como esses grupos representaram os demais atores sociais em suas práticas.

b) Atores sociais representados de maneira nomeada nos discursos de descrição dos GP

A escolha de quais atores sociais são apresentados no discurso e a maneira como isso ocorre é, para Fairclough (2003), um aspecto de significância social, já que os

indivíduos não só representam as práticas sociais, como também são representados por elas. A princípio, pode-se observar quais atores estão incluídos e quais estão excluídos nos discursos representados.

Sob essa perspectiva, dá-se início a análise dos atores mencionados de forma explícita, por meio da nomeação, o que no caso do PPGCI Unesp ocorreu em relação a apenas dois grupos: GP – “Análise documentária” e GP – “Fundamentos teóricos da informação”. Ramalho e Resende (2006, p. 73) esclarecem que “a opção pela representação por nomeação (em que nomes próprios são citados), de certa forma, significa uma valorização do autor nomeado”. Considerou-se como nomes próprios tanto os nomes de pessoas, quanto os nomes de instituições/organizações.

Em relação ao GP – “Análise documentária”, dá-se destaque à maneira como a ISKO é mencionada, uma vez que em sua descrição a instituição é referenciada apenas por meio de sigla, sem a apresentação de seu nome por extenso. Nesse sentido, acredita-se que exista a compreensão por parte do/a responsável pela descrição do GP de que a instituição é notória, não havendo necessidade de descrevê-la por extenso.

Ao se relacionar essa questão com a ADC, vê-se a proximidade com as suposições. Fairclough (2003) assevera que todo texto conversa com outros textos existentes. Esse diálogo pode ser dar de forma explícita (por meio da intertextualidade, por exemplo), de maneira mais sutil, ou ainda, ocultamente. Considera-se que a forma como a ISKO está texturizada no documento implica no fato de que aqueles/as que o leiam tenham (ou deveriam ter) conhecimento e reconhecer o papel ocupado pela instituição no âmbito da OC. Ressalta-se que outros grupos de pesquisa também mencionaram a ISKO em suas descrições, inclusive como ponto de partida para a realização de estudos.

Ainda em relação ao GP – “Análise documentária”, evidencia-se que foi o único que em nível representacional se utilizou da nomeação, realizada por meio de nome próprio e, ainda, adicionando o cargo/titulação e a afiliação que possui (VAN LEEUWEN, 1997, p. 172). Trata-se de indivíduo apontado explicitamente por seu nome – Isidoro Gil Leiva, representado pela funcionalidade de professor e, também, designado pela instituição a que está vinculado – Universidad de Múrcia:

O desenvolvimento do projeto em parceria científica com o Prof. Isidoro Gil Leiva da Universidad de Múrcia sobre política de indexação latinoamericana

propiciou publicações conjuntas e um diagnóstico em nível de bibliotecas nacionais e arquivos nacionais.

Esse fato expressa marca de autoridade – nomear é uma das formas de se empoderar algo ou alguém, em especial, conforme apontado por Van Leeweun (1997), quando se trata de expressar a vinculação do indivíduo em um contexto. Nesse sentido, a Universidad de Múrcia desempenha um dos papéis mais importantes na identificação desse ator, apesar da funcionalidade dele também ter sido descrita e ter relevância no contexto enfatizado.

Ademais, a forma como o professor é mencionado, também implica legitimação do GP no universo da OC, já que mencionar a parceria com um ator, vinculado à instituição internacional, no caso europeia (Espanha), demonstra a capacidade do GP em construir relações interinstitucionais/ interorganizacionais, elemento de relevância na construção científica contemporânea.

Entretanto, menciona-se que o professor não consta na lista de colaboradores do GP, disponível no DGP/CNPq, bem como a Universidade de Múrcia também não está relacionada ao grupo no campo de redes de pesquisa da mesma base. Isso nos traz a reflexão sobre até que ponto as parcerias estabelecidas têm sido realizadas em nível formal, de maneira que fiquem expressas nos documentos relacionados ao grupo e possam contribuir para avaliação e histórico das atividades desenvolvidas no âmbito dos programas de pós-graduação.

Se o professor citado foi mencionado nas repercussões dos trabalhos do GP de forma explícita e nomeada, bem como a Universidade a que está vinculado, outros atores foram representados de maneira diferenciada. Nesse sentido, citam-se as bibliotecas universitárias e o sistema de bibliotecas da Unesp (escrito assim, com as iniciais minúsculas⁹¹), já que as primeiras são apresentadas de maneira genérica (ainda que as áreas do conhecimento a que estão relacionadas tenham sido citadas) e, o último, sob designação diferente da que oficialmente possui – Rede de Bibliotecas da Unesp.

O estudo da política de tratamento da informação de bibliotecas universitárias da UNESP foi realizado em três áreas do conhecimento:

⁹¹ Na verdade, a Unesp conta com uma 'Rede de Bibliotecas', nome oficial, constituída "constituída pela Coordenadoria Geral de Bibliotecas – CGB, com escritórios em São Paulo e Marília, e mais 39 Bibliotecas das Unidades Universitárias e Experimentais da UNESP, distribuídas em 24 cidades do Estado de São Paulo." Unesp. Coordenadoria Geral de Bibliotecas. Disponível em: <http://unesp.br/portal#!/cgb/rede-de-bibliotecas/sobre-a-rede/>. Acesso em: 10 mar. 2017. Site.

Odontologia, Engenharia Civil e Pedagogia, cujos resultados propiciaram a intervenção no sistema de bibliotecas da UNESP de modo a desenvolver uma política de indexação para livros e o desenvolvimento da terminologia da UNESP.

Poder-se-ia relacionar a forma com que as bibliotecas e o sistema de bibliotecas da Unesp foram texturizados com a descrição adotada para a ISKO, já que se os primeiros foram descritos de maneira genérica e sem a utilização de seus nomes oficiais, a segunda foi identificada no texto apenas pela sigla. Entretanto, sob a visão da autora desta tese, as representações diferem, não apenas pelo uso da sigla ou pela nomeação genérica da instância, mas pelas questões relacionadas à valorização das instâncias envolvidas.

Veja que a ação presente na descrição do GP sobre o sistema de bibliotecas é caracterizada como *intervenção*, o que foi descrito na categoria de interdiscursividade como uma proposta de controle, bem como forma de esmaecimento de uma das instâncias envolvidas na ação (no caso, as bibliotecas).

Já em relação à ISKO, a forma como a instituição é articulada no texto, corresponde à fonte na qual o grupo busca “elementos da organização do conhecimento” para contribuir na identificação de correntes teóricas da área. Observa-se a valorização da Instituição como fonte para a descoberta de informações, bem como dos aspectos teóricos em relação à realidade prática de um dos ambientes nos quais se desenvolvem estudos e práticas da OC: as bibliotecas.

Relação parecida é observada quando são designados os “tribunais e casas legislativas”:

[...] Em análise e condensação documentária, a identificação e o desenvolvimento de metodologias específicas em documentos legislativos e jurisprudenciais, foram continuamente incorporados por tribunais brasileiros e casas legislativas, por meio de publicações e de treinamentos.

Já que são instâncias nas quais são incorporadas as metodologias desenvolvidas pelo grupo, no âmbito da análise e condensação documentária (diretamente relacionada a uma das linhas de pesquisa utilizada para descrevê-lo: “Metodologias de análise e condensação de documentos”). A forma como essa incorporação é descrita tem caráter voltado para a transferência de informação: “por meio de publicações e de treinamentos”.

O que se quer expressar com a análise da forma como as bibliotecas, o sistema de bibliotecas, os tribunais e casas legislativas são representados é que existem

diferenças de interesse nos discursos, conforme a representação e apropriação que se realizam dos atores neles presentes. As instituições mencionadas são descritas como beneficiárias das ações do GP, mas com pouca ou nenhuma participação no processo de construção do conhecimento de que se beneficiam.

Nesse sentido, há que se considerar que muitas vezes os trabalhos e conhecimentos desenvolvidos, em nível teórico e metodológico, por GP e outras instâncias acadêmicas são encaminhados como produtos para aplicação nos espaços sociais, sem que necessariamente sejam integrados para a realidade destes.

Acredita-se que essa constatação também se refira aos estudos relacionados à OC, já que os discursos de controle que a área elabora sob suas práticas se fundamentam na construção de instrumentos que contribuam para a solução dos problemas de recuperação da informação, cuja estruturação em formato dialógico tem evoluído, mas ainda está fortemente vinculada à mediação como uma prática de controle, de intervenção em que uma das partes envolvidas se sobressai.

A ISKO é também mencionada nas repercussões do GP – “Fundamentos teóricos da informação” em relação a dois projetos de pesquisa (são mencionados 4 projetos no total). Nesse sentido, o discurso da ISKO é tomado de significância, uma vez que serve de universo empírico para as pesquisas que o grupo realiza relacionadas à classificação, conforme descrito na categoria anterior.

- O conceito de classificação na Ciência da Informação: uma análise da literatura sobre organização do conhecimento no universo da International Society for Knowledge Organization - ISKO (2014-).

- Perspectivas metodológicas na pesquisa sobre classificação: uma análise da literatura sobre organização do conhecimento no universo da International Society for Knowledge Organization - ISKO (2014-).

Recorda-se o apontamento realizado no capítulo 3, quando o periódico *Library Classification* teve sua designação alterada para *Knowledge Classification* e, em que, Dahlberg (1993, 2006) justifica a mudança, entre outros fatores, pelo fato de a OC abranger temáticas mais abrangentes que a classificação. Rememora-se essa informação no sentido de que, por mais que a OC reivindique para si outras questões extra classificação, esta permanece inerente às propostas desenvolvidas pela área.

Acredita-se que isso se deva ao fato de que o conceito de classificação compreende um escopo grande de ações e práticas vinculadas à OC, já que classificar se configura em uma das formas mais simples de agrupar coisas por semelhanças e diferenças em meio à multiplicidade de objetos que existem. É um processo de abstração, ou seja, é uma prática intrínseca aos processos mentais humanos, pautada pelos conceitos que as pessoas têm sobre as coisas, conforme enfatizam Bräscher e Carlan (2010, p. 157), “[...] É um processo de seleção de ideias ou objetos em grupos, conforme suas qualidades semelhantes e diferenças específicas [...]”.

Essa prática, considerada também social, permite que o sujeito contextualize o tempo e o espaço; identifique fatos e atores sociais; faça agrupamentos por semelhanças e diferenças. Se, inicialmente, a classificação esteve vinculada à ordenação física de documentos na Biblioteconomia, com o tempo se ampliou para as várias formas de possibilitar ordenamento.

Outro grupo de pesquisa que apresentou de forma nomeada e explícita atores sociais relacionados à sua atuação foi o GP – “Organização do conhecimento e uso de tecnologias digitais em museus, arquivos e bibliotecas”, vinculado ao PPGCI IBICT:

Repercussões dos trabalhos do grupo: [...] Como aplicação prática está sendo desenvolvido o projeto Museu Virtual de Instrumentos Musicais Delgado de Carvalho, aprovado no Edital da FAPERJ de Apoio à Produção e Divulgação das Artes no Estado do Rio de Janeiro, 2011. O projeto visa à criação do primeiro Museu Virtual de instrumentos musicais no Brasil, tendo como acervo fundamental os instrumentos musicais e itens documentais do Museu Delgado de Carvalho, sediado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que atualmente está desativado. [...]. O projeto multidisciplinar tem a participação de pesquisadores e profissionais de diversas áreas: música, organização do conhecimento, preservação de acervo, sistemas de informação e divulgação científica unindo duas instituições que têm se debruçado em pesquisas nestas áreas: a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Considera-se pela análise do excerto acima que foram representados de maneira nomeada o *Museu Virtual de Instrumentos Musicais Delgado de Carvalho*, o *Museu Delgado de Carvalho*, a *Universidade Federal do Rio de Janeiro* e o *Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia*. A atuação desse GP se volta para a organização do conhecimento com foco na área cultural, tanto que o produto

ao qual é dado destaque nas repercussões de seus trabalhos é a construção do primeiro museu virtual de instrumentos musicais no Brasil.

Os atores mencionados demonstram a construção de aliança e de parceria entre duas importantes instituições brasileiras (UFRJ e IBICT), bem como a ênfase em uma instituição de memória (museu), levando em consideração uma temática específica (instrumentos musicais). Outro elemento de relevância mencionado é o projeto que é descrito como meio que possibilita a construção do museu virtual e, além disso, foi aprovado em edital da Fundação de fomento a pesquisa do Rio de Janeiro.

Nesse contexto, a organização do conhecimento é aplicada à realidade de uma instituição de memória, mediada pelo contexto tecnológico e pelas práticas da CI, com destaque para aquelas relacionadas à OC. Dos atores mencionados, a questão que se realça é a aplicação de metodologias da OC para disponibilização à sociedade de um acervo rico – os instrumentos musicais do acervo de Delgado de Carvalho.

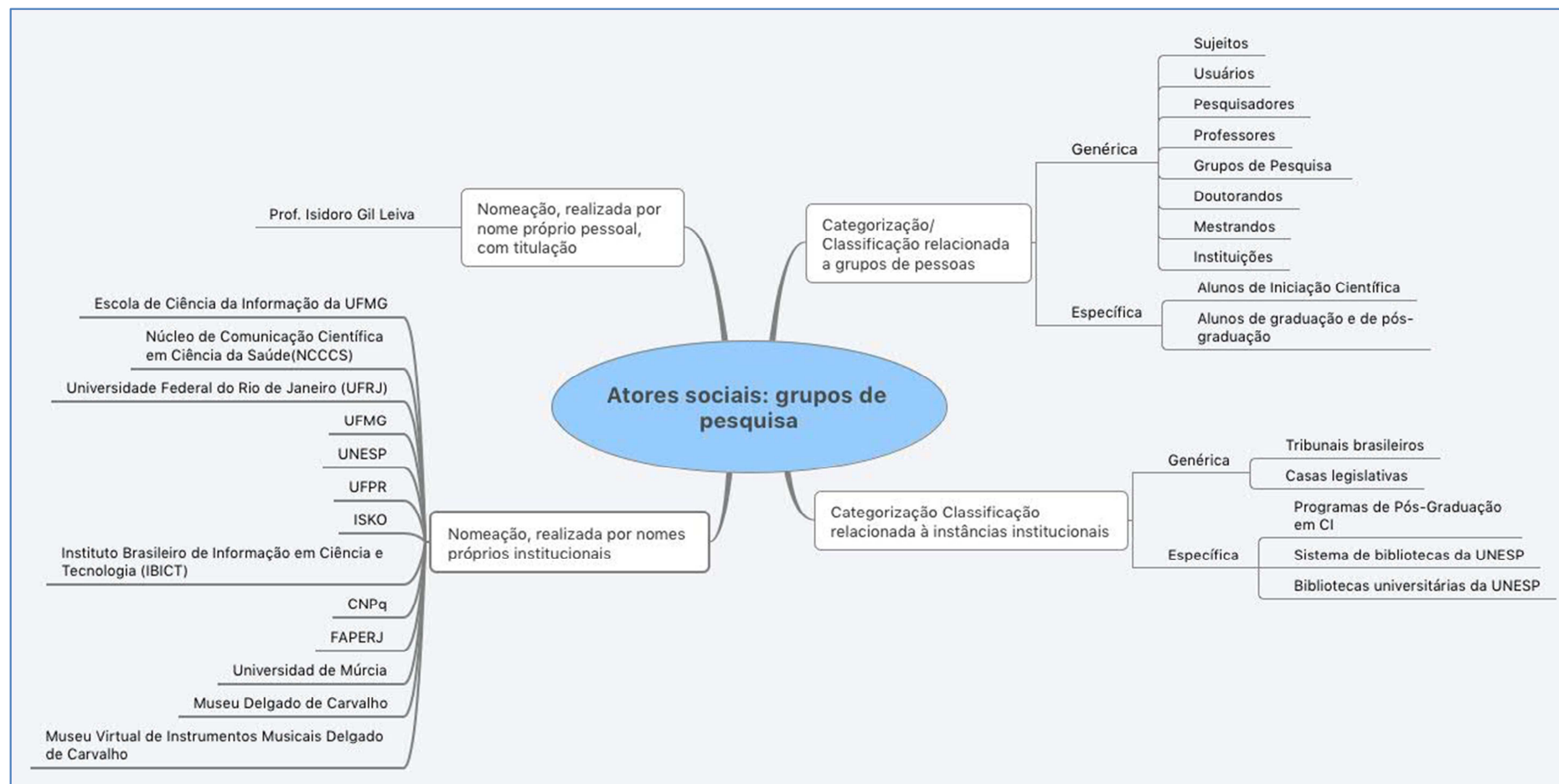
c) Diferentes designações utilizadas para representar o público relacionado à OC

Van Leeuwen (1997), um dos analistas críticos mais expoentes no estudo da representação dos atores sociais, questiona no início de um dos seus principais trabalhos quais as escolhas que a língua⁹² possibilita para representar as pessoas. Já Fairclough (2003) menciona que os atores sociais normalmente são participantes na oração, mas também podem ser apresentados por meio de circunstâncias. Contudo, apenas indivíduos (ou coletividades que os representem) podem ser considerados agentes sociais; aos objetos, essa função não é atribuída.

A Figura 26 apresenta a compilação dos principais atores sociais recuperados no universo textual dos GP apresentados a partir das formas mais genéricas (sujeitos, usuários, etc.) até aquelas nomeadas de forma específica (Universidad de Múrcia, CNPq, FAPESP, entre outras):

⁹² No original Van Leeuwen (1997, p. 169) se volta para o inglês: “Que escolhas nos apresenta a língua inglesa para nos referirmos às pessoas?”.

Figura 26 – Formas empregadas para designar atores relacionados às práticas informacionais



Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

Sob essa perspectiva, a descrição de atores sociais realizada nesta subseção não se concentra no papel ocupado pelos indivíduos nas orações, mas na forma como foram denominados e nas implicações dessas representações no âmbito da OC. Por exemplo, designar a audiência de um serviço de informação, sistema de informação ou de qualquer uma das instituições de memória mencionadas nos textos (biblioteca, arquivos e museus, entre outras) como usuário, receptor ou agente resulta em diferentes formas de se pensar e desenvolver discursivamente a OC, conforme apontado em relação a essa mesma categoria no capítulo 5.

Outro aspecto importante se refere aos atores classificados quando apresentados de forma genérica ou específica, como se observa em relação aos indivíduos expostos no primeiro quadro à direita da Figura 26. Na descrição dos GP os membros foram descritos como pesquisadores, professores, doutorandos e mestrandos, em nível mais genérico, e ainda, alunos de graduação e pós-graduação, alunos de iniciação científica. Em contrapartida, ao se descrever os atores relacionados às práticas desenvolvidas na OC, os beneficiários delas, a designação empregada foi a de sujeitos e usuários.

Nesse sentido, se recorda o eixo do controle mencionado na categoria da Interdiscursividade e a valorização do papel de mediação atribuído às propostas da OC, já que os indivíduos relacionados às instâncias que a estudam e executam são representados por características que os valorizam enquanto mediadores e os beneficiários de suas ações de maneira genérica: sujeitos ou usuários, o que inclusive está consoante com as designações recuperadas nas AC e LP dos PPGCI descritas no capítulo anterior.

As diferenças de representação ficam bem claras ao se comparar os itens descritos na categoria de classificação (seja no âmbito genérico, ou no específico) com a de nomeação. Os nomes próprios institucionais mencionados se referem a importantes instâncias tanto nacionais, quanto internacionais vinculadas à pesquisa e ou ensino (UFRJ, UNESP, UFMG, IBICT, Universidade de Múrcia, entre outras), de fomento (CNPq e FAPERJ), e à OC (ISKO).

6.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Esse capítulo teve como propósito atender aos objetivos de descrever, analisar e discutir a representação da OC presente nos grupos de pesquisa selecionados, com base nas mesmas categorias sociodiscursivas da ADC aplicadas às AC e LP dos PPGCI. Nesse sentido, algumas considerações são enfatizadas:

- A tendência à ampliação dos estudos da OC, seja por meio de seus objetos, seja por meio do ambiente em que atua e das práticas a que se dedica. Nesse sentido, dá-se destaque a presença dos saberes no escopo da área, já que historicamente ela esteve relacionada ao conhecimento enquanto elemento que se vincula a teorias e metodologias específicas. Os saberes ampliam o universo da OC, possibilitando contemplar elementos com caráter socialmente mais inclusivo e desprovidos de metodologias científicas rígidas.
- No âmbito do discurso da interdisciplinaridade observa-se que a OC se relaciona com várias áreas e que este relacionamento se dá, sobretudo, em busca de metodologias e práticas a serem aplicadas nas propostas de representação. Nesse sentido, percebe-se a relevância dos estudos das Ciências da Linguagem, já que as disciplinas a ela relacionadas foram aquelas percebidas como mais próximas da OC, com destaque para a Linguística.
- A isso se relaciona a importância da linguagem nas práticas sociais contemporâneas, tanto no sentido de que possibilita ampliar as relações entre indivíduos e, conseqüentemente, a interação e participação destes nas práticas em que estão envolvidos; quanto no sentido de que a linguagem pode ser utilizada como elemento que amplia a distância entre os/as que propõem as representações e aquele/as que as utilizam.
- Dessa busca por metodologias observa-se a validação do discurso de mediação a que a OC se propõe, já que organizar é percebido como uma ação intermediária entre um universo informacional (ou outra nomenclatura que se venha a utilizar) e aquele/a que com ele interage (o demanda, utiliza, seleciona, recupera, entre outros). Nesse escopo, mediar compreende processos relacionados à modelização das reivindicações de conhecimento, o que, em muitos casos, empodera o/a(s) profissional(is), as instância(s) responsável(is) ou o(s) instrumento(s) utilizados no exercício dessa ação.

- Em relação à representação de atores sociais ratifica-se que a nomeação, seja por nomes próprios pessoais, seja por nomes próprios institucionais, tende a valorizar os indivíduos ou as instituições, como se observou em relação ao professor Isidoro Gil Leiva e a ISKO. A valorização se aplica tanto àquele/a referenciado quanto a instância que o faz, já que revela a busca por trabalho interdisciplinar e interorganizacional.

- Nesse sentido, a forma como os grupos se colocaram no discurso, tendo como parâmetro que constituem importantes instâncias da OC, revela em nível discursivo o potencial de compromisso que assumem em relação aos estudos e ações que se propõem e como se reconhecem nelas.

7 CONSIDERAÇÕES

O que eu vi, sempre, é que toda
ação principia mesmo é por uma
palavra pensada. Palavra pegante, dada ou
guardada, que vai rompendo mundo.
(ROSA, G. *Grande Sertão: Veredas*)

A relevância que a linguagem e, conseqüentemente, os discursos têm recebido nas práticas sociais contemporâneas, em nível social, cognitivo, econômico e político, repercute nas teorias, metodologias e práticas vinculadas à Organização do Conhecimento, seja aquela caracterizada como restrita (voltada para a CI), seja aquela designada como abrangente.

O Discurso, enquanto um dos momentos das práticas sociais, aquele de caráter semiótico, não as determina, pois elas são compostas também por outros elementos, mas levanta importantes considerações para que elas possam ser compreendidas e transformadas. Sob esse tocante, a análise do momento discursivo das práticas sociais não é a única possível de ser realizada e nem a definitiva, mas ao se considerar a relação dialógica existente entre os momentos que compõe as práticas sociais, deve-se considerar que cada um deles deixa traços uns nos outros.

Nesse sentido, tendo como pressuposto que a Organização do Conhecimento é uma área de ensino e pesquisa, bem como de atividades práticas, constituindo-se como uma prática social que possui o Discurso como um de seus momentos, a análise da dimensão discursiva da área contribuiu para revelar a forma como as relações sociodiscursivas em seu interior se desenvolvem. Apresentou-se como dimensão discursiva a possibilidade de se compreender aspectos relacionados a uma análise crítica, orientada por questões linguísticas e sociais.

As representações dos PPGCI e dos GP descritas, analisadas e discutidas ao longo desta tese contribuiriam para a compreensão da existência de relações sociodiscursivas variadas e heterogêneas na OC, bem como para o entendimento de como as representações em torno da área têm sido construídas na CI brasileira.

A princípio, deve-se considerar que existe considerável imprecisão terminológica na área, inclusive na designação do que é a OC, bem como nos termos e expressões utilizados para expressá-la e, também, a ela relacionados. Esse fato indica que não há uma universalização em nível discursivo (FAIRCLOUGH, 2003), já que representações variadas contribuem para que mais vozes sejam percebidas nos discursos.

Entretanto, pela OC ser uma disciplina científica que, inclusive, busca se fortalecer e consolidar, a pluralidade terminológica pode também ser compreendida como ausência de consenso na área e, ainda, dificultar a compreensão de um núcleo

comum do qual partem estudos variados. Acredita-se ser importante a existência de múltiplos termos, mas desde que as diferenças entre eles sejam explicitamente descritas, para que não levem ao entendimento de modismos de nomenclatura ou esvaziamento das ações realizadas na área.

Como itinerário para o nivelamento desse impasse, encontrou-se como alternativa abordar a Organização do Conhecimento como uma instância que discorre sobre as reivindicações do conhecimento apresentadas em registros potencialmente informativos (documentos), com base na visão social e pragmática da informação e do conhecimento. O que, portanto, não faz da informação um nível antecessor do conhecimento, mas um elemento a ele conjugado, sobretudo na esfera da representação e da significação.

Contudo, no decorrer da pesquisa percebeu-se que não apenas informação e conhecimento são elementos fundamentais para a OC, dada a relação que guardam, mas também os saberes de maneira plural e inclusiva, já que se observou que estes também são representados como objetos da OC.

Acredita-se que essa ampliação de escopo esteja relacionada com a perspectiva mais elitista que foi atribuída ao conhecimento ao longo da formação da CI, que muitas vezes contribuiu para consolidar visões em que não são contempladas formas mais plurais e flexíveis de se conhecer e interagir com a realidade. Nesse segmento, a OC contempla não só reivindicações de conhecimentos, mas também reivindicações de saberes de âmbito plural, individual e coletivamente construídos, em diferentes ambientes.

Aliada a essa questão pôde-se observar a expansão do campo de atuação da OC que tradicionalmente esteve voltado para a análise de domínios com enfoque em registros documentais. Essa expansão é percebida, sobretudo, pela abordagem da OC com enfoque na área sociocultural e também no contexto digital. A primeira é apreendida na inserção da cultura e dos saberes nos discursos das áreas de concentração e linhas de pesquisa dos PPGCI, o que reverberou na descrição dos grupos de pesquisa por meio dos equipamentos culturais, na presença de museus e arquivos, entre outros.

O contexto digital atua como a cena contemporânea da OC em vários sentidos, já que é aquele no qual grande parcela das práticas e ações relacionadas à área tem

sido exercidas, bem como o ambiente em que os registros com potencial informativo (documentos em sentido geral) têm sido criados, divulgados, usados e reutilizados. Com isso se observa que se na OC expressões como vocabulários controlados e linguagens documentárias eram aquelas predominantes, hoje, em grande parcela em decorrência do contexto digital, tem-se a ampliação desse vocabulário para práticas e instrumentos até então incomuns, como web semântica, folksonomias, tagging literary e ontologias.

O objeto da OC, tomado em seu sentido clássico – os domínios do conhecimento, empodera a área e a torna distinta, por exemplo, da própria organização da informação relegada sob a visão comum a dedicar-se a representação descritiva dos documentos e, conseqüentemente, mais objetiva e técnica. Nesse sentido, a expansão do objeto da OC não resolve o litígio que a área possui com a OI, mas demonstra a abertura da área para aquilo a que se propõe a organizar, tanto no âmbito conceitual, quanto na multiplicidade de ambientes a que se dedica.

Aliado a isso tem-se o discurso voltado à interdisciplinaridade em que se observa o vínculo da OC com áreas variadas, como as Ciências da Linguagem, Ciência da Computação, Comunicação, Epistemologia, Filosofia, Lógica, Ciências Cognitivas e Sociologia. Algumas dessas áreas construíram relações mais fortes com a OC, como a Ciência da Computação e as Ciências da Linguagem.

A relação da OC com a CC se realiza na interação existente entre profissionais das duas áreas, mas também em relação ao contexto/ambiente digital vigente e emergente, em que as tecnologias de informação e comunicação e, conseqüentemente, a linguagem recebem papel de destaque. Esse ambiente não é resultado da CC, mas fortemente influenciado pelos avanços da área, o que repercute nas teorias, ações, processos e práticas exercidas na área, fato por exemplo que pode ser relacionado a presença dos estudos sobre ontologias na OC.

Nesse sentido, pôde-se perceber que o pressuposto apresentado na Introdução deste trabalho relacionado à tendência de desenvolvimento de estudos vinculados às TIC na OC é legítimo, ainda que a área não seja a única, ou a que sobressai no discurso interdisciplinar que tem sido construído na OC. Todavia, se comparadas a presença e influência das TIC com as bases teóricas do processo classificatório relacionado à Biblioteconomia nos discursos analisados, percebe-se que as

primeiras ocupam papel de destaque, já que o contexto digital é arena principal em que se desenvolvem e que tem promovido mudanças nas bases da OC.

Resta esclarecer que ainda que as bases teóricas sejam recuperadas de forma episódica, elas constituem fundamento para outras ações desenvolvidas no âmbito das TIC, das CC e do contexto digital como um todo, das quais dá-se destaque às ontologias que, em análise última, constituem processos classificatórios desenvolvidos por meio de inferências e suporte das tecnologias.

Em nível de interdisciplinaridade, as disciplinas que se manifestaram mais convergentes com a OC foram aquelas relacionadas às Ciências da Linguagem. Linguística, Análise de Discurso, Semiótica, Teorias da Linguagem, Filosofia da Linguagem foram algumas das disciplinas recuperadas, com destaque para Linguística.

Nesse sentido, a construção interdisciplinar privilegiou a procura por métodos e teorias dos estudos da linguagem que potencializem e subsidiem os processos e instrumentos com os quais a OC trabalha. O que a nosso ver constitui uma das formas de qualificar e operacionalizar a mediação a que a área se propõe e aumentar o alcance dos objetos a que se dedica.

A ação de mediação relacionada à OC consiste em vários aspectos na expansão de práticas de controle relacionadas a informações e conhecimentos e, de empoderamento dos atores que as executam, já que organizar conhecimentos também implica aplicar modelos de mundo, os quais podem não ser compartilhados entre os envolvidos e, ainda, relacionar-se a visões específicas.

Por mais que a visão contemporânea de CI busque um discurso de autonomia dos indivíduos, o que, inclusive, relaciona-se à perspectiva das TIC e da configuração do capitalismo atual voltado à individualidade, o discurso da área ainda está fortemente vinculado às práticas de controle, ainda que essas objetivem possibilitar a recuperação e o acesso à informação e aos documentos. Por esse motivo, a visão de Fairclough que o significado representacional da linguagem está vinculado ao eixo do conhecimento que, por sua vez, remete as ações de controle sobre as coisas é fundamental para o reconhecimento das relações sociodiscursivas presentes na OC.

Em síntese, esta tese esclarece que:

- A OC está representada por meio de entidades heterogêneas, o que não nos permite falar em um discurso da área de modo absoluto e homogêneo, mas em diferentes discursos que emanam do próprio caráter interdisciplinar que lhe subjaz.
- As práticas de mediação circunscritas nos estudos, processos e práticas relacionados à Organização do Conhecimento são compreendidas como relações de controle que a área exerce em relação aos domínios do conhecimento que se propõe a organizar. Nesse sentido, quanto mais dialógicas e colaborativas essas práticas venham a ser exercidas, mais flexíveis e inclusivas tendem a ser as relações sociodiscursivas que promovem.

Finalizo, com a expectativa de que esta tese possa contribuir para uma discussão crítica acerca da Organização do Conhecimento na Ciência da Informação, mas com a compreensão de que se trata de uma contribuição limitada, à qual sugere-se que se somem outras, pois conforme epígrafe deste capítulo “toda a ação principia mesmo é por uma palavra [...] que vai rompendo mundo”.

7.1 PERSPECTIVAS FUTURAS DE PESQUISA

Todo estudo é incompleto, já que ao se escolher um caminho a ser seguido, obrigatoriamente, abdica-se de outros. Essa pesquisa não deixa de assim se caracterizar e ao final da trajetória foram percebidas várias oportunidades de melhoria e aperfeiçoamento do trabalho, que se acredita possam servir de base para novas pesquisas. A seguir, os principais aspectos identificados:

- **Diversificar e aprimorar a fonte de dados e de informações para análise:** Sugere-se que a pesquisa seja estendida a outros universos discursivos, como, por exemplo, a informações referentes a estudos etnográficos que se valham de técnicas como entrevistas, pesquisas de campo, entre outras. A análise de outros universos, em especial sob a característica citada, tende a complementar os apontamentos apresentados nesta tese, já que se partiu de fontes de cunho mais orientado à formalidade e oficiais (no quesito de estarem publicadas em sites e bases de dados na Internet).

- **Aprofundar na teoria social crítica:** A abordagem da Análise de Discurso Crítica de Fairclough (2001, 2003) é bastante diversificada e, como já mencionado nesta tese, o estudioso se vale com muita propriedade de teóricos/as da pesquisa e crítica social em suas considerações sobre o Discurso. Como esse trabalho situa-se no escopo da Ciência da Informação, foi dada ênfase às convergências dessa área com a ADC, entretanto observou-se que um aprofundamento nas teorias sociais críticas pode elucidar várias questões. Dessa forma, acredita-se que o aprofundamento em autores, como Thompson, Bhaskar e o próprio Halliday tende a apresentar novos resultados e contribuir para a evolução da OC.

- **Expandir os estudos em ADC na OC,** como, por exemplo, a aplicação dos outros significados do Discurso (tomado de sua ótica abstrata), os modelos de (inter)agir (gêneros) e de se identificar (estilos), e, por sua vez, em outras categorias de análise, uma vez que essa pesquisa centrou-se no significado representacional. Acredita-se, por exemplo, que a análise das identidades no âmbito dos atores da OC tendo como universo, por exemplo, as reuniões do GT-2 do Enancib podem contribuir para o avanço da área.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ALVES, A. R. C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. *Lua Nova*, São Paulo, n. 80, p. 71-96, 2010.
- ARAÚJO, C. A. A. Fundamentos da ciência da informação: correntes teóricas e o conceito de informação. *Perspectivas em Gestão e Conhecimento*, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 57-79, jan. /jun. 2014.
- ARAÚJO, C. A. A. O conceito de informação na ciência da informação. *Informação e Sociedade*, João Pessoa, v. 20, n. 3, p. 95-105, set./dez. 2010.
- ARBOIT, A. E. *O processo de institucionalização sociocognitiva do domínio de Organização do Conhecimento a partir dos trabalhos científicos dos congressos da ISKO*. 285 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BÁRBARA, L.; MACÊDO, C. M. Linguística Sistêmico-Funcional para análise de discurso: um panorama introdutório. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 10, n. 1, p. 89-107, 2010.
- BARBOSA, R. R. et al. Novo nome e novo paradigma: da Biblioteconomia à Ciência da Informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 5, nov. 2000. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/557/339>>. Acesso em: 16 out. 2017.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER; M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BHASKAR, R. *A Realist Theory of Science*. New York: Routledge, 2008.
- BLISS, H. E. *Organization of knowledge in libraries and the subject-approach to books*. New York: The H. W. Wilson Company, 1933.

BLISS, H. E. *The Organization of Knowledge and the System of the Sciences*. New York: H. Holt and Company, 1929.

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9, 2008, São Paulo, *Anais...* São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <<http://www.enancib2008.com.br>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

BRÄSCHER, M.; CARLAN, E. Sistemas de organização do conhecimento: Antigas e novas linguagens. In: ROBREDO, J.; BRÄSCHER, M. (Org.). *Passeios pelo bosque da informação: estudos sobre representação e organização*. Brasília: IBICT, 2010.p. 147-176.

BRASIL. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação. Site institucional. 2016. Disponível em: <<http://www.ancib.org.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

BROOKES, B. C. The foundation of Information Science. *Journal of Information Science*, v. 2, part I, p. 125-133; part II, p. 209-221; v. 3, part IV, p. 3-12, 1980/1981.

BUCKLAND, M. K. Information as a thing. *Journal of The American Society for Information Science*, Malden, v. 42, n. 5, p. 351-360, June 1991.

BURKE, P. *Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAETANO, C. J. M. *Medicina paliativa e análise de discurso crítica: identidade, ideologia e poder*. 413 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. *Enl@ace: Revista Venezolana de Información, Tecnología y Conocimiento*, año 4, n. 1, p. 11-29, enero/abril 2007. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2281778>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

CASTELLO, L. A.; MÁRSICO, C. T.; XAVIER, I. M. *Oculto nas palavras: dicionário etimológico para ensinar e aprender*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinbourg: Edinbourg University, 1999. (Critical Discourse Analysis Series).

DAHLBERG, I. Brief communication: What is knowledge organization? *Knowledge Organization*, Wurzburg, n. 41, v. 1, p. 85-91, 2014.

DAHLBERG, I. Current trends in knowledge organization. In: ENCUESTRO DE, ISKO-ESPAÑA, I, 1993, Madrid. *Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación*. Zaragoza, 1995. p. 7-25.

DAHLBERG, I. Knowledge Organization: A New Science? *Knowledge Organization*, Wurzburg, n. 33, v. 1, p. 11-19, 2006.

DAHLBERG, I. Why “*Knowledge Organization*”? The reasons for IC's change of name. *Knowledge Organization*, Wurzburg, n. 20, v. 1, 1993. Editorial.

DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Site institucional. 2016/2017. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

DODEBEI, V. Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social? *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*, v. 12, n. 2, abr. 2011.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London; New York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Coordenação da tradução: Izabel Magalhães. Brasília: Ed. UnB, 2001. Publicado originalmente em 1992, sob o título de *Discourse and social change*.

FARRADANE, J. The basis for a theory of information retrieval. *ACM*, New York, v. 16, n. 1, p. 1-3, May 1981. Proceedings of the 4th Annual International ACM SIGIR Conference on Information Storage and Retrieval: Theoretical Issues in Information Retrieval.

FARRADANE, J. The nature of information. *Journal of Information Science*, London, v. 1, n. 3, p. 13-17, 1979.

FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Tradução: Joice Elias Costa. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

FLORIDI, L. *Information: a very short introduction*. New York: Oxford University, 2010.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007. Edição original publicada em 1969.

FREITAS, L. S. de. A análise de discurso e o campo informacional usos atuais e alcance epistemológico: uma atualização. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 32-55, 2010.

FREITAS, L. S. de. *Na teia dos sentidos: análise do discurso da ciência da informação sobre a atual condição da informação*. 245 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FUNDAÇÃO CAPES. Página da Internet. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. Campinas, SP: Mercado Letras, 2014. (Coleção as Faces da Língua Aplicada).

FUZER, C.; TICKS, L.; CABRAL, S. R. S. Análise sistêmico-funcional como suporte para leitura de textos: o caso da cerveja Devassa. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 12, n. 4, p. 883-909, 2012.

GOUVEIA, C. A. M. Texto e gramática: uma introdução à linguística sistêmico-funcional. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, jan.jun. 2009.

GRACIOSO, L. de S.; SALDANHA, G. S. *Ciência da informação e filosofia da linguagem*. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2011.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUEDES, R. de M. *O princípio da garantia semântica e os estudos da linguagem*. 2017. 153 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, 2016.

GUIMARÃES, J. A. C. Abordagens teóricas de tratamento temático da informação: catalogação de assunto, indexação e análise documental. *Ibersid*, p. 105-117, 2009.

GUIMARÃES, J. A. C. Análise de domínio como perspectiva metodológica em organização da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 43, n. 1, jan. abr./2014. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/2368/2021>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Arnold, 1998.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. *An introduction to functional grammar*. 3rd. Ed. London: Arnold, 2004.

HARVEY, D. *Justice, nature, and the geography of difference*. Malden, MA: Blackwell, 1996.

HJØRLAND, B; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in Information Science: Domain-Analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 46, n. 6, p. 400-425, 1995.

HJØRLAND, B. Concept theory. *Journal of American Society for Information Science and Technology*, v. 60, n. 8, p. 1519-1536, 2009.

HJØRLAND, B. Domain analysis in Information Science: eleven approaches – traditional as well an innovative. *Journal of Documentation*, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002.

HJØRLAND, B. Facet analysis: The logical approach to knowledge organization. *Information Processing and Management*, v. 49, p. 545-557, 2012a.

HJØRLAND, B. Is classification necessary after Google? *Journal of Documentation*, v. 68, n. 3, p. 299-317, Apr. 2012b.

HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization (KO)? *Knowledge Organization*, v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008.

JAPIASSU, H. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KOBASHI, N. Y. Análise documentária e representação da informação. *Informare*, Cad. Prog. Pós-Grad. Ci. Inf., Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 5-27, jul./dez. 1996.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. Hegemony: the genealogy of a concept. In: _____. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. 2. ed. London: Verso, 2001. A primeira edição a obra foi publicada em 1985 pela mesma editora.

LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos: teoria e prática*. 2. ed. Brasília: Brique de Lemos Livros, 2004.

LARA, M. L. G. de; SMIT, J. W. Os ENANCIBs e a Ciência da Informação brasileira: introdução. In: _____ (Org.). *Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil*. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2010.

LAVILLE, C.; DIONE, J. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Revisão técnica e adaptação da obra: Lana Mara Siman. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LE COADIC, Y. *A ciência da informação*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LUSSATO, B. *Informação, comunicação e sistemas: teoria da mprinting e elementos para uma teoria da informação psicológica: ensaios*. Lisboa: Dinalivro, 1995 apud SILVA, A. M. da. Conhecimento/Informação: sinonímia e/ou diferenciação? In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação*. Brasília: Thesaurus, 2003. (Estudos Avançados em Ciência da Informação; 3). p. 23-41.

MAGALHÃES, I. Introdução: a análise de discurso crítica. *DELTA*, São Paulo, v. 21, n.spe., p. 1-9, 2005.

MAGALHÃES, I. Teoria crítica do discurso e texto. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, v. 4, n.spe., p. 113-131, 2004.

MARTIN, J. R.; MATHIESSEN, C. M. I. M.; PAINTER, C. *Deploying functional grammar*. Beijing: The Commercial Press, 2010.

MARTINS, G. K. *Institucionalização cognitiva e social da Organização e Representação do Conhecimento na Ciência da Informação no Brasil*. 184 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

MARTINS, G. K. *Institucionalização cognitiva e social da Organização e Representação do Conhecimento na Ciência da Informação no Brasil*. 184 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

MEY, E. *Não brigue com a catalogação*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2003.

MORIN, E. *A religação dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

NAVES, M. M. L. A importância de Ranganathan na organização do conhecimento. In: NAVES, M. M. L.; KURAMOTO, H. *Organização da informação: princípios e tendências*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2006.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

ORRICO, E. A ISKO Brasil e os grupos de pesquisa em organização do conhecimento. In: GUIMARÃES, J. A. C.; DODEBEI, V. *Organização do conhecimento e diversidade cultural*. Marília: ISKO-Brasil; FUNDEPE, 2015. p. 688-695.

ORTEGA, C. D. Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 14, número especial, p. 59-79, 2009.

PATTUELLI, M. C. Knowledge organization landscape: a content analysis of introductory courses. *Journal of Information Science*, v. 36, n. 6, p. 812-822, 2010.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.

PINHEIRO, L. V. R. Cenário da pós-graduação em ciência da informação no Brasil, influências e tendências. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., Salvador, 2007. *Anais eletrônicos*. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT1--226.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

RAMALHO, V. Análise de Discurso e Realismo Crítico: princípios para uma abordagem crítica explanatória do discurso. In: Conferência Anual da Associação Internacional para o Realismo Crítico, 12., 2009. *Anais...* Niterói, RJ, 2009. p. 1-19.

RAMALHO, V. Análise de Discurso e Realismo Crítico: princípios para uma abordagem crítica explanatória do discurso. In: Conferência Anual da Associação Internacional para o Realismo Crítico, 12., 2009. *Anais...* Niterói, RJ, 2009. p. 1-19.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. de M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes, 2011.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. de M. *Análise do discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006. Coleção Linguagem e Sociedade, v. 1.

RESENDE, V. de M. *Análise de discurso crítica e etnografia: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise e o protagonismo juvenil*. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SANTOS JUNIOR, R. L. PINHEIRO, L. V. R. A infra-estrutura em informação científica e em ciência da informação na antiga União Soviética (1917-1991). *Encontros Bibli (Online)*, v. 15, p. 24-51, 2010.

SEGUNDO, P. R. G. Linguística Sistêmico-Funcional e Análise Crítica do Discurso: explorando convergências e explicitando especificidades. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 1282-1297, set./dez. 2014.

SILVA, A. M. da. Conhecimento/Informação: sinonímia e/ou diferenciação? In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação*. Brasília: Thesaurus, 2003. (Estudos Avançados em Ciência da Informação; 3). p. 23-41.

SILVA, A. R. da; BAPTISTA, D. M. Abordagens de análise de discurso na ciência da informação: panorama dos estudos brasileiros. *Informação & Sociedade*, João Pessoa, v. 25, p. 89-103, maio/ago. 2015.

SILVA, E. C. M. da. Do discurso à gramática: um enfoque crítico e funcional de gêneros. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 11, n. 2, p. 62-76, 2010.

SMIRAGLIA, R. P. *The Elements of Knowledge Organization*. New York: Springer, 2014. E-book. DOI 10.1007/978-3-319-09357-4.

SOMEKH, B. et al. Pesquisa nas ciências sociais. In: SOMEKH, B.; LEWIN, C. (Org.). *Teoria e métodos de pesquisa social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

SOUZA, M.; MENDES, W. V. Uma análise sistêmico-funcional do dizer em artigos científicos de graduandos. *DELTA*, São Paulo, v. 28, n. spe, p. 537-560, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502012000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 jul. 2017.

SOUZA, R. F. de. Organização do conhecimento. In: TOUTAIN, L. M. B. B. (Org.). *Para entender a ciência da informação*. Salvador: EDUFBA, 2007. (saladeaula; 6); p. 103-123.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 2013. 175 p.

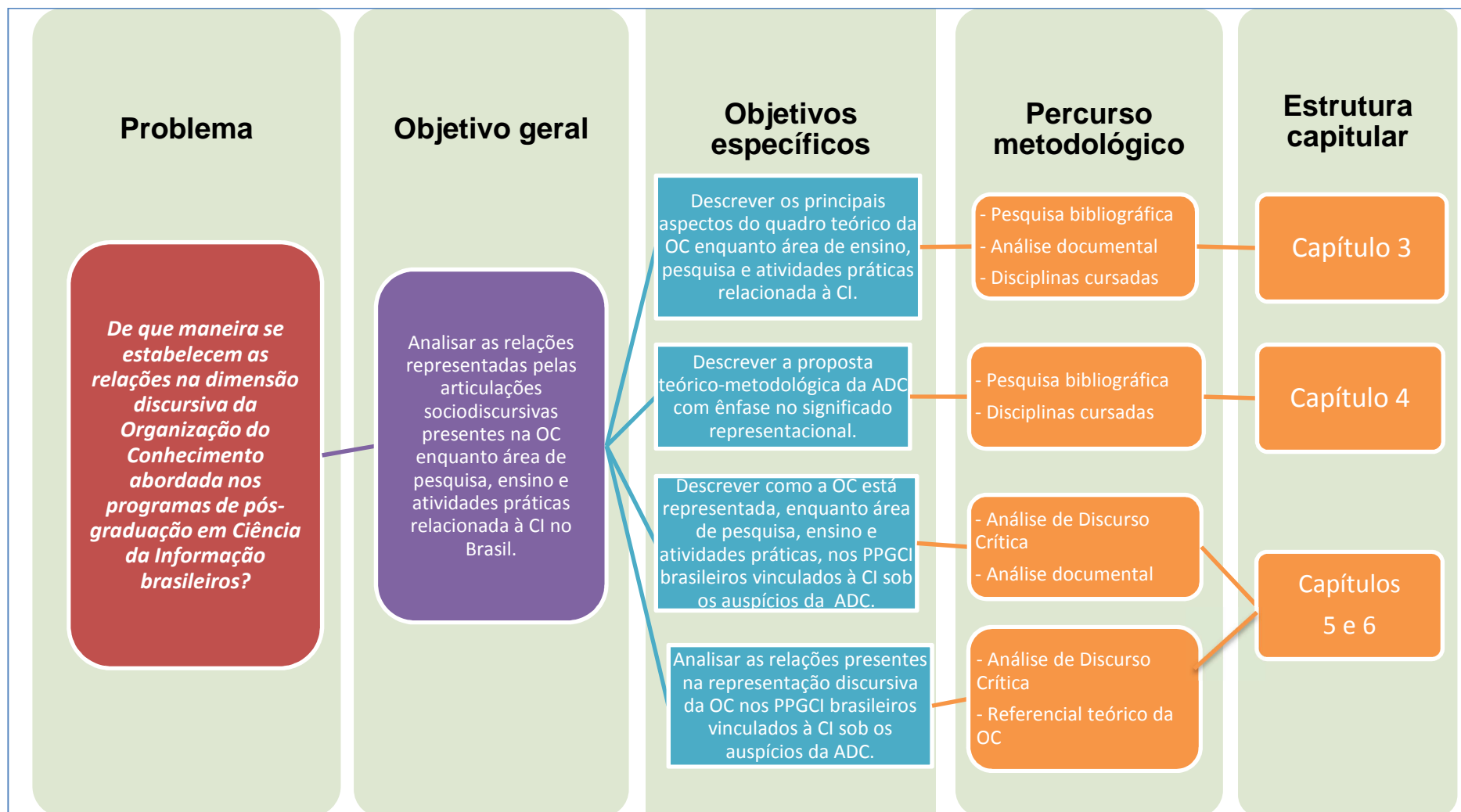
VAN LEEUWEN, T. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, E. R. (Org.). *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, c1997. 396 p. p. 169-222.

VAN LEEUWEN, T. Representing social actors. In: _____. *Discourse and practice: new tools for critical discourse analysis*. 2008. p. 22-54.


VICKERY, B. C. *Classificação e indexação nas ciências*. Rio de Janeiro: Brasilart, 1980. 274 p. (Coleção Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação).

VOGEL, M. J. M.; KOBASHI, N. Y. Avaliação da pós-graduação no Brasil: seus critérios. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., João Pessoa, 2015. *Anais...* Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/3124/1150>>. Acesso em: 25 set. 2017.

APÊNDICE A – DESENHO CONCEITUAL E METODOLÓGICO DA PESQUISA



APÊNDICE B – UNIVERSO GERAL DE GRUPOS DE PESQUISA

 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico		
Consulta Parametrizada		
N.	INSTITUIÇÃO	GRUPO
1	Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia	Acesso Aberto à Informação Científica
2		Comunicação e Divulgação Científicas
3		Cultura e processos infocomunicacionais
4		Ecce Liber: filosofia, linguagem e organização dos saberes
5		Estrutura e fluxo da informação
6		Estudos e Práticas de Preservação Digital
7		Estudos sobre ferramentas para gestão de redes de participação social
8		Filosofia e Política da Informação
9		Informação, conhecimento e mudança sociotécnica
10		Informação, conhecimento, inovação e sustentabilidade ambiental
11		Informação, Memória e Sociedade
12		Organização do Conhecimento
13		Organização do conhecimento e uso de tecnologias digitais em museus, arquivos e
14		Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-i)
15		Pesquisas teóricas e empíricas sobre cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação
16		Tecnologia de Informação e Sociedade
17		Teoria, Epistemologia e Interdisciplinaridade em Ciência da Informação
18		Transformações da paisagem, informação e memória
19	Universidade de São Paulo	BIBLIOTHECA DISCIPLINATA
20		CEDUS - Design de Sistemas Virtuais Centrado no Usuário
21		Cidade do Conhecimento
22		Deleuze e a Ciência da Informação
23		Humanidades Digitais
24		Infoeducação
25		Informação, Dados e Tecnologia
26		Inteligência Competitiva com Enfoque Empreendedor
27		NEWSDA - Núcleo de Estudos em Web Semântica e Dados Abertos
28		NPT - Núcleo para o Desenvolvimento em Tecnologias e Ambientes Educacionais (2002)
29		Núcleo de Pesquisa e Tecnologia em Produção Científica
30	Observatório do Mercado de Trabalho em Informação e Documentação	
31	PRACTIC - Grupo de Estudos de Práticas Culturais e Tecnologias de Informação e Comunicação	
32	Práticas e reflexões sobre biblioteca escolar	
33	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Análise Documentária
34		Comportamento e competência informacionais
35		Diplomática Arquivística
36		ESTUDOS MÉTRICOS EM INFORMAÇÃO
37		Formação e atuação profissional em organização da informação
38		Fundamentos Teóricos da Informação
39		InCognITA: Inovações em Cognição, Informação, Tecnologia, Aprendizagem
40		Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional
41		Linguagem, discurso e organização do conhecimento
42		Novas Tecnologias em Informação
43		Representação Temática da Informação
44	Universidade Federal de Minas Gerais	Estudos cognitivos em Ciência da Informação
45		Fundamentos teóricos, metodológicos e históricos da Organização da Informação
46		Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar
48		Informação Cultura e Sociedade
49		Memórias da repressão e da resistência e justiça transicional no Cone Sul.
50		Núcleo de Estudos das Mediações e Usos Sociais dos Saberes e Informações em Ambientes Digitais (NEMUSAD)
51		Práticas Informacionais

APÊNDICE C – RANQUEAMENTO DO UNIVERSO DE GRUPOS DE PESQUISA

ANÁLISE DOS GRUPOS DE PESQUISA COM BASE NA ESCALA DE VÍNCULO COM A OC		
IBICT		
GRUPO	LÍDER	VÍNCULO
Organização do Conhecimento	Rosali Fernandez de Souza	ALTO
Organização do conhecimento e uso de tecnologias digitais em museus, arquivos e bibliotecas	Adriana Olinto Balleste	ALTO
Teoria, Epistemologia e Interdisciplinaridade em Ciência da Informação	Lena Vania Ribeiro Pinheiro	ALTO
Informação, conhecimento e mudança sociotécnica	Sarita Albagli	MÉDIO
Ecce Liber: filosofia, linguagem e organização dos saberes	Gustavo Silva Saldanha	MÉDIO
Estrutura e fluxo da informação	Aldo de Albuquerque Barreto	MÉDIO
Acesso Aberto à Informação Científica	Bianca Amaro de Melo	MÉDIO
Comunicação e Divulgação Científicas	Lena Vania Ribeiro Pinheiro	BAIXO
Cultura e processos infocomunicacionais	Regina Maria Marteleto	BAIXO
Estudos e Práticas de Preservação Digital	Miguel Ángel Márdero Arellano	BAIXO
Estudos sobre ferramentas para gestão de redes de participação social	Milton Shintaku	BAIXO
Filosofia e Política da Informação	Clóvis Ricardo Montenegro de Lima	BAIXO
Informação, conhecimento, inovação e sustentabilidade ambiental	Liz Rejane Issberner	BAIXO
Informação, Memória e Sociedade	Ricardo Medeiros Pimenta	BAIXO
Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-i)	Marco André Feldman Schneider	BAIXO
Pesquisas teóricas e empíricas sobre cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação	Paulo César Gonçalves Egler	BAIXO
Tecnologia de Informação e Sociedade	Gilda Olinto de Oliveira	BAIXO
Transformações da paisagem, informação e memória	Maria de Fátima Duarte Tavares	BAIXO
USP		
GRUPO	LÍDER	VÍNCULO
Núcleo de Pesquisa e Tecnologia em Produção Científica	Marcos Luiz Mucheroni	ALTO/MÉDIO
BIBLIOTHECA DISCIPLINATA	Giulia Crippa	ALTO/MÉDIO
CEDUS - Design de Sistemas Virtuais Centrado no Usuário	Sueli Mara Soares Pinto Ferreira	MÉDIO
Deleuze e a Ciência da Informação	Solange Puntel Mostafa	MÉDIO
Cidade do Conhecimento	Gilson Schwartz	BAIXO
Humanidades Digitais	Cynthia Harumy Watanabe Corrêa	BAIXO
Infoeducação	Edmir Perrotti	BAIXO
Informação, Dados e Tecnologia	José Eduardo Santarem Segundo	BAIXO
Inteligência Competitiva com Enfoque Empreendedor	Leonardo Guimarães Garcia	BAIXO
NEWSDA - Núcleo de Estudos em Web Semântica e Dados Abertos	José Eduardo Santarem Segundo	BAIXO
NPT - Núcleo para o Desenvolvimento em Tecnologias e Ambientes Educacionais (2002)	Adriana Backx Noronha Viana	BAIXO
Observatório do Mercado de Trabalho em Informação e Documentação	Francisco Carlos Paletta	BAIXO
PRACTIC - Grupo de Estudos de Práticas Culturais e Tecnologias de Informação e Comunicação	Marco Antônio de Almeida	BAIXO
Práticas e reflexões sobre biblioteca escolar	Claudio Marcondes de Castro Filho	BAIXO
Unesp		
GRUPO	LÍDER	VÍNCULO
Análise Documentária	Walter Moreira	ALTO
Fundamentos Teóricos da Informação	Carlos Cândido de Almeida	ALTO
Linguagem, discurso e organização do conhecimento	João Batista Ernesto de Moraes	ALTO
Representação Temática da Informação	Mariângela Spotti Lopes Fujita	ALTO
Diplomática Arquivística	Natália Bolfarini Tognoli	ALTO/MÉDIO
Comportamento e competência informacionais	Helen de Castro Silva Casarin	BAIXO
ESTUDOS MÉTRICOS EM INFORMAÇÃO	Ely Francina Tannuri de Oliveira	BAIXO
Formação e atuação profissional em organização da informação	José Augusto Chaves Guimarães	BAIXO
InCognITA: Inovações em Cognição, Informação, Tecnologia, Aprendizagem	Pelópidas Cypriano de Oliveira	BAIXO
Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional	Marta Lígia Pomim Valentim	BAIXO
Novas Tecnologias em Informação	Silvana Aparecida B. Gregorio Vidotti	BAIXO
UFMG		
GRUPO	LÍDER	VÍNCULO
Fundamentos teóricos, metodológicos e históricos da Organização da Informação	Cristina Dotta Ortega	ALTO
Núcleo de Estudos das Mediações e Usos Sociais dos Saberes e Informações em Ambientes Digitais (NEMUSAD)	Maria Aparecida Moura	ALTO/MÉDIO
Estudos cognitivos em Ciência da Informação	Monica Erichsen Nassif	BAIXO
Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar	Bernadete Santos Campello	BAIXO
Informação Cultural e Sociedade	Maria Guiomar da Cunha Frota	BAIXO
Memórias da repressão e da resistência e justiça transicional no Cone Sul	Maria Guiomar da Cunha Frota	BAIXO
Práticas Informacionais	Adriana Bogliolo Sirihal Duarte	BAIXO

ANEXO A – DESCRIÇÃO DAS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA

PPGCI Unesp

Área de Concentração: "Informação, Tecnologia e Conhecimento"

A área de concentração "Informação, Tecnologia e Conhecimento" está alicerçada nas questões de organização, gestão, mediação e uso da informação e do papel da tecnologia nos processos informativos e, permite a UNESP, contribuir significativamente para o fortalecimento da pesquisa e da capacitação docente em Ciência da Informação no país, propiciando um trabalho de cooperação e de intercâmbio de informações com os demais cursos de pós-graduação e, principalmente, com a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) e com a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN).

Linha 1: Informação e Tecnologia

Realiza pesquisas e estudos teóricos, epistemológicos e práticos relacionados à produção, ao processamento, à representação, ao acesso, à recuperação, à transferência, à visualização, ao design, à arquitetura, à utilização, à gestão e à preservação de dados, informação e de documentos em ambientes digitais, armazenados em espaços ou sistemas informacionais tecnológicos, organizacionais e da sociedade em geral, associados à metodologias, aos instrumentos e ao uso estratégico das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Desenvolve metodologias informacionais de interface humano e tecnologias, em diversificados contextos de tipo, forma e natureza da informação. Reflete sobre as questões apresentadas pelos ambientes informacionais digitais para a construção do conhecimento e da experimentação em torno de novas formas de acesso; de organização; de representação, de recuperação; de políticas; e de processamento de dados e de informação para a otimização e a personalização de processos e de sistemas informacionais em distintas ambiências no campo de conhecimento da Ciência da Informação.

Linha 2: Produção e Organização da Informação

Considerando a informação registrada e institucionalizada como insumo básico para a construção do conhecimento no contexto da Ciência da Informação, destaca-se o desenvolvimento de referenciais teóricos e aplicados, de natureza interdisciplinar, acerca da produção e da organização da informação. A produção da informação é abordada sob os eixos da produção científica (avaliação do comportamento da ciência) e da produção documental (Diplomática contemporânea) e a organização da informação é abordada a partir dos processos de análise, síntese, condensação, representação, e recuperação do conteúdo informacional, bem como das competências e comportamentos informacionais do usuário inerentes a tais processos. A dimensão teórica que fundamenta a produção e a organização da informação encontra subsídios na organização do conhecimento (notadamente em suas relações interdisciplinares com a Lógica, a Linguística, a Terminologia, a Semiótica e a Análise de Domínio) e na teoria da ciência, enquanto a dimensão aplicada se efetiva a partir dos estudos métricos (Informetria, Cienciometria, Bibliometria e Webometria), de tipologia documental, dos instrumentos e produtos de organização da informação, e das questões de formação e atuação profissional na área.

Linha 3: Gestão, Mediação e Uso da Informação

A informação e o conhecimento são elementos produzidos socialmente por sujeitos cognoscentes, cujas construções são derivadas do binômio individual-coletivo e podem ser institucionalmente organizados (quando registrados) e potencialmente mediados e apropriados (quando fluem sem o recurso do registro na interação entre os sujeitos). Esses elementos são considerados fenômenos complexos que se manifestam nas relações humanas e em situações cotidianas. Sendo assim, o exame dos processos de gestão, mediação, uso e apropriação da informação e do conhecimento, em vários ambientes, ressalta o papel das pessoas enquanto produtoras ativas de informação e

conhecimento. Entende-se também que as culturas, as práticas sociais, as políticas, as instituições, as estruturas organizacionais, os modelos de gestão, os programas de aprendizagem, os suportes e a linguagem influenciam, sobremaneira, as condições do processo de circulação, apropriação da informação e criação de conhecimento. Considera-se como princípio que não há gestão, mediação, uso e apropriação da informação e do conhecimento sem o reconhecimento do papel criativo dos sujeitos (agentes profissionais e usuários). A investigação destes processos exige a capacidade de transcender os limites epistêmicos da Ciência da Informação para compreender as ações de acesso e uso inteligente da informação e de construção do conhecimento na sociedade, recorrendo ao diálogo com outras disciplinas e saberes. Para tanto, a relação intrínseca das pessoas com a informação e o conhecimento deve ser examinada nas vertentes psicológicas, sociológicas, antropológicas, filosóficas, administrativas, culturais, comunicacionais e educacionais. As práticas de informação (criação, busca, socialização, uso e apropriação) requerem escolhas metodológicas inovadoras que sublinhem os aspectos atitudinais dos sujeitos e os pensamentos de uma coletividade expressos em depoimentos, registros e/ou comportamentos. A linha enfoca, sobretudo, os estudos teóricos, metodológicos e aplicados sobre as temáticas: gestão da informação, gestão do conhecimento, aprendizagem organizacional; inteligência empresarial, prospecção e monitoramento informacional; fluxos, processos, usos e usuários da informação; cultura, comportamento e competência em informação; processos de comunicação, mediação, uso e apropriação da informação; práticas de informação e leitura nos diversos espaços informacionais.

PPGCI UFMG

Área de concentração: Informação, mediações e cultura

A área de concentração privilegia a interlocução entre informação, mediações e cultura. Congregando de maneira transversal e explícita as contribuições da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia e, dentro da dinâmica de produção de conhecimento da Ciência da Informação, busca estabelecer o diálogo dos saberes dessas áreas e de outras com as quais o PPGCI já estabelece relações interdisciplinares. A área de concentração pensa a informação em sua dimensão propriamente humana, isto é, dotada de uma natureza simbólica e pragmática, marca da intervenção dos sujeitos na realidade. Essa é a ideia que conduz ao conceito de cultura, à ideia de informação como a ação humana de produzir registros do conhecimento e também de interpretar e se apropriar desses registros, atribuir-lhes sentido e usá-los como recurso no decorrer de suas demais atividades. A ideia de mediação convoca à reflexão conjunta sobre os vários instrumentos e formas, com maior ou menor grau de institucionalização, construídas pela humanidade para lidar com os registros de conhecimento criados por ela própria. Ao privilegiar a transversalidade dos conhecimentos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia na priorização de uma agenda de preocupações para o campo da Ciência da informação, a área de concentração proposta busca compreender a informação tendo como eixo as concepções de cultura e, de forma particular, como elas se evidenciam por meio dos processos de mediação. Neste contexto, a INFORMAÇÃO encontra-se como um dos aspectos relevantes e fundamentais para a compreensão da realidade, isto é, aquela em que ações humanas, grupamentos sociais, instituições, tecnologias, valores e ideias realizam-se em e através de ações contínuas de produção, disseminação, recepção e uso de registros de conhecimento, num processo em que se fazem presentes distintos mediadores. Quanto a MEDIAÇÕES, vale considerar que, no campo da Ciência da Informação, postula-se que elas atuam como elemento de interlocução entre os atores sociais e os registros de conhecimento produzidos. Em termos analíticos pode-se afirmar que elas se corporificam na vida social e se traduzem através da interação e dos confrontos sociais e simbólicos que se dão pela intermediação da linguagem e de outras práticas sociais. Outra perspectiva importante em relação a essa questão é pensar nas intervenções das práticas profissionais, das instituições e também dos atores, nos relacionamentos dos sujeitos com os recursos informacionais. No que se refere a CULTURA, ela se constitui como um aporte fundamental pois é a base para a construção do conhecimento, haja vista que nela se apresentam os aspectos históricos, políticos e sociais, bem como as contradições e conflitos que perpassam a sociedade. Nesse sentido, compreende-se a informação como produção humana, portanto, inserida e articulada em contextos concretos.

Linha 1 – Memória social, patrimônio e produção do conhecimento

- * Bibliotecas públicas - história, especificidades e funções sociais;
- * História do livro e das bibliotecas;
- * História da leitura e formação do leitor;
- * Ensino de Biblioteconomia e a formação do bibliotecário no Brasil.
- * Memória, patrimônio cultural, identidade e representação social;
- * Museu /História/Museologia;
- * Memória, museu e representação social;
- * Coleção e práticas de colecionamento.
- * Música popular;
- * Cultura informacional, memória e direitos humanos;
- * Políticas e instituições de informação e de memória da repressão no Cone Sul.
- * Linguagem, gêneros digitais e discurso;
- * Organização da informação: Fundamentos teóricos, mediações e aplicações;
- * Redes sociais aplicadas aos estudos informacionais – fundamentos teóricos, mediações e análise de redes sociais (ARS);
- * Semiótica aplicada aos estudos informacionais.

Ementa: Esta linha privilegia pesquisas centradas em discutir teorias, conceitos e ações articuladas com as noções de memória e de patrimônio, bem como suas inter-relações com as dinâmicas sociais de produção do conhecimento. Busca apreender os diferentes processos através das quais sujeitos e grupos sociais distintos elaboram, classificam, elegem, transformam e se apropriam das referências simbólicas e materiais, constitutivas de seu patrimônio e de sua memória. Em face disso, contempla reflexões inscritas no campo da informação social, com vistas a apreender a realidade em termos de sua complexidade, conflitos e contradições.

De modo geral e a partir de perspectivas multidisciplinares, agregam-se aqui estudos vinculados aos seguintes sub-temas: diretrizes conceituais e fundamentos teóricos da memória social e do patrimônio; patrimônio material e imaterial; a inscrição da memória, dos saberes, crenças e valores em diferentes objetos e manifestações culturais; pesquisas sobre o patrimônio cultural e a questão da construção e/ou negociação de identidades; a noção de conhecimento e saberes tradicionais em interface com as dinâmicas e as práticas de informação; memória e patrimônio bibliográfico, arquivístico e museológico; instituições de memória e patrimônio; história do colecionismo e a função mnêmica das coleções; lugares, celebrações, monumentos e documentos de memória; políticas públicas de memória e patrimônio; processos e estratégias de educação/mediação patrimonial; a ação do profissional da informação como gestor de atividades vinculadas à memória e ao patrimônio; teorias da significação e cultura informacional; Informação, mobilidade e redes de cooperação e sociabilidade; informação, gêneros digitais e discurso; políticas públicas e governança informacional (prospecção, modelagem, experimentação, análise dos impactos sociais e viabilidade tecnológica de produtos e serviços de informação); segurança de informação, privacidade, preservação e tratamento de dados socioculturais abertos; patrimônio cultural digital; a ação do profissional da informação como gestor de atividades vinculadas à memória, ao patrimônio e aos diferentes aspectos da cultura informacional em suas dimensões tecnológicas e técnicas.

Linha 2 – Políticas públicas e organização da informação

- * Arquivos, Estado e sociedade;
- * Gestão de arquivos e documentos;
- * Arquivos permanentes;
- * Arquivos, educação e patrimônio.
- * Memória, história institucional e patrimônio cultural;

- * Política de acesso e difusão em arquivos;
- * Gestão de documentos arquivísticos.
- * Documentação museológica;
- * Políticas de aquisição de acervos em museus e instrumentos de registro;
- * Abordagem bibliográfica da organização da informação.

Ementa: A linha tem como questões de pesquisa temas que assumem caráter estratégico, em função da atual centralidade dos processos de gestão de documentos arquivísticos, orientados por políticas arquivísticas, assim como, dos processos de organização da informação e tratamento da documentação museológica que objetivam promover o uso qualificado da informação por pessoas em torno de suas atividades. Destacam-se ainda funções básicas de serviços e instituições de documentação e informação – como arquivos, bibliotecas e museus – e seus sistemas de recuperação da informação. Procura-se explorar a interação/inter-relação existente entre tais funções e as dimensões epistemológicas da área.

Na arquivologia, são abordados os fundamentos teóricos e a prática, o ensino e a pesquisa, em conexões desse campo com as demais ciências humanas e sociais, tendo como focos os processos e metodologias de gestão de documentos arquivísticos e arquivos; os programas, sistemas, redes, serviços e instituições arquivísticas; assim como a formulação, implantação e avaliação de políticas e projetos arquivísticos nos setores público e privado. Também são abordados o acesso e a difusão em arquivos, com ênfase na descrição arquivística e na história das instituições arquivísticas e custodadoras de arquivos.

Em museologia, são abordados os conceitos da documentação museológica, a importância da política de aquisição de acervos nas instituições, a criação de instrumentos de registro da documentação e os meios de difusão do conhecimento.

Em abordagem bibliográfica da organização da informação, estudam-se fundamentos teóricos, metodológicos e históricos, problematizando a instância normativa e a tecnológica. Adota-se, em especial, a linguagem como aporte teórico e metodológico, na perspectiva de que a produção de mensagens documentárias sobre objetos orientadas a um público é processo linguístico-comunicacional e demanda domínio do funcionamento da língua que, por sua vez, explica-se em sua relação com a cultura.

Linha 3 – Usuários, gestão do conhecimento e práticas informacionais

- * Uso, usuários e não-usuários da informação;
- * Estudos de Comportamento e Práticas Informacionais: dimensões simbólicas e afetivas;
- * Competência/Letramento Informacional;
- * Leitura e apropriação de conhecimento;
- * Leitura de massa/MCM /romances e obtenção de conhecimento;
- * Ensino, pesquisa e extensão em ciência da informação;
- * Informação, tecnologia educação e trabalho;
- * Biblioteca Escolar;
- * Redes e sistemas de bibliotecas universitárias;
- * Cultura informacional e complexos culturais;
- * Comportamento dos consumidores da informação;
- * Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento;
- * Aplicações da Psicologia Analítica em Ciência da Informação; Biblioterapia; Subjetividade, Inconsciente e Informação.

Ementa: Investiga os fenômenos relacionados à informação como um elemento presente na vida dos sujeitos e diretamente conectado com os processos de construção e apropriação dos saberes socialmente elaborados. Pretende estudar o significado das práticas e dos processos informacionais

para os sujeitos sociais em seus distintos papéis de produtores, usuários, profissionais, disseminadores, mediadores e gestores da informação. Abrange os estudos sobre a informação e o seu uso a partir de perspectivas como os estudos de usuários, de comportamento informacional, de competência informacional, de leitura e de apropriação da informação, bem como, estudos de público, ação cultural, ação educativa e sobre mediadores e mediação em ciência da informação. O objetivo é compreender como as pessoas lidam com as informações e desenvolvem habilidades que as capacitam a apreendê-las de maneira autônoma ao longo da vida. A linha busca, além disso, compreender e investigar as dinâmicas relacionadas às instituições de informação, às organizações públicas, privadas ou do terceiro setor, bem como às unidades/sistemas de informação – arquivos, bibliotecas, centros de documentação, museus, sistemas de apoio à decisão e afins. Ela inclui ainda aspectos laborais e de gestão, bem como comportamentos relacionados com necessidades, busca e uso da informação e do conhecimento para tomada de decisão - e aos ambientes virtuais. São consideradas como parte dessa investigação as dimensões afetivas, cognitivas, perceptivas e simbólicas das relações entre os indivíduos e a informação. O pressuposto fundamental aos estudos da linha é o entendimento dos sujeitos como seres ativos nos fenômenos analisados e da natureza interacional dos processos que envolvem a informação.

PPGCI USP

Área de Concentração: Cultura e Informação

Trata das relações que caracterizam os processos de construção e/ou re-construção do sentido e/ou do produto cultural quando a informação é transformada em conhecimento e o produto cultural, em bem cultural propondo a observação das ações necessárias, no contexto dos equipamentos culturais, para que a informação possa ser preservada e circular socialmente (coleta, seleção, organização, acesso) e a análise dos contextos culturais dentro dos quais estes processos se realizam e adquirem seu sentido social.

A inserção dos estudos de informação no contexto social-cultural pretende fornecer uma leitura particular da introdução da Ciência da Informação no escopo das Ciências Sociais Aplicadas.

Linha de Pesquisa: Apropriação Social da Informação

Estudo dos processos de apropriação social da informação, considerados em seus aspectos educacionais e culturais e definidos como um dos objetos específicos da Ciência da Informação, a partir de sua compreensão como área de conhecimento transdisciplinar.

Compreende estudos de base histórico-culturais centrados nas políticas, nas dinâmicas, nos dispositivos e práticas culturais, bem como estudos das relações entre Informação e Educação, sob perspectivas sincrônicas e diacrônicas. Tais trabalhos mobilizam conceitos como apropriação simbólica, ação cultural, saberes informacionais, infoeducação, mediação cultural, protagonismo cultural, dentre outros.

As pesquisas que integram a linha distribuem-se em duas frentes complementares, a saber:

- a) Ação cultural, política cultural, dispositivos culturais, tecnologias de informação e cultura;
- b) infoeducação, abordagem das conexões entre Educação e Informação, tendo em vista a apropriação de saberes informacionais indispensáveis à construção de conhecimentos e à participação afirmativa na cultura da contemporaneidade.

Linha de Pesquisa: Gestão de Dispositivos de Informação

Estudos teóricos e metodológicos relativos a planejamento, gerenciamento e avaliação de serviços, redes e sistemas de informação. Compreende a análise das variáveis que interferem na gestão dos fluxos que vão da seleção ao uso de recursos informacionais, de modo a garantir a adequação de produtos e serviços às necessidades do usuário em contextos específicos. Compreende também

análises e reflexões, do ponto de vista gerencial, das políticas de informação e de comunicação científica e tecnológica, bem como seus principais canais de difusão.

As pesquisas que a integram distribuem-se nos seguintes eixos complementares:

- a) estudos de modelos de mediações gerenciais em Serviços de Informação, respaldados em teorias e métodos da Administração e da Comunicação, particularmente os estudos de mediação;
- b) estudos de produção e avaliação da comunicação científica e técnica, respaldados em teorias e métodos bibliométricos, cientométricos e infométricos;
- c) estudos de ambientes virtuais de produção, circulação e acesso à informação, com ênfase na compreensão dos processos mediados pelas tecnologias de informação e comunicação;
- d) reflexões histórico-conceituais sobre estudos de usuários, colégios invisíveis, comunidades virtuais e comunidades de prática, incluindo a compreensão dos métodos e procedimentos de análise;

A contextualização dos estudos permite melhor compreensão das variáveis ambientais, organizacionais, sócio-culturais que interferem nas necessidades de informação do usuário (individual ou coletivo) e na avaliação dos seus critérios de relevância em relação a recursos informacionais e ao apoio à pesquisa e recuperação das informações disponibilizadas. Deste modo, os estudos consideram diferentes dispositivos de informação, virtuais ou presenciais, públicos ou privados, gerais ou especializados e da natureza das informações disponibilizadas para acesso.

Linha de Pesquisa: Organização da Informação e do Conhecimento

Estudos teóricos e metodológicos relativos à organização do conhecimento e da informação e de sua circulação para fins de acesso, recuperação e uso. Compreende a análise dos objetivos, processos e instrumentos que caracterizam as distintas possibilidades de organização da informação, considerando - se ainda a sua inserção histórica e sócio-cultural e as condições de interação face à diversidade da produção e dos públicos da informação. Compreende, também, abordagens históricas e epistemológicas da organização do conhecimento e da informação.

As pesquisas que a integram distribuem-se nos seguintes eixos complementares:

- a) teorias e métodos de construção e organização da informação documentária para distintos receptores. Observam-se os aspectos textuais/discursivos dos objetos informacionais e os diferentes modelos de leitura, análise, condensação e representação, incluídos os modelos computacionais.
- b) a construção de linguagens documentárias e outras ferramentas de organização da informação para o acesso, recuperação e uso, observando-se características linguísticas, semióticas, terminológicas e comunicacionais, dos conteúdos documentários e dos grupos receptores, bem como de insumos tecnológicos;
- c) estudos históricos e epistemológicos relativos à organização social do conhecimento e sua relação com as propostas de organização da informação;
- d) análise e proposição de políticas de organização da informação no escopo da sua distribuição e recepção;

PPGCI IBICT

Área de Concentração: Informação e Mediações Sociais e Tecnológicas para o Conhecimento

As questões de interdisciplinaridade e evolução da sociedade de informação em seus aspectos sociais e desenvolvimentos tecnológicos.

Estudo das ações de informação nas quais agentes individuais e coletivos realizam processos de geração, organização, preservação, disseminação, acesso e recuperação convencional e eletrônica e usos socialmente significativos da informação.

Transformação em memória, conhecimento e meta-conhecimento, estratégias, decisão e ação, abrangendo a transferência da Informação.

Linha 1: Comunicação, Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento

Estudos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação e metodologias das Ciências Sociais e Aplicadas. Comunicação e divulgação em Ciência e Tecnologia; análises e aplicações bibliométricas, informétricas, webmétricas e cientométricas. Sistemas de organização e representação do conhecimento, ontologias, web semântica e contribuições da lingüística. Processos de busca, acesso, recuperação e uso da informação. Dimensões conceituais e semióticas das estruturas e dos fluxos da informação e do conhecimento em diferentes contextos. Informação e gestão, monitoramento tecnológico, gestão estratégica da informação e do conhecimento nas organizações e nas políticas públicas. Cultura organizacional.

Linha 2: Configurações socioculturais, políticas e econômicas da informação

Estudos de ética e política de informação e das tecnologias da informação e comunicação na sociedade contemporânea; regime de informação. Interfaces da informação com a ética e a sustentabilidade ambiental no mundo contemporâneo. Políticas de ciência, tecnologia e inovação; quadros normativos e regulatórios institucionais da produção científica; indicadores científicos e tecnológicos; dinâmicas de inovação e seus indicadores. Estudos socioculturais da informação e comunicação, da ciência e tecnologia. Perspectivas econômicas da informação e do conhecimento; crítica da economia política e micro-economia da informação. Linguagem, conhecimento e informação nas transformações do trabalho no capitalismo atual. Condicionantes socioculturais e tecnológicos dos usos e da competência em informação. Redes de comunicação, colaboração e produção da informação: características e implicações políticas, sociais e econômicas.

ANEXO B – DESCRIÇÃO DOS GRUPOS DE PESQUISA SELECIONADOS PARA ESTUDO

UNESP		
Grupo de pesquisa: Análise Documentária		
Repercussões dos trabalhos do grupo:		
<p>A discussão das bases metodológicas, dos marcos teóricos e das interdisciplinaridades tem contribuído para a identificação de correntes teóricas na área, buscando-se elementos da organização do conhecimento, a partir da ISKO. Os resultados sobre a observação da leitura documentária esclareceram as dúvidas quanto ao texto utilizado, à compreensão dos sujeitos, ao aprimoramento do Modelo de Leitura Documentária e adequação de seu Manual de Ensino. O estudo da política de tratamento da informação de bibliotecas universitárias da UNESP foi realizado em três áreas do conhecimento: Odontologia, Engenharia Civil e Pedagogia, cujos resultados propiciaram a intervenção no sistema de bibliotecas da UNESP de modo a desenvolver uma política de indexação para livros e o desenvolvimento da terminologia da UNESP. O desenvolvimento do projeto em parceria científica com o Prof. Isidoro Gil Leiva da Universidad de Múrcia sobre política de indexação latinoamericana propiciou publicações conjuntas e um diagnóstico em nível de bibliotecas nacionais e arquivos nacionais. Em análise e condensação documentária, a identificação e o desenvolvimento de metodologias específicas em documentos legislativos e jurisprudenciais, foram continuamente incorporados por tribunais brasileiros e casas legislativas, por meio de publicações e de treinamentos. Igualmente pôde-se analisar, sob os aspectos teórico (histórico, conceitual e metodológico) e aplicado (em documentos científicos e técnicos de distinta natureza) a contribuição da diplomática para os procedimentos de identificação de conceitos em arquivos e bibliotecas. Por outro lado, a lingüística têm contribuído para a construção de metodologias de AD de textos narrativos de ficção permitindo um repensar do conceito de aboutness e do papel informativo de textos narrativos de ficção em bibliotecas com vistas à depreensão do tema.</p>		
Linhas de Pesquisa	Objetivo	Palavras-chave
Avaliação do comportamento da ciência	Reflexão sobre a teoria da ciência e a organização do conhecimento, tendo como dimensões aplicadas, os estudos métricos (Informetria, Cienciometria, Bibliometria e Webometria)”	–Informetria, –Cienciometria, –Bibliometria e Webometria
Imagens em unidades de informação:	“Analisar o documento em imagem fixa e imagem em movimento historicamente, em sua produção, nos aspectos de sua organização, circulação e recuperação.”	–Imagem fixa –Imagem em movimento
Leitura para análise documentária de conteúdo:	“a) estudo dos fundamentos teórico-práticos da leitura para fins de análise documentária no tratamento da informação; b) investigar as estratégias de compreensão de leitura para diferentes áreas de assunto e tipos de estrutura textual; c) investigar o uso de técnicas de coleta de dados introspectivos na área de leitura em análise documentária; d) investigar o uso da técnica do protocolo verbal em grupo como recurso pedagógico em Ciência da Informação.”	–Compreensão de leitura –Estratégias de leitura documentária –Leitura documentária –Estrutura textual
Linguagens documentárias em áreas especializadas:	“estudo teórico-metodológico para: a) elaboração de linguagens documentárias em ciência da informação; b) avaliação de linguagens documentárias brasileiras; c) investigação da aplicabilidade de elementos teóricos da lógica em avaliação de linguagens	–linguagens documentárias hierárquicas –Classificação facetada –Formação e atuação profissional

	hierárquicas; d) investigação da aplicabilidade de elementos teóricos-metodológicos da terminologia em elaboração de linguagens documentárias.”	–Linguagens documentárias alfabéticas –classificação bibliográfica
Metodologias de análise e condensação de documentos:	“a) investigar diferentes tipologias documentais em áreas técnicas b) criar metodologias específicas de indexação e de resumo em diferentes documentos técnicos c) analisar a aplicabilidade de elementos da lingüística, da terminologia, da lógica e da diplomática em análise documentária”	–Resumo –documentação jurídica –Análise documentária –Formação e atuação profissional –análise diplomática –Condensação documentária –Indexação

Grupo de pesquisa: Fundamentos Teóricos da Informação

Repercussões dos trabalhos do grupo: Projetos de Pesquisa Em Andamento:

- O conceito de classificação na Ciência da Informação: uma análise da literatura sobre organização do conhecimento no universo da International Society for Knowledge Organization - ISKO (2014-)
- Perspectivas metodológicas na pesquisa sobre classificação: uma análise da literatura sobre organização do conhecimento no universo da International Society for Knowledge Organization - ISKO (2014-)
- A presença das teorias semióticas na Ciência da Informação brasileira (2013-)
- As teorias semióticas na Ciência da Informação Brasileira e na Documentação Espanhola: uma análise comparada das clivagens e imbricações conceituais (2014-)

Projeto de Pesquisa Concluído: - Fundamentos Semióticos da Análise e Mediação da Informação: uma leitura dos processos que viabilizam a construção do conhecimento (2010-2013).

Linhas de Pesquisa	Objetivo	Palavras-chave
Comunicação e Mediação	Investigar as práticas, as teorias e os fundamentos epistemológicos da comunicação, transmissão, mediação e apropriação da informação. Estudar as diversas estratégias humanas e tecnológicas de mediar o fluxo da comunicação da informação. Estudar as relações entre sociedade, cultura e apropriação da informação em diversos ambientes (bibliotecas públicas, escolares, universitárias e centros culturais).	– Mediação Cultural – Processos de Disseminação da Informação – Equipamentos Culturais – Mediação da Informação – Comunicação da Informação – Ação Cultural
Epistemologia da Ciência da Informação	Estudar a história, as teorias, os paradigmas e as escolas epistemológicas presentes no discurso da Ciência da Informação. Investigar as interfaces da Ciência da Informação com outras disciplinas, nas configurações multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares.	– Epistemologia – História da Ciência da Informação – Teoria da Informação – Interdisciplinaridade – Multidisciplinaridade – Transdisciplinaridade

Teorias Críticas em Organização da Informação e do Conhecimento	Parte-se dos descendentes da Escola de Frankfurt (Adorno, Horkheimer, Marcuse, et al) e Habermas para uma definição ampliada das teorias críticas, incluindo pós-estruturalismo, teoria feminista, teoria pós-colonial, teoria racial crítica, pós-colonialismo, etc. tendo em vista a possibilidade de sua aplicação às questões ligadas à organização da informação e do conhecimento, mais especialmente no que se refere ao tratamento temático.	<ul style="list-style-type: none"> – Teorias da Linguagem – Organização do Conhecimento – Teoria Crítica – Filosofia da Linguagem – Escola de Frankfurt
Teorias Semióticas	Investigar as teorias semióticas nas abordagens estruturalista, peirceana e russa na configuração epistemológicas dos estudos da informação, dos processos de representação, da organização da informação e da organização do conhecimento.	<ul style="list-style-type: none"> – Semiótica – Semiótica da Cultura – Organização da Informação – Linguística – Organização do Conhecimento – Semiologia

Grupo de pesquisa: Linguagem, discurso e organização do conhecimento

Repercussões dos trabalhos do grupo: Campo não descrito.

Linhas de Pesquisa	Objetivo	Palavras-chave
Análise do Discurso e Organização do Conhecimento	Analisar as interfaces e aplicações da Análise do Discurso na Organização do Conhecimento.	<ul style="list-style-type: none"> – Análise do Discurso – Organização do Conhecimento
Linguagem e Organização do Conhecimento	Analisar questões linguísticas e a interface destas com a organização do conhecimento.	<ul style="list-style-type: none"> – Linguagem Natural – Organização do Conhecimento

Grupo de pesquisa: Representação temática da informação

Repercussões dos trabalhos do grupo:

As ações realizadas visam contribuir com pesquisas e estudos teóricos, epistemológicos e práticos relacionados à organização e representação temática da informação em diferentes ambientes informacionais. Reflexões e discussões de abordagem teórico-conceituais e prático-aplicadas que envolvem os processos, produtos e instrumentos de representação do conhecimento, considerados em sua complexidade, são amparados pelas tecnologias de informação e articuladas com diferentes áreas do conhecimento em razão dos aspectos históricos, cognitivos, culturais e sociais correlacionados aos fundamentos teóricos e prática profissional. O Grupo de pesquisa centra suas atividades sob os eixos: (Organização e Representação da Informação), (Tratamento Temático da Informação) e (Tecnologia e Inovação) nos quais são conduzidos trabalhos técnicos e pesquisas científicas no âmbito das dimensões teórica, aplicada e social da área de Organização e Representação do Conhecimento.

Linhas de Pesquisa	Objetivo	Palavras-chave
Organização e representação da informação	Investigar, em uma perspectiva interdisciplinar, as problemáticas e desafios que regem a organização e representação da informação no que tange à descrição temática de objetos informacionais impressos e digitais frente às novas configurações dos	<ul style="list-style-type: none"> – Relações interdisciplinares – Formação e atuação profissional – Políticas de organização da informação

	sistemas de recuperação da informação.	
Tecnologia e inovação	Investigar a aplicação e desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação que envolvam os processos, produtos e instrumentos oriundos da representação temática da informação visando à recuperação da informação em ambientes tradicionais e digitais.	<ul style="list-style-type: none"> – Automação e processos documentários – Recuperação da informação – Catálogo online – Folksonomias – Etiquetagem social – Interoperabilidade semântica
Tratamento temático da informação	Investigar os processos de análise, síntese, representação e recuperação do conteúdo documentário, valendo-se de sistemas de organização do conhecimento para a geração de produtos em diferentes ambientes informacionais. São consideradas questões atinentes à formação e atuação profissional, com foco para as competências e habilidades requeridas no tratamento temático da informação em diferentes sistemas de armazenamento e recuperação da informação.	<ul style="list-style-type: none"> – Indexação – Catalogação de Assuntos – Classificação – Análise documentária – Linguagens de indexação – Linguagens documentárias

UFMG

Grupo de pesquisa: Grupo Fundamentos teóricos, metodológicos e históricos da Organização da Informação - UFMG

Repercussões dos trabalhos do grupo: O grupo, composto por professores e alunos de graduação e de pós-graduação, com sede na Escola de Ciência da Informação da UFMG, reúne-se desde 2012 em encontros para leitura de textos e debates em torno dos fundamentos da organização da informação, inicialmente centrados nos teóricos e nos princípios normativos da Catalogação. As atividades do grupo têm influenciado a formação acadêmica de seus membros e propiciado acúmulo de conhecimento coletivo, fomentando, assim, atividades de ensino, pesquisa e de desenvolvimento profissional em organização da informação. Os problemas de pesquisa motivadores do grupo relacionam-se à identificação, na produção científica, da cristalização de dicotomias e poucos confrontamentos sobre as mesmas. A percepção da necessidade de elaboração de fundamentos da organização da informação parte da premissa de que os mesmos são alicerce tanto para antigos quanto para novos contextos informacionais..

Linhas de Pesquisa	Objetivo	Palavras-chave
Documento e da mediação da informação	Estudar a organização da informação como parte do conjunto das ações de mediação da informação, entendidas como ações que promovem a transformação do objeto em documento. Fazendo proveito da abordagem museológica, investiga-se os fundamentos que permitam operar procedimentos de organização da informação para livros, tanto quanto para documentos audiovisuais, musicais, obras raras, e outros,	<ul style="list-style-type: none"> – Documento – Mediação da Informação – Livro – Obras raras – Documentos Audiovisuais – Documentos musicais

	questionando o viés que reforça estes últimos como exceções ou materiais especiais.	
Fundamentos históricos da Organização da Informação	Explorar fundamentos teóricos e metodológicos da organização da informação na perspectiva de sua constituição histórica em torno dos campos da Bibliologia, Bibliografia, da Biblioteconomia, da Documentação e da Ciência da Informação, considerando suas relações e dissensões. Busca-se identificar as ideias propostas no tempo que, em âmbito teórico ou das soluções práticas, demonstram as continuidades e as rupturas que assinalam permanências e mudanças, indicando a especificidade do campo.	<ul style="list-style-type: none"> – Relações: Bibliografia/Biblioteconomia/Doc./CI – Aspectos teóricos e metodológicos da OI – Aspectos históricos da organização da informação
Fundamentos teóricos e metodológicos da Organização da Informação	Explorar aspectos teóricos e metodológicos da OI no que tange à ordenação de documentos, à produção e gestão de registros de bases de dados e à produção e gestão de linguagens documentárias. São estudadas as relações entre a abordagem bibliográfica e as abordagens museológica e arquivística, pois o aprofundamento sobre a primeira permite uma aproximação com as outras duas e a um delineamento mais rigoroso sobre cada uma delas. Faz-se uso dos aportes da linguagem e das terminologias concretas.	<ul style="list-style-type: none"> – Aspectos teóricos e metodológicos da OI – Teorias e métodos de Catalogação – Fundamentos e métodos de construção e gestão de LD

Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos das Mediações e Usos Sociais dos Saberes e Informações em Ambientes Digitais (NEMUSAD)

Repercussões dos trabalhos do grupo: O NEMUSAD integra os núcleos de estudos e pesquisas da Escola de Ciência da Informação da UFMG e reúne pesquisadores provenientes da Ciência da Informação, Comunicação, Computação, Ciências da linguagem, Educação, assim como a Sociologia e a Filosofia, numa perspectiva transdisciplinar. O Núcleo dedica-se ao estudo das mediações e dos usos sociais dos saberes e da informação compreendidos a partir do compartilhamento de um quadro teórico-metodológico comum e em associação com princípios teóricos desenvolvidos em distintos campos do saber social que sejam compatíveis aos estudos privilegiados nos eixos temáticos propostos. As pesquisas desenvolvidas pelo NEMUSAD tomam as teorias da significação como aporte teórico comum e buscam, através do aprimoramento das metodologias de pesquisas sociais em contexto digitais, contribuir no fortalecimento e na consolidação de um princípio teórico-metodológico para o campo da Ciência da Informação nos eixos teóricos privilegiados.

Linhas de Pesquisa	Objetivo	Palavras-chave
Cultura informacional	Identificação, sistematização e consolidação de perfis e programas de formação que contribuam na consolidação de uma formação voltada à cultura informacional em contextos sociais e em ambientes digitais. Ambientes virtuais de	– Cultura informacional

	aprendizagem (AVA). Abordagem informacional na formação do pesquisador. Identidade e percursos informacionais.	
Mobilidade, sociabilidade e redes sociais	papel e a dinâmica da sociedade em rede (fixas, Internet, móveis) nos processos de apropriação social da informação e do conhecimento. Análise das interações sociais mediadas por redes de cooperação, produção e compartilhamento informacional. Dispositivos e práticas promotoras de trocas, mobilidade e nomadismo informacional (presença-ausente).. Diversidade cultural e lingüística em ambientes digitais.	<ul style="list-style-type: none"> – Rede Social – Mobilidade – Pesquisa social em ambientes digitais
Organização da informação em ambientes colaborativos	A organização do conhecimento face aos novos usos e usuários da informação. Teorias e metodologias para a construção de instrumentos e linguagens de representação e de recuperação da informação. Desafios para a classificação dos saberes multi-interdisciplinares face às transformações da ciência e da sociedade. Fluxos informacionais. Estatuto do documento no contexto digital.	<ul style="list-style-type: none"> – Organização da informação – Folksonomia – Linguagem de indexação – tagging literacy
Qualidade da informação e Indicadores informacionais	Identificação, sistematização e consolidação de critérios e indicadores que contribuam, do ponto vista informacional, ao monitoramento das políticas públicas para a democratização e o acesso à informação. Abordagem social aplicada à qualidade da informação.	<ul style="list-style-type: none"> – Qualidade da informação – Indicador cultural

USP

Grupo de pesquisa: BIBLIOTHECA DISCIPLINATA

Repercussões dos trabalhos do grupo:

O grupo se ocupa de pesquisas relacionadas à bibliografia, através de uma abordagem que se vale de ferramentas históricas para abordar seus problemas metodológicos e estudar suas práticas contemporâneas. A Bibliografia é constituída por dimensões teóricas, práticas e discursivas voltadas ao registro, preservação, organização, disseminação e mediação da informação e dos saberes. Se de um lado pode ser considerada uma arte, de outro se configura como uma disciplina ricamente estruturada e fundamentada. O objetivo do Grupo de Pesquisa BIBLIOTHECA DISCIPLINATA é reunir professores e pesquisadores de universidades brasileiras e estrangeiras para colocar a Bibliografia em debate, a partir de sua história, natureza e relações interdisciplinares. O grupo já realizou o I, II e III seminário Internacional A arte da Bibliografia em 2014, 2015 e 2016. 2014: dossiê temático na revista Informação & Informação. 2015: dossiê temático na revista InCID

Linhas de Pesquisa	Objetivo	Palavras-chave
História do Livro	Mapeamento da história do livro, das editoras e de suas produções catalográficas, num período que se estende desde o início da atividade editorial até o mercado editorial atual, compreendendo a história das editoras e	<ul style="list-style-type: none"> – História do livro – Mercado editorial – Catálogos

	livrarias que permitiram a acessibilidade moderna ao livro.	
Organização e Mediação da Informação e do Conhecimento	Nas tarefas da bibliografia cabe registrar e explicar as formas materiais mediadoras de significado, definindo assim uma disciplina interpretativa, não meramente descritiva, cabendo, em seu âmbito, toda estrutura de significado documentável e interpretável. por sua natureza, interessa-se dos textos como produtos sociais e que as dinâmicas humanas e institucionais de sua produção, circulação e apropriação devem ser observadas como campo de atuação além de meras concepções técnicas e tecnológicas.	–bibliografia –História da Bibliografia –Práticas bibliográficas

Grupo de pesquisa: Núcleo de Pesquisa e Tecnologia em Produção Científica

Repercussões dos trabalhos do grupo:

O Núcleo de Pesquisa em Produção Científica e Tecnologia (CPT) substitui em janeiro de 2011 o antigo NPC (Núcleo de Pesquisa em Produção Científica) que iniciou suas atividades em 1992, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da análise e difusão da produção científica na área de Ciência da Informação (CI). O CNPq vem apoiando desde 1993 os projetos desenvolvidos na linha de pesquisa de produção e comunicação científica que ampliaram o escopo inicial dos estudos centrados na literatura cinzenta. A análise das características das dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação em CI e das comunicações apresentadas nos principais eventos da área (CBBB, SNBU e ENANCIB) evoluiu para o estudo sobre as estruturas e produção dos Grupos de Pesquisa e das Redes sociais, incorporando atualmente também os estudos de ontologias e suas respectivas metodologias. O tratamento dos dados, com técnicas bibliométricas e análises cienciométricas, tem sido realizado pela equipe multidisciplinar composta por pesquisadores, doutorandos, mestrandos e alunos de Iniciação Científica. Indicadores de produção, resultantes das análises sistemáticas, refletem-se no conteúdo dos trabalhos produzidos e publicados pela equipe interdisciplinar do CPT e nas atividades resultantes da integração com o Núcleo de Comunicação Científica em Ciência da Saúde (NCCCS). Projetos específicos foram elaborados em parceria com a UFPR para disponibilizar a Base BRAPCI que indexa as revistas brasileiras de CI. A consolidação da reputação do CPT, junto à comunidade científica, reflete-se também na contribuição oferecida pelas dissertações e teses orientadas, nos convites para participação em bancas e concursos, no Brasil e no exterior, além da emissão de pareceres provenientes de agências de financiamento e dos editores de revistas nacionais e internacionais. Mais informações estão disponíveis na página do CPC (<http://www.eca.usp.br/cpt>).

Linhas de Pesquisa	Objetivo	Palavras-chave
Comunicação científica	Disseminação da informação científica	– Comunicação científica
Humanidades Digitais	Problematizar, debater e dialogar com problemas da era digital, colocando o papel das Humanidades na academia e na sociedade.	–vocabulários controlados –Informetria, Cienciométrica, Bibliometria e Webomet –Web Semântica –Agentes Inteligentes –Inteligência Competitiva –mídias digitais

Indicadores de produção científica	desenvolver métricas em produção científica	– Produção científica – Bibliometria – Cienciometria – Infometria
Ontologias	Pesquisar aspectos teóricos, metodológicos e práticos que se referem as Ontologias.	– Ontologias – Ontologias digitais
Produção científica	aspectos quantitativos e qualitativos da comunicação científica	– Produção científica
Redes sociais	Este trabalho terá inicialmente um desenvolvimento redes sociais em geral, em especial redes temáticas em domínios científicos e suas tecnologias emergentes (TICs) para construir modelos que incluam a publicação científica, as redes de pesquisadores em determinados domínios e ontologias subjacentes a determinadas áreas. Redes Sociais são estruturas dinâmicas e complexas formadas por pessoas com valores e objetivos comuns, interligadas de forma horizontal e predominantemente descentralizada.	– Redes sociais

IBICT

Grupo de pesquisa: Organização do Conhecimento		
Repercussões dos trabalhos do grupo: As repercussões das atividades deste grupo se darão principalmente nas áreas de Gestão e Representação da Informação, Classificação do Conhecimento e no Ensino e Pesquisa em Ciência da Informação e em áreas afins como Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.		
Linhas de Pesquisa	Objetivo	Palavras-chave
Comunicação, Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento	Estudos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação e metodologias das Ciências Sociais Aplicadas. Sistemas de organização e representação do conhecimento. Processos de busca, acesso, recuperação e uso da informação. Dimensões conceituais e semióticas das estruturas e dos fluxos da informação e do conhecimento em diferentes contextos. Informação e gestão, monitoramento tecnológico, gestão estratégica da informação e do conhecimento nas organizações e nas políticas públicas.	– Organização do Conhecimento – Gestão e Tecnologia da Informação – Representação da Informação

Grupo de pesquisa: Organização do conhecimento e uso de tecnologias digitais em museus, arquivos e bibliotecas

Repercussões dos trabalhos do grupo: O grupo de pesquisa tem como objetivo a investigação de questões relacionadas à organização e representação do conhecimento e o uso de tecnologias digitais com um foco especial na área cultural. A concepção e desenvolvimento de bibliotecas, arquivos e museus digitais estão entre os principais objetos de estudo. O grupo aborda questões relativas às normas e padrões de digitalização; organização e representação da informação e do conhecimento; armazenamento de objetos digitalizados; preservação digital; distribuição e divulgação da informação digital. É um grupo por natureza interdisciplinar que envolve os campos de Musicologia, Organização do Conhecimento, Museologia e Sistemas de Informação. Como aplicação prática está sendo desenvolvido o projeto Museu Virtual de Instrumentos Musicais Delgado de Carvalho, aprovado no Edital da FAPERJ de Apoio à Produção e Divulgação das Artes no Estado do Rio de Janeiro/ 2011. O projeto visa à criação do primeiro Museu Virtual de instrumentos musicais no Brasil, tendo como acervo fundamental os instrumentos musicais e itens documentais do Museu Delgado de Carvalho, sediado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que atualmente está desativado. Um estudo das normas e padrões internacionais aliados a padrões utilizados na língua portuguesa estão sendo aplicados na descrição e na digitalização do acervo. O projeto multidisciplinar tem a participação de pesquisadores e profissionais de diversas áreas: música, organização do conhecimento, preservação de acervo, sistemas de informação e divulgação científica unindo duas instituições que têm se debruçado em pesquisas nestas áreas: a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Linhas de Pesquisa	Objetivo	Palavras-chave
Comunicação, Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento	Sistemas de organização e representação do conhecimento, ontologias, web semântica. Processos de disponibilidade, comunicação, busca, acesso, recuperação e uso da informação. Informação e gestão, monitoramento tecnológico, gestão estratégica da informação e do conhecimento nas organizações e nas políticas públicas. Cultura organizacional.	<ul style="list-style-type: none"> – gestão da informação – web semântica – Ontologia – Organização do conhecimento – organização do conhecimento
Configurações Socioculturais, Políticas e Econômicas da Informação	Estudos de ética e política de informação e das tecnologias da informação e comunicação na sociedade contemporânea. Interfaces da informação no mundo contemporâneo. Políticas de ciência, tecnologia e inovação. Estudos socioculturais da informação e comunicação, da ciência e tecnologia. Condicionantes socioculturais e tecnológicos dos usos e da competência em informação. Redes de comunicação, colaboração e produção da informação: características e implicações políticas, sociais e econômicas.	<ul style="list-style-type: none"> – Ciência, Tecnologia & Inovação – Tecnologia da informação – Sociologia da informação – Informação
História e documentação da música	Pesquisa histórica e documental da música, dos atores envolvidos, dos estilos. Organização, tratamento, identificação, descrição, análise e disponibilização de acervos e fontes documentais da música brasileira.	<ul style="list-style-type: none"> – Organização de acervos – Instrumentos musicais – Partituras musicais – Musicologia histórica

Grupo de pesquisa: Teoria, Epistemologia e Interdisciplinaridade em Ciência da Informação		
<p>Repercussões dos trabalhos do grupo: 1. Contribuir para a consolidação do campo científico da Ciência da Informação e da filosofia da informação; 2. Estimular aprofundar as relações interdisciplinares, sobretudo com as áreas de Comunicação, Ciências da Computação, Epistemologia, Ciências Cognitivas, Biblioteconomia, Museologia, Arquivologia, entre outras, ao mesmo tempo mantendo relações epistêmicas com outros campos do conhecimento que formam de uma ou outra maneira, seu domínio de referência ou aplicação; 3. Reconstruir e analisar as novas configurações epistêmicas contemporâneas, interdisciplinares, transdisciplinares, no contexto heterogêneo das redes e de alianças interorganizacionais, oferecendo subsídios para: a) desenvolvimento de conhecimentos, metodologias e técnicas em áreas como Organização do Conhecimento, Representação da informação e Recuperação da informação; b) desenvolvimento e avaliação de Sistemas e Serviços de informação;.</p>		
Linhas de Pesquisa	Objetivo	Palavras-chave
Estudos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação	Abordagem dos processos de formação dos construtos sociais da informação, assim como das ações, artefatos, tecnologias e instituições que articulam conhecimento e informação em diferentes domínios da cultura, das atividades científico- tecnológicas e da economia, com ênfases nas sociedades ditas da informação.	<ul style="list-style-type: none"> – estudos históricos – contexto social – contexto econômico – tecnologias da informação – informação
Teoria, Epistemologia e Interdisciplinaridade	Estudos orientados a reconstrução crítica das estratégias e premissas epistemológicas constituídas no campo da Ciência da Informação e sua interdisciplinaridade, assim como ao desenvolvimento de conceitos, metodologias e teorias dos fenômenos, processos e construtos de informação.	<ul style="list-style-type: none"> – Teoria da Ciência da Informação – Interdisciplinaridade da Ciência da Informação – Informação em Arte – Epistemologia da Ciência da Informação